

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 11 • Número 1 • Janeiro – Junho 2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação – SR1

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Domenico Mandarinino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Ricardo Lodi

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Junho 2019 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2019
v. ; il.
334 p.

Semestral.
Inclui bibliografia.

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno – UNC

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey

Katarzyna Dembicz – CESLA

Lená Medeiros de Menezes – UERJ

Johannes Maerk – Ideaz Institute – Viena

Maurício Mota – UERJ

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO

Tânia Maria Carvalho Netto – UERJ

Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Historia – UW

Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues – USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov.Moscov

Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscov

Adalberto Santana – UNAM

Irina Vershinina – Inst.Latinoamericano/Universidad Lomonosov/Moscov

Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica:

Ana Luiza da S. Vieira Novo – Bolsista PIBIT – Nucleas/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de
responsabilidade dos autores.



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de nível Superior

Beneficiário de

auxílio financeiro da CAPES - Brasil.

Programa de Apoio a Projetos

Institucionais com a participação
de Recém-Doutores (PRODOC)



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2019 vol. 1, reúne artigos sobre América Latina. Os autores são pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados na divulgação da cultura política e das questões que envolvem as sociedades americanas.

Os estudos publicados perpassam pelas práticas culturais e representações às jurídicas, econômicas e políticas. Esse caráter interdisciplinar fundamenta este volume da Revista. São estudos que visam à transdisciplinaridade e se destacam pelo pluriculturalismo das questões americanas, como a diversidade, os preconceitos, o racismo e os problemas de gênero.

A resenha sobre *Etnicidade*, de autoria de alunos do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ-PPGH, apresenta novas leituras e abordagens sobre os estudos étnicos contemporâneos.

O Dossiê sobre *Religiosidad, y Advocaciones Marianas, en las Relaciones – Atlânticas*, do Professor José Alberto Galván Tudela, Presidente de la Asociación Canaria de Antropología Social y Cultural (ACA), contribui para o enriquecimento historiográfico desta publicação e novos aportes conceituais sobre religião e religiosidade, assim como a integração do pensamento das canárias aos estudos latinoamericanos.

Estes artigos revelam a preocupação dos autores com os problemas do mundo contemporâneo. Além das questões com as identidades, gêneros, exclusões e justiça social, os estudos visam a contribuir para a superação das crises que assolam as sociedades atuais.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T.Dantas
Organizadores

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATININDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa –GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Sumário

Apresentação 05

Linha Editorial 07

DOSSIÊ

Religiosidad, y Advocaciones Marianas, en las Relaciones Atlánticas: Reflexiones Generales 11

José Alberto Galván Tudela

RESENHA

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne.

Teorias da Etnicidade 65

Alunos do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ

ARTIGOS

Espacios del miedo

Acerca de las periferias sociales y las series televisivas latino-americanas 85

Ariel Gómez Ponce

O desenvolvimento metropolitano em tempos de crise: a agenda dos instrumentos de política urbana como oportunidade de gestão territorial e financeira ao estado do Rio de Janeiro 121

Carlos Eduardo de Souza Cruz

É COISA DE PRETO

Uma análise da reportagem “Força Negra” realizada pela revista Rolling Stone Brasil 147

Eduardo Bianchi

Wallace Martins

La batalla de ideas: El nacimiento del neoliberalismo en Viena 169

Johannes Maerk

Territórios Marginalizados, Direito à Moradia e o Comum 183

Júlia Rezende Toribio Dantas

Das Revoluções Industriais ao Desenvolvimento Tecnológico: Contributo Histórico-Econômico ao Caso da América Latina 207

Manoel Gonçalves Rodrigues

Fernando José Pereira da Costa

Um olhar sobre o pensamento intelectual Brasileiro: o nacionalismo isebiano 239

Manuela de Carvalho Meireles

Mariana Imbelloni Braga Albuquerque

Ana Carolina Brito Brandão

Élida de Oliveira Lauris dos Santos

Carolina Câmara Pires Santos

Caroline Rocha dos Santos

Deuda externa y derechos humanos: acumulación capitalista por desposesión de derechos 259

María Teresa Piñero

**A arte dos saberes e dos sabores da culinária da Candelária
no Morro da Mangueira** 279

Mônica Neustadt

**Uma Breve Análise da Teoria Arqueológica da Segunda
Metade do Século XX** 299

Reinaldo Bernardes Tavares

**A segunda expansão atlântica espanhola em América Latina
(1990-2010). Resistência de movimentos sociais em Chile** 319

Samuel Alejandro Espino Rodríguez

DOSSIÊ

Religiosidad, y Advocaciones Marianas, en las Relaciones Atlánticas: Reflexiones Generales

José Alberto Galván Tudela

Introducción

Lo presente dossiê “Religiosidad, y Advocaciones Marianas en las Relaciones Atlánticas”, que puede servir para centrar los debates sobre cuestiones generales del mismo, tales como la naturaleza de las advocaciones, el proceso de difusión y las reinterpretaciones locales, en un contexto de ida y vuelta.

Ante todo, para analizar el fenómeno en estudio, *las advocaciones marianas en las relaciones atlánticas*, nos ha parecido necesario partir de una combinación de y/o de una complementación de perspectivas de carácter dual, histórico y antropológico, con información derivada de un pasado periodizado y del presente, que tenga en cuenta tanto los aspectos históricos como actuales de las religiosidades, y las devociones marianas. Esta doble perspectiva integrada obedece a la necesidad de mostrar los aspectos cambiantes, los procesos de adopción y de readaptación de tales religiosidades y advocaciones, en un viaje de ida y, en su caso, en otro de regreso.

Todo hace pensar que la traslación de las mismas por el Atlántico no constituyó un proceso de difusión lineal, aunque a menudo estuvo ligado a la conversión impuesta, de carácter compulsivo. No obstante, sin duda, esta dejó paso a otras formas, que indicaban que aparentemente aquella se había realizado, pero sin abandonar por parte de los nuevos conversos las creencias previas de carácter local, a menudo muy

disparos respecto a las intenciones evangelizadoras. Estas formas han sido consideradas *formas de rebelión o de resistencia*.

Pienso que el proceso histórico las hizo cambiar o remodelar, surgiendo multiplicidad de formas alternativas a las relacionadas con el proceso de evangelización inicial, de tal modo que hoy quizás han perdido aquel carácter. En algunos trabajos ya publicados (Galván, 2008, 2011) he insistido en esta idea y en la necesidad de incorporar otros planteamientos que he denominado como *sincretismo desde la perspectiva de su construcción*, tanto por parte de los ideólogos locales, a través de sus discursos y narrativas, como desde la visión de los actores/rices rituales, indicando sus semejanzas y diferencias, especialmente en las prácticas.

Por otra parte, partimos del interés de una *perspectiva transnacional*, en la que se tengan en cuenta las dos orillas, como si fuera un sistema, en el marco de una concepción global de carácter atlántico, que incluya Europa (especialmente, Portugal, España y Canarias), África y América, tanto a nivel insular como continental. Según veremos, a través de los estudios de caso escogidos, las relaciones entre los tres continentes no han sido siempre unívocas, ya que el destino principal de la expansión evangelizadora y migratoria fue América, de tal modo que la relación de ida y vuelta entre Europa-África-Europa respecto a las advocaciones marianas fue casi inexistente, excepto las de los portugueses, que introdujeron entre otras una advocación no mariana, la de Santiago Matamoros, que los africanos sincretizaron con Ogoú Feray y la llevaron a América, abarcando su culto muchas islas del Caribe y Brasil (Barnes, 1997; Hurbon, 1988, 2009), estando presente en diversas religiones afroamericanas (vudú haitiano, santería,...). No obstante lo dicho, veremos a través de la transnacionalización de las migraciones, cómo los africanos cierran el círculo implorando a Mami Wata en su traslado

azaroso hacia Europa (Martínez, 2013). Por otra parte, la relación existente entre América y Canarias, en un viaje de vuelta, la veremos a través de los casos escogidos y las referencias relacionadas con Venezuela y Cuba, a través de la Virgen del Coromoto (Lima, 2014) y la Caridad del Cobre (Pérez Amores, 2011, 2016), en un caso traída por canarios y en la otra siendo objeto de culto preferencial por inmigrantes cubanos y/o canarios (Galván, 2008, 2010). Por otra parte, tanto la santería, el Palomonte y el candomblé, se han globalizado a nivel mundial (Capone Ed. 2004; King Ed. 1997). Mientras, son abundantes las publicaciones que muestran la relación directa África-América e incluso América-África (Capone, 1999). Las primeras tienen su expresión inicial, tras los textos de antropólogos como Herkovits (1965, e. o. 1937), Bastide (1969), Bascom (1972, 1980), Verger (1957, 1982, 1986) y Brandon (1994), en las reflexiones sobre El Atlántico Negro de autores como Thornton (1992), Gilroy (1993) y Matory (1999), a las que siguen las de otros antropólogos americanos tales como Yelvington, (2001, 2002, 2006), Murphy (1988), Murphy & Sandford Eds (2001), Olupona & Rey Eds (2008), Palmié (2008), las enciclopedias de Appiah y Gates (1999), la de Glazier Ed. (2001), o el espléndido trabajo de Okpewho, Davis, y Mazrui, (Eds) (1999). Es por ello, que la frecuencia e intensidad de las relaciones atlánticas intercontinentales deben ser periodizadas. Unas fueron más intensas en los siglos XVI-XVII, otras lo fueron en el XVIII-XIX y otras en los siglos XX-XXI. No obstante, una perspectiva transnacional con carácter sistémico, en la que los nudos de las redes conectan puertos, islas, continentes y culturas, atravesando el Atlántico, se nos revela de una fecundidad teórica y eurística insospechadas.

El concepto de advocación mariana y sus reinenciones:

Veamos, a continuación, cómo el concepto de advocación mariana debe incluir al menos diversas cuestiones, que resultan variables: a) La referencia al relato bíblico; b) La representación iconográfica y sus características; c) El patronazgo de (una familia, una orden religiosa,...); d) Las características de la mariofanía o aparición; y e) las relaciones metafóricas y/o metonímicas (semejanza y contigüidad) entre las advocaciones que se encuentran en una región, puerto o localidad concretas. Tales relaciones pueden ser concebidas como un tanto arbitrarias, no obstante, pueden quedar iluminadas si las percibimos desde una lógica de lo sensible (Lévi-Strauss, 1984, e. o. 1962).

De este modo, en el catolicismo, unas advocaciones marianas son concebidas como una alusión mística relativa a apariciones, dones o atributos de la Virgen María y otras advocaciones corresponden a imágenes de la Virgen a las que se tiene especial devoción en un lugar, región o país. La Iglesia católica admite numerosas advocaciones que significan la figura de la madre de Jesús o alguna de sus cualidades, a las que se rinde culto de diversas maneras. Existen tres grandes tipos de advocaciones, que a menudo se presentan articuladas:

Las de carácter místico, relativas a dones, misterios, actos sobrenaturales o fenómenos taumatúrgicos de la Virgen, como la Anunciación, la Asunción, la Presentación, el Nacimiento, etc. Este es el caso de la advocación de la V. de Candelaria, ligada a la Presentación en el templo de Jerusalén con su hijo para ser purificada (2 de febrero). Porta a su hijo en el brazo derecho, que sostiene una tórtola, y una candela encendida (de ahí su denominación) en la otra. No obstante, hay en Tenerife y otras islas de Canarias, representaciones pictóricas y efigies, donde la

imagen porta invertidos los brazos y manos tanto al niño y la tortola como a la candela (Riquelme, 1990).

Este hecho, portar una candela, derivó en muchas localidades en la asociación con las hogueras, que se encienden durante la noche en diversos parajes de los pueblos de Andalucía. Incluso, en la aldea del Rocío (Almonte, Huelva), lugar donde se venera a la Virgen del Rocío, el 12 de febrero se celebra anualmente la fiesta de la Candelaria, en la cual *se encienden velas en honor a los difuntos* y se presentan los niños a la Virgen del Rocío. La fiesta de la Candelaria se celebra, según el calendario o santoral católico, el 2 de febrero, después de que el papa Gelasio I prohibió y condenó, en el año 494, las fiestas lupercales, considerada una celebración pagana, y la sustituyó por la fiesta de la Presentación, en recuerdo del pasaje bíblico en el que la Virgen lleva al Niño Jesús al Templo de Jerusalén (Lucas, 2:22-39) y queda purificada la Virgen María después del parto, cumpliendo la prescripción de la Ley del Antiguo Testamento (Levítico, 12:1-8). En Jerusalén, por otra parte, se celebraba con una procesión con velas encendidas hasta la Basílica de la Resurrección (Santo Sepulcro), la cual había sido mandada construir por orden del Emperador Constantino.

La Fiesta de la Candelaria, por tanto, se conoce y se celebra con diversos nombres: la Presentación del Señor, la Purificación de María, la fiesta de la Luz y la fiesta de las Candelas. Todos estos nombres expresan el significado de la fiesta. Cristo, la Luz del mundo, presentada por su Madre en el Templo viene a iluminar a todos como la vela o las candelas, de donde se deriva la advocación de la Virgen de la "Candelaria". Luz y noche, vida y muerte están articuladas en la Virgen de Candelaria. Las luminarias eran utilizadas tanto sobre los sepulcros, situados al interior de las iglesias, como posteriormente en los cementerios, asociadas a los difuntos.

Las apariciones terrenales, por otra parte, en muchos casos han dado lugar a la construcción de santuarios dedicados a la Virgen como el Real Monasterio de Nuestra Señora de Guadalupe (en Extremadura, España), la Basílica de Santa María de Guadalupe (México), y el de la Virgen de Coromoto (en Guanare, Venezuela), etcétera. Estas advocaciones a menudo dan lugar a múltiples patrocinios (como "virgen protectora") de pueblos, ciudades o países, o de diversas entidades, personalidades o cofradías. En el caso de Canarias, las apariciones están a menudo relacionadas con zonas de costa, sean playas o arrecifes, donde se observan fenómenos, que se creen milagrosos, como una luz que brilla en la noche sobre una cueva de la costa (V. de Guadalupe, en La Gomera), o son asociadas a una interpretación que entiende que la imagen desea quedarse en la isla, porque es muy pesada o impide que la nave, que la porta, siga su rumbo hasta América, a donde se dirige. Casi todas las apariciones de Vírgenes tanto en Canarias como en el Caribe (concretamente, en Cuba) están asociadas con barcos, que marchan destino a América o están ya alcanzando sus playas (La Caridad del Cobre).

Otras advocaciones tienen su origen en una determinada imagen de la Virgen a la que se tiene especial devoción en una población, región o familia. Así la V. de Las Nieves, de la que era devoto el Conquistador de Tenerife, Gran Canaria y La Palma, Alonso Fernández de Lugo, quedó instaurada en Agaete (bajo forma de un cuadro flamenco, obtenido como pago de la producción de azúcar de un ingenio de la comarca), en Santa Cruz de la Palma, y en Taganana. Ninguna de estas localidades era cercana a las montañas o sierras nevadas como en las localidades de Andalucía, y específicamente en Granada, donde se les da culto. En La Palma se habla de una nevada, como hecho milagroso, en la zona donde se encontró la imagen, similar a la sucedida en el año 367 sobre el Monte Esquilino en

Roma. Las tres estaban más bien ligadas a la devoción personal y al agradecimiento por un favor concedido, posiblemente la misma conquista de las islas. Así, según el documento más antiguo que se conserva con el nombre de "Santa María de las Nieves" lleva fecha del 23 de enero de 1507 y se trata de una Data del Adelantado Don Alonso Fernández de Lugo, donando a la Virgen los solares en los que en 1517 consta estar ya edificado el primitivo templo, ampliado en 1525 y sustituido por el actual en 1646. Si eso era usual durante una primera fase evangelizadora, entre los siglos XV y XVI, fue evidente en el curso de los procesos migratorios de los siglos siguientes, donde los emigrantes canarios, de mutuo acuerdo, colocaban su patronazgo en manos de la Virgen, patrona de la población de su lugar de origen.

Las advocaciones marianas se suelen nombrar con las fórmulas "Santa María de", "Virgen de" o "Nuestra Señora de". Pero también, las advocaciones suelen dar lugar en muchos casos a nombres propios femeninos, compuestos del nombre María y su advocación: María del Carmen, María de los Dolores, María de Lourdes, etc. Aunque el nombre sea diferente en cuanto al atributo relativo a la Virgen María siempre se refiere únicamente a ella, así se haga mención de varios nombres en un mismo momento, la instancia es la misma, la Virgen María. De acuerdo con la doctrina de la Iglesia católica, las advocaciones que se dirigen a María son única y exclusivamente modos de llamarla desde el punto de vista bíblico relacionados a ella, así como acciones, lugares o mensajes que la identifican. Para la religión católica solo hay una Virgen María, esté representada a través de la pintura o la escultura religiosa.

Por tanto, toda advocación, en la que intervienen las variables más arriba citadas, constituye un pool o paquete de significados, que forman un conjunto de factores que las

poblaciones de diversas religiones y lugares al encontrarse tienen en cuenta, combinándolas total o parcialmente, para establecer relaciones de contigüidad y semejanza, metáfora y metonimia, procediendo a seleccionarlas, elegir las y/o priorizarlas en un proceso de decantación simbólica y a compararlas con aquellos significados de los relatos y expresiones de las deidades, propias de su cultura. Es así como se produce la reinención de las tradiciones locales, que entran a formar parte del encuentro cultural.

Trataré en este texto, sin excluir la existencia de otras advocaciones marianas de interés por su carácter sincrético o identitario, tres de ellas: Primeramente la advocación de “la Virgen de la Candelaria”, que tiene su origen en Tenerife, desde donde va a Cuba, encontrándola en las localidades de Consolación del Sur -Pinar del Río-, en Morón, Camagüey, Holguín y Palma Soriano -Santiago de Cuba-. Asimismo, existe también en Venezuela, en Puerto Rico, en República Dominicana, en Uruguay, y en México –Coyoacán, Tlacotalpan de Veracruz-, Jalisco, Tlapala, y México DF –Mixcoac- y en muchos otros países de América Latina, tales como Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Panamá, Perú, Venezuela. Incluso en EE.UU (San Antonio de Texas), y en Brasil (-Río de Janeiro y Sao Paulo). Este culto a la Candelaria se extendió también a Almonte (Huelva), asociada a la Virgen del Rocío, su patrona. Anualmente, como he indicado más arriba, el 2 de febrero se celebra la Candelaria, encendiendo luminarias a los difuntos y ofreciéndole a la Virgen los niños/as nacidos ese año. Asimismo, en Zarza del Tajo (Cuenca) donde se celebra como la Virgen de las Candelas y en Colmenar (Málaga) donde se celebra conjuntamente con San Blas, al parecer devoción traída también por canarios.

En segundo lugar analizaré la advocación de “la Virgen de Regla”, que tiene su origen en Chipiona-Cádiz y de ahí va a Tenerife, Cuba, Brasil...

En tercer lugar, “la Virgen de la Caridad” que, siendo originaria de Toledo, es llevada a Cuba...).

Tanto este último caso como el de la Virgen de Guadalupe muestran explícitamente el papel de aquellas en la construcción identitaria nacional de dos países, Cuba y México, a la vez que constituyen dos formas de resignificación a partir en un caso, México, del encuentro con las culturas indígenas y, en el otro, de la representación de las tres razas (blanca, negra y mestiza), y el sincretismo afrocubano con la orisha Ochún. Por tanto, este tipo de sincretismo entre la Virgen María cristiana y deidades locales es palpable en otros lugares del mundo, tal es el caso de la Virgen de Guadalupe y la diosa azteca Tonantzin en México. Por otra parte, en algunos países latinoamericanos, la Virgen de la Candelaria es igualmente identificada con deidades nativas, tales como la Pachamama en Perú, Oyá en la Santería cubana o Coatlicue en el México colonial, según escribió Fray Bernardino de Sahagún.

Sin duda hay muchas otras advocaciones de interés teórico y eurístico para nuestro objeto de estudio, como son las de la Virgen de los Remedios, la Virgen del Rosario, Nuestra Señora de la Concepción (Brasil), La Virgen Aparecida (Brasil), la Virgen de las Nieves, la Virgen de los Reyes... En el presente texto se harán referencia a alguna de ellas solo para ilustrarlas por razones comparativas.

La Virgen de Candelaria

Según los historiadores y cronistas (Espinosa, 1967; Rumeu de Armas, 1975; Riquelme, 1990) la aparición de la

Virgen de Candelaria en las playas de Chimisay tiene lugar aproximadamente alrededor de 1393.

“Apareció en un lugar desierto y muy seco, a la orilla de la mar, junto a una playa de arena que tendrá media legua de largo, a la boca de un barranco, sobre una piedra...Yendo dos naturales por aquella costa repastando su ganado...se espantó y, no queriendo pasar, remolinaba”. Pensaban que fuesen algunos naturales de otro menceyato, “que les querían robar y saltar su ganado...Mirando hacia aquella parte del barranco, vido la santa imagen que estaba en pie sobre una peña...parecióle (porque tenía un niño en brazos) ser mujer, aunque extrañó el traje y color”. “Y porque entre ellos era costumbre que, si topaban mujer a solas y en lugar solitario, no la hablaban, porque incurrirían en pena de muerte, le hizo señas para que se apartase...”. La imagen no hizo movimiento alguno, ni respondió palabra. De ahí que uno cogiendo una piedra, alzó el brazo y quiso tirársela, quedando su brazo yerto, y el otro cogió una tabona, “con filo como navaja, con que sangran y sajan” e intentó cortarle un dedo y se cortó el, no la imagen. “Estos fueron los dos primeros milagros que esta señora, para bien de los naturales, hizo en ellos mismos, y confirmólos después...” Tras avisar al rey de Güimar, deciden cargarla hasta la cueva o auchón del rey, llamada Chinguaro. Al instante quedaron sanos. “El rey y los suyos estimaron que aquella mujer, aunque muda, debía de ser alguna cosa sobrenatural... porque oían muchas músicas angelicales, sentían suavísimos olores, y vían muchas luminarias de noche”. El rey dio aviso a los reyes comarcanos de lo que en su reino había aparecido, primeramente al mencey o rey de Taoro. Aunque le ofrece el rey de Güimar compartir la imagen durante la mitad del año, este no lo acepta y permanece la imagen en Güimar, ofreciéndole este las más hermosas cabras, “que llegaron a seiscientas”, señalándole “término particular, que

llaman Igueste, donde se apacentase este ganado, con pena de muerte que ninguno llegase a él”.

Según algunos arqueólogos (Escribano & Mederos, 2014):

El límite fronterizo entre los menceyatos de Güímar e Imobad, controlado por Taoro, debía encontrarse en el Barranco de Badajoz y la Ladera de Güímar, e incluir también el Malpaís de Güímar. Este límite explica mejor que los pastores que descubrieron la Virgen de Candelaria temieran encontrarse con pastores de Taoro que les robasen el ganado, y se le ofreciese al Mencey de Taoro guardar seis meses la imagen de la virgen. La Playa de Chimisay o Puerto de la Cera, por otra parte, tenía un «pozo viejo» de aguada que convertía a la playa en un punto de recalada de barcos. Era también un lugar tradicional de aparición de ámbar gris marino, que suele ser confundido con cera ya que también es inflamable. Finalmente, permitía desembarcar en el límite del Menceyato de Güímar, y desde allí hacer razias esclavistas hacia la Ladera de la Cuesta de Agache, territorio de Imobad y Taoro. Tenerife tenía una divinidad solar masculina, Achamán, y otra femenina, Chaxiraxi, diosa lunar celeste que favorecía las lluvias, la fertilidad y los partos de las mujeres. La diosa podía materializarse en algunas rocas o en lanzas de madera en los baladeros. Su principal festividad era los quince primeros días de agosto, el Begnesmet. Creemos que podría identificarse esta diosa con una Juno Caelestis africana.

Según algunos autores, el culto a la Virgen de la Candelaria surgiría, por tanto, a partir de la incorporación en el siglo XVI al catolicismo de la devoción a la estrella Canopo, por parte de la cultura de los antiguos canarios o guanches, preexistente a la llegada de los europeos. La Virgen de la Candelaria sería fruto de un sincretismo entre la devoción a la Purificación de la Virgen María y la diosa nativa guanche Chaxiraxi, cuyo nombre

significa 'la que carga o sostiene el firmamento' desde una posible forma primitiva *ta-γir-aγi*. Para algunos investigadores Chaxiraxi era una divinidad femenina relacionada con la luna y la fertilidad, mientras que para otros estaría vinculada al sol (Magec). Así, era una de las diosas principales de la mitología guanche emparentada con la diosa Juno del entorno mediterráneo-norteafricano y con el culto a la estrella Canopo. Otros, sin embargo, afirman que sería una reminiscencia del culto a la diosa Tanit. Incluso, según el médico e historiador Juan Bethencourt Alfonso, la imagen de la Candelaria sustituyó en la Cueva de Chinguaro a un ídolo guanche denominado *Chayuga* (Bethencourt Alfonso, 1991).

Al parecer, se desarrolló el primer culto a la Candelaria como advocación mariana sobre todo a raíz de que en 1497 el Adelantado de las Islas Canarias, Alonso Fernández de Lugo, celebró en la Cueva de Achbinico (San Blas) la primera *Fiesta de las Candelas*, coincidiendo ésta con la Festividad de la Purificación de la Virgen. En 1526, se construyó el primer templo de la Candelaria junto a la cueva en donde fue venerada originalmente. A partir de aquí, la Fiesta de la Candelaria asume un carácter mariano entorno al relato de la aparición de esa imagen a aquellos guanches. Dicho relato sería escrito por el fraile dominico Fray Alonso de Espinosa en sus obras "*Historia de Nuestra Señora de Candelaria*" y "*Del origen y milagros de la Santa Imagen de nuestra Señora de Candelaria, que apareció en la Isla de Tenerife con la descripción de esta Isla*". Esto explica la existencia de dos fiestas de la Candelaria, la oficial, digamos, que se celebra el 2 de febrero y la popular, que tiene lugar el 15 de agosto y estaría relacionada con la fiesta aborigen del Begnesmet.

No obstante, en Güimar el 7 de septiembre, se celebra también la denominada Fiesta de la Virgen del Socorro y Pares o Nones, en la que se dramatiza el relato de la aparición, y de la

petición de socorro, que los guanches hicieron al cargar la Virgen de Candelaria porque era muy pesada, en el llano situado sobre la playa donde, según el fraile dominico, se construyó una ermita con el mismo nombre. La Virgen del Socorro es blanca, el niño a su izquierda con una paloma y la candela en su mano derecha. Allí se baila, hoy en día, el pasodoble “Al Socorro”, en el trayecto de la Bajada y dentro de aquella a ritmo de la banda de música, adornada el interior de la ermita con flores y albahaca, mezclándose las dos músicas, la primitiva (tajaraste y danza de las cintas) y la moderna (pasodoble). Al día siguiente (8 de septiembre), se sube jugando hasta la villa de Güimar muchachos y muchachas con almendras, acompañadas siempre del baile de las cintas a ritmo de tajaraste, “a pares o nones”. En aquellas fiestas la representación es efectuada por vecinos de Candelaria y de Güimar, vestidos como los guanches con un tamarco o zalea de piel de oveja/cabra, reservada a pastores o en su caso a promesas efectuadas a la Virgen (Galván, 1987; Delgado, 1994). Guimar extenderá la devoción a la Virgen del Socorro en Venezuela (Acosta, 1992).

La fiesta que se expandió hacia América, no obstante, no fue la aborigen, sino la oficial, es decir la asociada con el 2 de febrero, fiesta de la Purificación de María, por lo que se vio desprovista de la representación ritual de la aparición de la Virgen, que hasta hoy día se mantiene, siguiendo el relato más cercano de Fray Alonso de Espinosa. Sintomáticamente, por otra parte, las imágenes más veneradas en América no son pardas o morenas, sino de tez blanca, aunque los historiadores del arte afirman que la que apareció en Chimisay era blanca, existiendo una copia en la localidad de Adeje. Posteriormente, con el huracán de 1826, se perdió la imagen, que era guardada en la cueva San Blas y se encomendó a el artista Fernando Estévez, escultor tinerfeño, que hiciera una talla en el año 1827,

un año después, que hoy se puede ver en la basílica de Candelaria. Una imagen que el artista reproduce tal y como recuerda. Parece que la original, según los historiadores del arte de la universidad de La Laguna era una talla blanca, una virgen gótica, con un niño en brazos y una pequeña vela, una candela. Después con la llegada de los españoles y las primeras comunidades de religiosos, los dominicos se apoderan de la imagen, a la que cuidan con devoción, untando la talla con aceite de nuez, para evitar que se deteriore, y que además la mantiene, día y noche, rodeada de velas. Precisamente el humo de los velones y el aceite van recubriendo a la virgen de un color moreno (Riquelme, 1990). La realización, por tanto, de esta nueva Imagen de la Santísima Virgen vino motivada por un aluvión que sufrió Canarias el 7 de noviembre de 1826 y que se llevó consigo al antiguo Icono de la Patrona. A este aluvión se le conoce como "El aluvión de 1826". La actual Imagen fue coronada canónicamente por la Reverenda Fábrica de San Pedro el 13 de octubre de 1889. En 1599 había sido declarada Patrona del Archipiélago Canario por el Papa, lo que ratifica el papa Pío IX. La talla de Fernando Estévez, por tanto, es morena. No obstante, las traídas a América por los emigrantes canarios son en su mayoría de color blanco. A la Virgen, enseguida, se le hacen fiestas anuales, así como rogativas en caso de sequía u otros impedimentos que azotan la agricultura, visitándola al regreso de un largo viaje al extranjero o lejos del archipiélago, y de todo el archipiélago se dirigen a ella, para ofrecerles los niños, para cumplir promesas de todo tipo, viniendo de peregrinación del norte y sur de la isla a pie, unos 70 kilómetros, recorriendo de rodillas su templo, para agradecer el cumplimiento de las mismas, solicitándole bendecir los coches, tanto taxis como turismos de uso personal, rogándole protección...

Según Fray Alonso de Espinosa, “el año 1420, después que las islas de Lanzarote y Fuerteventura se pusieron debajo del yugo del evangelio y vinieron en poder de españoles, por haberlas comprado a los franceses que las ganaron y poblaron, salían los moradores de ellas en navíos a saltar y llevar presos los que desta isla podían haber”. Así explica cómo capturaron al guanche Antón, “lo industrialon en la fé y lo bautizaron”. Este, regresando de España, lo llevan los guanches para que vea la imagen, que identifica en lengua aborígen “como la madre del sustentador del cielo y la tierra”. El guanche Antón los persuade de enviar a la imagen allí donde había aparecido a la orilla de la mar, y la colocan en una cueva, donde solían ordeñar los ganados, llamada Achbinico, “que los cristianos llamaron después cueva de San Blas”. Quedó al cuidado del guanche Antón y otros guanches viejos el cuidado de la cueva, haciendo festejos, “sacando cantidad de reses por aquellos días”, dándoles de comer a la gente con las reses adscritas al paraje de Igueste, donde pastaban.

Según Rumeu de Armas (1974) y otros historiadores, la aparición de la Virgen y el rapto del guanche Antón están asociados a una estrategia evangelizadora misional primitiva de los frailes mallorquines, muy usual por aquellos años, mediante la cual se pretendía lograr pacificar y convertir a los naturales de la zona, antes de la invasión militar. Y en este sentido se dejó a propósito la Virgen en una peña de la playa, si bien Fray Alonso de Espinosa, afirma contrariamente que: “aunque ya la navegación deste mar estaba descubierta y había noticia destas islas, no se navegaba con libertad, ni había para dónde, hasta que se descubrió Cabo Verde y las Indias, para que digamos que algún navío de cristianos la trajo; y cuando la trajeran no la habían de dejar en un desierto inhabitado, entre riscos y piedras, siendo como es, aún en lo material della, una de las más lindas piezas y más perfectamente acabada que se ha

visto”. Excluyendo que la mar la trajera, por hundimiento de un navío, ya que entonces “debía estar algo lastimada en los colores”, el fraile afirma que “*fue por ministerio de los ángeles a esta Isla traída y por sus manos labrada*. Porque es casi imposible que obra tan prima y tan perfecta, manos de mortales hubiesen hecho, como en la traza, estatura, colores y letreros que tiene, claramente se muestra...”. Sobre la interpretación de los letreros de la V. de Candelaria, véase la obra de Ignacio Reyes García, (2013) *La Madre del Cielo. Estudio de Filología Insuloamazighe*. Sobre las Fiestas de la V. de La Candelaria y de El Socorro en Güimar destaca el trabajo de campo, inédito, del antropólogo Erasmo Juan Delgado Domínguez (1994).

Según afirma la etnógrafa cubana especialista en religiones afrocubanas, Natalia Bolívar (1990) y R. Lachatañeré (1992, edición original de 1939), la V. de Candelaria se sincretizó en Cuba como Oyá (zona habanera) u Oyansa (zona oriental). Aquella afirma que, según los pattakies:

Como personaje histórico Changó fue el tercer Alafin de Oyó, pero decidió instalarse en el territorio de los Koso, sus vecinos, y allí se convirtió en un gobernante impetuoso, déspota, lo cual le ganó una mala fama y por ello fue desterrado por los viejos sabios y abandonado por su esposa, Oyá. Según las creencias yorubas, las desobediencias de Changó provocaron desgracia a su pueblo, llegando la sequía, la esterilidad de las mujeres y la muerte, razón por la cual Changó se suicidó. Oyá, su fiel compañera, angustiada por el remordimiento, tanto lloró que formó con sus lágrimas el río Níger y sus nueve deltas. Por ello, en Nigeria, Oyá es una divinidad orisha fluvial, dueña y señora del Río Níger, que lleva su nombre. Es la verdadera mujer de Changó, orisha del rayo y el trueno, de la música, del baile y de la belleza viril. Cuenta la leyenda que Oyá no podía procrear y siguiendo los vaticinios de Orula, hizo ebbó (limpieza) con 9 ovejas y parió 9 hijos. Por ello se le conoce como Iansan

(Madre de nueve hijos). Por lo tanto en Nigeria, como en Tenerife y Cuba, su número es el nueve, que significa una imagen completa de tres mundos; representa también la triple síntesis de los ritos medicinales, o sea, la ordenación de cada plano: el corporal, el intelectual y el espiritual.

No obstante, en la zona oriental de Cuba, se considera a Oyansa la diosa, madre y portera del cementerio, debiendo realizarse *rituales de cambio de vida*, consistente en tomar un coco seco y un pollo o paloma, y pasárselo por el cuerpo del enfermo, en ademán de limpiarlo. Luego, poner el pollo chiquito o una paloma sobre la cabeza del enfermo, y encima un paño blanco, apretándolo el enfermo con sus manos. La santera canta un rato, y pronto, si el pollo o paloma aparece muerto es que se ha hecho el cambio de vida.

En Lajas (Contramaestre, Santiago de Cuba) también he presenciado varios años el ritual a Oyansa. En el patio donde se celebra el bembé, existen dos cruces, una de hierro, pintada de rojo, y otra de madera pintada de blanco donde se lee en letras de color rojo en el palo perpendicular Ollansa, y en el travesaño M-C, Madre de los cementerios. Según la santera, Oyansa *predice el año, si habrá agua, sequía, o abundancia*. Allí se le hace durante todos los bembés una ceremonia a un ahijado de la santera que padecía de una enfermedad de raquitismo, que estando al borde de la muerte vivió por el tratamiento de aquella. En él se sacrifican ovejos y pollos a las 12 de la noche de uno de los días de la fiesta (Galván, 2008). En otro texto he afirmado lo siguiente: “Incluso, en ceremonias privadas, ella trabajaba para curar a un enfermo utilizando un animal pequeño (paloma o pollo). Tras hacer una limpieza por el cuerpo del enfermo con agua de coco, el enfermo debía colocar el animal sobre su cabeza y apoyarlo con sus manos fuertemente. La santera entra en trance, haciendo bajar el *lwa*. El animal muere en la cabeza del enfermo. Se parte el coco

contra el suelo y se cuenta el número de trozos que caen hacia arriba. Si encontramos un mayor número de estos, entonces es que el espíritu lo ha acogido bien. A continuación, se abre el animal con un cuchillo y se observa que no tiene sangre. El enfermo se curará, pues ha logrado *un cambio de vida*. Debe pagar 7'75 pesos cubanos, que se meterán en el interior del animal, y será tirado por otra persona en un cruce de caminos (Galván, 2016).

Dicho sincretismo, su asociación con personas que están al borde de la muerte, el hecho de que Oyansa tuviera problemas para procrear, que la Candelaria esté relacionada en El Rocío (Huelva) con las luminarias por los difuntos, y que en Jerusalén, por otra parte, se celebrara una procesión con velas encendidas hasta la Basílica de la Resurrección (Santo Sepulcro), son acontecimientos que muestran la relación de la Candelaria con la muerte, lo que favoreció su sincretización en Cuba con Oyá/Oyansa. Posiblemente tal sincretismo tuvo su desarrollo cuando se generalizó la entrada de esclavos, entre ellos los Yoruba, a territorio de Cuba desde finales del XVIII a finales del S. XIX.

Veamos a continuación la segunda advocación, la Virgen de Regla.

La Virgen de Regla

Según me ha comunicado el antropólogo granadino Miguel Carvajal la principal devoción que se da en Andalucía a la Virgen de Regla es la de la localidad gaditana de Chipiona de la que es patrona, tanto de la propia localidad como de los marineros. Se trata de una escultura de unos 62 cm de alto, realizada en madera, de estilo románico. La imagen situada en el santuario de este municipio costero, que es una "virgen negra", está datada según documentos medievales al menos en

el año 1399, si bien una versión legendaria la sitúa en épocas más lejanas, en tiempos de San Agustín de Hipona, en África, y habría sido llevada por mar hasta este punto por un discípulo suyo y otros monjes. Por esta razón y por hallarse su santuario cercano al mar, sería la patrona de los marineros. Ya en el siglo XVI encontramos una imagen de la Virgen de Regla en Sevilla (donde llegó a haber un par de ellas más), esta ya no negra sino blanca, y se extiende la devoción, proveniente según parece de Chipiona. La devoción a esta advocación estuvo ligada en la ciudad al barrio de Triana, cercano al Guadalquivir y al antiguo puerto que llevaba y traía productos de América, y posteriormente se liga a la Hermandad de los Panaderos. En cuanto al patronazgo gremial, en el caso de los marineros es en la localidad gaditana donde lo encontramos. En la costa andaluza la patrona suele ser habitualmente la Virgen del Carmen (como en el resto de España en general), y es sacada en procesión en zona marítima, aunque también podemos encontrar casos en los que la patrona de un pueblo que no sea la Virgen del Carmen (aunque esta pueda ser la patrona de los marineros como gremio) sea también sacada en procesión por el mar (caso de la Virgen de la Antigua, patrona de Almuñécar, en la costa granadina). Son múltiples los puertos de mar, donde se encuentra entronizada la Virgen de Regla. En Santa Cruz de Tenerife, se encuentra una ermita con esa denominación, al igual que en Pájara (Fuerteventura). En Tovar (Venezuela) como Santuario Diocesano, en Chihuahua (México), en Baní (República Dominicana), y en La Habana (Cuba) existen catedrales y como patrona de la Pequeña Habana en Miami una ermita, donde se venera a la Virgen de Regla llevada a EE.UU por los cubanos. Dos excepciones, ya que no se trata de puertos, son la ermita existente en Pájara (Fuerteventura) y la de Santa M^a de Regla, catedral de León.

En un momento determinado, se separó la advocación de los marineros respecto a los pescadores, siendo la Virgen del Carmen la patrona de los pescadores y la de Regla, la de los marineros o navegantes. A esta ha de unirse la de un beato de Tuy (Galicia) considerado por la gente como santo, San Telmo, patrono de marineros y pescadores. Tanto las vírgenes como el beato gallego son cultos del siglo XIII-XIV, aunque su devoción se expandió más tarde.

Veamos, a continuación, con más detalle la Virgen de Regla, patrona del barrio que lleva su nombre en la Bahía de La Habana. Ella viste de azul, se identifica con Yemayá, la dueña del mar. Con su veneración se funde casi todo el panteón Yoruba con la cristiandad en el sincretismo y la transculturación de lo africano y lo español, dando forma al mestizaje criollo en el que se basa la nacionalidad cubana. Una vez en la iglesia, el yoruba identificó el aspecto de las imágenes que se le obligaba a adorar con las deidades de su propio culto.

Por otra parte, los testimonios transmitidos durante generaciones aseguran que la bahía de Nipe, en el oriente de Cuba, encontró en la Virgen de la Caridad (Ochún) a su reina celestial, mientras la Bahía de La Habana halló a su protectora en la Virgen de Regla. Los años de su aparición están cercanos: 1628, es el de la aparición de la Virgen de la Caridad y 1696 la llegada de la Virgen de Regla a su pequeño templo, tres años después del derrumbe del santuario por el paso del ciclón de San Rafael.

Al parecer, la Virgen de Regla fue el símbolo mandado a tallar en España por un feligrés que quiso que en el reconstruido santuario se venerara aquella misma virgen que en el siglo V ordenara esculpir San Agustín el Africano, Obispo de Hipona, inspirado por una revelación: Un ángel le había vaticinado que debía ser tallada en madera la esfígie que luego debía colocarse bien adornada en su oratorio. Se talló la figura

de la virgen con el color negro, de acuerdo a la tez de los africanos. Se dice que el obispo utilizó la mejor madera de cedro que pudo encontrar. La tradición se encargó de hacer a la virgen Patrona de los marinos, como consecuencia de haber traído a la embarcación salva a pesar de la tempestad desde África. Según una tradición un tal Cipriano llegó luego a Cádiz, España, villa de Chipiona, donde estaba ya construido el santuario de la Virgen de esta villa y entregó su carga al prior del convento de Ermitaños de San Agustín. Los árabes estuvieron varios siglos en esa parte de España y el prior no pudo jamás ver a la sagrada figura en su altar, murió y llevó a la tumba su secreto.

Sigue la tradición, afirmando que en el año 711, una invasión amenazó a la santa, debido a la presencia árabe en Andalucía, pero la efigie había sido escondida hábilmente en un pozo cercano. En 1330, un canónigo del Convento de Santa María de Regla, la encontró, durante un paseo que realizaba en compañía de unos labriegos. El encuentro se produjo porque el canónigo había soñado que una gran señora de rostro negro, le mandaba ir a orillas del mar a rescatarla: “Debajo del árbol, en que reposas, está lo que afanosamente buscas” decía la revelación. Don Joaquín Ponce de León, señor feudal de Chipiona, cedió su castillo como monasterio de culto a la imagen. De esta virgen solamente quedaron cabeza y tronco. En 1590 toda la efigie fue cubierta por una chapa gruesa de plata a modo de armadura, en que sólo la cabeza quedó descubierta.

En Regla (Habana), a partir de 1687, y hasta 1696, como es el caso de la V. de Las Nieves (Agaete) hasta hoy en día, se adoró una imagen representada por un cuadro pintado al óleo, pero ese último año el castellano Don Pedro de Aranda y Avellaneda, donó al santuario la escultura que había traído en su primer viaje a España. En 1708 se agregaron a la iglesia dos altares para

las misas. El 14 de diciembre del propio 1708, se juró la Virgen de Regla por Patrona de la Bahía de La Habana, se depositó la llave que tuvo en sus pies, que simboliza San Cristóbal de La Habana, por el Regidor Decano de ese Cabildo.

Poco a poco en torno al santuario, se construyeron los almacenes, y las murallas, así como algunos cuartos para hospedar a los devotos.

En 1717 el Sacramento se hizo con tal solemnidad, que se adicionó 8 días consecutivos de fiesta y regocijo, y en 1734, se fundó la hermandad de la Concordia de Nuestra Señora de Regla concediéndosele a los devotos inscritos en ella, gracias e indulgencias. De este modo, el origen de Regla está ligado a la virgen.

La actual iglesia se construyó en 1811, en septiembre. Gonzalo Herrera fue el padrino, aunque en 1818 se terminaron de construir la torre y el frontis, gracias a la obra del matemático Pedro Abad Villarreal, y el alarife Don Pedro Justiniani.

Se sabe que en 1762, con motivo del ataque de los ingleses, el capellán tuvo que trasladar la imagen de Nuestra señora de Regla y sus alhajas a la iglesia del Calvario, llevándolas personalmente en su cabalgadura. Dos días después volvió a trasladarla al ingenio de San Diego Marrero en Managüa, donde estuvo doce días. En los creyentes afrocubanos las abluciones en homenaje a Yemayá tienen algo del rito de la virgen de las barcas. Yemayá fue la que apartó las aguas por encargo de Dios (Olofi). En Cuba, ambas vírgenes, tanto la de la Caridad como la de Regla son símbolos ante las tempestades. Los navegantes las invocan como refugio en las tormentas. En la historias de los navegantes cubanos hay no pocas historias que hablan de personas salvadas gracias a algún milagro de la Caridad o de la Virgen de Regla.

Cuando se llega a Regla, uno de los 15 municipios de La Habana, lo primero que se observa es la ermita que, mirando al mar, se construyó por primera vez en ese sitio en 1690 gracias a las limosnas y un donativo que consiguió un peregrino peruano llamado Manuel Antonio. Una tormenta destruyó la primera edificación, construida con tablas y yaguas de guano. En 1792, un asturiano llamado Juan de Coyedo Martín levantó una ermita de tapia y tejas, que también servía de vivienda a los limosneros que a ella se acercaban. La virgen está desde entonces en el altar mayor, desde donde protege a la Bahía de La Habana. La ermita, levantada en una colina, es humilde. Sus altares no están, como en otras de algunos países de América Latina donde abundó el oro, revestido del precioso metal. Tampoco la virgen es ostentosa. Apenas se vislumbra su rostro entre la vestimenta azul con encajes blancos. El color azul de su vestido, que es el del mar, identifica a la capital cubana. El canal de televisión capitalino, e Industriales, el equipo de béisbol del territorio, ostentan como identidad el venerado tono marino de ese mar hermoso y sagrado, custodiado por la Virgen de Regla.

Es una tradición, que su fiesta se realice anualmente desde el 8 de septiembre de 1696, cuando se ubicó en el Santuario la imagen actual de la Virgen de Regla. Surgió con un carácter ritual, pero el pueblo le incorporó gradualmente elementos laicos entre los Siglos XVIII y XX. Desde 1961 ha conservado su autenticidad como fiesta religiosa, circunscrita al templo católico y al espacio público donde se verifica la procesión de la Virgen. En particular se ha mantenido la antigua costumbre de visitar la Iglesia el día 8 de septiembre, pero dejó de celebrarse el domingo siguiente a este día la procesión mencionada, imponiéndose su salida el mismo día de la Natividad de la Virgen.

Yemayá es un Osha de Cabecera el cual debe recibirse en la "ceremonia de Kari Osha" (hacer santo) en Cuba. No importa cuál sea el ángel de la guarda de la persona. En Trinidad, localidad de Cuba, se encuentra el Templo a la Orisha Yemayá. En este Templo cada año el 19 de marzo se realiza una fiesta con la participación de religiosos y creyentes para rendirle culto, tributo y homenaje a la Deidad, considerando esta fecha como el inicio de la primavera, de la época de lluvia.

Tenemos, por tanto, que en Cuba la Virgen de Regla, patrona de los marineros está asociada al mar y océano que aquellos surcan, durante su navegación para transportar mercancías y personas. La patrona cuida de los problemas que se pueden derivar de esa actividad de transporte en unas aguas siempre procelosas e imprevisibles, dotadas de gran incertidumbre, que pueden derivar ya sea en naufragios, en hundimientos, o verse afectadas las embarcaciones por los huracanes...Como es sabido, durante algunos meses, todos los años, especialmente septiembre y octubre, la isla de Cuba es azotada por huracanes, que ponen en peligro la vida de los navegantes, ya que estos vienen imprevisiblemente acompañados de viento y/o agua, generando torbellinos que afectan las mareas. Los esclavos yorubas vieron en esa Virgen la Yemayá de sus antepasados africanos, generándose, al igual que en el caso de la Virgen de El Cobre, otro fenómeno de resignificación de una advocación mariana, si bien en este caso, la similitud es casi completa, derivada de su color y de su asociación con el mar, lugar principal de asiento de Yemayá y Olokun, divinidades a las que se encomendaban.

En Brasil, especialmente en Bahía, también se encomiendan a Yemanyá, a quien hacen ofrendas, derramando la sangre de los pollos, que sacrifican en su honor, en las costas y playas.

Yemayá, o Jemanjá, también llamada Yemanyá, Yemoja en Nigeria, *Iemanjá* o aún *Dona Janaína* en Brasil, es la orishá del pueblo egba, divinidad de la fertilidad de la mitología yoruba, originalmente asociada a los ríos y desembocaduras. Su culto principal se estableció en Abeokuta después de migraciones forzadas, tomando como soporte el río *Ògùn* de donde se manifiesta en cualquiera otro cuerpo de agua. También es reverenciada en partes de Sudamérica, Caribe y Estados Unidos. Se manifiesta a los iniciados en sus misterios (*eleguns*) a través de posesiones o trances.

Celebrada en Ifé como hija de Olokun, la divinidad de los mares, esa estrecha conexión fue enaltecida en el proceso de la diáspora africana resultando en una sobreposición de ambas en una misma figura como manifestaciones de un mismo principio, siendo el motivo para la asociación de Yemayá con los mares en el Nuevo Mundo. Con el sincretismo de otras divinidades y de influencias europeas, fue dotada de incontables atributos y poderes en una gran variedad de cultos. Su arquetipo maternal se consolidó sobre todo como *Madre de todos los Orishás*. Yemayá representa el poder progenitor femenino; es ella la que nos hace nacer, divinidad que es maternidad universal, la Madre del Mundo.

En Brasil, considerada la orishá más popular, es festejada con fiestas públicas, y se desarrolló una profunda influencia en la cultura popular, música, literatura y en la religión, adquiriendo cada vez más una identidad consolidada por el Nuevo Mundo, conforme puede ser observado a través de su representación por diversos intelectuales, artistas y por el folclore que en su imagen reunieron las "tres razas". Figura en la *Dona Janaína* una personalidad en parte, seductora, sirena de los mares noroccidentales, con cultos populares simbólicos y accesibles. En esa visión, es madre y esposa. Ella ama los

hombres del mar y los protege. Pero cuando los desea, ella los mata y los hace sus esposos en el fondo del mar.

"Yemayá" es un nombre que deriva de la contracción de la expresión en yoruba *Yèyè omo ejá* ("Madre cuyos hijos son peces") o simplemente *Yemọya* en referencia a un río homónimo. También es conocida como *Aleyo* en la misma región de Egbado, Ayetoro, Igan y Okoto. En portugués es conocida por el nombre popular *Dona Janaína* o *Mãe d'agua* que tiene un origen más complicado: diversas fuentes lo asocian a un origen indígena pero no lo identifican.

Yemayá en su gran variedad de cultos asume diversos epítetos.: *Ayaba ti gbe ibu omi*, reina que vive en la profundidad de las aguas; *Ibu gba nyanri*, regato que retiene la arena; Oloxum (*Olosun*), regato rojo; *Ibu Alaro*, regato negro; *Olimo*, dueña de la hoja de palmeira; *Onilaiye*, dueña del mundo; *Onibode Iju*, guardiana de la floresta; madre de Minihun (*Iya ominihun*), en referencia a la minihun que es el nombre que se da a los niños que se cree concebidas gracias a Yemayá; *Ayaba lomi lo*, reina en el agua; *Iyá Ori*, madre de la cabeza *Reina del Mar*, *Sirena*.

Muchos atributos y códigos morales de Yemayá pueden ser verificados en sus cantigas y *orikis*, de tradición oral entre los yorubas, y sus *itan* o mitos y demás tradiciones que también se preservaron del mismo modo. P. Verger inicialmente influenciado por tales mitos ya alertaba que los mismos no eran más conocidos o susceptibles de verificarse en la costa de África y posteriormente concluye que se trataba de una serie de equívocos y los rebate duramente en obras posteriores (1957, 1982).

En el Nuevo Mundo, también se observa una moralización de su figura al asociar el sincretismo con figuras del cristianismo, siendo que aún sus descripciones de formas y senos generosos ya ceden lugar a una versión más latinizada y blanca, cuando no en determinados momentos asume los

aspectos de la sensualidad en demasía por asociaciones a la figura europea de la sirena, o de atributos ya cargados de la influencia de los colonizadores del viejo continente, como en el culto de *La Sirène* o Mami Wata en el Caribe.

Yemayá, en su culto original, es un orishá asociado a los ríos y desembocaduras, a la fertilidad femenina, a la maternidad y primordialmente al proceso de génesis del Àiyé (mundo) y la continuidad de la vida (emi). También controla la pesca, y la plantación y cosecha de ñames. P. Verger, en su libro *Dieux d'Afrique*, registra: "es el orishá de las aguas dulces y saladas de los Egba, una nación yoruba establecida otrora en la región entre Ifé y Ibadan, donde existe aún el río Yemọya. Las guerras entre naciones yorubas llevaron a los Egba a emigrar en la dirección oeste, para Abeokuta, en el inicio del siglo XIX. (...) El río Ògùn, que atraviesa la región, constituyó, a partir de entonces, la nueva vida de Yemayá". Después de la guerra entre los egbás y los dahomeyanos, quedaron pocas personas de ese culto, debido a la dispersión o prisión de estos por los enemigos. Los principales relatos mitológicos de Yemayá se desarrollan con los orishás primordiales de la creación yoruba del mundo. Evidenciándose en la segunda mitad del siglo XX un consenso entre los autores de que Yemayá es hija de la divinidad soberana de los mares y océanos Olokun. Esta última es una divinidad femenina en Ifé y masculina en el Benín, siendo ese vínculo celebrado en la ciudad de Ifé, considerado como la cuna de la civilización yoruba. "Yemayá, igualmente, representa en su aspecto peligroso la ira del mar, la esterilidad y la locura". No obstante, es muy frecuente encontrar referencias a la naturaleza benéfica de Yemayá, Lydia Cabrera así lo defiende: "Sin deformar esa definición encantadora e irrefutable, podemos imaginar Yemayá emanada de Olokun, con su poder y sus riquezas, pero sin las características tremebundas que lo asocian más a la muerte que a la vida, como su manifestación femenina —Yemayá es muy maternal— y

benéfica". En la cosmología y génesis Yemaya es hija de la unión de Obatalá con Oduduwa en una manifestación femenina.

P. Verger apunta su primera unión con Orunmilá, el orishá de los secretos. Esa unión es ampliamente celebrada en el culto de ifá afro-cubano con diferentes *itanes* registrados por L. Cabrera (2011), pero es negada por W. Abimbola (2003). L. Cabrera registra: "*Orunmilá tuvo que asistir a una reunión de dieciséis awós, convocada por Olofi. Ella quedó en casa y a todos los que iban a consultar a su marido, en vez de decirles que esperaran su vuelta, ella hacía pasar adelante y adivinaba para ellos. (...) cuando este volvió, todos le pedían quién Yemayá mirara para ellos. Orunmilá explicaba que las mujeres no pueden jugar Ifá. Ellos iban aunque... y no volvían más*".

Al parecer, muchas de las interpretaciones de Yemayá y de su mitología se debe a los primeros registros escritos. Su atributo de *Madre de todos los orishás* es oriundo del relato de su unión con Aganjú, de la cual habría surgido el orishá Orungán. Este último atraído por la madre habría intentado poseerla en un momento de ausencia del padre. De la consumación del incesto o de la mera tentativa de la misma, se sucedió una fuga de Yemayá, como en otros episodios, que horrorizada cae sobre la tierra y de sus senos rasgados surgen dos lagos y se sucede así el parto colectivo de diversos orishás, juntamente del Sol y de la Luna. Otro atributo que le fue asociado fue el poder sobre las cabezas y, por lo tanto, sobre el destino. Según dicha creencia Obatalá modeló los seres, Ajálá suministró la cabeza. En palabras de Abimbola, "*Ajálá (otra existencia sobrenatural que no es reconocida como divinidad) suministra el ori (cabeza) de su tienda de cabezas*". En Brasil a Yemayá fue atribuida la tarea del mantenimiento de las cabezas, en especial en el procedimiento del Bori haciéndose a *Iyá Ori* ("Madre de las Cabezas").

En su asociación a los mares, Yemayá a través de la luna y sus fases juntamente con la fuerza del viento, que agita las aguas, controlará las mareas. Esa analogía entre la luna y los ciclos con aniquilamiento/regeneración, es notable en el mito registrado por L. Cabrera que relata la venganza de Yemayá contra la humanidad que habría conspirado contra su primogénito, que fue sentenciado a muerte y ejecutado. Yemayá llena de ira (aquí consigue absorber las características y el objetivo de Olokun, pero con gran éxito), habría destruido la *primera humanidad*, habitando en ese mito los contrastes entre origen y destrucción.

En algunos mitos, Yemayá habría sido mujer de Ogún, acompañándolo en sus incontables campañas de guerra portand el machete (obé), pero insatisfecha con su boda con el orishá de la guerra quiso librarse de él. El mito registrado por L. Cabrera se inicia con la afirmación de que en aquellos tiempos cuando Ikú, la Muerte, llevaba la vida de alguien no le sepultaban el cuerpo, y Yemayá sabiendo eso planeó quitarle provecho. Fingió tan bien las características y la rigidez de la muerte, que fue envuelta por el marido que la llevó a los pies de Iroko, el gran árbol, conforme las costumbres. Apenas Ogun se retira del local en luto, el amante de Yemayá surge para liberarla de las amarras del sudario, y ambos huyen juntos.

La veneración de Yemayá es transcultural e internacional. El carisma de Yemayá traspasó las fronteras que demarcan religión, clase social, etnia y raza para abrazar a todos.

Yemayá siendo una divinidad que posee gran popularidad en Brasil y en Cuba es celebrada con grandes fiestas públicas, entre las cuales se destacan actualmente el presente de Yemayá en la playa del Río Rojo en Bahía el día 2 de febrero, y la fiesta el día 8 de diciembre juntamente con las festividades de Nuestra Señora de la Conceição en Brasil. En Cuba, su

festividad como hemos afirmado más arriba se celebra el día de Virgen de Regla, el 8 de septiembre.

El punto culminante del culto al orishá ocurre con sus *iaôs* o *eleguns* mediante la posesión, donde "*Yemanjá se manifiesta en su adoxu o Olorishá (hayamos genéricos para todos los iniciados capaces de experimentar el trance de la posesión)*". Durante esos fenómenos, el orishá manifestado se presenta respondiendo corporalmente a las canciones que le son propias entonadas por dirigentes del culto, y siguiendo los ritmos que son de su preferencia; portan objetos que le son característicos, además de emitir pequeños gritos *llá* que le identifican, donde Yemayá puede reír a carcajadas o gemir. Según Bastide, las bailes religiosos en la concepción africana "*constituyen la evocación de ciertos episodios de la historia de los dioses*. Son fragmentos de mitos, y el mito debe ser representado a la vez que hablado, para adquirir todo el poder evocador".

La danza de Yemayá refleja en gran medida su personalidad conectada a la maternidad, y su elemento natural fluido, el agua, presentando movimientos evocativos de las ondas marinas y de distribución que representan la germinación constantemente renovada. Su ritmo predilecto es el *jinka*, que significa "hombros", indicando bailes reales de carácter más lento y que estimulan respeto.

Yemayá, en la cultura de la diáspora, es, sobre todo, una divinidad sincrética, reuniendo, en sí, los diferentes atributos de otros orishás femeninos de las aguas. Su figura envasada en el arquetipo de la *gran-Madre* es promovida como la *gran-Diosa*, en especial por el hecho de que, en Brasil, tratándose de la divinidad más adorada de Bahía, con gran prestigio popular, encuentra su par en Nuestra Señora de la Concepción (en el Río Grande del Sur, Nuestra Señora de los Navegantes), o en concreto en Virgem Maria, lo que, según Verger, habría ocasionado una equivalencia de peso dentro del panteón

yoruba, haciéndola la única del mismo con un sincretismo iconográfico acabado. Tal sincretismo ocurrió debido al culto de los orishás disfrazados de santos del catolicismo por los esclavos en las senzalas.

En Brasil, su culto también se confundió con el culto de la *Madre-d'agua*, la Iara, lo que justifica su representación como sirena. Esa asociación con la sirena contrasta evidentemente con el lado maternal de Yemayá en la concepción africana, y en especial con Virgem Maria por la excesiva sensualidad. No obstante también aparece en el Vodou de la Louisiana y Vodou haitiano, donde Yemayá es asociada a la *a la Sirène* y Mami Wata, espíritus de las aguas. Esa aglutinación con tales divinidades se evidencia en la afirmación de S. Otero (2013) de que "*Yemayá y Oxum forman parte de una red global de espíritus del agua que muchos estudiosos, especialmente Henry John Drewal (2008), trató bajo la figura de Mami Wata en Sierra Leona, Congo, Togo, en Igbo (Nigeria), cómo La sirène en Haití, Santa Marta Dominadora en la República Dominicana (...) los espíritus (divinidades, energías, fuerzas cósmicas) que comparten algunas semejanzas notables*".

En Ibadan capital del estado de Oyo permanecen cultos y celebraciones de Yemayá como diosa patrona, siendo reverenciada en el antiguo templo conocido como *Popo-Yemoja*. En su cortejo anual se celebran cuatro aspectos que enfatizan la importancia del orishá y de su liturgia: "Ella simboliza el poder de la maternidad y principios femeninos, ella es la generadora del panteón del mundo *yoruba*; escultura tradicional que es descrita generalmente como que muestra senos y culo voluptuosos, retratando mujeres de poder y gracia. *La segunda es la función sociológica que genera durante la época festiva. El tercero es el fervor espiritual o cosmológico que aparece en la celebración. Generalmente, hay ese sentimiento de transcendencia, abriendo el corazón y la mente para el más alto ser espiritual. La cuarta*

y más importante es que ella es reverenciada como una diosa de la fertilidad".

En África, Yemayá es señora de trazos negros con formas bien evidenciadas y senos muy voluminosos, muchas veces es representada como embarazada. *Las esculturas figuran el papel de Yemõya como madre cariñosa, protectora, vigilante y agente de fertilidad. Un collar especial compuesto por varias vertientes de pequeñas abalorios de cristal claro atadas por dos o tres cuentas mayores en rojo, blanco y azul veneciano sirve como un símbolo de Yemõya en Ibara y está representado en las esculturas que se conforman a lo grande en el canon yoruba típico".*

En Brasil en los ámbitos populares ocurrió una aproximación entre la figura africana y la sirena europea blanca, con sus atributos de seducción y esquinas hechizantes, ya confundida con la Iara, la *Madre d'Agua*. Hasta el siglo XIX encontramos representaciones de Yemayá en Bahía como una señora, exponiendo sus grandes senos, no aludiendo en nada a la figura mitológica de la sirena, sin embargo este mismo siglo ya es posible reconocer representaciones que funden los atributos del orishá con la figura europea.

Refiriéndose a esa nueva manifestación de la figura de Yemayá, escribe Verger: "Ella es representada como una especie de hada, con la piel color de alabastro, vestida en una larga túnica, bien amplia, de muselina blanca con una larga caída adornada de estrellas doradas; surgiendo de las aguas, con sus largos cabellos negros al viento, coronada con una diadema hecha de perlas, teniendo en lo alto una estrella de mar. *Rosas blancas y estrellas doradas, flotan suavemente en el marullo de las ondas*. Yemayá aparece flaca y esbelta, con pequeños senos y el cuerpo imponentemente curvo".

Algunos autores atribuyen que esa adaptación haya surgido del sincretismo religioso con la figura de Nuestra Señora, ya que, para los bahianos, Yemayá está conectada a

nuestra Señora de la Concepción. La imagen de Yemayá totalmente blanca vendría a atender la devoción de la umbanda, que, los últimos años, se ha esparcido por el territorio nacional brasileño, introduciendo esa nueva percepción popular.

La pérdida del "color de la piel" de los orishás *"refleja la mezcla racial de la población que los adora y el movimiento de 'abrasileramiento' de la religión. Otra interpretación de la concepción del orishá, más radical en cuanto a la desvinculación entre el origen racial, es aquella que piensa los orishás como fuerzas de la naturaleza"*.

En Brasil, la orishá goza de gran popularidad entre los seguidores de religiones afro-brasileñas y hasta por miembros de religiones distinguidas. En Salvador, ocurre anualmente, el día 2 de febrero, la mayor fiesta del país en homenaje a la "Reina del Mar". A la celebración acuden miles de personas que, vestidas de blanco, salen en procesión hasta el templo, localizado en el barrio Río Rojo, donde depositan variedades de ofrendas, tales como espejos, bisuterías, comidas, perfumes.... Sin embargo, en la ciudad de San Gonçalo, los festejos acontecen el día 10 de febrero. Otra fiesta importante dedicada a Yemayá ocurre durante el fin de año en Río de Janeiro y en todo el litoral brasileño. Miles de personas comparecen y depositan en el mar, ofrendas para la divinidad. La celebración también incluye el tradicional "baño" de las siete olas que los fieles, o incluso seguidores de otras religiones, cogen como forma de pedir suerte a la orishá. En la umbanda, es considerada la divinidad del mar. El día 8 de diciembre, otra fiesta es realizada a la riba-mar en Bahía: la Fiesta de Nuestra Señora de la Conceição de la Playa. Ese día, 8 de diciembre, es dedicado a la patrona de Bahía, Nuestra Señora de la Conceição de la Playa, siendo festividad municipal en Salvador. También en esta fecha es realizado, en la Piedra Agujereada, en el Monte

Serrat, en Salvador, el presente de Yemayá, una manifestación popular que tiene origen en la devoción de los pescadores locales a la Reina del Mar, también conocida como Janaína.

En la capital de Paraíba, la festividad municipal consagrada a Nuestra Señora de la Conceição, 8 de diciembre, es el día de la tradicional fiesta en homenaje a Yemayá. Todos los años, en la Playa de Tambaú, se instala un escenario circular cercado de banderas y cintas azules y blancas alrededor del cual se aglomeran fieles oriundos de varias partes del Estado y curiosos para asistir al desfile de los orishás y, principalmente, de la homenajeadada. Por la playa, se encuentran agujeros con velas, flores y presentes. En 2008, según los organizadores de la fiesta, 100 mil personas comparecieron a la localidad.

La tradicional Fiesta de Yemayá en la ciudad de Salvador, capital de Bahía, tiene lugar en la playa del Río Rojo todo el día 2 de Febrero. En la misma fecha, Yemayá también es adorada en otras playas brasileñas, donde le son ofrecidas velas y flores, lanzadas al mar en pequeños barcos artesanales.

La fiesta católica acontece en la Iglesia de Nuestra Señora de la Conceição de la Playa, en la Ciudad Baja, mientras los terreiros de candomblé y umbanda se hacen mediante divisiones cercadas con cuerdas, cintas y flores de las playas, delimitando el espacio para las casas de santo que realizarán sus trabajos en la arena.

La Fiesta de Nuestra Señora de los Navegantes en Porto Alegre es la mayor fiesta religiosa de la ciudad brasileña del sur de Brasil, y homenajea a Nuestra Señora de los Navegantes y su sincretismo afro-brasileño. ES realizada el día 2 de febrero de cada año desde 1870.

La V. de La Caridad

Entre los años 1612 o 1613, se realizó el hallazgo de la imagen de La Virgen de La Caridad, la patrona de Cuba. La historia narrada bajo juramento eclesiástico a los 85 años por Juan Moreno, "el negrito de La Caridad" nos cuenta como fueron en una canoa en busca de sal, él y dos hermanos indios, Juan y Rodrigo de Hoyos, cuando salían de Cayo Francés (en la Bahía de Nipe) observaron algo flotando en el mar, al acercarse vieron con asombro y alegría que se trataba de una imagen de la Virgen María sobre una tablilla donde se podía leer: "Yo Soy La Virgen de La Caridad".

En un relato que se conserva en el Archivo de Indias de Sevilla, hecho bajo juramento eclesiástico "setenta y cinco años después del suceso", el esclavo negro Juan Moreno contó cómo ocurrieron los hechos. El rey le hizo el encargo de erigir una pequeña iglesia, lugar donde soldados y mineros pudieran acudir a encomendarse y hacer sus oraciones a la venerada imagen de la Virgen de la Caridad.

Antes de su partida hacia el Nuevo Mundo, Francisco Sánchez de Moya, capitán de artillería mandó tallar en Toledo (Illescas) una réplica de la Virgen de la Caridad, que fue la que llevó por mar hasta la isla. Según los documentos antiguos que se encuentran en el Archivo General de Indias, la llegada de la imagen de la Virgen de la Caridad a las serranías de la Sierra del Cobre, en Cuba, sucedió cuando dicho capitán recibió el 3 de mayo de 1597 un mandato del rey Felipe II para que se fuera a las minas de la Sierra del Cobre a defender aquellas costas de los ataques de piratas ingleses.

El documento donde se narra cómo "los tres Juanes" encontraron la imagen fue encontrado en el Archivo de Indias de Sevilla por el historiador cubano Lévi Marrero (1980), bajo

el título Audiencia de Santo Domingo, legajo 363; es como sigue:

En el lugar de las minas de Santiago de Prado, en primero día del mes de abril de mil seiscientos ochenta y siete años, el Señor Beneficiado Juan Ortiz Montejo de la Cámara, Cura Rector de la Parroquial de este dicho lugar, Juez Comisario, por el señor Licenciado Don Roque de Castro Machado, Juez Oficial Provisor, y Vicario general de la Ciudad de Cuba y su Distrito, por su Señoría muy Venerables Señores Dean y Cabildo de la Santa Iglesia Catedral De dicha Ciudad, a cuyo cargo está el gobierno temporal y espiritual de este Obispado, sede vacante, (signo ilegible) para que conste de la aparición y milagros de la SS.ma Virgen María Madre de Dios y Señora Nuestra de la Caridad y Remedios, hizo parecer el Capitán Juan Moreno, del cual fue recibido juramento por Dios y una cruz, que hizo según forma de derecho, prometió decir la verdad de lo que supiere y le fuere preguntado. Se le preguntó lo siguiente: Fuéle preguntado cómo se llama, de donde es natural, qué edad, estado y oficio tiene. Dijo: que se llama Juan Moreno, negro esclavo, natural de este dicho lugar, y que fue capitán de este dicho lugar, y que es de edad de ochenta y cinco años y casado. Y esto responde. Preguntado, declara lo que sabe en razón de la aparición de Nuestra Señora de la Caridad y Remedios. Dijo que sabe este declarante que siendo de diez años de edad fue por rancharo a la Bahía de Nipe, que es en la vanda del norte de esta Isla de Cuba, en compañía de Rodrigo de Hoyos y Juan de Hoyos, que los dos eran hermanos y indios naturales, los cuales iban a coger sal y habiendo ranchado en Cayo Francés que está en medio de dicha Bahía de Nipe para con buen tiempo ir a la salina, estando una mañana la mar en calma salieron de dicho Cayo Francés antes de salir el sol los dichos, Juan y Rodrigo de Hoyos, y este declarante. Embarcados en una canoa para la dicha salina y apartados de dicho Cayo Francés, vieron una cosa blanca sobre la espuma del agua que no

distinguieron lo que podría ser, y acercándose más les pareció pájaro y ramas secas. Dijeron dichos indios, parece una Niña, y en estos discursos, llegados reconocieron y vieron la imagen de Nuestra Señora de la Virgen Santísima, con un Niño Jesús en los brazos sobre una tablita pequeña, y en dicha tablita unas letras grandes las cuales leyó dicho Rodrigo de Hoyos y decían: “Yo Soy la Virgen de la Caridad”, y siendo sus vestiduras de ropaje se admiraron que no estaban mojadas. Y en esto llenos de gozo y alegría, cogiendo solo tres tercios de sal se vinieron para el Hato de Barajagua donde estaba Miguel Galán, Mayoral de dicho Hato y le dijeron lo que pasaba, de haber hallado a Nuestra Señora de la Caridad. Y el dicho Mayoral muy contento y sin dilación envió luego a Antonio Angola con la noticia de dicha Señora al Capitán Don Francisco Sánchez de Moya, que administraba las minas de dicho Lugar, para que dispusiese lo que había de hacer, y mientras llegaba la noticia pusieron en la casa de vivienda de dicho Hato un altar de tablas, y en él a la Virgen Santísima, con luz encendida, y con la referida noticia, el dicho Capitán, Don Francisco Sánchez de Moya, envió orden al dicho Mayoral Miguel Galán que viese una casa en dicho hato, y que allí pusiese la Imagen de Nuestra Señora de la Caridad, y que siempre la tuviese con luz. Y para ello le envió una lámpara de cobre y se hizo la casa cubierta de guano cercada de tablas de palma. Y puesta en su altar esta Divina Señora dicho indio Rodrigo de Hoyos cuidaba de encender la lámpara, yendo de noche a reformar dicha lámpara, no hallaba a esta Divina Señora en su altar, y dando voces dicho Rodrigo de Hoyos al Mayoral y demás personas que venían, hasta veintiuna las personas que estaban en dicho Hato de Barajagua, les decía que la Virgen Santísima no estaba en su altar. Y haciendo todas las diligencias no la hallaban en su casa. Y al otro día por la mañana, volviendo a la casa, la hallaron en su altar, los vestidos mojados. Y esto se vio por dos veces, de cuyos milagros el Mayoral Miguel Galán dio aviso al Capitán Don Francisco Sánchez de Moya, el cual,

luego que tuvo la noticia, dispuso que fuese al dicho Hato de Barajagua el Padre Bonilla, religioso de San Francisco, y no se acuerda de su nombre, solo sabe y se acuerda que estaba administrando el curato de este Lugar de las Minas del Cobre, y con toda prevención de cera le despachó acompañado de toda la Infantería del Real de estas minas y mucha gente de su población para que trajese a la Virgen Santísima, como lo hizo, en unas andas en procesión y la pusieron en un altar en la Iglesia Parroquial de este lugar, donde tenían a esta Divina Señora de la Caridad mientras le hacían una ermita, y deseando fuese en parte de su santísimo agrado le encomendaron al Espíritu Santo. Y para ello le hicieron una fiesta de Misa cantada y sermón, y discurriendo hacer Santa ermita encima de una loma que llaman la cantera se vieron tres luces arriba del cerro de la mina en derecho de la fuente. Y dichas luces se aparecieron y vieron por tres noches continuas con admiración de todos, y luego se desaparecían. Y por este milagro eligieron el Lugar donde se veían las luces para la ermita y Santa Casa de esta Divina Señora de la Caridad que hoy está en dicho cerro haciendo muchos milagros con los devotos que la llaman, y muchos frecuentan esta Santa Casa, viniendo a novenas de la Ciudad de Cuba, dista cinco leguas poco más o menos, y de la villa de San Salvador del Bayamo, que dista más de treinta leguas. Preguntando, diga los milagros que han llegado a su noticia de los muchos que esta Divina Señora de la Caridad ha hecho con los que invocan su Divino favor desde que tiene su Santa Casa en el dicho cerro de la Mina hasta el presente. Dijo que son muchos los milagros que ha hecho y hace cada día esta Divina Señora, que hoy está en su Santa Casa como dos cuadras más al Oeste de donde se hizo la primera Casa sobre dicho cerro de la Mina, la cual se retiró por estar el terreno más capaz, porque en el de la primera Casa estaba muy inmediato a la mina y arriesgado. Como se vio estando el hermano de Mathias de Olivera, servía a la Virgen Santísima de la Caridad, arrimado a una cerca de palos que guarnecía la

parte de la Mina a librar del peligro a los que viniesen a la primera Casa, despidió la cerca y cayó nuestro hermano Mathías de Olivera en dicha mina que es profunda, y como se ve con el riesgo de que si alguno cae parece imposible escapar con la vida, y al caer estaba una mata de Magüey en aquella parte de la mina y a las voces que daba acudió la gente del Lugar y le vieron asilo de una penca de Magüey de la dicha mata. Y estaba llamando Virgen Santísima de la Caridad, y le sacaron echándole unas sogas de que se agarró y solo por la providencia de esta Divina Señora pudo mantenerse en dicha penca de Magüey, siendo tan pequeña, y dicho Mathías de Olivera hombre corpulento, el cual, dando muchas gracias a Nuestra Señora de la Caridad decía que así que se despidió la cerca llamo a esta divina Señora, y se halló en el aire mantenido en dicha penca de Magüey. Y supo por haberlo oído decir ha dicho hermano Mathías de Olivera y a otras muchas personas, que habiendo faltado la manteca para la lámpara, que solo había la que estaba en dicha lámpara, que era muy poca, yendo dicho hermano a reconocer dicha lámpara, la halló llena de aceite, y se vio que duró dicho aceite dos días continuos hasta que vino manteca que se estaba aguardando de fuera del lugar, y oyó decir por muy cierto y notorio en este Lugar, que por dos veces halló el hermano Matías de Olivera a esta Divina Señora de la Caridad no estar en su altar y cuando venía la hallaba todos los vestidos mojados, y oían los que estaban en el trabajo de la Mina que dicho hermano decía: ¿De donde venís Señora? ¿Cómo me dejáis aquí solo? ¿Por qué ensuciáis los vestidos si sabéis que no tenéis otros ni dineros con que comprarlos? ¿Cómo los traes mojados, de adonde venís mojada? Y que esto fue tan patente que se repartieron los vestidos en reliquia. Y en una ocasión fue tan grande la seca que hubo, que se secó el río que pasa por medio de este lugar, y la fuente que nunca se seca se secó aquella vez y pasaron mucho trabajo, yendo más de tres cuartos de legua a buscar el agua. Se dispuso hacer una rogativa a la Madre de Dios de la Caridad bajándola de su

Santa Casa a la Iglesia Parroquial de este lugar y sacando a esta Divina Señora de su Santa Casa, que habría andado como dos leguas se levantó un gran viento y comenzó a llover tanto que volvieron a la Santa Casa y Pusieron en su altar a la Virgen SS.ma., y en un instante creció el río y cesó la seca. Siendo los milagros que esta Divina Señora hace muchos, siendo la manteca de su lámpara general remedio para todas las dolencias. Y que por muerte del hermano Mathías de Olivera, de allí a algunos días entró el hermano Melchor de los Remedios, el cual invocaba a la Virgen SS.ma. Señora Nuestra de la Caridad y Remedios, y así le llamarían todos en todas sus necesidades y en su Santísimo Rosario que le rezan todas las tardes a coros en su Santa Casa, le invocan Virgen SS.ma. María Madre de Dios y Señora de la Caridad y Remedios. Todo lo cual es la verdad, y así lo afirma como cristiano. Leyéndosele de verbo ad verbum esta su declaración dijo estar bien escrita y se ratificó. No firmó porque dijo no saber escribir. Fírmalo su Merced de que doy fe. El Beneficiado Juan Ortiz Montejo de la Cámara. Ante mí: Antonio González de Villarroel. Notario Mayor Público.

Como se aprecia, la Virgen es tallada en la localidad de Illescas (Toledo), de donde es patrona la Virgen de la Caridad. El mito de origen la asocia a tres personas de dos razas negra e india, en las aguas de una bahía al noreste de Cuba, Nipe, y se cuenta que hubo milagros, cuando ya estaba en su altar. Posteriormente, en el marco de la construcción de la identidad nacional cubana, uno de los indios pasó a ser considerado blanco, con lo que quedaban representadas las tres razas (blanca, negra e india). Al parecer la noticia se expandió por toda Cuba, generando una devoción hacia la misma más allá de la edad, el género, la clase y el grupo étnico. Durante las guerras de independencia de Cuba iniciadas en 1868, las tropas del Ejército Libertador de Cuba manifestaban gran devoción por la

Virgen de la Caridad y se encomendaban a ella. En 1915 los veteranos del Ejército Libertador de la Guerra de Independencia escribieron al papa Benedicto XV pidiendo que proclamara Patrona de Cuba a la Virgen de la Caridad del Cobre. El 10 de mayo de 1916, el papa Benedicto XV declara a la virgen Patrona de Cuba. El papa Pío XI autorizó la coronación canónica de la sagrada imagen. Es en la mañana del 20 de diciembre de 1936, cuando se realizó la coronación por el entonces obispo de Santiago de Cuba, Monseñor Valentín Zubizarreta. El 24 de enero 1998 el papa Juan Pablo II coronó personalmente a la Virgen de la Caridad en la plaza Antonio Maceo de la ciudad de Santiago de Cuba. Ella es morena.

El santuario inicial se construyó de manera improvisada, empleando hojas de guano y tablas. Tras múltiples sucesos misteriosos ocurridos en torno a la imagen, ésta fue llevada al que sería su santuario definitivo, a poca distancia de allí, en la cima de una loma cercana a las minas de cobre.

En la actualidad, he observado cómo tras una enfermedad, al regresar de la Guerra de Angola, tras nacer un niño, al volver de la emigración...las personas que visitan el Santuario van acompañadas de algunos familiares, con sus recién nacidos en brazos, recorriendo de rodillas las escalinatas y/o la nave central de la Iglesia hasta el altar, vestidos/as de blanco, la cabeza cubierta con un pañoleta o turbante blanco, y haciendo ofrendas (ramos de flores, especialmente girasoles amarillos y velas, que encienden y colocan cerca del altar), a la Virgen, patrona de todos los cubanos. Una estrofa famosa, cantada desde niño/a por todos los cubanos, reza así: “Y si vas al Cobre, quiero que me traigas una Virgencita de la Caridad”. Unas personas vienen en coches particulares o alquilados. Muchos, dadas las dificultades de transporte en Cuba, vienen en camiones. La mayoría suelen volver a sus hogares con diminutas piedras donde brilla el cobre de la mina. Se dice que

quienes las poseen, tanto colocadas en carteras, llaveros, vasos de agua, bolsillos o bolsos, tienen una especial protección contra los males, pues resultan metafóricos guardianes de un futuro noble en lo personal y familiar. En la nave derecha, se encuentra el altar de los milagros, donde se depositan dones en agradecimiento y han sido colocados paneles y expositivos, con banderas, ropa militar, exvotos de cera (manos, piernas, cabezas o figuras de cuerpo entero) y otros objetos, que son ofrendas solicitando su curación o agradeciendo la ayuda o curación definitiva. La Caridad del Cobre es sinónimo de salud, bienestar, vida, tener un hijo, protección, e incluso unión y reconciliación, por encima de ideologías políticas.

La Basílica Santuario Nacional de Nuestra Señora de la Caridad del Cobre es uno de los lugares religiosos más venerados por el pueblo cubano. Llegados de diferentes provincias y localidades de la nación, los fieles buscan en la Patrona de Cuba, el consuelo espiritual ante las frustraciones, nuevas ilusiones para seguir viviendo, y la solución de sus anhelos y problemas. La Basílica, situada en El Cobre, municipio de la oriental provincia de Santiago de Cuba, en el promontorio de Santiago del Prado, posee tres naves, con una fachada principal simétrica. Su estructura central concluye en una cúpula, las naves laterales están rematadas por torres donde se enseñorean campanarios en un nivel más bajo. La Constitución cubana de 1976 establecía un estado ateo, pero en 1992 fue modificada para convertir a la isla en un estado secular.

En Miami (Florida), desde 1961, la diáspora cubana celebra también la Virgen de la Caridad del Cobre, en un Santuario Ermita, construida exprofeso por emigrantes cubanos en 1973. La Virgen cubana, de color moreno, allí significativamente, se ha blanqueado (Rodríguez-Mangual, Ed., 2004).

La fiesta de la Virgen de la Caridad del Cobre y la de Oshún, orisha de la religión yoruba, se celebran en Cuba el 8 de septiembre bajo un mismo festejo, lo que hace evidente el profundo sincretismo entre la religión católica y la yoruba en el pueblo cubano. Los yorubas identificaron la Virgen con Ochún porque esta oricha es la dueña del cobre y tenía fama de caritativa y misericordiosa. Ochún y la Virgen de La Caridad quedan representadas por una calabaza. Además, su asociación con la miel, metafóricamente es sinónimo de endulzar la vida. La Iglesia católica utilizó la imagen en cintas de raso para proteger a las parturientas en los embarazos. Ochún es también protectora de las parturientas. No obstante, la Virgen de la Caridad, Cachita, como la llaman en la Habana en el occidente cubano, para los cubanos de la zona oriental, especialmente de Santiago de Cuba, no existe tal sincretismo. Ella sólo es la Virgen de la Caridad, patrona de toda Cuba.

Ochún es una deidad yoruba, cuya imaginería y devoción por todo el mundo exige una amplia y profunda investigación. Tras publicar el texto de Sandra Barnes (Ed.1997), en el que muchos autores exploraron la compleja naturaleza de Ogún, el orisha que transformaba la vida a través de los metales y el fuego y creó la tecnología de la forja en África, por lo que era considerado patrono de los herreros, la editorial Indiana University Press, en Bloomington, publicó otros volúmenes relacionados con la divinidad yoruba Ochún (Murphy & Sandford Eds. 2001) y la diosa africana *Mami Water* (Drewall, Ed. 2008), ya que había editado el texto de J. M. Murphy (1988) *Yéyé Cachita: Oshun in a Cuban Mirror* y el volumen de G. Brandon (1994) sobre *Santería: From Africa to the New World*. Según N. Bolívar Ochún es para los afrocubanos sinónimo de riqueza, amor y embarazo...

Òsun across the Waters continuó la exploración sobre la religión yoruba, a través del oricha Ochún. Ella representa un

ejemplo dinámico de resiliencia y de la importancia renovada de las imágenes yorubas tradicionales a través de su expansión y retorno desde sus fuentes en África y las Américas.

He reflexionado sobre aspectos comparativos y sincréticos de algunas advocaciones y devociones marianas, y sus variaciones adaptativas en diferentes puertos y ciudades de los tres continentes. Sin pretender ser exhaustivos, por ejemplo, la V. de Candelaria es de las primeras advocaciones marianas, que tiene originalmente referencias de contacto con indígenas, al igual que la de Guadalupe, y en cierto modo la de la Caridad que está representada en el mar y sobre una barca (la mariofanía habla de las tres razas: indígena, negra y blanca). Como hemos afirmado, la V. de Candelaria, que en El Rocío, Huelva, está asociada a los difuntos, es sincretizada con Oyá, diosa del cementerio, en Cuba. Por otra parte, la V. de Regla, como Stella Maris, patrona de marineros en muchos puertos, la hemos visto sincretizada con la diosa Yemayá, entre otros lugares en Tenerife, Cuba y Brasil.

De las tres advocaciones más arriba analizadas, es decir la V. de Candelaria, la V. de Regla y la Caridad del Cobre hemos podido observar que la resignificación ha funcionado a niveles diferentes. En todos los casos la resignificación se establece con advocaciones de las divinidades africanas, Oyá/Oyansa, Yemayá y Ochún, en tres dominios el de la muerte, el del agua y el de la identidad nacional, las tres tienen relación directa con manifestaciones identitarias tales como el patronazgo de localidades sean ciudades, islas o comarcas y países, en contextos migratorios de las relaciones atlánticas, sean de ida o de retorno. Ahora bien, cuando es el caso, las advocaciones han variado, escogiendo el sincretismo, adoptando prioritariamente la expresión bíblica, como es el caso de la V. de Candelaria, ya que la que emigra es la versión, digamos oficial, no popular de la misma, desprovista de la

resignificación indigenista en Canarias. Incluso, al parecer, se resignifica en otros países de América del Sur. En el caso de la V. de Regla encontramos una misma versión asociada a los puertos de mar y los marineros en Cádiz, Canarias y Cuba, mientras que en Brasil se incorpora Nuestra Señora de la Concepción, estando relacionada con el mar y las playas, que parece vincularse, más que a los puertos, a los pescadores que realizan su actividad en zonas cercanas a las poblaciones de ribera. Sin embargo, nos encontramos con dos contraejemplos, el caso de Porto Alegre y Rio Grande do Sul, con su advocación de la Virgen de los Navegantes.

Por otra parte, en el caso de la Candelaria y La Caridad del Cobre está presente el principio de la metáfora, mientras que en la de la V. de Regla, la metonimia parece presidir el contacto con un mismo recurso acuático.

En el sincretismo, en contextos de contacto de múltiples grupos étnicos, los rituales constituyen procesos donde el concepto debe ser repensado como *una realidad creativa, y una actividad de bricolaje cultural*, y no simplemente como un *proceso de degeneración* de rituales en contacto, que entiendo nunca fueron realidades puras, sino que tuvieron lugar en unos casos como *una forma de resistencia cultural*, como *un mosaico de civilizaciones*, o como *una articulación y/o simbiosis* de varios sistemas religiosos. Es, por ello, que pienso que no podemos considerar el sincretismo como una categoría atemporal. Sin duda, funcionalidades tales como la resistencia cultural fueron sumamente importantes en la época de la esclavitud, e incluso entrado el siglo XX en Cuba. Pero en un periodo en el que la religión afrocubana ha dejado de ser sólo *cosa de negros*, difundándose por todo el mundo, hay que comenzar a imaginar nuevas causas y funciones.

El sincretismo, en cierta medida, está por todas partes de cualquier sistema cultural, ya que es el producto de un cierto tipo de aculturación o contacto cultural y nunca ha existido una

sociedad completamente aislada. El sincretismo, por tanto, se caracteriza por la capacidad de los miembros de una religión de reproducir su cultura en contextos de prohibición, dependencia, o subordinación, como fue el caso de la esclavitud. Tal reproducción fue adaptativa generando un nuevo sistema religioso, pues ni la sociedad africana y caribeña, ni los medios ecológicos continental e insular fueron los mismos. Por ejemplo, la Santería es la versión cristianizada en Cuba de las prácticas y creencias yorubas en África. Los africanos en sus cabildos de negros realizaban sus cultos a través de santos católicos, cambiando sus denominaciones africanas, al encontrar algunas semejanzas entre las hagiografías de los santos cristianos y los patakies o relatos míticos africanos, y utilizando imágenes, pictografías e incluso objetos (soperas), cuyo significado se asignaba a través de colores. Indudablemente, esto constituyó inicialmente una forma de resistencia a la presión cultural etnocida de los españoles y de la religión cristiana en Cuba (Galván, 2008b, 2011).

Ahora bien, todo ello debió cambiar a lo largo del siglo XX y, aunque se mantuvieron prohibiciones, desde finales de los ochenta es necesario pedir permisos por escrito a la policía local para celebrar un bembé, no parece que los actores rituales en muchos lugares de Cuba contemplan el sincretismo como una forma de resistencia cultural. Ello no quiere decir que no haya comenzado a aparecer un cierto sentimiento de identidad africana entre ellos, como sucede entre otras poblaciones afroamericanas.

Por tanto, pienso que es necesario analizar en cada momento histórico la incorporación de elementos culturales exógenos a una cultura concreta, intentando explicar el cómo, el porqué y la función de los nuevos elementos en un sistema cultural que se reorganiza y cambia gradualmente, dotándolos de un nuevo sentido y significado.

Entre ellos no existe una teoría de su articulación, correspondencia o función de resistencia cultural. Más bien, existe un principio de utilidad práctico-simbólica que les ayuda a pasar de un santo a otro, de una religión a otra sin encontrar contradicción alguna. El sincretismo parece ser una *actitud cognitiva* por la que a través de la semejanza y la contigüidad, *de la metáfora a la metonimia*, las poblaciones humanas ponen en relación y reelaboran sistemas religiosos o elementos heteróclitos en nuevos sistemas, lo que se ha dado en denominar nuevas *religiones y/o espiritualidades*. Soy de la opinión de que, en un sentido amplio, el sincretismo se debe entender como un indicador de creatividad, visión bien lejana de la clásica asociación con la inautenticidad cultural. Pienso que la vieja dicotomía entre autenticidad e inautenticidad religiosa es inadecuada, y sobre todo no necesariamente está presente en la mente de los practicantes. Por ello, el término sincretismo nos ofrece la oportunidad de reflexionar sobre las condiciones culturales de la producción religiosa.

En cierto modo, el sincretismo es una actividad de *bricolaje*, tal como lo expresó Cl. Levi-Strauss en *El Pensamiento Salvaje* al caracterizar lo que denominaba *la ciencia de lo concreto* o el pensamiento mágico. El bricolaje es una forma de actividad, en el plano técnico, que revela una actitud cognitiva, que no opera con materias primas, y/o elaboradas, sino con fragmentos de obras, con sobras y trozos. Lo propio de la actividad ritual afroamericana es incorporar a los rituales y a sus altares multiplicidad de elementos, originalmente ajenos a ellos, o sobredimensionando la importancia de algunos santos, expresando muchos y variados rostros, casos de Oggún, Yemayá o Elegguá (Barnes, 1997; Barnes Ed. 1997).

La capacidad de crear y buscar relaciones entre realidades que en sí no aparentan tener vinculación alguna, pasa a ser central en los procesos de sincretismo. Digo que no aparentan

tener relación para el observador, porque no están vinculadas a las mismas o semejantes tradiciones culturales. Por el contrario, sí son relacionadas por los actores rituales a través de insospechadas analogías, metáforas y metonimias, del pensamiento mágico.

El sincretismo, por tanto, tiene un papel importante en las políticas de las identidades en contextos de la modernidad. Desde esta perspectiva, el sincretismo constituye un instrumento y una oportunidad para desarrollar una constante creatividad, adaptándose a nuevos retos y generando interpretaciones de la historia, en diversos contextos sociales y culturales. A la vez, todo ello facilita un margen de “flexibilidad” para los individuos y grupos domésticos que intervienen en el ritual (Galván, 2008b, 2011).

En Cuba no todos los santos africanos tienen un correlato cristiano en la mente de los actores rituales, ni viceversa. Así, durante el Bembé nunca he oído pronunciar un homónimo cristiano de Oyansa, que según muchos creyentes de otras localidades de la región centro (como Oyá en Camagüey) y del oriente cubano (Lachatañeré, 1992) es la Virgen de La Candelaria. En Lajas (Contramaestre) la denominan simplemente la Reina de los Cementerios. Igual sucede con Elegguá, asociado por algunos al Niño de Atocha, o como Eshú al *Ánima Sola* (Lachatañeré, 1992). Otros santos, como Oggún, para algunos asociados a San Pedro y/o a Santiago, es denominado también en los cantares *Sarabanda -deidad del Palomonte Mayombé-*, y tiene una representación o atributo (el caldero de herrero con los instrumentos de hierro). A su vez, la Virgen de La Caridad, aunque en el occidente cubano se le asocia a Ochún, en la región oriental parece libre de una asociación africana, mencionándola raramente.

En un sentido más general, las religiones afroamericanas combinan en diferente grado la promoción de un tipo de

individualidad vinculada a la sociedad moderna con un tipo particular de creencia en el destino y el control de las fuerzas exteriores que a menudo están relacionadas con las sociedades tradicionales. El éxito de estas religiones proviene de su enorme adaptabilidad a la condición moderna -un riquísimo fundamento de prácticas rituales y cosmología tradicionales que ha sido cercenado de su contexto social originario-. La explicación de su popularidad y crecimiento está en su habilidad para combinar diferentes elementos, en su relación entre identidad y modernidad. Esto es, la necesidad de manifestarse, y de proveerse de medios para definir la identidad colectiva y personal en un mundo rápida y radicalmente en cambio. La gente participa en múltiples, y más o menos discrepantes universos de discurso y construyen diferentes, parciales y simultáneos mundos en los que ellos se mueven, no procediendo su construcción cultural de la realidad de una sola fuente.

Estamos ante religiones cuyas funciones son *más pragmáticas que de salvación en el más allá, más de descenso que de ascenso a los dioses* para la resolución de los problemas de la vida diaria, por lo que están abiertas a la contemporaneidad. Desarrollan más en sus prácticas el polo sensorial y emocional que el ideológico, por lo que se expanden más fácilmente, adaptándose, por todo tipo de culturas, clases sociales y poblaciones del mundo (Galván, 2008b, 2011).

Concluyendo, si queremos incorporar todas estas consideraciones al análisis, deberíamos asignar, por tanto, al término sincretismo una denotación más amplia, implicando también aspectos interculturales de un mundo moderno, globalizado.

De la evangelización a la vinculación con fenómenos identitarios de migración (ida y retorno)

En el proceso identitario de los migrantes se suele escoger como diacrítico o icono de referencia no la advocación local o insular, sino la regional o nacional. Es por ello, que en el caso de los canarios se escoge a la Virgen reconocida como Patrona de todos los canarios, no a las Patronas insulares o de la localidad de procedencia. No obstante, eso sí, los emigrantes aprovechan las festividades patronales de su localidad o isla (Las Bajadas) de nacimiento para regresar, cumplir promesas y visitar a sus familiares y amigos. En este sentido, con el apoyo del Gobierno de Canarias y los Ayuntamientos insulares se ha producido una activación de las identidades de la diáspora a través del Asociacionismo, los Hermanamientos entre localidades y el desarrollo de la Ley de Memoria Histórica, por interés mutuo, económico, político y cultural (Galván, 1997).

Una de las advocaciones de la V. de Candelaria se exportó a América sobre todo con la emigración canaria, perdiendo algunos componentes representacionales tales como el color de la Virgen, e incluso la candela, y la representación anual de la aparición de la Virgen de Candelaria a los aborígenes o “naturales”. No obstante, sí se mantuvo la advocación de San Blas, aunque no hace referencia a la cueva. Es decir la dualidad de la Candelaria, asociada al 2 de febrero por una parte y a Chaxiraxi, por otra, quedó reducida a la primera, sin duda porque al entrar en contacto en la migración con una sociedad multiétnica como Cuba, Perú o México para los canarios se trataba sobre todo de identificarse consigo mismos, pero también diferenciarse de los otros, de ahí que la desaparición del color moreno de la imagen, intencional o no, resultaba útil simbólicamente.

Estos procesos estuvieron ligados a la migración tanto de ida como de retorno, sea por regreso de los canarios de Cuba o de Venezuela, trayendo consigo la veneración a la Caridad de El Cobre emigrantes canarios a su regreso de Cuba (Tamargada, La Gomera; Tindaya, Fuerteventura; Gallegos, Barlovento, La Palma) y a la Virgen del Coromoto en La Laguna y La Guancha (Tenerife), desde Venezuela (Lima Estévez, 2014). De la primera de ellas existen dos ermitas en Tenerife (Taganana y la Victoria de Acentejo). En el barrio o caserío de Azanos (Taganana), debido a la devoción de un vecino, hoy fallecido, que logró una imagen y le construyó una pequeña ermita, que se ha convertido en un lugar donde acuden preferentemente los innumerables inmigrantes cubanos que han logrado venir a Canarias, sea por reagrupación familiar o por la Ley de Memoria Histórica. La imagen de la Virgen de la Caridad del Cobre venerada en Azanos fue traída en 1984 por el vecino Nicanor Negrón, quien había tenido un sueño en que «aparecía la imagen de la Virgen con una barca a sus pies», según cuenta su esposa. Tras buscar en diferentes iconografías marianas, reconoció a la Virgen del Cobre como la de sus sueños, y encargó una talla a un imaginero de Sevilla. Ese mismo año se construye la pequeña ermita en su honor en Azanos. Este caserío celebra sus fiestas en honor a Nuestra Señora de la Caridad del Cobre en septiembre. A estas fiestas acuden personas no sólo de los lugares más diversos de la isla de Tenerife, sino incluso gentes venidas de las islas de La Palma, La Gomera y Gran Canaria. Incluso, los bolivianos celebran en agosto, en diversas localidades de Tenerife y otras localidades españolas (Madrid, Barcelona, Vigo...), su Fiesta a la Virgen de Urkupiña, patrona de emigrantes, símbolo de la Integración Nacional Boliviana. Este fenómeno es cada año que pasa más recurrente.

De este modo el sistema atlántico se cierra, revelándonos el enorme interés teórico y empírico de una perspectiva atlántica transnacional en el análisis *de las advocaciones marianas*.

Conclusiones

Este texto ha pretendido mostrar la fecundidad de una perspectiva atlántica en el análisis de las advocaciones marianas.

Partiendo de la idea de que estas advocaciones constituyen un pool o paquete de significados, caracterizado por todo un conjunto de factores variables relacionados entre sí (patronazgo, mito de aparición, características de la imagen, relatos bíblicos) que las diversas poblaciones *negocian* en el curso de sus traslados por las localidades (puertos y asentamientos) de África y América y vuelta, se introducen los conceptos de sincretismo, reinención cultural y re-significación simbólica como los más fecundos para comprender esos fenómenos de contacto, reproducción y difusión. En el contexto globalizador actual, no obstante, se produce también un proceso de indeterminación, donde las advocaciones pierden gran parte de sus características locales, reformulándose continuamente allí, por donde pasan. Es en este sentido, cómo podemos entender el caso africano, que se extiende por múltiples religiones y continentes, Mami Water (Martínez Veiga, 2013).

La metáfora y la metonimia son utilizadas simbólicamente por las poblaciones en periodos temporales variables, lo que justifica una perspectiva histórica y antropológica transnacional en el estudio de estos fenómenos.

A modo de ejemplo, hemos analizado detenidamente tres advocaciones debido a sus características, propias y comparativas, la Virgen de la Candelaria, la Virgen de Regla y la

Virgen de la Caridad del Cobre, mostrando las resignificaciones africanas de las mismas, con otras tres divinidades estrechamente relacionadas, de origen yoruba, Oyá, Yemayá y Ochún, y sinónimas del fuego/la muerte, y en los dos últimos casos con el agua. En el primer caso, el fuego representa la destrucción pero también un nuevo renacer, mientras que las siguientes, están estrechamente vinculadas con el agua y la vida. La V. de Candelaria en diversos contextos locales se ha caracterizado por su capacidad de ser sincretizada de modo múltiple y, cuando no ha tenido una significación identitaria de los canarios, ha sufrido procesos de decantación o indeterminación. Todo ello pone de manifiesto el *carácter creativo del sincretismo*, por el que los practicantes de una u otra advocación se adaptan y readaptan a otros contextos locales y a los contextos más globales, que les ha tocado vivir. Si ello está claro para la V. de Candelaria, sucede lo mismo con Yemayá en Cuba y Brasil y con Ochún en Cuba y Miami

RESENHA

Alunos do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998

O sociólogo Jean-William Lapierre, no prefácio do livro *Teorias da Etnicidade*, aborda o debate teórico sobre o conceito de Etnicidade no ramo das Ciências Sociais. Ao analisar a sociedade francesa, expõe que, em nome de uma ideologia de Estado-Nação e de uma suposta unidade, há uma tendência em negar as diversidades dos grupos étnicos. Segundo o prefaciador, os autores Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart questionam a significação e a validade das discussões teóricas referente à etnicidade, bastante difundidas no âmbito das ciências sociais anglo-saxãs. Outro aspecto apresentado é o debate teórico formulado por Fredrik Barth, na década de 1960, que propõe a concepção dinâmica da identidade étnica, sendo formada e transformada a partir da interação com os grupos sociais, através dos processos de *inclusão* e *exclusão*, que definem – ou não – os integrantes de um grupo. A principal característica da etnicidade é a fixação de símbolos identitários, que são fundados em uma origem comum, via memória coletiva. Contudo, a etnicidade permite provocar ações e reações para indagar como os grupos étnicos conseguem estabelecer os limites que os distinguem. No primeiro capítulo, intitulado “A etnicidade: um novo conceito para um fenômeno novo?”, são esboçadas as condições do surgimento do conceito de etnicidade nas ciências sociais americanas, durante a década de 1950, estando relacionado a temas como imigração, racismo, nacionalismo e violência urbana – cabe esclarecer, ainda, que tal conceito somente foi introduzido no meio

acadêmico francês em 1981. Em razão disso, o *outro* passou a ser visto como inferior, inimigo e condutor das moléstias de uma nação. Poutignat e StreiffFenart revelam que, na Constituição francesa, é nítido que, para alcançar os direitos de cidadão, tornava-se necessário o sufocamento das diversidades em nome da unidade do país.

Convém verificar, no entanto, que os problemas políticos, sociais, econômicos e culturais somente podem ser sanados enquanto a população e os governantes estiverem abertos para incorporarem as pautas das demandas oriundas da diversidade social e, sobretudo, das questões ligadas à etnicidade.

No II capítulo, o objetivo dos autores no segundo capítulo foi aquele de apresentar de que forma a noção de etnia foi construída no prolongamento dos debates mais antigos e sua relação com raça e nação. Dessa forma o capítulo foi dividido em três pontos. O primeiro, “Os debates no século XIX”, apresenta uma discussão sobre a noção de etnia no início dos 1800. Os autores argumentam que foi Vacher de Lapouge o introdutor da ideia de etnia nos estudos das ciências sociais, contudo sem conferir grande importância a esse tema, diferenciando da ideia de raça, que na sua visão seria algo mais ligado a traços hereditários. Já a etnia, seria o resultado da união de indivíduos que partilham laços intelectuais, como a cultura ou língua.

Renan, vai tratar da construção da nação, que segundo ele seria o resultado de um “plebiscito de todos os dias”. Faz-se necessário criar heróis, símbolos, datas nacionais para que se crie o sentimento de pertencimento a uma nação, algo que deve ser transmitido às gerações futuras. Contudo, entende-se que essa história nacional, que funciona como uma amálgama, envolve esquecimentos de fatos não interessantes para essa construção. Renan ainda alerta que a nação não necessariamente precisa aglutinar indivíduos da mesma raça ou etnia e, sim, que entendem-se pertencer a uma determinada

comunidade nacional. Por fim, Weber entende a etnia como algo fundado a partir da crença subjetiva na comunidade de origem, enquanto a nação é baseada na crença da vida em comum, distinguindo-se da etnia pela paixão. No caso, da raça, Weber entende que seu estudo na interessa ao sociólogo, pois trata-se de uma herança genética que forma “uma aparência exterior”. Em “Raça e etnia: confusões persistentes”, segundo ponto do capítulo, os autores apresentam algumas teorias que demonstram a polissemia do conceito de “etnia” entre os autores. Apesar do conceito ter sido inicialmente utilizado para fugir de um pensamento biologizante e como contrário a raça durante muito tempo teve entrelaçado ao seu significado a ideia de raça como traços biológicos formadores de uma nação. Porém, ao passo que a ideia de raça foi se modificando o de etnia também seguiu esse caminho chegando-se a argumentar que estamos diante de dois conceitos que se completam, mas que não possuem o mesmo significado. Entre os antropólogos a “raça” não é mais pensada de forma naturalizante das relações sociais e sim como uma construção histórico-social baseada nas concepções representativas de um indivíduo ou comunidade. Ao passo que os sociólogos propõem que a oposição não está entre traços biológicos (raciais) e traços socioculturais (étnicos), mas entre nação como comunidade política e a nação como comunidade etnocultural. E por fim, no terceiro ponto há uma tentativa de definir o conceito de nação a partir da análise de diversas teorias, construído um debate com base nas relações do conceito de etnicidade com o conceito e a formação do que vem a ser uma nação. Por meio de exemplos apresentados de diferentes sociedades é possível perceber como os conceitos se aplicam e se diferenciam. Nesse momento, empregada com sinônimo de etnia pelos antropólogos, a cultura permite um olhar para os diversos tipos de nacionalismos, possibilitando a caracterização dos

conflitos étnicos e nacionalistas. A análise presente no capítulo permite compreender a nação como um conceito político que por vezes procura se identificar com a etnicidade, embora a etnicidade possa ser utilizada politicamente ela não tem necessariamente uma ligação com o nacionalismo. No III capítulo, os autores abordam o desinteresse dos antropólogos em relação ao problema da etnia juntamente com o abandono do termo nação para se referir a sociedades primitivas anteriormente empregado por Rupp- Einsenreich, que passou a ser designado apenas aos Estados Civilizados. Divisão tanto na antropologia, quanto na sociologia, quanto a noção dos termos etnia, assim como o de tribo, para referir-se as sociedades primitivas.

Nicolas, coloca que a “etnia” foi o equivalente, para os povos ditos primitivos, da nação europeia ou, pelo menos, de um tipo de formação social correspondendo-lhe *mutatis mutandis*; essa expressão é geralmente empregada a respeito de uma sentença ou ideia anteriormente citada e compreendida pelo leitor. Assim como Amselle concorda com critérios comuns para denominar uma etnia como: a língua, um espaço, costumes, um nome, uma mesma descendência.

Já de início a dificuldade demonstrada está relacionada aos critérios para se definir uma unidade, os critérios mais utilizados para esse tipo comparativo são: a língua, a independência econômica, o etnônimo. Portanto, desde 1953 Schapera, em uma comunicação introdutória na Conferência da Wenner-Green Foundation, chama a atenção dos seus colegas para os impasses sobre a tentativa de estabelecer generalizações transculturais. Naroll, então elabora uma forma de resolver o problema da unidade nas amostragens comparativas: o de cult-unit, utilizávelem qualquer sociedade. Dessa forma o interesse da noção de cul-unit estaria, então, antes de tudo, em resolver o problema induzidos por unidades

de amostragem inconsistente, então delimita afirmando que a *cul-unit* é definida como uma população que compartilha um mesmo território, que utiliza uma mesma língua. A tentativa de Naroll marca uma importante reflexão sobre a definição do grupo étnico. O que demonstrou um fracasso na tentativa de Naroll de conseguir uma resposta satisfatória para os problemas colocados pela análise comparativa sob termos quantitativos. Por meio da tentativa de Naroll, visam a antropologia cultural em geral marcam assim desde o final da década de 60 um avanço decisivo na conceptualização dos grupos étnicos, esta virada nas concepções foi resumida pelo esquema de Cohen que marca a passagem da noção de “tribo” para noção de “grupo étnico”.

As definições eruditas acerca do grupo étnico presente nos dicionários ou dos manuais de língua inglesa acabavam entre duas concepções: uma que enxergava no grupo étnico uma unidade definida pela homogeneidade nacional, racial ou cultural; outra que o definia em termos de minoria. No primeiro grupo há, por exemplo, a clássica definição em *The Random House Dictionary of The English Language*: “um grupo de pessoas da mesma raça ou nacionalidade que compartilham uma cultura distintiva comum” (p. 489) ou aquela presente em *The International Relations Dictionary*, de 1969: “um grupo social que compartilha uma ideologia comum, instituições e costumes comuns e um sentido de homogeneidade”. No segundo grupo, as definições remetem a ideia de um subgrupo dentro de um conjunto englobante: “um grupo que tem uma tradição cultural comum e um sentido da identidade e que existe como subgrupo dentro de uma sociedade mais ampla” (*Modern Dictionary of Sociology*, 1969, grifo nosso); “um grupo social que, no interior de um sistema sociocultural mais amplo, reivindica ou possui um estatuto especial em razão de um complexo de traços (traços étnicos) que ele apresenta ou presume

apresentar” (M. A. Tumin; *A Dictionary of the Social Sciences*, New York, Free Press, 1964, grifo nosso).

Na década de 1970 houve uma transformação radical com relação à definição de etnicidade. A mesma passa a ser vista como uma categoria geral da vida social e não mais a característica de um grupo minoritário definido por determinados traços culturais. Os grupos étnicos se tornaram “elementos principais da sociedade” e não mais subgrupos em suas margens. Alguns etnólogos passarão a destacar também o papel dos administradores coloniais e até de outros etnólogos na criação artificial das tribos ou etnias e o traço arbitrário na imposição dos etnônimos. O objetivo seria dar apoio a novas identidades políticas.

Na segunda parte do terceiro capítulo do livro, o autor discute algumas questões relativas às relações estabelecidas entre os grupos étnicos “imigrantes” e as “sociedades de acolhimento”. O conteúdo desta segunda parte consiste, essencialmente, na crítica de uma perspectiva de assimilação predominante na sociologia americana durante as décadas de 1950 e 1960.

Segundo esta perspectiva, era não somente aceitável, mas, sobretudo, desejável, um processo de uniformização cultural construído a partir de uma aculturação dos grupos minoritários e sua plena incorporação cultural nas sociedades acolhedoras.

Contudo, ainda no decorrer das décadas de 1960 e 1970, estas perspectivas de assimilação mostraram-se improdutivas no campo da sociologia, uma vez que tornou-se nítido que as especificidades étnicas não eram abolidas com o tempo, mas se acentuavam e tornavam-se fontes de mobilizações coletivas, através de processos de reafirmação étnica. Destarte, o *ethnic revival*, segundo o autor, consiste em um influente movimento

ideológico que torna a etnicidade uma dimensão imprescindível da identidade humana.

Nesse sentido, utilizando como parâmetro a complexidade étnica da sociedade americana, o autor enfatiza o quanto a revitalização dos liames étnicos se consolidou como um dado tão incontestável da vida social, que é impossível não enxergá-la através desta ótica e dos desafios que compõem as relações entre diferentes grupos e suas respectivas etnicidades.

No capítulo IV, os autores realizam uma revisão das diversas abordagens do conceito de etnicidade, como: I- primordialista, II- sociobiológica, III- instrumentalistas ou mobilizacionistas, IV- neomarxistas, V- neoculturalistas e VI- interacionistas.

A abordagem primordialista apesar de ser tida como ultrapassada se mantém como ponto de partida da maioria das definições subsequentes. Seus principais pilares estão nos estudos de Shils de 1957, onde aponta a importância dos grupos primários na integração e reprodução da sociedade global. Geertz em 1963 complementa esta abordagem definindo que tais ligações derivam de um sentimento intuitivo de afinidades naturais, como: vínculo de sangue presumido, traços fenótipos, religião, língua e pertença regional, estes seriam mais fortes que qualquer interação social de classe, sindicato ou outro vínculo. Esta definição fora retomada nos estudos de identidade étnica, sendo dividida em: primária - características físicas adquiridas no nascimento e fator de ligação com seus ancestrais putativos; e fundamental - emoções e instintos que os ligam a um grupo étnico. As principais críticas a esta abordagem giram em torno, dos primordialistas ignorarem os ambientes econômico e político nos quais as identidades étnicas se manifestam, principalmente nos casos de exploração e conflitos de classe intra-étnicos. Outro ponto levantado pelos críticos se baseia na noção de

hábito de Bourdieu, onde a socialização e experiências comuns contribuem para o desenvolvimento de um sentimento comunitário. Em outra chave de interpretação, a leitura de Pierre Van den Berghee condensa em uma teoria sociobiológica elementos do primordialismo clássico. Onde teses neo-darwinistas elencam que sociedades humanas, assim como sociedades animais, são unidas pelos interesses individuais e medidas pelo “sucesso reprodutivo”. Nesta análise, a etnicidade é concebida como uma extensão do parentesco geneticamente programada para favorecer seus próximos em detrimento dos estranhos, ou seja, um dado irreduzível e universal do comportamento humano. Sendo assim, este autor compreende o etnocentrismo como uma ferramenta de sobrevivência. Difere do primordialismo no que tange a cultura étnica, ao compreender este elemento como apenas um meio de maximizar as chances de sobrevivência e reprodução do grupo. Desta forma, se aproxima das teorias instrumentalistas no aspecto utilitário da etnicidade, onde esta se apresenta como uma forma de cooperação.

Nesta parte, os autores se concentram naquelas abordagens que entenderam a etnicidade como um recurso mobilizável na conquista do poder, seja ele político ou econômico. Muitos autores preferiram se concentrar, não nos aspectos primordiais ou sociobiológicos da formação da etnicidade - talvez até os desconsiderando -, mas sim em como determinados grupos se utilizaram de dados étnicos conscientemente para conquistarem vantagens.

Essas abordagens geralmente trabalham temporalidades na contemporaneidade, como forma de reação às condições da modernidade, em análises nas quais os grupos étnicos são definidos como “grupos instrumentais, artificialmente criados e mantidos por sua utilidade pragmática”. Os autores dividem as obras em “teorias do grupo de interesse”: na qual a

etnicidade é uma solidariedade de grupo emergente em situações conflituais entre indivíduos que possuem interesses materiais em comum. A etnicidade seria, então, eminentemente política, uma vez que a função da organização de interesses políticos é o que a define.

É apontada também as teorias da “escolha racional”, nas quais a etnicidade não se forma por interesses coletivos, mas antes pelo interesse de indivíduos que desejam adquirir bens ou poder, que não o conseguem fazer apenas individualmente, tirando, assim, vantagens do grupo para isso. Essas teorias são criticadas pelos autores por conta de seu individualismo metodológico e uma visão da sociedade atomizada.

Por fim, temos a teoria do colonialismo interno, na qual a etnicidade é vista como uma resposta à discriminação racial e social, por parte de grupos que desejam reverter uma lógica de dominação. Aqui, os grupos utilizam artificialmente ou dissimuladamente a identidade étnica para atingirem seus objetivos.

Nesta parte, vemos um interesse em classificar muito separadamente, teorias que, na prática, acabam esbarrando umas das outras em seu objetivo: tratar a etnicidade como um dado racional, “inventado” conscientemente, sem uma base histórica, apenas pela luta por interesses comuns ou individuais.

Neste item, os autores se dedicam às abordagens marxistas, que buscaram compreender o conceito de etnicidade como reflexo dos antagonismos econômicos, sendo o foco principal a relação entre a etnicidade e a classe, analisada dentro do quadro de exploração do capitalismo. Desta forma, as divisões étnicas e raciais foram interpretadas a partir das funções que cumprem dentro do sistema capitalista: permitir a existência de mão de obra barata e a formação do exército de reserva de trabalhadores. Por exemplo, as desigualdades entre operários

nacionais e imigrados são um retrato da tendência do capitalismo em fixar o menor preço possível para o trabalho, já que os imigrantes, por apresentarem condições de maior vulnerabilidade, tornam-se mão de obra de menor custo.

Segundo os autores, os marxistas se aproximam dos instrumentalistas na compreensão de que os grupos se definem por interesses materiais, políticos ou econômicos, porém, acreditam que a etnicidade se trata de uma afiliação social que mascara os interesses de classe convergentes entre os diferentes grupos étnicos explorados economicamente. De acordo com Wallerstein, um dos estudiosos marxistas sobre o tema, citado pelos autores, os grupos étnicos se tratam de reagrupamentos de pessoas por uma afinidade em comum que precede a situação político-econômica atual, reivindicando uma solidariedade que ultrapassa as definições dos grupos em termos de classe e ideologia.

Este item do capítulo trata das abordagens classificadas como neoculturalistas, que segundo os autores, são aquelas que mesmo atribuindo aos aspectos culturais da etnicidade um lugar central, opõe-se de forma radical às concepções tradicionais da cultura como totalidade integrada ou como conjunto de traços descritíveis. Os neoculturalistas se distanciam tanto dos instrumentalistas, pelo fato de darem importância a atividade simbólica da etnicidade, como também dos primordialistas, refutando os aspectos essencialistas. Em síntese, o neoculturalismo entende a etnicidade como um sistema cultural e simbólico, que possibilita os indivíduos se situarem em uma ordem social mais ampla, a partir da distinção entre si e o outro. Nestas abordagens, não existem grupos étnicos que se definem a priori, mas sim um conjunto variável de categorias étnicas que possuem significações em comum.

Por fim, os autores trazem as chamadas teorias interacionistas, onde destaca-se a abordagem de Fredrik Barth. A principal novidade é a substituição de uma concepção estática do conceito de etnicidade, por uma concepção dinâmica. Ou seja, o conceito de etnicidade não é interpretado como algo inerente à pertença, adquirido desde o nascimento de uma vez por todas, mas sim um processo contínuo de dicotomização entre os membros de determinado grupo e os que estão fora dele, requerendo ser validada e expressada a partir da interação social. Desta forma, uma identidade étnica é construída através da interação entre grupos, com processos de inclusão e exclusão. Assim, a etnicidade não se manifesta no isolamento, não é originada pelas diferenças culturais, mas sim por meio da comunicação entre culturas, que estabelecem fronteiras étnicas entre as categorias “Nós” e “Eles”. Segundo os autores, a abordagem de Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas, além de problematizar a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras.

Os autores concluem que, apesar dessas abordagens, ainda não há uma teoria geral da etnicidade. A enorme diversidade de fenômenos distintos que podem ser enquadrados dentro do conceito, faz com que não exista uma única etnicidade, mas sim etnicidades, o que de certa forma permitiu enormes avanços teóricos para os estudos de grupos étnicos.

O V capítulo trata do estado atual do debate sobre etnicidade. Nesse capítulo é realizado um balanço do estado atual acerca do debate sobre a etnicidade. Os autores afirmam que apesar das divergências entre os estudos referentes a etnicidade, tais pesquisas partem de um lugar comum, pois realizam uma crítica ao modelo primordialista e também reconhecem que a etnicidade surge do contato com o diferente, para que o indivíduo se entenda enquanto “nós”, é preciso do

contato com “os outros”, ou seja, o diferente. Dessa forma, é necessário haver convivência entre diferentes grupos étnicos num mesmo meio social, sobre esse aspecto se destacam as teorias conhecidas com mobilizacionistas e interacionistas, para quais não há como existir etnicidade num ambiente de isolamento.

Os autores também realçam as divergências em tais teorias, que desdobradas a partir de concepções objetivas e subjetivas ou ainda materialistas e idealistas. Outro aspecto de diferenciação é perceber a etnicidade enquanto um processo simbólico ou um fenômeno político, comum em tais perspectivas está o entendimento da etnicidade enquanto uma construção social. Nesse sentido, são diferenciadas as teorias mobilizacionistas das teorias de cunho cultural, as primeiras buscam analisar como os traços étnicos são associados aos conflitos sociais, enquanto o segundo grupo centrou sua análise na identidade étnica em si.

Há um ponto de equilíbrio no debate contemporâneo, para a realização da crítica ao modelo primordialista, foi necessária uma análise não apenas situacionista, já que deve existir um elemento comum presente em diferentes situações. Nos estudos atuais é destacado um processo de “dessubstancialização dos grupos étnicos”¹. Estes buscam não somente perceber as diferenças culturais entre grupos étnicos, mas sim analisar em quais momentos as disparidades étnicas foram usadas como uma forma de diferenciação entre os diferentes grupos.

Nos dois últimos pontos de divergências apresentados pelos autores, as discussões recaem sobre o grau de liberdade na determinação dos papéis e estatutos étnicos e as motivações

¹ POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 129.

que implicam nas reivindicações destas identidades étnicas. No tópico *Coação versus opção*, dois polos extremos dentro das pesquisas sobre a etnicidade são abordados. Primeiramente, a abordagem do tipo marxista, cujos pesquisadores atribuem as lógicas de dominação como forma de coação dos participantes dos grupos dominados a assumirem uma identidade oposta. No outro polo, aqueles que protestam contra o individualismo metodológico, realçando o aspecto opcional das identidades étnicas.

No tópico intitulado *Perenidade versus Contingência*, os autores discorrem sobre as respostas das teorias mobilizacionistas e sociobiológicas para o surgimento e manutenção das etnicidades. De acordo com a primeira, a etnicidade estaria ligada as condições sociais ou econômicas dando o aspecto de contingência aos movimentos étnicos. Já as teorias sociobiológicas e as recentes pesquisas da corrente cognitivista, defendem uma constante no comportamento humano ou sustentam que a ligação ao grupo étnico e o etnocentrismo são incorporados ao Si. Desta forma, a categorização étnica estaria ligada a uma disposição natural para reagrupar os humanos, sendo a etnicidade independente do processo de socialização e de interação social.

Em relação aos grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth alguns textos se tornam clássicos porque conseguem influenciar diferentes gerações. Tal proposição pode ser dita de *Grupos Étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth. Escrito originalmente como introdução ao livro *Ethnic groups and boundaries* organizado por Barth publicado em 1969 como resultado de um simpósio realizado na Universidade de Bergen dois anos antes. Apesar do sucesso da introdução, que tanto compõe o livro escrito por Phillippe Poutignat e Jean Streiff-

Fernart² como outras publicações³ que circulam no Brasil, o livro ainda não contou com uma tradução para o português em sua totalidade, mesmo após faz cinquenta anos de sua publicação original. Não é por isso que iremos deixar de apreciar tal produção que tanto tem influenciado antropólogos e outros pesquisadores ligados as ciências sociais e humanas.

A obra na qual lemos o texto de Fredrik Barth e utilizamos para desenvolver o presente texto consiste no livro de Phillipe Poutignat e Jean Streiff-Fernart, publicado originalmente em 1995. No prefácio da obra, Jean Willian Lapierre aponta alguns dos motivos dos autores para a escolha de publicar o texto de Barth junto a sua obra. Para Lapierre (2011), ao apresentar para o público francês (e brasileiro, já que o livro conta com tradução para o português) o debate sobre etnicidade que ocorria nos países de língua inglesa, Poutignat e Streiff-Fernat tomavam posição e se colocavam dentro da filiação de Barth. Ao traçar a trajetória de tal debate, encerram apresentando um dos autores clássicos da literatura antropológica anglo-saxã e partindo de suas ideias para pensar a questão da imigração na França dos anos 1990. Mas de onde partia e quais eram as ideias

² Originalmente publicado na França, sob o título *Theories de l'ethnicité. Suivi de Les groups ethniques et leurs frontières* em 1995 pela *Press Universitaires de France*, o livro de Phillipe Poutignat e Jean Streiff-Fernart teve duas edições da tradução publicadas pela editora UNESP, sendo a primeira em 1997 e a segunda em 2011. Ver: POUTGNAT, Ph.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidades. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2^a Ed. São Paulo: UNESP, 2011.

³ A Editora Contra Capa lançou no ano 2000 uma obra intitulada *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas* de Fredrik Barth, onde a tradução da introdução do livro *Ethnic groups and boudaries* também consta na coletânea de textos. Cf.: BARTH, Fredrik *Grupos étnicos e suas fronteiras*. in.: BARTH, F. (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 2568.

defendidas por Fredrik Barth que fizeram desse texto um clássico?

Fredrik Barth ([1969] 2011⁴) apontava que até aquele momento, na década de 1960, os estudos antropológicos haviam se debruçado sobre a questão cultural, porém, a questão das fronteiras relacionadas a grupos étnicos, ainda não. Para Barth (2001), havia duas questões de grande monta quando se pensava tal questão: (i) as fronteiras existem mesmo que as pessoas a ultrapassem; e (ii) as relações sociais existem apesar da existência dessas fronteiras, pois as distinções não dependem de isolamento. Nesse momento, Barth (2011) dialoga com Goffman ao pensar ao pensar a representação do eu na vida cotidiana⁵.

Inicialmente, Barth (2011) busca fazer uma abordagem teórica e empírica combinadas, elencando três pontos essenciais como principal forma de análise teórica. Em primeiro lugar, que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores. No entanto, é essencial que sejam relacionadas outras características dos grupos étnicos em estudo. Em segundo lugar, é importante que se explore os diferentes processos de formação e manutenção de grupos étnicos; e em terceiro lugar, é necessário que a investigação não seja feita sobre a história e a constituição interna de diferentes grupos, mas das fronteiras étnicas e de suas respectivas manutenções.

⁴ O texto de Fredrik Barth foi escrito publicado originalmente em 1969, porém no presente texto utilizaremos o ano de publicação da tradução brasileira de *Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth* como referência por termos utilizado tal material como objeto de análise.

⁵ Ver, por exemplo: GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 19^a Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Tradicionalmente a bibliografia antropológica traça como parâmetros para designar uma população, os seguintes critérios: (i) o grupo perpetua-se biologicamente de modo amplo; (ii) ele compartilha de valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; (iii) constitui-se como um campo de comunicação e de interação; e (iv) possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

Segundo o autor a definição tradicional se aproxima muito de várias situações etnográficas empíricas, servindo como referência a muitos antropólogos. E enfatiza que sua contestação não recai sobre o conteúdo das características que são delineadas, mas que tal proposição impede a compreensão do fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e na cultura humana. Isso ocorre, uma vez que não há uma abordagem sobre a problematização de cada grupo, mas uma visão preconcebida a respeito de fatores importantes como a estrutura, gênese e função de tais grupos. Para Barth (2011), as fronteiras que são estabelecidas pelas características traçadas acima, limitam os fatores que são utilizados para explicar a diversidade cultural.

Na leitura de Barth (2011), o compartilhamento da mesma cultura não pode servir como característica primária da organização do grupo étnico, tendo em vista que a cultura possui características que estão ligadas tanto ao ambiente quanto à ecologia em que os indivíduos dos grupos estão inseridos. Desse modo, explica que os grupos étnicos, tendo como característica a auto atribuição e a atribuição por outros a uma categoria étnica, não podem ter características objetivas e rígidas, mas atributos que os próprios atores de cada grupo irão considerar mais ou menos relevantes para que possam se identificar como grupo. Trata-se de uma estrutura na qual é

possível colocar conteúdos de formas e dimensões variadas em diferentes sistemas socioculturais.

A fronteira étnica é que será o ponto central para definir o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. E será a interação entre diferentes grupos étnicos que irá criar critérios de avaliação e julgamento para determinar a identificação de um indivíduo com determinado grupo. Segundo Barth (2011, p. 195), “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”. Desse modo, a fronteira étnica deve ser vista como algo fluido, porém reconhecida tanto pelos membros do grupo como por dos grupos com os quais se convive.

Fredrik Barth se questiona se é possível pensar grupos étnicos em sistemas pluriétnicos. A sua resposta é sim. Esses sistemas acabam por fornecer evidências empíricas e servem como espaços para se observar as fronteiras e a construção de identidades. Tal metodologia foi utilizada, segundo Lampierre (2011) por Poutignat e Streiff-Fernat para analisar a questão da etnicidade na França dos anos 1990. Ao considerar o debate sobre imigração na França, vê-se que nos anos 1970 ele estava ligado a questões econômicas, o imigrante como força de trabalho. Nos anos 1990 muda-se a problemática, ela passa a ser vista a partir da questão da identidade, onde as questões de habitação e a formação de guetos de imigrados possui relevância. E ao observar a mudança percebemos que os ensinamentos de Barth ainda continuam válidos.

Ao examinar a associação ente identidades e padrões valorativos que nos auxilia a compreender as fronteiras, Barth (2011) sinalizava que havia dois pontos a se considerar: (i) uma categorização dos setores e (ii) a aceitação que as categorias podem variar. Na análise sobre fronteira, observar a sua existência não consiste em afirmar que elas são estáticas, mas,

ao contrário, reconhecer que podem variar ao longo do tempo. Por isso, faz-se necessário observar as sanções que os indivíduos sofrem tanto de membros do seu grupo como de outros, indicando que apesar de mutável, ela é reconhecida.

O reconhecimento que existem fronteiras e que na sua detecção existem sanções não nos pode dar a sensação que um indivíduo não mude de identidade étnica. Muitos grupos possuem formas de assimilação previstos, que podem ocorrer tanto quando tal processo levar a vantagens para o grupo como por necessidades diversas, sejam elas econômicas, de sobrevivência ou de outra ordem. Outra possibilidade, segundo Barth (2011), consiste na mudança como forma de aquisição de algum tipo de ganho (material ou simbólico).

A leitura que Barth (2011), no final dos anos 1960, fazia sobre as possibilidades de mudanças de identidade étnica, a relação entre a identidade e as fronteiras étnicas, e as mudanças que a sociedade industrial trazia para grupos que originalmente conviviam em território mais limitado era tão importantes para se pensar a realidade que se vivia que ele já apontava para o fato de que tais questões estavam na base do discurso para a criação de novos Estados. Segundo Barth (2011, p. 220), dentre os “muitos dos interessantes movimentos que podem ser observados atualmente, [nos anos 1960, temos] desde o nativismo até novos Estados”.

Por fim, são por esses e outros motivos que mesmo depois de 50 anos de sua publicação original, *Grupos étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth ainda continua sendo referência obrigatória para pesquisadores que se propõem a pensar questões de Etnicidade, Cultura e Identidade. Se nos anos 1960, faltavam dados para uma generalização sobre o impacto da sociedade industrial nos grupos étnicos, hoje alguns passos já foram dados nesse sentido, mas o convite ainda continua

estendido para aqueles que quiserem enveredar por tais campos.

Resenha feita por

Aimée Schneider Duarte

Arthur Trojan

Fellipe Castanheira Soares

Isabella Juliana Lopes dos Santos

Isabella Nogueira

Joyce Dalvina Vieira Damasceno

Landirléya dos Reis Silva;

Leila Cristina Gibin Coutinho

Leonardo de Carvalho Augsto

Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva

Lucio do Nascimento

Marllon Alves

Mustafá Reis Dalate Salvador

Rayane Lorena Soares de Araújo Ribeiro

Thamires Guimarães

Veronica Rocha da Silva

Wanderson Oliveira dos Santos

Espacios del miedo

Acerca de las periferias sociales y las series televisivas latinoamericanas

Ariel Gómez Ponce¹

CONICET - Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Resumen

Me interrogo por el modo en que una Cultura del Miedo toma forma en Latinoamérica, a la luz de series televisivas producidas en Argentina. El estudio atento de *El Marginal* (2016) y *Un gallo para Esculapio* (2017) me permitirá evaluar cómo, en detrimento del modelo serial estadounidense, estas ficciones latinoamericanas estarían priorizando una lectura del miedo que atañe a un otro interno, que habita en los márgenes del propio sistema. Mi hipótesis propone estas series sostienen una regularidad a la hora de modelizar el miedo y los sujetos que lo despiertan, mediante una insistencia por inscribirlos en ciertos enclaves espaciales y a través de determinados procedimientos de representación. La semiótica cultural de Yuri Lotman, y su diálogo con los aportes de Fredric Jameson, conformarán un entramado conceptual pertinente para analizar cómo los imaginarios de la violencia y el temor adquieren carácter espacial en estos relatos, al tiempo que dan cuenta de cómo las sociedades se organizan en centros y periferias. Una reflexión final atenderá a la forma en que estas series televisivas, de gran repercusión en los Estados Unidos, dialogan con la insistencia estadounidense por cartografiar el imaginario de un *American Way of Life*. Desde esta perspectiva, el modo de habitar suburbial contendría claves de interés para indagar cómo las series están elaborando una memoria internacional común, ceñida a los

¹ arieltgomezponce@unc.edu.ar

fracasos de los procesos de modernización y los avatares del capitalismo tardío.

Palabras clave: series televisivas; Cultura del Miedo; semiótica de la cultura

Abstract

I wonder about the way in which a Culture of Fear takes shape in Latin America, in the light of television series produced in Argentina. The study of *El Marginal* (2016) and *Un gallo para Esculapio* (2017) will allow me to evaluate how, to the detriment of the Northamerican serial model, these fictions prioritize a reading of the fear that concerns an internal other, which inhabits the margins of the system itself. My hypothesis proposes that these series maintain a regularity when it comes to modeling fear and the subjects that awake it, through an insistence to inscribe them in certain spaces and through certain representation procedures. The cultural semiotics of Yuri Lotman, and his dialogue with the contributions of Fredric Jameson, will form a relevant conceptual framework to analyze how the imaginaries of violence and fear acquire a spatial character in these stories, while at the same time, they show how societies organize in centers and peripheries. A final reflection will attend to the way in which these television series, with great repercussion in the United States, dialogue with the insistence to map the imaginary of an American Way of Life. From this perspective, the suburban way of life would contain keys of interest to investigate how the series are elaborating a common international memory, limited to the failures of modernization processes and the avatars of late capitalism.

Key words: TV series; Culture of Fear; cultural semiotics

Resumo

Fico imaginando como a Cultura do Medo toma forma na América Latina, à luz das séries televisivas produzidas na Argentina. O estudo cuidadoso da *El Marginal* (2016) e *Un gallo*

para *Esculapio* (2017) vai permitir-me para avaliar como, o detrimento do modelo de série norteamericana, estes ficção latino-americana estaria dando prioridade a uma leitura de medo que respeita outro preso, que vive nas margens do próprio sistema. Minha hipótese propõe esta série manter a regularidade ao modelar o medo e os assuntos que lhe despertam por uma insistência por se matricular em certos enclaves espaciais e através certa representação procedimentos. A semiótica cultural de Yuri Lotman, e diálogo com as contribuições de Fredric Jameson, formarão uma ferramenta útil para a análise de como o imaginário da violência e do medo de adquirir um carácter espacial nessas histórias, enquanto eles percebem como as sociedades se organizam em centros e periferias. Uma reflexão final atentará para o modo como essas séries de televisão, de grande repercussão nos Estados Unidos, dialogam com a insistência em mapear o imaginário de um *American Way of Life*. A partir desta perspectiva, o modo de viver suburbial contém chave para investigar como as séries estão desenvolvendo uma memória comum internacional, com cinto de segurança para as falhas de modernização e as vicissitudes do capitalismo tardio.

Palavras-chaves: séries televisivas; Cultura do Medo; semiótica cultural

1. Por una Cultura del Miedo seriada en Latinoamérica

Nuestra contemporaneidad parece estar signada por un afecto social que cobra cada vez mayor envergadura en los medios internacionales: el miedo. La síntesis que propone una Cultura del Miedo ha llevado a especialistas de todo el mundo a elaborar conjeturas sobre el alcance y la circulación de este modo cultural del sentir que interviene, de manera insistente, tanto en nuestra cotidianeidad como en los discursos que en ella consumimos (Cfr. AUGÉ, 2014). Pues, en tiempos recientes, el miedo aparenta ser ese lugar común que ronda la actualidad mundial, y del cual el orden estético tampoco se

hallaría exento. Pero, ¿de qué hablamos cuando hablamos de una Cultura del Miedo?

Los estudiosos recuerdan que el comienzo de siglo trajo los efectos del temor y el terror al centro de nuestros debates (al respecto, véase BAUMAN, 2006; ROBIN, 2006). Y si bien los atentados del 11 de septiembre de 2001 despertaron la paranoia colectiva y la mostraron en todo su esplendor, la crítica nos advierte también que la historia de América Latina es, sin lugar a dudas, una historia del miedo, cuyo hilo conductor bien puede seguirse hasta las atrocidades de los Estados terroristas, ese contexto de máxima inseguridad jurídica durante los años de dictadura. Es este el sentido de Cultura del Miedo que Noam Chomsky propuso en 1996, cuando refirió por primera a este término para dar cuenta de las múltiples estrategias de manipulación y dominación que los Estados Unidos introdujeron, a través de la idea de terrorismo doméstico, en Colombia. Se trata, entonces, de una larga tradición de temores que articulan lo individual y lo colectivo, y que parece no haber sanado en la transición democrática, en tanto el campo semántico del miedo se ha ido acrecentando en los derroteros de la actual Latinoamérica.

Sin embargo, parece que, en la actualidad, las figuras del terror y el pavor han adquirido otros rostros, y el retorno avasallante de los movimientos de derecha y sus “campañas del miedo”, como también de los impulsos neoliberales a través de los cuales florecen nuevas crisis y viejas violentas tensiones sociales, pretenden dar cuenta de que el objeto del temor se halla, sin ir más lejos, en el mismo interior de la cultura. No hablamos, por ende, de terroristas al acecho o espías infiltrados que atentan, silenciosamente, contra la seguridad nacional, como lo hicieran los relatos que Estados Unidos elaboró luego de la explosión del *World Trade Centre*.

Hablamos, más bien, de esos otros bien reconocibles que habitan con nosotros y que, ante la mirada del capitalismo tardío, suponen un peligro aún mayor. La profusión de los pobres que el Estado debe sostener, los inmigrantes que atraviesan la frontera y nos invaden, las mujeres que interpelan en la búsqueda de derechos, las franjas de la tercera edad que suponen una carga económica son, en tal sentido, un dialéctico sintomático y peligroso de una nueva Cultura del Miedo que parece estar jugando con la nitidez de sus fronteras, en cuando a su aparición en el cono sur.

He indagado en otras investigaciones cómo las series televisivas, relatos que hoy dominan las pantallas y se reproducen de forma imparable, han hecho del miedo su lugar de enunciación (GÓMEZ PONCE, 2018; 2019a). Me pregunté, entonces, por cómo las narrativas provenientes de los Estados Unidos elaboraban las derivas del miedo para explicar su propia historia. *The Leftovers* (HBO, 2014-2017), *Homeland* (Showtime, 2011), *Westworld* (HBO, 2016) o *The Americans* (FX, 2013-2018) fueron algunas ficciones ejemplares que permitieron dar cuenta del trabajo de la ficción para elaborar, a través del miedo, los avatares de las crisis socioeconómicas, de la erosión de la confianza en las instituciones y del descreimiento en las políticas internacionales como sustratos ideológicos recurrentes en el país del Norte.

La tesis del politólogo Dominique Moïsi (2017) y su premisa de una geopolítica del miedo que las series están cartografiando colaboró con mi empresa, en tanto el especialista inaugura una indagación profunda acerca de cómo estas formas masivas devienen indicadores para el análisis de las expresiones emocionales, pero también de esos conflictos políticos que ponen de manifiesto el poder del orden simbólico regular los afectos colectivos. Pero, si la afirmación de Moïsi (2017, p. 188) resulta cierta y todas las series televisivas actuales

están conformando “un catálogo ilustrado, un compendio de los miedos del mundo”, ¿qué lugar ocupa Latinoamérica en esta geopolítica? Se trata de un enclave casi eludido por los especialistas abocados a las series, quienes parecen priorizar los retratos de la paranoia colectiva estadounidense. ¿Cuál es, a ciencia cierta, la Cultura del Miedo que le estamos presentando a su público internacional? ¿Qué imagen del miedo están elaborando las ficciones seriadas del cono sur, y qué diferencias y similitudes guardan con el modo de serie hegemónico de los Estados Unidos?

En este artículo, asumiré el desafío de acercar respuestas a estos interrogantes, develando ciertas estelas de sentido que la ficción seriada latinoamericana elabora. Y pretendo hacerlo al amparo de algunas series argentinas que ofrecen claves concretas para iniciar una investigación sistemática sobre los derroteros locales de este afecto social de alcance mundial. Entiendo, no obstante, que estos relatos están priorizando una emergencia del miedo que invade sus nudos argumentales y bucea por los más diversos géneros artísticos: se trata del miedo que produce ese otro interno, que habita en el propio sistema, pero que por diferentes razones históricas pretende deslizarse hacia las periferias de la sociedad. Si la paranoia estadounidense señala múltiples alteridades invasoras y extranjeras, que habitan silenciosamente dentro de la comunidad (Cfr. GÓMEZ PONCE, 2017), percibo que, en otra dirección, nuestros temores están yaciendo en los márgenes internos de las culturas.

La hipótesis de este trabajo propondrá, entonces, que las series televisivas latinoamericanas sostienen cierta regularidad a la hora de modelizar el miedo, y lo hacen mediante una redundancia espacial que se mantiene en determinados procedimientos de representación. La distribución cultural de centro y periferia se recompone en las ficciones seriadas a través

de una complejidad de espacios que, asimismo, refractan las lógicas compositivas de la sociedad, y de sus identidades y alteridades. Se trata de una cartografía en donde el miedo y la violencia invaden de modo estridente, adquiriendo carácter espacial.

En función de ello, un primer apartado estará dedicado a introducir las perspectivas teóricas que orientarán este análisis de los escenarios espaciales, partiendo de la problematización de aquello que Beatriz Sarlo (2001) ha llamado *imaginarios de la violencia urbana*: formas culturales de percibir e interpretar las periferias de la geografía como enclaves donde la agresividad y el miedo colectivo afloran de manera insistente. La semiótica de Yuri Lotman (1990), y su diálogo con la teoría narrativa del filósofo marxista Fredric Jameson (1996) serán funcionales para complementar esta noción de imaginario en términos de una modelización cognitiva que responde a eslabones históricos y axiológicos para generar representaciones de lo real. La intención de este entramado conceptual yace en deslindar algunas claves de interés para el estudio de los espacios artísticos como recomposiciones las diferencias culturales en cuanto a identidades.

Al amparo de estas encrucijadas teóricas, los apartados siguientes se abocarán a estudiar dos series televisivas ejemplares: *El Marginal*, emitida por TV Público y luego distribuida por la cadena Netflix desde 2016, y *Un Gallo para Esculapio*, difundida por el canal local Telefé durante 2017, pero financiada y dada a conocer ante el mundo por la multinacional TNT. Cabe advertir que la selección a priori se fundamenta en dos razones. En primera instancia, las narrativas se esmeran por elaborar relatos situados en las periferias de las urbes argentinas, inscribiendo allí una estela de prácticas de la violencia y de sujetos que los sistemas se preocupan por desplazar de los contornos visibles. Hay, en

ellas, una comunidad de espacios recurrentes que permitirán elaborar conjeturas acerca de las funciones de las escenografías que la Argentina modeliza de sí misma.

La segunda razón yace en su repercusión: estas series no solo alcanzaron los máximos galardones en nuestro país (el premio de oro Martín Fierro en 2018 y 2017), sino que, además, ambas circulan mundialmente a través de canales de *streaming* como el reconocido Netflix. Se trata de narrativas que, asimismo, han sido elogiadas por la crítica norteamericana y han logrado altos niveles de consumo, imponiéndose en el *mainstream* de contenidos. No obstante, creo que hay claves precisas para suponer el triunfo de *El Marginal* y *Un gallo para Esculapio* esconde otros avatares. Refiero a una forma de habitar en los márgenes que parece dialogar, en cierta medida, con la preferencia de los Estados Unidos por ficcionalizar la vida suburbial y darle forma a un *American Way of Life*, última meta de la escala social y económica norteamericana. En tal sentido, el artículo pretende introducir hipótesis de lectura para afrontar la tarea de leer las ficciones latinoamericanas y estadounidenses en sus puntos de convergencia y disidencia a la hora de retratar sus contextos espaciales.

2. Semióticas del espacio: modelos y cartografías de los márgenes

Tiempo atrás, Beatriz Sarlo (2009) advirtió que, en la historia de la cultura, dos itinerarios se entrecruzan de manera insistente: la ciudad real y aquella imaginada. Basta observar el modo en que las formas artísticas se han esmerado por retratar reflejos de las grandes ciudades y sus modos de habitar, en una larga memoria cultural que sentaría sus bases en aquella emblemática descripción de la Troya sitiada que Homero ofreciera. No obstante, en este trabajo no me interesaré por

estas urbes límpidas e idealizadas por los cánones del arte y del turismo mundial, sino más bien por sus contraccaras: esos espacios marginales donde abundan la pobreza, las ruinas edilicias y la precariedad de las vidas. Se trata de periferias en la geografía urbana que permiten, asimismo, realizar una cartografía de las diferencias socioeconómicas que se gestan homogéneamente en toda América Latina, en tanto fisuras de un proyecto de modernización (Cfr. DUHAU y GIGLIA, 2008).

De modo especial, Sarlo ha rastreado la historia de la marginalidad urbana en Argentina, en términos de una “ciudad efímera” que, desde finales del siglo XIX, comienza a tomar forma ordenada a partir de la suma de los refugios precarios en donde habitaban los trabajadores inmigrantes (Cfr. 2009, pp. 59-69). Habrá que esperar hasta 1930 para que este fenómeno incipiente y pasajero se convierta en algo permanente, dando lugar a lo que hoy definimos como “villa miseria” o “villa de emergencia”: asentamientos precarios de una gran densidad poblacional carente de recursos. Se trata, no obstante, de una eclosión de formas similares que presenta cierta regularidad en Latinoamérica, cuando se recuerda la proliferación de edificaciones tugurizadas en los conventillos rioplatenses, los cerros caracenses o bien en los morros brasileños.

Sin extremar las semejanzas y sin desconocer sus diferencias históricas, creo observar una distribución intercultural común en torno a estas formaciones marginales. Incluso, el crecimiento de estas diferencias urbanas se verá acrecentado de manera análoga, como consecuencia de los avatares del neoliberalismo y las oleadas de crisis económicas que trajo consigo el comienzo de siglo en toda la región, dando lugar a una “acumulación que ya nadie puede imaginar como progreso, porque es *pauperización periférica*” (SARLO, 2009, p. 71, la cursiva es nuestra).

Por lo demás, los medios nos están enseñando que, en estos enclaves, habitan las franjas de clases menos favorecidas, pero que allí, también, campean el crimen, la circulación clandestina de armas, el consumo de drogas, las redes domésticas de narcotráfico, la corrupción y, en resumidas cuentas, todo un orden de la peligrosidad que los discursos mediáticos sintetizan como una distopía dentro de la misma geografía urbana. De allí que Sarlo (2001; 2009) haya definido a esta lectura negativa como un *imaginario de la violencia urbana*: representaciones sociales que, alentadas por los medios de circulación masiva y su sensacionalismo, se encarnan en la percepción de la sociedad y alimentan los prejuicios y las múltiples formas de la discriminación económica, racial, social o de género.

El retrato de crímenes pasionales que linda lo irracional, de ajustes entre narcotraficantes, y de robos que dejan un sinnúmero de víctimas son, a modo ejemplar, situaciones que los informativos emplazan, diariamente, en el contexto de las villas o los suburbios, demostrándole al espectador que, en dichos enclaves, comulgan el peligro y la violencia. Como bien intuye Sarlo, el discurso de estos medios “alimenta un sentimiento de inseguridad colectivo que se ha convertido en una pasión: *la pasión del miedo como (des)organizadora de la relación con el espacio público*” (2001, p. 50, la cursiva es nuestra).

Por ello, me parece advertir que, en tiempos recientes, una idea de Cultura del Miedo en el contexto latinoamericano debe entenderse a la luz de los temores internos ante ciertas figuras de la otredad y a los entornos en donde ellas se desenvuelven, como una lógica impuesta por el orden mediático. En esta premisa, no puede eludirse los efectos de sentido que promueve el refloreCIMIENTO actual del neoliberalismo, atiborrado de discursos que acrecientan las formas de la discriminación; que le señalan a la población cuáles son las brechas entre las clases

sociales, y dónde ellas se emplazan geográficamente. Pues, en los últimos años, ha vuelto con estridencia todo un entramado ideológico que Chantal Mouffe (2018, p. 19) sintetizó como el “temor de las democracias liberales”, marcado por el intento de colaborar con las segregaciones culturales, las diferenciaciones clasistas de sus espacios y las gradaciones de peligros que atentarían contra el orden político y económico.

Interrogar las implicancias profundas de esta emergencia llevaría a deslindar los avatares del capitalismo tardío y su modo de intervenir en la percepción que se tiene del cuerpo social, tarea titánica que excede los objetivos de este artículo. Sin embargo, creo que un estudio atento a productos de circulación masiva tales como las series televisivas puede ofrecer claves de interés para interrogar la concreción del miedo en nuestras coordenadas y el modo en que “nuestra” Cultura del Miedo se presenta ante el mundo. Y, en tal sentido, sostengo que una reflexión semiótica resulta eficaz, pues brinda herramientas pertinentes para desnaturalizar aquello que, ante los ojos de la sociedad, aparece hoy como natural en las derivas del miedo.

Por tal motivo, quisiera retomar esta idea sarliana de *imaginarios de la violencia* para interpelarla en términos de una semiótica de la cultura: espacio del saber fundado por Yuri Lotman y diseñado no solo como una ciencia de los signos, sino como una teoría de la cultura. De manera especial, este pensamiento propone un marco pertinente para reflexionar acerca del modo en la historia es interpretada mediante las vías del arte (esa forma de cognición privilegiada que experimenta con las dinámicas culturales y que explora aquello que estas intentan encubrir), al tiempo contiene premisas fértiles para deslindar las lógicas de sentidos que las culturas gestan en sus momentos de crisis o rupturas históricas.

En investigaciones previas (GÓMEZ PONCE, 2013), he advertido que la semiótica lotmaniana concentra su espesor cognoscitivo y cognitivo en la noción de *modelo*, categoría que el semiólogo propone como “un análogo de un objeto percibido que lo sustituye en el proceso de percepción” (LOTMAN, 2011, p. 250). En clara referencia a la cita canónica que Gregory Bateson se apropiara (“el mapa no es el territorio”), Lotman dirá que nadie que esté utilizando un mapa considerará que está realizando los movimientos en el espacio geográfico, puesto que sabe que se halla ante una representación. En otras palabras, el modelo obedece a reglas de analogías, traduciendo lo real en esquemas cognitivos que los sujetos apropian en sus experiencias y que les permiten entender el mundo.

Lotman prestará especial atención a las operaciones a través de las cuales el arte (literatura, cine, televisión, teatro) modeliza sus contextos históricos y, con base a la realidad, crea una de otro orden. De lo que se trata es de pensar que las formas artísticas introducen diferentes grados de verosimilitud (desde lo sobrenatural de los géneros fantásticos hasta la representación fiel de aquellos realistas), pero todas ellas recomponen, en mayor o menor medida, elementos de su entorno circundante en vistas de crear aquello que Umberto Eco (2013[1979]) habría definido como “mundos posibles”. En términos de Pampa Arán, el modelo contempla, entonces,

un sistema que la cultura hace posible y que puede ser pensado como tal, con la diferencia de que no es mundo efectivo como el real o el material sino un mundo lógicamente posible (...) se trata esencialmente de formas diversas de combinar los componentes del mundo de la realia, que intentan decir cómo podrían ser los estados de las cosas (1999, p. 35).

Algunas manifestaciones sensibles de estos modelos pueden hallarse en los Cárpatos que elabora el *Drácula* de Bram Stoker (1897), en la Inglaterra de las tragedias shakesperianas o en las imágenes de Roma o París en la filmografía de Woody Allen, pero también en las más inverosímiles Tierras Medias de Tolkien o el Westeros de *Game of Thrones* (HBO, 2011-2019) con sus matices del medioevo, e incluso las distopías de ficciones como *Handmaid's Tale* (Hulu, 2017) o *The Walking Dead* (AMC, 2010). En todos los casos, son recorridos estéticos que, en diferentes momentos de la historia, se han apropiado de elementos que, en mayor o menor medida, son reconocibles por su público. Este es el sentido que intuye Mikhail Bakhtin (1982[1929]) (con quien, además, Lotman reconoce su deuda) al definir la materialidad artística no como un reflejo, sino como una *refracción*: la constitución de otra realidad de orden estético que interpreta el tiempo y el espacio reales.

La lectura de Lotman (1990) no descuida, empero, la carga axiológica que estos modelos contienen, ya que ellos replican los valores con los cuales las culturas resuelven sus contradicciones y su organización interna como externa. Y vale señalar que, para la semiótica lotmaniana, también los sistemas culturales se automodelizan, y lo hacen en términos de centros, periferias e infinitos pares binarios: ello es, antinomias mediante las cuales las sociedades se autodefinen y definen, asimismo, aquellas figuras que expulsan. Oposiciones tales como dentro/afuera, bien/mal, humano/animal, civilización/barbarie o nativo/extranjero, por nombrar algunas, no hacen más que confirmar la existencia de modelos cognitivos que ponen de manifiesto el esfuerzo de las culturas por delimitar sus identidades y cartografiar fronteras para que las separen, articulen, excluyan o bien vinculen con sus alteridades.

No obstante, Lotman dirá que todas estas antinomias recuperan una oposición primordial vigente desde la noche de los tiempos: nosotros/otros. Aunque las culturas enfrentadas se caractericen por la dimensionalidad idéntica de sus espacios y aunque “el mundo que al otro lado de la raya es hostil (o simplemente ‘ajeno’), pero en principio no se distingue en nada del ‘mío’” (LOTMAN, 1998, p. 106), los colectivos humanos se esmeran por cartografiar fronteras que los distingan de un sinnúmero de alteridades contrapuestas. Mujeres, negros, gais, esclavos, bárbaros o extranjeros son, a fin de cuentas, nomenclaturas (modelos, diríamos) que responden a este dinamismo, escenificando los intentos repetitivos por señalar los contornos de la propia identidad y justificarla en términos biológicos, raciales, sociales, económicos o políticos; apropiaciones que siempre son convencionales, polivalentes y, en cierto modo, necesarias, dado que “la peculiaridad del hombre como ser cultural necesita de su contraposición” (LOTMAN, 1999, p. 44).

En tal sentido, los artefactos de la cultura (sus discursos, textos y obras) pretenden volver inteligible estos reconocimientos del otro a la luz de los modelos que elaboran. El emplazamiento de los orcos en los confines de las obras de Tolkien, las poblaciones bárbaras de los dothrakis al otro lado del mar en *Game of Thrones* o los campos de concentración provisorios de mujeres en *Handmaid's Tale* recrean, en términos ficcionales (y, por ende, modelizantes) que lo desconocido, lo considerado inferior o peligroso y toda otredad debe habitar en los márgenes del sistema.

No puedo más que asociar esta lógica semiótica a la forma en que los discursos mediáticos nos presentan los márgenes urbanos. Aquello que Sarlo asume como un imaginario (en un sentido caro al imaginario social de Cornelius Castoriadis, Cfr. 1999) se redefine, en Lotman, a través de su categoría de

modelización como ejercicio que permite conocer y acceder al mundo. Desde esta perspectiva, diría que los medios imponen una forma cognitiva de modelizar la distribución espacial de nuestras geografías urbanas, indicándonos que en sus lindes yacen aquellos sujetos que deben provocar pavor.

La realidad dista de ser así, pero el esfuerzo semiótico de los discursos de circulación masiva representa y presenta ante la sociedad un colectivo uniforme e indiferenciado, compuesto tanto por las clases menos favorecidas como por aquellos que detentan el crimen, la corrupción y todos los males que acaecen a la sociedad. Al amparo de esta mirada, los modelos de la violencia deben entenderse como construcciones sociales que informan y orientan la percepción social, influyendo en el sentido común, independientemente de lo que acontezca en la realidad. En otras palabras, los discursos de los medios más documentales son, en cierto grado, ficciones con mayor o menor grado de verosimilitud.

Quisiera, finalmente, traer a colación otro aporte que introduce algunos interrogantes de interés para pensar estos modelos de mundo en su imposición internacional. Me refiero a la propuesta de Fredric Jameson (1996), quien se ha preguntado acerca del modo en que las narrativas masivas, como resultado de la mercantilización de la cultura y del auge del capitalismo tardío, intervienen en las subjetividades. Para Jameson, la explosión de los medios y las redes de comunicación trae aparejadas nuevas dificultades en cuanto a la percepción de los espacios: una distribución-otra de las geografías que se modifican, no ya en términos físicos, sino cognitivos. En tanto accedemos a información de lo que sucede en el otro extremo del planeta mediante un click, comprendemos culturas distantes a través de filmes taquilleros y evaluamos las tensiones políticas en otros continentes gracias a los discursos que acercan informativos como la CNN, el

terreno real del mundo da la impresión de haberse contraído, acortando sus distancias y lejanías.

Sin embargo, esta modificación sistémica en la cultura contemporánea contiene ciertas contradicciones. Jameson entiende que, en este contexto, los sujetos se vuelven incapaces de recomponer mentalmente la totalidad del mapa global: en otras palabras, es posible reconocer París por las imágenes de la Torre Eiffel, a Roma por su Coliseo o, incluso, suponer que tal o cual desierto remite a Medio Oriente, ello sin saber dónde efectivamente se hallan. En tal sentido, las ficciones masivas han colaborado con la propagación de formas estereotipadas de los lugares, con los cuales el público concilia, aunque desconozca dónde corresponda señalarlos en el planisferio. Hay, por ende, un quiebre fundamental en relación a la totalidad, una alienación en cuanto a la propia ubicación espacial y respecto al sistema internacional. De modo tal que, en Jameson, la noción de modelo lotmaniana se completa a través de la idea de *cartografía cognitiva*, y esto es “en términos de cómo todos, necesariamente, también construimos mapas cognitivos de nuestra realidad social individual con las realidades locales, nacionales e internacionales” (JAMESON, 1996, p. 71).

En este marco conceptual, también ocupará un lugar preponderante lo ficcional, en tanto acerca al cuerpo social modelos del mapa mundial. Jameson (2018[1991]) dirá que los filmes populares ponen de manifiesto una nueva distribución espacial que, con carácter provisional, definirá como una *estética geopolítica*: ello es, un mapa imaginario con sus estereotipos de comunidades y lugares, con sus tensiones de poder y de resistencia, entramado total que no puede ser pensado fuera de las implicancias capitalistas de consumo y de una sociedad del simulacro que sintetiza en ficciones los derroteros de la historia. En efecto, el conocimiento del sistema

mundial se halla, en la actualidad, intervenido por múltiples conglomerados ideológicos y hegemónicos que entrelazan lo global y lo mundial, y “la función de la ideología es inventar, de alguna manera, una forma de articular entre sí estas dos dimensiones diferenciadas” (JAMESON, 1996, p. 71).

Como se comprenderá, en este recorrido teórico, hay una fuerte matriz de índole topológica: imaginario, modelo y cartografía son categorías que, en efecto, denotan un interés heurístico por otorgarle inteligibilidad al modo en que las culturas se escinden y se parcelan en términos espaciales. Diría, entonces, que mientras el modelo de Lotman ofrece un entramado para pensar como los sujetos y las culturas se apropian de lo real en nuevos esquemas cognitivos, la noción de cartografía jamesoniana atañe a una articulación de mayor escala que pone en situación de diálogo estas modelizaciones con el entramado internacional.

Al amparo de esta articulación, me interesa preguntarme cuál es la idea de miedo que las series argentinas están modelizando en la interacción de una ciudad real y una imaginaria, aspecto que pone en cuestión, a su vez, los múltiples umbrales imaginarios que entre ambas se trazan. Y dado que abordaré dos series de gran repercusión internacional que lograron infiltrarse en el mercado estadounidense, creo pertinente ampliar estas conjeturas pensar algunas premisas acerca de esos espectadores norteamericanos que cartografían enclaves ficcionales de la ciudad latinoamericana, con sus centros y sus periferias, y con variadas lecturas de la violencia que las atraviesan como un hilo conductor. O, dicho en otras palabras, ¿en qué emplazamiento de una geopolítica estética se sitúan las series televisivas argentinas con sus modelos especiales y sus márgenes de lo social?

3. Paisajes de la marginalidad: acerca de *El marginal* y *Un gallo para Esculapio*

Miguel Palacios (Juan Minujín) se despierta en cuarto desconocido, rodeado de cuerpos desangrados. Sorpresivamente, un niño le alcanza un teléfono celular y una voz misteriosa le advierte que es momento de iniciar cierto recorrido. Al mirar por la ventana y verse rodeado de policías que apuntan a su dirección, el personaje raudamente se pone en marcha, y la cámara, de manera desenfrenada, comienza a seguirle el rastro por lo que, en primera vista, parece ser una ciudad en ruinas.

Lo cierto es que, ante la mirada del espectador argentino, el espacio será rápidamente reconocido: se trata de la Villa 31, ese asentamiento informal de viviendas precarias que se encuentra en el corazón mismo de Buenos Aires, rodeado por las zonas más acaudaladas de la ciudad. A las calles repletas de niños jugando al fútbol y perros que saltan a su alrededor, de familias comprando frutas y verduras en los puestos ambulantes, e incluso de un velorio y su cortejo fúnebre a plena vista, se contrapone la persecución policial de Miguel, sus saltos estrepitosos por los techos de los hogares a medio construir, sus escaladas por las paredes sin revocar y los disparos de vecinos en frenesí.

Así inicia su relato *El Marginal* (Netflix-TV Pública, 2016), serie que se esmera en dar a conocer, desde la primera escena (y como bien indica su nombre), la marginalidad de una sociedad. Pero esta recurrencia a las periferias aparecerá no tanto en la modelización de la ciudad, como en otro espacio que será dominante en la narrativa y que deviene, asimismo, su enclave central. Referimos a la Unidad de San Onofre, centro penitenciario adonde Miguel será trasladado, una vez capturado. Pronto sabremos que, en realidad, Miguel es un ex policía que

ha ingresado intencionalmente en la institución con el objetivo de encontrar la hija de un reconocido político que ha sido tomada prisionera. En tal sentido, *El Marginal* adquiere cierta estructura de *thriller*, y el espectador se verá invadido por esos halos de misterio, estilística propia de dicho género.

En la trama que teje la serie, la historia de Miguel (quien, desde su ingreso, se hará llamar Pastor) se entrelazará con la de otros presos con quienes el protagonista entablará vínculos, ello en vistas de hallar alguna información que permita dar con la joven capturada y escondida en el interior mismo de San Onofre. En esta travesía, abundarán los asesinatos, los sobornos, la corrupción policíaca y los relatos de vida individual de estos presidiarios abandonados en el abismo de los derechos humanos. Pues, a lo largo de sus dos temporadas emitidas, *El Marginal* ofrece una vista panorámica de la vida carcelaria, focalizando en su costado más cruento y en una violencia exacerbada que aumentará *in crescendo*, pero que poco interesa a las autoridades tanto institucionales como estatales.

La historia de Nelson Segovia (Peter Lanzani) será distinta, y es la historia que compone la otra ficción seriada que aquí me convoca: *Un gallo para esculapio* (TNT-Telefé, 2017), relato abocado a narrar la llegada de este joven humilde, quien emigra desde el noreste argentino (de la provincia de Misiones) hacia Buenos Aires. La imagen del colectivo y la cara de desconcierto de Nelson ante tamaña urbe da inicio a su aventura por una tierra que conoce solo de oído. Pero no se trata de la capital central atestada de edificios y negocios, sino de esa otra periferia que pocas veces se retrata en las ficciones: el conurbano, denominación genérica para ese conglomerado áreas urbanas más pequeñas, también reconocida como Gran Buenos Aires o, como la definen sus habitantes, “provincia”.

El vasto territorio que se extiende en torno a Capital Federal, sin respetar fronteras y delimitaciones

administrativas, enmarca también los márgenes socioculturales de la región, en tanto un amplio porcentaje de sus urbes carecen de los recursos (edilicios y monetarios) que ostenta la capital del país. Incluso, aquello que se menciona como “conurbano” en el imaginario y la jerga popular responde, también, a cierto sesgo de clasismo por parte de los sectores pudientes y mejor posicionados en la escala económica, franjas con las cuales Nelson, en su travesía, no se topará.

Porque la trama argumental de este personaje es, como la de Miguel, una odisea de los márgenes, pero menos forzada, ya que Nelson entra en la aventura por su propia cuenta. Y lo hace solo con un pequeño bolso de mano, un trozo de papel con una dirección y la escolta de un compañero bastante particular: un gallo de riña que ha viajado kilómetros junto a su dueño, adentro de una pequeña bolsa y alimentado a base de galletas. Sabremos luego que Nelson llega al conurbano en la búsqueda de su hermano que emigró años atrás, pero de quien se ha perdido todo rastro. Ante la incertidumbre del panorama y la necesidad de sobrevivir, Nelson ingresará en el mundo de las peleas ilegales de gallo para caer, finalmente, en una situación de mayor peligrosidad: aquello que, en Argentina, se conoce como “piratas del asfalto”, grupos de delincuentes que realizan atracos en las rutas y trafican mercadería de diverso valor. En dicho contexto, Nelson conocerá a Chelo (Luis Brandoni), jefe de esta banda, con quien entablará una relación casi paternal y quien, casualmente, será develado después como Esculapio: el dueño de estos reñideros donde Nelson luce las proezas de su mascota.

Como se comprenderá, ambas historias emplazan sus respectivas búsquedas en contextos que modelizan diferentes enclaves de la geografía urbana argentina. Los relatos capturan los avatares de la marginalidad bonaerense, pero lo hacen de

modos diferentes, puesto que la distribución de los espacios y la carga semántica que ellos adquieren pretenden exponer dos caras de una misma moneda de la criminalidad: aquella que se desenvuelve libremente a cielo abierto, y aquella que paga sus consecuencias y sobrevive confinada en una prisión. Pero ambas lo hacen a la vista de diferentes instituciones sociales y legales corruptas con las cuales establecen contratos de diversa índole. Y, por ello, los relatos del *El Marginal* y de *Un gallo para Esculapio* son, en alguna medida, equivalentes en su modo de refractar los límites de lo legal, aunque deslizan ciertas diferencias en cuanto al diseño de sus modelos espacios, cuestión sobre la cual quisiera detenerme en mayor profundidad.

Un gallo para Esculapio opta, a diferencia de *El Marginal*, por una marcada predilección hacia los entornos oscuros, las calles en penumbras y todo un escenario nocturno que adquiere ciertos matices del gótico. A veces, solo pueden apreciarse atisbos de las luces de colores provenientes de los patrulleros que recorren los barrios, como también de los focos de los autos que circulan por las rutas en donde esta banda de delincuentes realiza sus atracos. Los espacios, modelizados siempre en tonos fríos, tienden a ser desoladores: desde las primeras imágenes en esa terminal de ómnibus carente de gente, hasta las persecuciones por las esquinas vacías del conurbano, el mundo de la noche se presenta como un ambiente amargo y yermo de vida humana. Los escasos escenarios a plena luz de día se vuelven, también, desesperanzadores: en ellos, abundan los puestos ambulantes a medio armar que se atiborran en las calles y los edificios vejados por el paso de los años, construcciones que parecen llevar décadas sin arreglos o atención alguna.

En su totalidad, el conurbano se modeliza desde detalles que insisten en mostrarnos un panorama en decadencia, pero

que también hacen a la ficción rozar lo barroco: con sus puentes dibujados por el esmog y la vegetación ostentosa que crece a modo selvático, sus bares atestados de cuadros y sillas de antaño, y los negocios repletos de cartelería con letras casi indistinguibles por la erosión del tiempo, *Un gallo para Esculapio* elabora una estética de lo recargado. En esta lógica, habrá un lugar de la desmesura que adquirirá especial importancia: ese reñidero donde se ejecutan las peleas de gallo a las que Nelson recurrirá, apostando un salchichón para poder subsistir, entre los gritos enfurecidos de la gente, los cloqueos efusivos de los animales de corral y las plumas que se esparcen por doquier.

La música folclórica y melódica que ambienta *Un gallo para Esculapio*, señala un fuerte contrapunto con la estridencia de las cumbias que enmarcan los paisajes más diurnos de la otra ficción, *El Marginal*. Trabajada como una serie realista, la cartografía periférica que traza en la cárcel de San Onofre replica, en cierto modo, la lógica organizacional de espacios como la Villa 31, aunque lo hace puertas adentro². La arquitectura modelo panóptico de la penitenciaría no colabora con el deslizamiento de esa cámara que debe sortear un sinfín de viviendas precarias y conexas (irónicamente llamadas “monoambientes”), ubicadas en el patio central y armadas a base de chapas oxidadas, trozos maderas, sillones deshechos y harapos de lo que otrora parecieran sábanas o bien cortinas.

² Un dato de color al respecto: la cárcel de San Onofre es, efectivamente, una institución real, conocida por el nombre de Cárcel de Caseros. El centro penitenciario, que abrió sus puertas en 1960 y dejó de funcionar en 2001, ha servido también como espacio para la filmación de otra serie internacionalmente reconocida como *Tumberos* (América TV, 2002), ficción que relatará la vida carcelaria en los contextos inminentemente posteriores a la crisis económica que Argentina viviera en el año 2001. Actualmente, el lugar se encuentra en vías de remodelación y dará lugar al nuevo Archivo General de la Nación.

No hay, en la cárcel, estructura uniforme, sino infinitos pasillos que toman forma laberíntica y que desorientan a un espectador que, difícilmente, puede reconocer algún habitáculo ante la similitud que todos ellos guardan. En el corazón de este vasto patio, se prolongan largos tendales en donde la ropa busca secarse a un sol que apenas ilumina el interior de San Onofre, pero también el rodar de las pelotas de fútbol y el sonido estridente de las improvisadas máquinas de tatuar. El paisaje que elabora *El Marginal* es, sin lugar a dudas, un entorno devastado que insiste en modelizar la precariedad de la vida carcelaria, en un sentido cercano a aquella “ciudad efímera” de la que hablara Sarlo: todo, en San Onofre, parece provisorio y estar dispuesto a mudarse en el momento necesario.

Miguel se asentará en una de estas viviendas tugurizadas, que solo contiene jirones de colchones e innumerables fragmentos de objetos indistinguibles. Pero la actitud despierta de este personaje, que permanece atento a todo y que sabe cómo negociar para sobrevivir, dista mucho de la naturaleza confiada y bienhechora del protagonista de *Un gallo para Esculapio*, quien se mantiene en un desconcierto permanente. No obstante, el ingreso de Nelson es, también, uno que se realiza desde las periferias, habitando al principio en esa pensión precaria que le ofrecerá resguardo temporal, tanto a él como a su gallo compañero.

Pero me parece advertir que ambos personajes comparten más de lo que, a simple vista, puede percibirse. Porque Miguel y Nelson son *outsiders* (uno policía devenido criminal, el otro provinciano de clase humilde) que, asimismo, ingresan desde los márgenes a ese mundo-otro, trazado por sus propias cartografías de centro y periferia; espacios disímiles que los personajes deberán aprehender y sortear para lograr ese

cometido que los une: la búsqueda de alguien en el interior de un terreno hostil.

Esta cartografía se observa, claramente, en la distribución de la cárcel de San Onofre: en las celdas que dan lugar a las alas principales, habitan quienes ostentan mayor poder y reconocimiento. Los hermanos Borges, antagonistas principales de Miguel, lideran allí, junto a un séquito que toma la forma de un feudo bastante heterogéneo para quienes los lujos abundan y las comodidades (desde televisores hasta camas ostentosas) no faltan. Serán las poblaciones relegadas aquellas que habiten el patio de la penitenciaría: los que provienen de las villas, los inmigrantes de otras comunidades (colombianos y venezolanos), y los parias que no concilian con ninguno de los grupos establecidos. Conviven todos en esa ciudad efímera de chapas y madera, donde escasea la comida y la higiene porque los Borges, por sus tratos con las autoridades, reciben un trato exclusivo tanto en bienes como en servicios. En tal sentido, el modelo centro-periferia de *El Marginal* no responde a la lógica espacial de este binomio, sino que adquiere carácter metafórico: aquellos marginales están en el centro de la escenografía, acorralados por policías y por otros reos poderosos que los explotan de diversas formas.

Por su parte, Nelson habitará en otras periferias: aquellas de la clandestinidad y de los encuentros lúdicos ilegales, como lo son las riñas de gallos. Pese a su aparente inocencia, este protagonista demuestra avidez para transitar los lindes que organizan las clases del conurbano, aunque el entorno tiende siempre a discriminarlo por su procedencia. Su patrón, Chelo/Esculapio, será quien le ofrece ayuda, y allí Nelson entenderá como su jefe gestiona los negocios de la zona, imponiendo las fronteras dentro de las cuales otros delincuentes pueden desenvolverse. Pese a ello, en *Un gallo para Esculapio* no hay límites espaciales nítidos: más bien, la

contraposición de centro-periferia parece conjugarse en las distancias que el día y la noche le otorgan a los mismos escenarios. El mundo nocturno predomina, permitiendo la eclosión de las identidades y brindándoles libertad para el crimen, mientras que aquellos desplazados deambulan por la vida diurna del conurbano. En tanto el sistema ilegal que Esculapio y sus secuaces han gestado es uno encubierto, la noche interviene como un enclave predilecto para el acecho de estos depredadores que actúan en manada.

Con todo, hay un signo común que atraviesa estas dos narrativas: por momentos, no hay diferencias en la diferencia, y las distancias de cultura, género y raza son mitigadas por la comunión que da la pobreza. En tal sentido, las series comulgan en cierta mirada altruista, allí donde las clases menos privilegiadas se unen en los márgenes, ante el avance de la miseria y la precariedad que impone ese capitalismo urbano que, al decir de Beatriz Sarlo, “muestra las capas superpuestas en diferentes intervenciones temporales; los pobres apilan sus viviendas donde pueden, donde los llevan o allí donde los arrojan” (2009, p. 70). Y la uniformidad de los espacios (es decir, su presentación al espectador como un territorio homogéneo y amorfo) parece colaborar. Sin embargo, las desigualdades que ambas ficciones trabajan pasan, más bien, por asimetrías de poder y por el intento de ciertas comunidades de detentar el poderío. Es allí, casualmente, donde la violencia se muestra en todo su esplendor, invadiendo estos enclaves de la periferia y los márgenes culturales.

4. Cartografías cognitivas de la violencia y el miedo

He mencionado que los hermanos Borges detentan el manejo de la cárcel en *El Marginal*. Pero ello no sería posible de ser por la ayuda del director de la institución, Gerardo Antín

(Gerardo Romano): un personaje que, como Chelo de *Un gallo para Esculapio*, apela, de modo insistente, a una ironía que pretende mitigar la violencia de su accionar, como también a un vasto repertorio de refranes y expresiones coloquiales que, ante un espectador no local, oscurecen los sentidos de los diálogos. Sin embargo, no dejo de interrogarme por qué estos personajes, que gestionan las atrocidades más impactantes en estas ficciones, están atravesados por matices cómicos, como si de algún modo los relatos quisieran distraer nuestra atención y opacar la magnitud de sus gestos.

Y creo puede explicarse a la luz de una premisa posible: en estas series televisivas, todo se halla disposición de concretar un imaginario de la violencia y el miedo que ella despierta, encrucijada que debe ubicarse en los márgenes sociales y en el centro de sus comunidades. De lo que se trata, en otras palabras, es no solo de emplazar la violencia en ciertas zonas de la geografía urbana, sino además de fortalecerla en esos sujetos a los cuales temerles, mediante múltiples estrategias que atañen a procedimientos de orden audiovisual. En este punto, cobra relevancia aquella idea de cartografía cognitiva y de articulación entre lo local y lo internacional que esbozara Jameson, dado que las operaciones de sentido de estas series apuntan a un público masivo y, con ello, a una idea común y global de miedo.

No está de más recordar que ambos relatos hacen del miedo el foco de sus tramas argumentales, y ello se plasma desde sus primeras escenas: si la llegada de Nelson y el hurto que sufre apenas arriba al conurbano ofrecen una muestra del panorama que vivirá en los siguientes días, el ingreso de Miguel en la cárcel y la hostilidad de sus nuevos compañeros no lo hacen menos. Pero la magnitud del temor en San Onofre adquiere mayor estridencia por la violencia del lugar, en tanto la ficción se esmera por exhibir escenas cruentas en donde las

acuchilladas en los baños, los golpes encarnizados en el patio y los rastros de sangre en los pasillos abundan. La brutalidad de *El Marginal* deviene explícita, mientras que *Un gallo para Esculapio* elige un tono de mayor dramatismo e intriga, acercándose más a la paranoia de los grandes géneros de gánsteres y mafias, que al horror de lo cruento. Porque a los cuchillos improvisados y los golpes a puño limpio en la institución penitenciaria, se contraponen las estrategias de un crimen más subrepticio y organizado, rebozado por la tecnología para frenar las señales de los teléfonos, por intervenciones en las comunicaciones de la policía y por espías distribuidos estratégicamente en cada rincón del conurbano.

Estaría tentado a decir que, por esta exposición, las ficciones por momentos se acercan a componer una versión latinoamericana del clásico *Prison Break* (FOX, 2005), clásico del actual canon televisivo que mostró los avatares de la fuga carcelaria y el modo en que este mundo se compone en Estados Unidos. También, a pensar que se asoman ciertos matices de la mafia organizada de narrativas como *The Sopranos* (HBO, 1999-2007), en cuanto a la estructura jerárquica del crimen y las redes de conspiración bajo la superficie cotidiana. Pero las series argentinas que estoy analizando distan mucho de los espacios homogéneos y límpidos que Estados Unidos modeliza de su propia geografía, porque en *El Marginal* y en *Un gallo para Esculapio* abundan los escenarios informes e inconexos, los detalles casi barrocos y una sobrecarga visual que complica la creación de una cartografía total y ordenada. Y porque, además, la forma de modelizar la violencia y enhebrarla como un imaginario gana complejidad en estas narrativas que optan por ficcionalizar su costado más brutal.

Por ende, diré que la presentación de la violencia recuerda aquí a las lógicas de sentido que han orientado a otras series exitosas en tiempos recientes, tales como *Narcos* (Netflix, 2016),

The Bridge (FX, 2013-2014) o *Breaking Bad* (ACM, 2007-2012). Se trata de relatos que introducen el narcotráfico no solo como una problemática que pretende mostrarse como exclusiva de América Latina (aunque sea sabido que Estados Unidos no permanece exento a ella), sino como un enclave estereotipado que aplica siempre a los mismos lugares comunes. Así, el derramamiento de sangre y la crueldad de los ajustes de cuentas van de la mano con múltiples guiños intertextuales, tales como los espacios áridos, las casas de barro, la efusión de figuras de San La Muerte, los tatuajes crípticos y un sinnúmero más de elementos que le imponen al espectador un campo semántico de “lo latino”.

Resulta llamativo, en tal sentido, que las ficciones que aquí estudio redunden en referencias localizadas que modelizan prácticas o modos del sentir propios de Latinoamérica, pero que lo hagan, finalmente, a la luz de aquello que los Estados Unidos entienden, creen ver y estereotipan. Valgan algunos ejemplos: los personajes parecen no poseer nombres propios (hay, más bien, una proliferación de apelativos locales: Morcilla, Loquillo, Pipino, Cara de Indio); abundan los emblemas de culto religioso y el fanatismo (en Nelson, su cadena de la Virgen que lleva ocupa un lugar capital, pero en *El Marginal* la recurrencia es a San La Muerte); los tatuajes están ostentados a la vista, y numerosas escenas abocadas a su confección; la dominancia de una diferencia racial que dista de aquella caucásica que los relatos estadounidenses priorizan, como si en Latinoamérica solo habitaran comunidades morenas; la policía es corrupta y está siempre al servicio del crimen, aun sea finalmente descubierta por la DEA (la “Administración para el Control de Drogas”, salvadores de la situación y quienes velan por la seguridad continental en todas las series actuales). Todo este entramado estereotipado, reductivo y racista, ingresa dentro de la persistente

modelización espacial de las periferias urbanas que, ante el espectador común, no ofrece mayores diferencias entre una villa argentina, una favela brasileña o un gueto colombiano.

Es este el sentido de un imaginario de la violencia al cual refiere Sarlo, y estos lugares comunes que enumeró cobran magnitud cuando recordamos que se trata de un proceso de su representación artística que tiene alcance internacional. En resumidas cuentas, estas dos series proponen “un conocimiento visual de algunas manifestaciones evidentes de la nueva pobreza, confiada en la potencia significativa de los pormenores” y lo hace a través de los estereotipos y de la romantización de la pobreza y la violencia (SARLO, 2009, p. 10). En las travesías de Nelson y Miguel, los escenarios se esmeran por recuperar estos detalles de las vidas que habitan en la periferia, en lo que supone un ávido intento por recomponerle una cartografía cognitiva al espectador que no puede desprenderse de las leyes de mercado: en otras palabras, es necesario presentarle al público internacional estereotipos de fácil reconocimiento y, con ello, un miedo que se narra como algo natural del contexto latinoamericano, visible en gestos y prácticas concretas que atraviesan un amplio número de ficciones.

Esta lectura introduce un interrogante final: si todo modelo se construye con elementos del mundo real y si toda cartografía cognitiva, como piensa Jameson, articula lo conocido con la experiencia por adquirir, ¿en qué medida un espectador estadounidense se puede familiarizar con estos territorios de la violencia argentina? ¿Existe, por lo demás, un sentido común de miedo que opere como hilo conductor entre su experiencia y el relato a consumir? Entiendo que la respuesta puede hallarse, de modo especial, en una de las geografías urbanas que Estados Unidos, también, insiste en retratar.

Refiero al modelo de hábitat suburbial, enclave predilecto que aflora siempre en las ficciones provenientes de Norteamérica.

En investigaciones previas (GÓMEZ PONCE, 2019b), me he dedicado a evaluar cómo, desde la gestación de la televisión en la década de los '50, la vida suburbial se impone como contexto fértil para la elaboración de todo tipo de relatos seriales. En su base, yace el modelo providencial del Sueño Americano y un *American Way of Life* que se persigue como última meta social y económica. Hay, empero, una concreción disímil entre el suburbio estadounidense y el latinoamericano donde, al decir de Sarlo, este último se narraría como “el lugar donde lo urbano no se estabiliza, el límite inferior jaqueado siempre por lo no urbano” (2009, p. 78). Pues las formas de habitar en el norte del continente arrostran un entorno límpido, perfectamente organizado y distribuido, con sus comunidades vecinales cordiales y predispuestas al altruismo. O eso, al menos, en términos de un modelo idealizado y refractado por los textos del arte. Porque sabido es que Estados Unidos comporta sus propias periferias, allí donde las clases menos privilegiadas y, sobre todo, las diferencias raciales se marcan.

De hecho, la imagen más cercana al modelo de villa miseria argentino puede hallarse en la misma historia estadounidense, en aquellos asentamientos provisorios que lindaban los poblados durante la Expansión al Oeste (*Westward Movement*) pero también, más acá en el tiempo, en esa floración de viviendas precarias durante la Gran Depresión, denominados *hooverilles* (ello en honor al presidente Herbert Hoover, Cfr. BOSCH, 2010, pp. 227-250; 409-416). No obstante, como bien advierte Fredric Jameson (2008, p. 56), “la década de 1950 sigue siendo el más privilegiado de los objetos de deseo perdidos”, y solo este enclave se reintroduce en las ficciones como una de las grandes utopías (norte)americanas. Mientras la modelización

de la vida suburbial reconstituye su periodo de bonanza, de estabilidad social y crecimiento económico, espacios como los *hoovervilles* (que aún permanecen, en cierto modo, en el sur del país) recuerdan, más bien, las grandes crisis de los Estados Unidos.

Habría, en la memoria cultural, una fuerte aprehensión hacia esos quiebres estridentes que detuvieron el modelo expansivo del Sueño Americano, y tal vez, por ello, la Gran Depredación (1929) y la Crisis del Petróleo (1973), en tanto rupturas que introdujeron la experiencia de la inflación en la clase media estadounidense, aparecen iterativamente como entornos privilegiados de las ficciones. Por tal motivo, observo la proliferación de miedo mucho más profundo que, anterior al 11 de septiembre de 2001, se vincularía con los avatares del capitalismo tardío y con la decadencia de un sujeto burgués, declinación fundamental que Jameson describe de manera constante en sus producciones teóricas abocadas a las formas artísticas de los Estados Unidos.

En tal sentido, arriesgo la premisa de que el interés de los Estados Unidos por financiar y consumir ficciones extranjeras que muestren el declive de la geografía urbana, de la conformación de márgenes sociales en donde la violencia abunda, se relaciona con cierta imposibilidad de trazar una cartografía total de su propia historia y sus avatares sociales: dicho de otro modo, de automodelizar aquellos temores y crisis que aun su historia no puede procesar. Refiero a un miedo constante a los impactos económicos, un pánico estimulado por los derroteros del capitalismo que, de alguna manera, los imaginarios latinoamericanos se vuelven funcionales para expiar. Hay, por ende, algo irrepresentable y no enunciable en la propia percepción que la cultura de los Estados Unidos tiene sobre sí misma, pero que las ficciones ambientadas en el cono sur permiten explorar. Con todo, se trata de una premisa que

asumiré el desafío de indagar en futuras investigaciones, abocándome una vez más a reflexionar acerca de los sentidos despiertan las series en su circulación internacional.

5. Comentarios conclusivos

El análisis semiótico incursionado en *El Marginal* y *Un gallo para Esculapio* mostró un panorama acerca del modo en que las series televisivas argentinas problematizan el miedo como un nudo argumental central, al tiempo que exhiben una preponderancia por la representación de ciertos espacios, en los cuales toma forma una polifonía de estratos sociales en tensión. Los casos estudiados fueron representativos, pero ofrecieron claves concretas acerca de las operatorias de sentido que despierta una Cultura del Miedo en tiempos actuales y, especialmente, en el contexto latinoamericano. La insistencia por modelizar la geografía urbana, pero por presentarla desde sus periferias espaciales y sus márgenes socioculturales, da cuenta de un intento ficcional por otorgarle inteligibilidad a esos colectivos que generan temores porque, ante los ojos del sistema, ellos replican un imaginario de la violencia.

Resta continuar interrogando cómo las series contemporáneas están elaborando una memoria internacional común, ceñida a los fracasos que el proceso de modernización legó en América y a los avatares de ese capitalismo tardío que impacta sobre las subjetividades. De lo que se trata, en otras palabras, es de esas fuerzas históricas profundas que parecen conectar a los países de Latinoamérica con el modelo cultural estadounidense, en cuanto a una lectura del miedo y sus efectos en el cuerpo social. La recurrencia oscilante por los espacios suburbanos no deja de expresar una ansiedad compartida en cuanto a las secuelas de crisis económicas oscilantes que parecen dejar sus huellas en el modo de habitar suburbial.

Por ello, debe atenderse, especialmente, a la forma en que las ficciones del cono sur recurren a imágenes estereotipadas y modelos de mundo que parecen, a simple vista, dialogar con el imaginario estadounidense. En su regularidad espacial, las narrativas del miedo comulgan en la reproducción de las lógicas de la violencia y la inseguridad como algo consustancial no solo al territorio latinoamericano, sino a todo espacio periférico que gesta sus propios los márgenes de lo social.

Tal vez, por ello, las series que aplican a una suerte de “documentalismo”, de realismo artístico como género predominante, en tanto ofrece un registro más verosímil de la violencia y del miedo, que es agravado por la truculencia del registro narrativo y sus operaciones de modelización. En otras palabras, resulta necesario demostrar, con infinidad de detalles, que los temores sociales se encuentran justificados, brindándole al espectador recorridos explícitos y pormenorizados de la agresión, la crueldad y la corrupción institucional. Este es, finalmente, el efecto de sentido de un imaginario que modeliza nuestras percepciones y cartografía nuestros modos culturales de interpretar la geografía urbana. Resuenan, en tal sentido, las palabras de Sarlo quien, al recordar al reconocido estudioso mediático, nos advertía que

Jesús Martín Barbero escribió: “Los medios viven de los miedos”. Lo contrario también es cierto. La ciudad real, los suburbios reales y de los de los medios a veces coinciden y otras se contradicen. Pero, en cualquier caso, los medios ofrecen una idea de ciudad y de suburbio que puede ser más fuerte que la experiencia (2009, p. 97)

Referencias bibliográficas

ARÁN, Pampa. *El fantástico literario. Aportes teóricos*. Córdoba, Narvaja Editor, 1999.

AUGÉ, Marc. *Los nuevos miedos*. Buenos Aires, Paidós, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas de la poética de Dostoievski*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982[1929].

BAUMAN, Zygmunt. *Miedo líquido. La sociedad contemporánea y sus temores*. Barcelona, Paidós, 2006.

BOSCH, Aurora. *Historia de Estados Unidos. 1776-1945*. Barcelona, Crítica, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras de lo pensable*. Madrid, Frónesis Cátedra, 1999.

CHOMSKY, Noam. The Culture of Fear. *Colombia: The Genocidal Democracy*. New York, Common Courage Press, pp. 13-25, 1996.

DUHAU, Emilio y GIGLIA, Ángela. *Las reglas del desorden: habitar la metrópoli*. México, Siglo XXI, 2008.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Buenos Aires, Sudamericana, 2013[1979].

GÓMEZ PONCE, Ariel. Lotman´s tradition: Semiotics of culture from a Latin American perspective. *Sign System Studies*, Vol. 41 (4), pp. 528-532, 2013.

GÓMEZ PONCE, Ariel. Vistas del pasado. Las series televisivas después del 11-S. *Revista Animus. Revista Interamericana de Comunicação Mediática*. Vol. 17, Nro. 34, pp. 247-265, 2018.

GÓMEZ PONCE, Ariel. Derivas del miedo. Intervenciones de lo femenino y lo afectivo en *Homeland*. *Tempo & Argumento. Revista de História do Tempo Presente*. Vol. 11, Nro. 27, 2019a.

GÓMEZ PONCE, Ariel. Los sueños perfectos del suburbio. Un Sueño Americano (des)hecho por la televisión. FADDA, Sandra y GÓMEZ PONCE, Ariel. *¿Quiénes sueñan el Sueño Americano? Continuidades y rupturas de un imaginario transnacional*. Inédito, 2019b.

JAMESON, Fredric. *Teoría de la posmodernidad*. Madrid, Editorial Trotta, 1996.

JAMESON, Fredric. *Posmodernismo. La lógica cultural del capitalismo avanzado*, Vol. 1, Buenos Aires, La Marca, 2008.

JAMESON, Fredric. *La geopolítica estética. Cine y espacio en el sistema mundial*. Buenos Aires, Editorial Cuenco de Plata, 2018[1991] LOTMAN, Yuri. *The Universe of the Mind*. Londres, Indiana University Press, 1990.

LOTMAN, Yuri. Sobre el metalenguaje de las descripciones tipológicas de la cultura. *La Semiosfera*, Vol. III. Madrid, Frónesis Cátedra, pp. 93-134, 1998.

LOTMAN, Yuri. *Cultura y explosión. Lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social*. Barcelona, Gedisa, 1999.

LOTMAN, Yuri. The place of art among other modelling Systems. *Sign System Studies*, Nro. 39 (274), pp. 249-270, 2011.

LOTMAN, Yuri. *The Unpredictable Workings of Culture*. Tallin, Tartu University Press, 2013.

MOÏSI, Dominique. *Geopolítica de las series o el triunfo global del miedo*. Barcelona, Errata Naturae, 2017.

MOUFFE, Chantal. Herederos de la globalización neoliberal. AAVV. *Neofacismo. De Trump a la extrema derecha europea*. Buenos Aires, Capital Intelectual, pp. 19-23, 2018.

ROBIN, Corey. *Fear. The History of a Political Idea*. New York, Oxford University Press, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tiempo presente. Notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2001.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista. Mercancía y cultura urbana*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2009.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019

O desenvolvimento metropolitano em tempos de crise: a agenda dos instrumentos de política urbana como oportunidade de gestão territorial e financeira ao estado do Rio de Janeiro

Carlos Eduardo de Souza Cruz
UERJ - Bolsista Capes

Resumo

O quadro de crise financeira altera as reais condições de atuação do Poder Público para corresponder às suas responsabilidades e para tornar efetiva a agenda de governo. Ao considerar as limitações econômico-financeiras estruturais que acometem o estado do Rio de Janeiro, este artigo objetiva analisar a capacidade do estado de promover a governança interfederativa no âmbito da região metropolitana do Rio de Janeiro, particularmente em face da recente apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PEDUI) e do firmamento pelo Executivo estadual de Termo de Compromisso para a implementação de Plano de Recuperação Fiscal, o qual veda o firmamento pelo estado de novos convênios ou acordos que envolvam a transferência de recursos para outros entes da federação ou para organizações da sociedade civil. A análise sugere que, em especial no contexto de crise financeira sistêmica, o investimento público voltado ao desenvolvimento urbano e regional não pode prescindir do efetivo avanço na implementação dos instrumentos de política urbana e de desenvolvimento urbano integrado que tenham a capacidade de direta ou indiretamente recuperar a mais-valia associada à urbanização.

Palavras-chave: Região metropolitana; Governança interfederativa; Recuperação Fiscal; Desenvolvimento Urbano; Gestão territorial.

Resumen

La situación de crisis financiera altera las condiciones reales de acción del Gobierno para cumplir con sus responsabilidades y hacer efectiva la agenda del gobierno. Al considerar las restricciones económicas y financieras estructurales que afectan al estado de Río de Janeiro, este artículo tiene como objetivo analizar la capacidad del estado para promover la gobernanza interfederativa dentro de la región metropolitana de Río de Janeiro, particularmente a la luz de la reciente presentación del Plan de Desarrollo Estratégico. Desarrollo Urbano Integrado (PEDUI) y la firma por parte del Ejecutivo del Estado del Plazo de Compromiso para la implementación del Plan de Recuperación Fiscal, que prohíbe la firma por parte del estado de nuevos convenios o acuerdos que involucren la transferencia de recursos a otras entidades de la federación o para organizaciones de la sociedad civil. El análisis sugiere que, especialmente en el contexto de una crisis financiera sistémica, la inversión pública dirigida al desarrollo urbano y regional no puede prescindir de un progreso efectivo en la implementación de la política urbana y los instrumentos integrados de desarrollo urbano que tengan la capacidad de recuperarse directa o indirectamente. El valor añadido asociado a la urbanización.

Palabras clave: Región Metropolitana; Gobernanza interfederativa; Recuperación de impuestos; Desarrollo Urbano; Gestión territorial.

Abstract

The context of financial crisis changes Public Power's real conditions of action to fulfill its obligations and to make

effective the government's agenda. Considering the structural economic and financial constraints affecting the state of Rio de Janeiro, this article aims to analyze the state's ability to promote cooperation among all levels of governance within the metropolitan region of Rio de Janeiro, particularly in view of the recent presentation of the Strategic Plan of Integrated Urban Development (PEDUI) as well as the State Executive's adherence to the Fiscal Recovery Plan, which prohibits the state to sign new agreements involving the transfer of resources to other entities of the federation or to organizations. The analysis suggests that, especially in the context of a systemic financial crisis, public investment focused on urban and regional development cannot ignore the effective implementation of urban policy instruments that have the capacity to directly or indirectly recover the added value associated with urbanization.

Keywords: Metropolitan region; Inter-federative governance; Fiscal recovery; Urban development; Territorial management.

Introdução

Desde os anos de 1970, o fenômeno metropolitano passou a desafiar o Poder Público e a sociedade brasileira, embora apenas após a redemocratização um amplo conjunto normativo voltado à política urbana e territorial tenha sido adotado, representando uma nova atitude da sociedade brasileira, em face dos problemas associados à urbanização. Apesar disso, o efetivo avanço da governança metropolitana é dificultado por antigos e por novos desafios, como é o caso das assimetrias técnicas entre entes federados e dos períodos de conturbações políticas e econômicas.

Novamente, a sociedade brasileira vê-se diante de um cenário de dificuldades econômicas cuja dimensão, em

retrospecto, praticamente não encontra paralelos. De fato, a contumêcia da crise econômica que se instalou, no país, apresenta semelhança apenas com aquela ocorrida ao fim da República Velha, quando se verificou uma disrupção que, à época, foi capaz de gerar profunda transformação tanto do modelo de Estado quanto da própria estrutura da economia nacional. Nos últimos anos, o país experimentou depressão econômica, rápido crescimento do desemprego e da dívida pública, queda significativa da taxa de investimento, aumento da pobreza e da desigualdade social. Esses dados levam muitos analistas a caracterizar a atual crise como a mais grave da história brasileira, tendo tido impactos sistêmicos, inclusive no quadro político-institucional. Alguns estados da federação, como o Rio de Janeiro, sofrem com maior intensidade os efeitos da crise, afetando negativamente a capacidade de atuação dos poderes do estado, o que enseja justas preocupações quanto ao futuro da governança metropolitana fluminense.

Por meio de uma investigação teórico-bibliográfica e normativa e de consulta de dados estatísticos, este artigo tem o objetivo de analisar os desafios da governança metropolitana no Brasil, conferindo ênfase ao caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Sendo assim, além desta introdução e de suas considerações finais, este artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira delas, serão analisados aspectos que tornam o fenômeno metropolitano um desafio ao desenvolvimento do espaço urbano no país, tendo-se em vista particularmente a capacidade de coordenação entre os entes federados. Na segunda parte, que apresenta duas subdivisões, o caso da governança metropolitana da RMRJ é analisado, particularmente à luz do Plano de Recuperação Fiscal assumido pelo estado e da necessidade de encontrarem-se novas fontes de financiamento para o desenvolvimento urbano metropolitano.

O fenômeno metropolitano como desafio à governança urbana e interfederativa na atualidade

O desafio representado pela gestão metropolitana tem gerado muitas frustrações no Brasil. Em particular, isso se deve à constatação de que, embora os problemas de natureza metropolitana sejam crescentes, a coordenação interfederativa em matéria de políticas públicas voltadas ao espaço metropolitano tem sido especialmente marcada por lentidão e por fragilidades.

De um lado, essa coordenação revela-se lenta, porque, embora os esforços para efetivá-la remontem à década de 1970, quando a questão relativa às metrópoles tornou-se incontornável, a construção do arcabouço institucional das regiões metropolitanas ainda se encontra distante de efetiva consolidação. Esse ritmo do processo de construção das bases institucionais metropolitanas já poderia ser exemplificado pela ainda recente aprovação do Estatuto da Metrópole, que, apenas em 2015, dotou o país de diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas; não obstante, o próprio prazo, previsto originalmente pelo Estatuto, para que as autoridades públicas aprovassem planos de desenvolvimento urbano integrado, que constituem o principal instrumento de planejamento metropolitano no âmbito daquela lei, deixou de existir, em face das recentíssimas modificações promovidas pela lei 13.683/2018.

De outro lado, a coordenação mostra-se frágil, porque os arranjos e os desenhos institucionais colocados em prática, em quase meio século, revelaram-se incapazes de gerar efetiva coordenação entre os entes envolvidos na gestão desses territórios, mesmo naquelas regiões em que se verificaram os maiores avanços institucionais, como na região metropolitana

de São Paulo e na de Belo Horizonte (COSTA, 2013). Em face disso, inclusive, Marco Aurélio Costa (2013, p. 323), então coordenador da Rede Ipea e do projeto Governança Metropolitana no Brasil, chega a afirmar que “não há, rigorosamente falando, gestão metropolitana no país, ao menos não no sentido de que um determinado desenho institucional responda aos anseios, estratégias e objetivos de uma política de ordenamento territorial e/ou à gestão integrada de desafios compartilhados”.

Diferentes aspectos contribuem para dificultar a coordenação interfederativa e a gestão do território metropolitano. Questões técnicas e materiais são especialmente relevantes, em um quadro de grande assimetria de desenvolvimento econômico entre as diferentes regiões metropolitanas do país, compostas por grandes, médios e por pequenos municípios. Essa situação gera significativas desproporções, como as financeiras, que impactam diretamente a capacidade de cada ente federativo para atuar em prol dos interesses comuns de um espaço compartilhado.

Os estados também apresentam muitas das deficiências associadas aos municípios, o que é preocupante, na medida em que os estados se encontram constitucionalmente incumbidos de criar as regiões metropolitanas e, notadamente após o Estatuto da MetrÓpole, de participar da governança interfederativa, de acordo com o parágrafo único do art. 3º da lei 13.089/15. A grave crise financeira que acomete a muitos dos estados da federação (GREMAUD et al, 2011) torna ainda maior o desafio de colocarem prática uma efetiva coordenação federativa para fins de desenvolvimento dos espaços metropolitanos.

No Brasil, essa coordenação foi bastante impactada pela ascensão dos municípios à condição de entes federados, o que constitui aspecto particular do federalismo brasileiro.

Concebida como meio de possibilitar ganhos de eficiência administrativa e democrática na atuação dos municípios, a equiparação formal desses entes à União e aos estados tem gerado dificuldades para a execução de políticas públicas urbanas (SANTOS, A., 2012), particularmente no cenário posterior ao processo de municipalização do início dos anos de 1990, que resultou no acréscimo de mais de mil municípios ao país, dos quais a maioria com população inferior a 100 mil habitantes.

O federalismo simétrico estabelecido na Constituição não encontra correspondência com as condições reais de atuação, por parte dos distintos entes federados, o que, no caso dos municípios, foi agravado pela ampliação de competências que lhes foi atribuída, desde a redemocratização, em especial no que se refere à formulação e à execução da política urbana, âmbito em que prevalece o interesse municipal sobre os interesses dos demais entes.

Nesse sentido, a experiência prática do federalismo brasileiro revela-se assimétrica, tendo-se em vista as reais condições de governança dos entes federados. Essa constatação é de significativa importância, na medida em que as relações interfederativas impactam decisivamente a eficácia da organização e da atuação político-administrativa do Estado brasileiro. Práticas de competição predatória entre entes federados ainda geram graves consequências socioeconômicas e políticas, prejudicando interesses públicos e comuns, bem como a desejada consolidação de um modelo de federalismo cooperativo no país (ABRUCIO e SOARES, 2001); as guerras fiscais entre estados da federação são ilustrativas desse quadro de competição predatória.

A superação da “questão urbana” brasileira não pode prescindir da capacidade dos entes federados de realizarem suas competências constitucionais e legais em matéria urbana

e regional, em conformidade com a repartição de competências prevista no texto constitucional. Não obstante, isso é dificultado pela própria capacidade financeira desses entes, em quadro que se encontra marcado pela concentração da arrecadação tributária em favor da União.

Nesse contexto, cabe questionar a efetividade da autonomia municipal, em face da dependência de significativa parcela dos municípios brasileiros quanto às transferências intergovernamentais, sobretudo aquelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em verdade, a autonomia federativa tem-se caracterizado pela crescente dependência técnicofinanceira de pequenos e de médios municípios, em relação à assessoria técnica e aos repasses financeiros realizados pelo governo federal, sobretudo após a criação do Ministério das Cidades, em 2003.

De fato, a capacidade de atuação da União, no que se refere às diferentes instâncias de gestão do espaço urbano, foi ampliada com o advento do Ministério das Cidades. Nesse quadro, a autonomia municipal, quanto à formulação e à execução da política urbana, passou a ser crescentemente determinada por políticas federais, o que relativiza, em grande medida, o projeto de descentralização administrativa que esteve na base da redemocratização e que é consentâneo com parâmetros de governança local admitidos como adequados à promoção e ao controle dos fins urbanísticos e das funções sociais da cidade (FLEURY, 2006; CALDAS, 2015).

Não se deve ignorar ainda que a conjuntura de dependência municipal, em relação às transferências interfederativas, sobretudo naqueles municípios já muito dependentes desses repasses, será provavelmente agravado pela atual crise econômica, que tende a reduzir as atividades tributáveis do setor terciário, o qual constitui a maior fonte das arrecadações tributárias dos entes municipais, em razão do

imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Na realidade, gestores municipais, ao menos desde 2015, já têm adotado medidas para compensar os efeitos da crise econômica sobre os orçamentos municipais, inclusive em face da redução ou do atraso de transferências interfederativas; nesse contexto, de acordo com entrevistas promovidas pela Confederação Nacional dos Municípios (CFN) com gestores municipais, as áreas da Educação, Saúde e do Desenvolvimento Urbano têm sofrido os maiores cortes orçamentários (CFN, 2017).

Além disso, ainda que o incremento da atuação federal, em matéria de políticas públicas urbanas, tenha tido como motivação a necessidade de maior suporte técnico e financeiro aos municípios, importa observar os indícios de piora, nos últimos anos, de diferentes índices urbanísticos associados a ações patrocinadas pelo governo federal. Frequentemente realizadas de acordo com objetivos macroeconômicos e eleitorais dos atores federais, são crescentes os questionamentos acerca do impacto urbanístico de políticas setoriais federais que foram institucionalmente desenhadas, sem adequada atenção a condições específicas de cada realidade municipal, como seria o caso do Programa Minha Casa Minha Vida e a evidência de acentuação do padrão de urbanização periférica no país (MARICATO, 2011; CALDAS, 2015; ROLNIK, 2015).

Em verdade, no Brasil, a institucionalização da governança metropolitana encontra-se significativamente determinada por vício de origem, decorrente do conjunto de aspectos que vulneram a autonomia de estados e de municípios. Esse vício consiste no fato de que a motivação para o engajamento federativo em projetos metropolitanos, com frequência, demonstra ter pouca ou nenhuma conexão com razões associadas ao reconhecimento de um sentimento de pertencimento metropolitano ou a noções de solidariedade,

integração e de cooperação, as quais poderiam conferir maior viabilidade, sustentabilidade e rapidez à gestão territorial e à governança metropolitanas.

Ao contrário, sob quadro de autonomia relativa em face da União, os demais entes federados, em particular os pequenos e os médios municípios, tendem a engajar-se com vistas a realizar interesses técnico-financeiros imediatistas, que não se mostram capazes de sustentar um efetivo projeto metropolitano. Isso está na base do “processo de metropolização institucional” (COSTA, 2013), caracterizado pelo acelerado incremento no número de regiões metropolitanas como meio de captar recursos e assistências federais, sobretudo desde que a competência para o estabelecimento dessas regiões passou aos entes estaduais.

Um dos problemas mais notáveis do processo de metropolização institucional é a dissociação entre as regiões formais, que refletem processos institucionais, e as metrópoles, que se constituem por processos socioespaciais. Assim sendo, Marco Aurélio Costa (2013, p. 325) não hesita sugerir a hipótese de que o processo de metropolização institucional “teria mais a ver com a limitada capacidade fiscal de municípios e estados e com a possibilidade que vislumbram de terem acesso a recursos tributários federais para a realização de investimentos em infraestrutura social e urbana”.

Por essas razões, dois aspectos são considerados fundamentais ao avanço da agenda metropolitana e, dessa forma, ao efetivo desenvolvimento socioeconômico das metrópoles nacionais. Sérgio Azevedo e Virgínia R. dos Mares Guia (2000) há muito alertaram para o subfinanciamento estrutural das ações voltadas à gestão metropolitana, em face da inexistência de uma fonte de financiamento que efetivamente engaje União, estados e municípios em mecanismos de governança desse tipo de território.

Inclusive, a continuidade desse subfinanciamento estrutural é uma das críticas emblemáticas feitas ao Estatuto da Metrópole, tal como foi recentemente sancionado, ainda que ele avance normativamente e gere importantes estímulos e vinculações, no que se refere à cooperação interfederativa na atualidade (SANTOS e VASQUES, 2015), criando óbices para a continuidade do processo de metropolização institucional. Em face do subfinanciamento estrutural, não deve surpreender, pois, que, com frequência, as regiões metropolitanas sejam concebidas como fonte de encargos por gestores municipais, na medida em que os custos financeiros das ações metropolitanas, além de pressionarem os orçamentos municipais, nem sempre são compensados por retornos políticos, econômicos e mesmo eleitorais, em curto ou em médio prazos.

O segundo aspecto ressaltado por Azevedo e Mares Guia é a tradicional perspectiva de “soma zero” de gestores públicos quanto às relações interfederativas. Frequentemente ignorado, esse componente de natureza sociopolítica constitui um dos grandes desafios à efetividade da governança territorial no país. O avanço de uma cultura organizacional, em que interesses comuns realmente prevaleçam sobre particularismos dos gestores, ainda desafia a realidade dos projetos metropolitanos.

À vista dessas considerações, é possível compreender, com mais facilidade, as três fases pelas quais a gestão do espaço metropolitano brasileiro passou, até a virada do milênio (AZEVEDO e MARES GUIA, 2000). Na primeira delas, entre 1973 e 1988, teria prevalecido a centralização regulamentadora e financeira da União, cabendo aos estados, de modo preponderante, as competências executivas de gestão do território metropolitano; resultados importantes teriam sido conquistados, nesse período inicial das políticas metropolitanas, em que o regime militar pareceu acelerar a tomada de decisões e a alocação de recursos.

O segundo período refere-se ao que os autores denominam de “neolocalismo”, que teria tido lugar no contexto imediatamente posterior à redemocratização, quando se teria verificado ênfase municipalista exacerbada; não obstante, a assimetria do federalismo brasileiro, evidenciada na prática, revelou-se como óbice à eficácia do viés neolocalista.

Por fim, a terceira fase seria a de parcerias municipais voltadas à gestão territorial, que passou a ter lugar em meados dos anos de 1990. Essa última fase teria desdobrado a tendência de surgimento de novos atores e de novos desenhos institucionais no âmbito da governança metropolitana do país, ante o aumento, por exemplo, da participação de organizações não governamentais em ações de articulação e de gestão territoriais, bem como do incremento no número de agências, convênios e de consórcios interfederativos. Essa tendência pode ser considerada positiva, na medida em que se revela como condição para a consolidação de um modelo de redes federativas voltadas à gestão territorial de interesses comuns, modelo no qual seriam favorecidas a sinergia entre distintos atores, a participação social e as possibilidades de apoio institucional às cooperações (ABRUCIO e SOARES, 2001).

Com a regulamentação legislativa dos consórcios públicos, em 2007, são particularmente crescentes as expectativas quanto ao aumento das parcerias interfederativas voltadas à consecução de interesses comuns, o que pode constituir as bases para a definitiva superação da cultura de “jogo de soma zero” que obstaculiza, de modo significativo, o desenvolvimento do espaço metropolitano brasileiro. Não obstante a isso, os consórcios públicos intermunicipais também são afetados por tradicionais óbices da questão metropolitana, na medida em que eles têm sua atuação melindrada, por exemplo, pela cultura de centralização que, há muito, limita o sentido de coesão e de cooperação mútua entre

entes federados nas metrópoles (NASCIMENTO e FERNANDES, 2015). Além disso, é preciso reconhecer que a realização de consórcios intermunicipais, em si, constitui alternativa à efetiva consecução das regiões metropolitanas formais, mediante a operacionalização desses arranjos institucionais coletivos metropolitanos.

Crise econômico-financeira e governança metropolitana: o caso do Rio de Janeiro

Há cerca de 10 anos, a quebra do banco Lehman Brothers geraria uma profunda crise econômica mundial. Bastante associada à tendência de desregulamentação financeira que predominou durante os anos de 1990 e de 2000 por todo o mundo, a crise de 2008 teria proporções sistêmicas ao atingir com muita intensidade as economias desenvolvidas, dotadas de amplas relações de interdependência, em particular com os países emergentes (HARVEY, 2012). A economia brasileira não escapou à conjuntura de crise, tendo apresentado queda do PIB nominal da ordem de -0,3% em 2009, após anos de expansão. Não obstante ter-se recuperado já no ano seguinte, somente em 2015 o país mergulharia em aguda crise econômica, cujas consequências ainda se fazem sentir no cotidiano da população e das empresas.

Os resultados econômicos consolidados pelo IBGE, referentes aos três últimos anos, dão conta da escala da atual crise: constatou-se ter havido efetiva depressão da economia, em face da sequência de retração do PIB, com desaceleração da ordem de -3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016, percentuais que, combinados, correspondem a uma magnitude inédita desde a série histórica; a peculiaridade de os setores primário, secundário e terciário da economia terem apresentado simultaneamente taxas negativas de crescimento em 2016;

significativo decréscimo da taxa de investimento anual, reduzida a 16,4% do PIB em 2016 e para 15,6% em 2017; e forte taxa de desemprego, que alcançou 12,6% da população economicamente ativa entre dezembro de 2017 e fevereiro deste ano. Esses são alguns dos dados que conferem razão àqueles que caracterizam essa crise como a mais grave da história brasileira (G1, 2017).

Um dos principais fatores que respondem por esse ciclo de retração econômica do país foi a forte queda no preço internacional de commodities, a partir de 2014, impactando significativamente as contas públicas, por reduzir bastante a arrecadação governamental. O preço do barril de petróleo, por exemplo, atingiu seu menor valor em quase 12 anos, tendo encerrado o ano de 2015 com queda acumulada de 35% (G1, 2018); entre 2011 e 2016, a queda acumulada foi de aproximadamente 67%, ante a variação negativa de US\$ 120,00 para US\$ 40,00 o barril. Em uma economia com grande participação do setor primário-exportador, essa conjuntura impactou fortemente o ambiente sociopolítico do país, agravando o contexto de acirramento político que redundou na ascensão ao poder de um governo comprometido com a agenda ortodoxa de mercado.

Uma série de mudanças institucionais pró-mercado tem sido implementada, desde meados de 2016. Em nível federal, por exemplo, foi aprovada, em tempo recorde, a PEC 241/55 de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, a vigorar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 anos; cortes lineares no Orçamento Geral da União de 2016 e de 2017, com significativa redução dos investimentos públicos e das transferências sociais; reversão da política de valorização real do salário mínimo; e aprovação de reforma trabalhista, com viés acentuadamente liberalizante quanto à CLT.

Muito dependente das receitas advindas da atividade petrolífera, o estado do Rio de Janeiro foi bastante impactado por esse quadro de aguda crise econômica do país. Em verdade, as condições econômicas estruturais fluminenses revelaram-se como agravantes da crise nacional, o que significa dizer que, no estado, a repercussão dessa crise foi uma das mais intensas dentre as unidades da federação. Desde 2016, o estado do Rio de Janeiro tem experimentado recorde da taxa de desemprego, atrasos no pagamento de salários do funcionalismo, interrupção ou significativa redução na prestação de serviços públicos, paralização de obras públicas e espiral de desajuste das contas estaduais (SILVA, 2017). De fato, além da esperada sintonia com a conjuntura do país, a forte queda da atividade econômica e a conseqüente piora das contas públicas não podem ser associadas apenas a erros de gestão econômico-fiscal por parte do governo estadual, isto é, como decorrência do excesso de despesas públicas e da ineficiência dos gastos. É igualmente importante considerar as condições estruturais da economia fluminense que agravam o quadro de crise nacional no estado, em especial diante de uma configuração econômica marcada por uma "estrutura produtiva oca" (SOBRAL, 2017).

No estado do Rio de Janeiro, as receitas da atividade de petróleo e gás natural não apenas têm participação destacada no PIB estadual como diretamente condicionam o funcionamento de diferentes âmbitos da estrutura administrativa do estado, o que ocorre em cenário particularmente desvantajoso para o estado, considerando os efeitos diminutivos da Lei Kandir sobre a arrecadação do ICMS no estado-produtor de petróleo. Dessa forma, se, por um lado, a participação da atividade da indústria extrativa mineral no PIB estadual é da ordem de 15% (IBP, 2018), por outro, as próprias pensões do funcionalismo do estado, por exemplo, dependem diretamente dos royalties da exploração de petróleo

e de gás, já que parcela significativa do caixa da Rio Previdência é composta por tais recursos.

Plano de Recuperação Fiscal

Em atenção à excepcional gravidade das crises financeiras experimentadas por alguns estados da federação, o governo federal logrou aprovar a Lei Complementar 159/2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados e do Distrito Federal, constituindo instrumento jurídico voltado a proporcionar a estados meios diferenciados para o reequilíbrio das contas públicas. De acordo com o site do Tesouro Nacional (2018), o RRF complementa e fortalece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não viabilizaria operacionalização de ações como as previstas pelo RRF, como a suspensão do pagamento de dívida com a União por três anos, prorrogáveis por igual período.

Conforme o art. 3º e incisos da LC 159/2017, somente pode aderir ao RRF o estado da federação que estiver em quadro de grave desequilíbrio financeiro, condição que pressupõe a conjunção de três fatores: a) receita corrente líquida anual menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; b) somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações igual ou maior a 70% da receita corrente líquida anual; c) valor total de obrigações maior do que as disponibilidades de caixa.

Enquadrado nesses termos, de acordo com o Diagnóstico da Situação EconômicoFinanceira previsto no Plano de Recuperação Fiscal (2018), o governo do estado do Rio de Janeiro firmou Termo de Compromisso para a implementação do referido Plano, que visa, sobretudo, a reequilibrar as contas públicas, no sentido do alcance de um resultado nominal que seja capaz de estabilizar a dívida pública estadual. Em

decorrência da adesão ao RRF, uma série de obrigações passam a ser exigidas do governo estadual, como maior rigor nos gastos públicos, redução do percentual de desonerações fiscais, privatização de patrimônio e a instituição de um programa de demissão voluntária.

É importante destacar ainda que o capítulo V da LC 159/2017 prevê uma série de vedações a prevalecer durante o regime de recuperação fiscal; dentre elas, uma é especialmente relevante para a análise acerca das possibilidades de avançar na governança metropolitana, em razão dos prováveis constrangimentos gerados à cooperação interfederativa; o inciso XI, art. 8º, LC 159/2017 estabelece que:

XI - a celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros tipos de instrumentos que envolvam a transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil, ressalvados:

- a) aqueles necessários para a efetiva recuperação fiscal;
- b) as renovações de instrumentos já vigentes no momento da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
- c) aqueles decorrentes de parcerias com organizações sociais e que impliquem redução de despesa, comprovada pelo Conselho de Supervisão de que trata o art. 6º;
- d) aqueles destinados a serviços essenciais, a situações emergenciais, a atividades de assistência social relativas a ações voltadas para pessoas com deficiência, idosos e mulheres
- e) jovens em situação de risco e, suplementarmente, ao cumprimento de limites constitucionais;

Assim sendo, os tradicionais limites e óbices à governança metropolitana tornam-se ainda mais problemáticos, em contexto de grave crise econômica, estrita contenção fiscal e de

refluxo nas possibilidades de governança interfederativa na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Governança interfederativa e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Em âmbito internacional, a cooperação interfederativa como meio de avançar na gestão territorial de um espaço metropolitano tem sido defendida, com veemência, por especialistas no âmbito daquele que é o principal fórum voltado à temática urbana, as conferências do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), compondo eixo temático da Nova Agenda Urbana. Com efeito, o percurso histórico das conferências Habitat, desde a primeira reunião em Vancouver, no ano de 1976, demonstra a consolidação do tema relativo à cooperação entre distintas instâncias de governo para o adequado planejamento e gestão de regiões metropolitanas (ANTONUCCI, 2010; UN-HABITAT, 2016) como meio necessário à melhoria das condições de vida em grandes cidades.

No Brasil, o advento do Estatuto da Metrópole, em 2015, significou a instituição de um arranjo normativo nacional que serve de base para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, que são instituídas pelos estados federados. Em consonância com a evolução da temática internacionalmente, o Estatuto confere relevância à chamada governança interfederativa, estipulando-a em seu inciso IV, art. 2o, como o "compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum".

Não obstante, diferentemente do período anterior ao Estatuto da Metrópole, quando não havia claro dispositivo normativo que vinculasse os estados a, de modo efetivo, engajarem-se na gestão metropolitana, a lei 13.089/15, no parágrafo 1o do art. 3o, é bastante preciso ao estabelecer a necessidade de os estados promoverem a governança interfederativa, o que representa um avanço institucional no sistema metropolitano brasileiro. A importância da participação dos estados na gestão metropolitana fica bastante evidente nas ações necessárias à formulação e à execução do plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI), que constitui instrumento a estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes de uma região metropolitana. A existência do PDUI confere ao espaço metropolitano um norte de trabalho conjunto entre as distintas instâncias federativas ali existentes, que não podem se omitir nem recusar a cooperação.

Como analisado na primeira seção deste artigo, a cooperação interfederativa e a gestão metropolitana encontram óbices significativos para serem efetivamente viabilizadas. Não escapando aos tradicionais problemas da governança metropolitana no Brasil (COSTA, 2013), a recente adesão do estado fluminense ao Regime de Recuperação Fiscal submete a agenda de desenvolvimento da RMRJ a desafio inédito no país, que é a dificuldade de avançar os temas interfederativos em uma situação em que o Executivo estadual encontra-se, em regra, vedado de celebrar convênios ou acordos que envolvam transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil. Como visto, esses instrumentos constituem importantes meios de viabilização da cooperação entre distintos entes federados, particularmente para fazer face à grande assimetria das

condições materiais, técnicas e pessoais entre estados, capitais e demais municípios.

Em quadro de grandes restrições financeiras e de vedações ao firmamento de acordos que poderiam dinamizar a governança interfederativa metropolitana, a implementação da agenda dos instrumentos de política urbana e, sobretudo, dos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado, que se relacionam mais proximamente às competências estaduais, revela-se como importante etapa no processo de aperfeiçoamento institucional que ainda desafia as metrópoles brasileiras, incluindo a RMRJ. As mais-valias urbanísticas, compreendidas como a valorização imobiliária que decorre da atividade urbanística (função pública por excelência), como obras públicas ou mesmo a alteração de índices urbanísticos (SOTTO, 2015), constituem um grande potencial econômico-financeiro a ser explorado, sem que se comprometa a função primordial desses instrumentos no que se refere ao planejamento territorial e urbano. A recente apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano integrado (PEDUI) pelo governo do Estado do Rio de Janeiro deve ser compreendida como um passo necessário, embora insuficiente, para que se possa vislumbrar a recuperação da mais-valia urbanística à medida que os instrumentos de desenvolvimento urbano integrado, previstos pelo Estatuto da Metrópole e pelo referido PEDUI, sejam efetivamente implementados.

Considerações Finais

A análise do fenômeno metropolitano constitui tarefa incontornável na atualidade, impondo ainda crescentes desafios à governança urbana realizada no país. Apesar de a metropolização ter-se firmado, há décadas, como padrão do processo de urbanização brasileiro, as deficiências relativas à

gestão dos espaços metropolitanos são ainda muito significativas, notadamente em face da fragilidade dos arranjos institucionais de cooperação interfederativa que têm tido lugar, de modo geral, nas regiões metropolitanas. A concentração dos problemas socioambientais que conformam a “questão urbana”, nessas localidades, constitui uma das graves consequências de uma governança deficiente.

Como tema integrante da Nova Agenda Urbana, a cooperação interfederativa para fins de desenvolvimento das regiões metropolitanas tem sido buscada por diferentes instâncias formais e informais da sociedade. Não obstante, a lentidão e a fragilidade dos mecanismos de governança interfederativa implementados no país demonstram que a superação desse quadro não constituirá tarefa de fácil resolução, exigindo esforços em diferentes frentes, como a técnico-burocrática, a econômico-financeira e, inclusive, a sociopolítica, ante os desafios representados pelo “jogo de soma zero” tipicamente associado a gestores públicos.

O desafio representado pelo fenômeno metropolitano à governança urbana levanta sérias questões referentes à própria organização federativa do Estado brasileiro. O federalismo assimétrico prevalecente na prática, que é agravado pela ausência de uma fonte de recursos para financiar, de modo prioritário, a cooperação interfederativa metropolitana, justifica o crescente questionamento acerca das mudanças institucionais que seriam necessárias à efetiva gestão desses espaços.

Em que pese a dimensão dos desafios, tendências recentes, no âmbito da governança urbana voltada às metrópoles, têm gerado expectativas positivas, particularmente ao sugerir um novo horizonte de cooperação interfederativa nessas regiões. O crescimento do número de consórcios municipais e os estímulos decorrentes do Estatuto da Metrópole para

aprofundamentos institucionais poderiam ensejar uma nova fase para a gestão de muitas regiões metropolitanas, o que é determinante para o avanço da agenda de desenvolvimento do país. Sem embargo disso, o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) aparece como fundada fonte de preocupações, uma vez que, por efeito do Regime de Recuperação Fiscal, o estado encontra-se vedado a celebrar convênios e outros tipos de acordos que impliquem transferências de recursos a outros entes ou a organizações da sociedade civil. Na prática, isso significa que a RMRJ se afasta das expectativas positivas que se associam às distintas formas de cooperação interfederativa para a governança metropolitana. Por isso, em cenário de aguda crise econômico-financeira e de amplas restrições à atuação de governo, o Poder Público, em especial o governo fluminense, não pode prescindir do efetivo avanço na implementação de instrumentos de política urbana e de desenvolvimento urbano integrado que tenham a capacidade de direta ou indiretamente recuperar a mais-valia associada à urbanização.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando L.; SOARES, Márcia M. *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ANTONUCCI, Denise et al. *UN-Habitat: das declarações aos compromissos*. Denise Antonucci, Angélica Benatti Alvim, Silvana Zioni e Volia Costa Kato. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó dos. *Governança metropolitana e reforma do Estado: o caso de Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. N. 3. 2000, p. 131-146.

CALDAS, Maria Fernandes. *Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil* [manuscrito] / Maria Fernandes Caldas. 2015. 271f.

CFN. Confederação Nacional dos Municípios. *A crise pela ótica dos municípios Brasileiros*. 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/A_Crise_nos_Municipios_2out_2017.pdf>. Acesso em 08 ago. 2018.

COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (org.). *40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil*. Série Rede IPEA, vol 1, Projeto Governança Metropolitana no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

FLEURY, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: Sonia Fleury (org.). *Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha*. São Paulo: FGV, 2006, p. 23-76.

HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012.

G1. *Por que o preço do petróleo caiu tanto?* 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/01/por-que-o-preco-do-petroleo-caiutanto-veja-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em: 03 set. 2018.

G1. *Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico*. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-jaregistrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia brasileira contemporânea* / Amaury Patrick

Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcelos, Rudinei Toneto Jr. São Paulo: Atlas, 2011.

IBP. *Composição do PIB do estado do Rio de Janeiro*. 2017. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/pib-do-estado-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, Alex Bruno Marques; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Consórcios*

Públicos em Regiões Metropolitanas: o CONDIAM-PB e as relações de cooperação em João Pessoa-PB. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol. 17. N. 1. 2015

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Angela Penalva. *Descentralização e Autonomia Municipal: Uma análise das transformações institucionais do federalismo brasileiro*. Revista GeoUERJ, 2012.

SANTOS, Angela Penalva; VASQUES, Pedro. *Estatuto da Metrópole: avanço normativo na gestão territorial à espera da cooperação financeira*. Revista do Direito da Cidade, 2015.

SILVA, Heitor Ney Mathias da. *A crise do estado do Rio de Janeiro, relações econômicas e políticas*. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182555/Conflitos-e-Revolucoes-2941.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. *A crise no estado do Rio de Janeiro entendida não apenas como uma questão financeira*. 2017. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/32056/22977>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SOTTO, Debora. *A recuperação de mais-valias urbanísticas como meio de promoção de desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: uma análise jurídica*. 2015. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Debora_Sotto.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Tesouro Nacional. *Plano de Recuperação Fiscal* - Estado do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/602241/Plano%2Bde%2BRecupera%C3%A7%C3%A3o%2BFiscal/8fabd06f-10b0-424d-845f-9fa833235a88>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Csaba Deák; Sueli Ramos Schiffer (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: USP, 2004, p. 171-243.

UN/Habitat. *A new urban paradigm: pathways to sustainable development*. Vol. 13, Issue N.3. December 2016.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019

É COISA DE PRETO

Uma análise da reportagem “Força Negra” realizada pela revista *Rolling Stone Brasil*

Eduardo Bianchi¹

Universidade Veiga de Almeida

Wallace Martins²

Universidade Veiga de Almeida

Resumo

O presente trabalho realiza uma análise que visa demonstrar como o pensamento social no Brasil se alicerçou em uma cultura eurocêntrica, importando valores e formas de ver o mundo sob esse escopo e, por conta disso, a cultura negra no Brasil ainda é marginalizada e excluída pela grande mídia. O artigo se desenvolve através da análise do discurso presente na reportagem “Força Negra”, feita pela *Rolling Stone Brasil* com o *rapper* Emicida. A partir desse exame das representações presentes nos materiais jornalísticos, busca-se deixar claras as marcas culturais eurocêntricas existentes na sociedade e a necessidade de legitimação de expoentes da cultura negra para que sejam aceitos socialmente e artisticamente.

Palavras-chaves: racismo; *rap*; comunicação.

Resumen

Este artículo analiza cómo el pensamiento social en Brasil se basa en una cultura eurocéntrica, importando valores y formas de ver el mundo bajo este alcance y, debido a esto, la cultura negra en Brasil todavía está marginada y excluida por Grandes medios de comunicación. El artículo se desarrolla a

¹ Email: eduardo.bianchi.cs@gmail.com

² Email: wall_martins_@gmail.com

través del análisis del discurso presente en el informe "Black Force", realizado por Rolling Stone Brasil con el rapero Emicida. A partir de este examen de las representaciones presentes en los materiales periodísticos, buscamos aclarar las marcas culturales eurocéntricas existentes en la sociedad y la necesidad de legitimar a los exponentes de la cultura negra para que sean social y artísticamente aceptados.

Palabras clave: racismo; rap; comunicación.

Abstract

This paper analyzes how social thinking in Brazil is based on a Eurocentric culture, importing values and ways of seeing the world under this scope and, because of this, black culture in Brazil is still marginalized and excluded by Great media. The article is developed through the analysis of the discourse present in the report "Black Force", made by Rolling Stone Brasil with rapper Emicida. From this examination of the representations present in journalistic materials, we seek to clarify the Eurocentric cultural marks existing in society and the need for legitimation of exponents of black culture to be socially and artistically accepted.

Keywords: racism; rap music; Communication

1. "Rap News"

Eles vão tentar esconder tudo de você
Então não acredite em tudo que cê olha
Sempre existe um outro mundo que você não vê
Então pense bem pelo que você ora
Eles vão tentar esconder tudo de você
Então não acredite em tudo que cê olha
Sempre existe um outro mundo que você não vê¹

O *rapper* Sid traz na música "Rap news" a problemática da escolha midiática do que veicular ou não veicular, ou seja,

mostrando alguns fatos para o público, mas escondendo diversos outros que estão presentes. Todavia, para além do debate sobre imparcialidade dos veículos de comunicação, este artigo propõe uma análise de discurso, mostrando que o próprio jornalista, na sua prática narrativa jornalística, faz escolhas que revelam ou escondem, proposital ou inconscientemente, aspectos culturais enraizados na sociedade brasileira e historicamente sedimentados em suas construções discursivas. Orlandi (1999, p. 43) explica que a ocorrência dessas predileções ocorre por conta da formação discursiva se definir “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Sendo assim, a autora deixa claro que o enquadramento pessoal do jornalista, criado através de todo o seu arcabouço social, educacional e ideológico, influenciará na forma como desenvolverá a sua narrativa e apresentará aqueles fatos.

Como ficaria o compromisso com a verdade por parte do jornalismo? Se há sempre uma intervenção do jornalista no fato que ele retrata, um ponto de vista, a verdade por ele retratada ainda se mantém como verdade? O filósofo Nietzsche responde o questionamento dizendo que:

Contra o positivismo, que se detém no fenômeno [de que] 'há apenas fatos', eu diria: não, são justamente os fatos que não existem, mas tão somente interpretações. [...] Se a palavra 'conhecimento' tem algum sentido, o mundo é cognoscível; na verdade, entretanto, ele é diversamente interpretável, não tem um sentido por trás de si, mas inúmeros sentidos - 'perspectivismo'. São as nossas necessidades que interpretam o mundo: nossas pulsões e os seus prós e contras. (NIETZSCHE, KSA 9. 329, Nachlass/FP 7 [60] apud GOMES, 1993, 63)

Para além disso, a imparcialidade e a objetividade dentro da prática jornalística não se sustentam como algo, fundamentalmente, possível, como afirma Freitas (1999, p. 10), “pois entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação, há a mediação de vários jornalistas - e até da cúpula diretiva da empresa; todos, envolvidos na preparação do produto notícia, de forma direta ou indireta”. Assim, muitos pontos de vista da verdade participam da construção e são trabalhados em conjunto para que a verdade dentro do produto jornalístico tome corpo e seja entregue para os seus leitores. Isso não quer dizer que a verdade não exista, que tudo é uma farsa criada para manipular as pessoas; na prática, quer dizer que as pessoas estão em contato com o mundo e irão interpretá-lo a partir de toda a sua formação. Com os jornalistas não seria diferente, pois, como afirma Cornu (1999, p. 352 apud Benetti, 2008, p. 18), o jornalista precisa reconstruir a realidade à sua frente para compreendê-la, sendo assim, é necessário que a interprete. No entanto, o autor afirma que existem “[...] várias reconstruções possíveis da realidade, cuja legitimidade está suspensa ao respeito pela verdade de fato. Para existir, o fato precisa da interpretação, mas a interpretação não pode, por seu lado, dispensar os fatos” (CORNU, 1999, p. 340 apud BENETTI, 2008, p. 18). Ou seja, apesar de o jornalista interpretar e significar aqueles casos para construí-los de forma compreensível para si, bem como articulá-los dentro de uma construção narrativa, ele não dispensará o fato como primordial do seu discurso. Pois, em concordância com Pesavento (2012, p. 39), “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. Dessa forma, jogam entre o fato a ser analisado e a realidade criada através da sua vivência no mundo real.

Entretanto, partindo dessa perspectiva de construção, percebemos que os mesmos fatos podem ser narrados de diversas formas, construindo formações discursivas que podem variar de acordo com o sujeito que fala. Orlandi (1999, p. 61) cita que “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito”; por conta disso, percebemos que uma forma de narrar um fato pode trazer significações diferentes.

Levando em conta que essa prática discursiva jornalística pode ser feita de formas, interpretações e significações diferentes sem que se perca o seu teor de verdade, e que, como cita Freitas (1999, p. 9), “a língua não é apenas um instrumento de comunicação, ela é também um poderoso instrumento de dominação, a serviço de interesses, ideologias, vontades e desejos”, seria a língua dentro dos meios de comunicação um meio utilizado para a propagação desse modelo eurocêntrico branco intrínseco na sociedade brasileira de exclusão e extinção da cultura negra?

Orlandi (1999, p. 34-35) afirma que a memória faz parte do discurso, ela incluirá os fatores históricos, sociais e ideológicos dentro do discurso, afetando o “modo como o sujeito significa em sua situação discursiva dada”. No entanto, ela dirá que essas memórias não trabalham a todo momento de forma consciente na mente do sujeito, pois há duas formas de esquecimento que incidem na construção do sujeito, construindo-o como sujeito social e com uma posição de fala e discurso. Segundo a autora, um dos esquecimentos é o da ordem da enunciação, em que ao escolher uma forma de falar, sempre se deixa claro que aquele dizer poderia ser outro; porém, este “esquecimento” produz uma ilusão referencial que faz o sujeito “acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras” (ORLANDI, 1999, p. 35).

Porém, este esquecimento é parcial, o sujeito ainda consegue ter consciência, em alguns momentos, e elaborar novas formas discursivas para ser entendido da forma que deseja. O segundo esquecimento é da ordem do inconsciente, é o esquecimento ideológico e revela o jogo que ocorre entre sujeito e ideologia, seus efeitos criam “a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos existentes” (ORLANDI, 1999, p. 35). A partir disso, percebemos que as pessoas, mesmo sem intenção, estarão sempre articulando ideologias e pensamentos sociais que estão solidificados no cerne da sociedade, pois, por mais que os sentidos se realizem em nós, eles sempre serão assentados na forma como nos colocamos na língua e na história, ganhando assim significados, mas não pela vontade do sujeito (ORLANDI, 1999, p. 35).

1.1 A reportagem

A partir dessa percepção de que a escrita está sempre imbricada pelo social e ideologias, este trabalho fará uma análise do discurso presente na reportagem da edição 109 intitulada “Força Negra” veiculada pela revista *Rolling Stone* no mês de setembro de 2015. A matéria jornalística traz uma entrevista com o *rapper* Emicida na segunda noite de lançamento do seu segundo álbum cheio, chamado *Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. A análise buscará trabalhar em cima das formações discursivas presentes na matéria, mostrando o que foi dito e o que não foi dito, aquilo que foi trazido à luz das palavras e o que foi silenciado ou omitido pelas escolhas feitas na hora da construção narrativa por parte do jornalista Peu Araújo, que é quem assina a reportagem.

2. O dito e o não dito

2.1 – 1ª Análise: título e subtítulo

“Força Negra” é o título da reportagem e, por si só, já traz uma força considerável para a reportagem. Como cita Rossi (1986, p. 43-44 apud FREITAS, 1999, p. 11), “uma notícia publicada com um título forte chamará mais a atenção do que outra com título pequeno”. Esta conseguiu trazer um título pequeno e forte, que atrai o público, e seu subtítulo confirma essa força, trazendo escrito: “Usando o microfone e o tino para os negócios, Emicida vem da periferia para combater o racismo, do underground ao mainstream”, dando ainda mais corpo para o título, relatando o sucesso e a luta do músico.

Entretanto, o não dito, que já aparece nesse primeiro momento e é reforçado em diversos pontos da reportagem, é o caráter altamente meritocrático² do discurso, ficando perceptível em vários momentos, como nos seguintes trechos: “maior referência do *rap* para a sua geração”, “mais de 30 participações ao lado de artistas do *rap*, do samba e do *pop*”, “eleito pela revista *Forbes Brasil*, em 2014, um dos 30 nomes mais influentes abaixo dos 30 anos ao lado de Neymar, Anitta e Isis Valverde” e “Não, não estamos mais falando daquele neguinho que via tudo do lado de fora. Estamos falando de um músico que liga para Caetano Veloso”. A construção de todas essas frases traz o discurso da valoração do *rapper*, demonstra que ele é uma força negra e que venceu na vida, pois agora ele conquistou todo esse espaço e reconhecimento. Fica bem claro no último trecho que, antigamente, ele não era nada, era só um negro da periferia sem importância social, mas que agora ele ligava e cantava junto com Caetano Veloso, um músico conceituado e renomado da música popular brasileira,

ou seja, subiu na vida, ascendeu socialmente por méritos do seu trabalho e da sua música.

O subtítulo reforça, novamente, essa questão meritocrática, visto que ele está escrito na ordem indireta, dando ênfase aos trabalhos de Emicida e seus negócios, em primeiro plano, seguido pelo fato de ele ser um artista da periferia e combater o racismo e, por fim, confirma sua ascensão social, dizendo que ele saiu do *underground*, ou seja, do anonimato, e alcançou o *mainstream*, isto é, a popularidade, o lugar em que todos os artistas mais conhecidos se encontram. Se o jornalista optasse pela ordem direta, o subtítulo poderia ser: “Emicida vem da periferia para combater o racismo, usando o microfone e o tino para os negócios, do underground ao mainstream”, dando uma nova leitura para a frase, pois o combate ao racismo apareceria como a principal motivação e em segundo plano viriam o trabalho dele e a carreira de sucesso dentro da música. Mas para alguém ser aceito socialmente é necessário um legitimador? Emicida dependeu do Caetano para chegar onde chegou ou a legitimação era para os questionamentos do público-alvo da revista?

2.2 – 2ª Análise: as músicas

A reportagem indica duas músicas que foram uma espécie de abre-alas para que a carreira de Emicida chegasse ao lugar em que chegou: “Triunfo” e “E.M.I.C.I.D.A”. “Triunfo” foi o primeiro vídeo lançado no canal do *rapper* na plataforma Youtube há 8 anos, alcançando mais de 8 milhões e 600 mil visualizações³. A segunda música é um vídeo que contém somente o áudio e a imagem da capa do álbum, lançado há 3 anos e com mais de 77 mil visualizações⁴. Ambas são músicas do mesmo CD completo de Emicida, lançado em 2009 e intitulado *Pra Quem Já Mordeu um Cachorro por Comida, Até Que*

Eu Cheguei Longe. No entanto, o que chama atenção nas duas músicas para a realização da análise é que elas se enquadram perfeitamente na imagem que a reportagem quer criar do músico: um *rapper* bem-sucedido que saiu da favela e se deu bem na vida. O que confirma isso são os versos das músicas que trazem Emicida se vangloriando, comparando-se a outros artistas e mostrando que ele foi melhor ou que conseguiu chegar onde chegou por ser melhor que os outros, corroborando a premissa meritocrática criada desde o princípio. Os versos abaixo podem salientar melhor essa afirmação:

Triunfo:

Não escolhi fazer rap não, na moral
O rap me escolheu porque eu aguento ser real
Como se faz necessário, tiozão
Uns rimam por ter talento, eu rimo porque eu tenho uma
missão

Nóiz quer mulher sim, quer um din também
Quer ver todos neguin lá vivendo bem
Só que, aí, pra mim, a luta vai além
Quem pensar pequeninim, tio, vai morrer sem

Não pra ser mais que alguém não, só sair da lama
Os que caiu foi porque confundiu respeito e fama
Na minha cabeça não existe equívoco ameno
O jogo é sujo, vai ganhar mais quem errar menos
Eu fiz meu próprio caminho e meu caminho me fez

E.M.I.C.I.D.A:

Dez vezes melhor pra ser visto como igual, tô cheio
Mas é a lei, o problema é de quem faz nove e meio
Profecias são profecias, parceiro
Pergunta pro Barrichello se os últimos são os primeiros!

Vou fazendo um som pra vencedor
Os derrotado pode escutar a mesma merda que sempre
escutou

Sem me invejar, vai tramar, mas lembre-se que é aquilo:
Quem nasceu pra lagartixa nunca vai ser crocodilo, viu?

Tantos pra destruir, quantos pra construir?
Poucos na de instruir, verme pra distrair
Pra não subtrair, tornar menor pra eu sumir
Ser incapaz de assumir responsa tipo essa aqui
Sei que se eu não for desconfiado
Em um ano eu viro rei, em dois anos lenda, em três passado!

Talvez eu seja só mais um profeta de walkman
Porém fatos são fatos, logo veja bem
Vários MC ganhou vários torneios, é comum
Mas que trouxe a rua até aqui eu só conheço um.

Os versos falam por si sós. A vanglória de ter conseguido chegar sozinho sem a ajuda de ninguém, de burlar todas as adversidades e todo mundo sendo contra ele, e se tornar um dos 30 homens mais influentes no Brasil fica bem clara. Contudo, a música “E.M.I.C.I.D.A” não é uma das que mais têm visualizações deste álbum. Outras músicas, como “Ela diz”, “A cada vento” e “Sozim”, possuem 213 mil, 130 mil e 83 mil visualizações, respectivamente. A última na listagem de músicas se enquadraria perfeitamente para falar sobre a vivência de Emicida nas ruas, sobre racismo e exclusão social do povo nas favelas; porém, ela não traz toda a ostentação, digamos assim, da caminhada trilhada para o sucesso sendo feita sozinha. Ao contrário, sua letra quebraria toda a imagem a ser criada do *rapper*, pois versos como estes não estariam associados a uma imagem de vencedor:

Sentindo frio, num eterno vazio
Só quem conhece viu, como meu olhar é distante, tio
Não sou daqui, não me sinto parte integrante da obra
Eu me vejo como um estranho num ninho de cobra, e é foda

Vou como os bandido que a cidade esconde no beco deserto
Moadado igual rato, com medo do que chega perto

Olhando as faixas no asfalto eu penso o seguinte:
Pra quem quer viver cem anos eu já tô bem triste com vinte

Eu amo e odeio a rua naquela
O bagulho é tipo uma artéria, tem várias bactéria nela
Por ela vou de touca com os fone
Solitário como quem sabe que não tem muito além do
próprio nome
Nasceu sozim, vai morrer sozim
Pra crer nisso não custo, pior que me parece justo

Partindo-se de uma premissa lógica e rápida, podemos dizer que as músicas mais ouvidas foram as que mais o ajudaram, que fizeram com que Emicida se tornasse um sucesso. Contudo, a música “Sozim” possui uma letra com maior impacto que as outras duas, visto que em toda a sua letra ele busca denunciar a exclusão do povo negro e periférico, fala sobre se esconder pelos becos e vielas, sobre nascer e morrer sozinho e sobre não se sentir parte integrante da obra. Ou seja, não há com o que ele se identifique, não há símbolos e signos que o faça criar identificação e se sentir parte daquele mundo em que ele está inserido. Dessa forma, ele se exclui, se sente só e diz estar muito triste aos 20 em um mundo em que as pessoas desejam viver até os 100 anos. No entanto, ele não se desvencilha desse mundo, pois é a sua cultura, onde estão fincadas as suas raízes de identidade e representação. Assim, ele

escolhe a luta e a busca pelo reconhecimento perante os seus, mesmo que para isso precise seguir lutando sozinho e procurando possibilidades para que outros não precisem fazer o mesmo. No entanto, a escolha na reportagem das duas músicas já mencionadas deixa claro que a questão do racismo é secundária e reforça a análise trabalhada com relação ao subtítulo, no qual a ordem direta foi escolhida justamente para dar mais ênfase ao aspecto meritocrático e não à luta social, que, em suma, é a base e raiz do *rap*, isto é, dar voz ao povo negro, periférico, que tanto sofreu e que perdeu muito espaço de voz, se é que já o teve de forma considerável tal espaço, e reivindicação social. A meritocracia dentro do *rap* visa privilegiar uns dois ou três artistas, escolhidos a dedo pelo mercado fonográfico e cultura. Contudo, o *rap* é um movimento de contestação, cujo propósito é enfrentar o sistema social majoritário, fazendo com que questionamentos enraizados e escondidos surjam e sejam debatidos.

Do mesmo modo, as escolhas feitas na matéria com relação às músicas do novo álbum de Emicida também trazem essa problemática de mostrar o *rap* fora da sua luta social, de fortalecimento do povo negro. Inicialmente, o álbum se chamaria *Ubuntu*, mas, após uma viagem do *rapper* pela África, acabou sendo batizado como *Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. O disco apresenta uma forte conexão de Emicida com o continente africano. Em entrevista a Pietro Scaramuzzo, o *rapper* revelou que a África foi sua grande inspiração, não como geografia, mas com relação à dívida que o Brasil tem com os africanos. No entanto, ele quis contar uma história de beleza, de paixão, falando da influência da cultura africana na cultura brasileira. A princípio sua ideia era criar um disco que falasse sobre a África, contudo, ao perceber a igualdade das duas realidades, brasileira e africana, se deu conta do quanto as culturas são complementares, como o continente africano e o

Brasil são peças que se encaixam e que, mesmo geograficamente separadas, ainda se mantêm próximas e unidas através de suas culturas.

Partindo dessa visão do que originou e inspirou o álbum e, novamente, resgatando a ideia de que Emicida luta pelo combate ao racismo, que dá voz à cultura negra sendo a força negra, as músicas citadas na reportagem são: “8”, “Mãe”, “Passarinho” e “Baiana”. Essas escolhas levantam um questionamento sobre o quão interessados estão, de fato, nessas informações ou se só as colocaram para fins de marketing e força na chamada para a reportagem. Isto porque, apesar de as músicas “8”, “Mãe” e “Baiana” terem ligações com a cultura negra e, de certa forma, falarem sobre o racismo, sobre as mazelas e problemáticas do povo periférico na nossa sociedade, elas falam de uma forma mais amena, não possuem esse enfoque e nem é dado esse enfoque quando são abordadas dentro do texto da reportagem. Para melhor compreensão, seguem abaixo os trechos em que elas são citadas:

Trecho da revista: “As luzes do palco se apagam, a equipe se prepara. Tudo no lugar. Emicida se senta em um banco alto no centro do palco. Imóvel, estático até o primeiro verso de ‘8’: ‘Tipo Central do Brasil, eu vou sozinho’”, ele canta.

A única parte dessa música que aparece é o primeiro verso e a descrição é de como ele abre o show. Basicamente, a letra só apareceu na matéria porque fez parte da abertura do show; caso fosse outra música na abertura, seria outra a letra que estaria em seu lugar. A descrição, mais uma vez, enfatiza Emicida como exclusivo, que chegou onde chegou e está no pódio, como um campeão nato que venceu na vida e está ali por direito e pela luta. Em nada fala da música em seu contexto e sua ligação com as problemáticas que o *rapper* trabalha, sobre exclusão racial, racismo e outras temáticas semelhantes.

Trecho da revista: “Os sofrimentos vividos no percurso já foram narrados por Emicida inúmeras vezes, em letras como ‘Crisântemo’, do álbum *O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui* (2013), ou em ‘Mãe’, canção que abre seu último trabalho. Em ambas a fala emocionante de Jacira Roque de Oliveira, mãe de Emicida, está lá. Sagaz até o último fio de cabelo crespo, ela dá o tom do discurso orgulhoso de todos os seus filhos. Conta como educou Kátia, Katiane, Leandro e Evandro. ‘Eu criei os meus filhos igualzinho eu crio as minhas plantas. Todo dia tem que olhar, todo dia tem que regar, tem que olhar na raiz, tem que olhar em cima’, afirma. Ela revela que o MC parecia prever o futuro desde tempos imemoriais. ‘O Leandro, quando era pequeno, não pedia dinheiro dado – ele já pedia emprestado. Falava: Você me empresta, que um dia eu vou ter e te pago. Isso com 2, 3 anos de idade””.

Quando a música “Mãe” é citada, é dado o espaço para se falar sobre a mãe dele, a relação dele com a mãe e a criação que ela deu a seus filhos. No entanto, todos os debates que Emicida coloca na música sobre a mulher negra da periferia, mesmo que embutidos em uma homenagem à sua mãe, não aparecem na reportagem, ficam subterrâneos.

A matéria segue falando sobre a caminhada artística do *rapper* junto a seu irmão, que o ajudou a fundar o Laboratório Fantasma, e depois menciona o amigo que o auxiliou como advogado, por conta de algumas quebras de contratos e perda de dinheiro que ele teve, mas, novamente, nada é citado com relação às questões raciais.

Trecho da revista: “O novo disco de Emicida é realmente um acontecimento na cena *hip hop* brasileira e mesmo no panorama da música brasileira como um todo’, avalia Caetano Veloso, que participa da faixa ‘Baiana’, de *Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. ‘O talento de improvisador de rimas e a força da imaginação dele já são conhecidos. Mas neste

disco Emicida alcança a realização de um trabalho coeso, das sílabas à produção no estúdio. Ouvindo o álbum pronto, fiquei orgulhoso de poder ter estado um pouco mais perto desse novo criador’. Vanessa da Mata, que divide com o *rapper* a canção ‘Passarinhos’, música que chegou com força às rádios comerciais, também despeja elogios ao MC. ‘Acho que Emicida tem doçura e postura, vontade e coragem, gosta de poesia e, ao mesmo tempo, dá uma pancada quando emite a voz de um silêncio tenebroso que se confunde com humildade, mas na verdade é opressão’, define. ‘Ter doçura, ser vivo, mesmo tendo sofrido, é fundamental. Mas calar-se jamais. Lutar por mudanças é estar vivo’’. “Baiana” e “Passarinho” aparecem no mesmo trecho da matéria, ambas acompanhadas de uma fala dos dois participantes da música, Caetano Veloso e Vanessa da Mata, respectivamente. Os dois tecem elogios ao artista que Emicida é, mostrando a sua força, o seu talento, a sua habilidade para cantar, para imaginar toda a produção e a sua presença como artista. As palavras de ambos, se observadas com atenção, agem como uma “instituição” que legitimam o *rapper*, como se agora, por ter sido reconhecido por dois artistas, brancos, da alta cultura e música brasileira, ele passasse a ser um artista de alto nível, assim como os outros cantores brasileiros.

Essa afirmativa reforça outros trechos da reportagem já citados aqui, mostrando que ele não é mais um negro da periferia, mas sim o cara que liga para o Caetano e faz uma música junto com ele. Caetano Veloso e Vanessa da Mata agem como um “dispositivo” validador aprovando o talento do *rapper*, pois, no Brasil, na maior parte das vezes a cultura negra não é reconhecida como arte. Exemplo disso foi o que ocorreu na homenagem a Carolina Maria de Jesus na Academia Brasileira de Letras, em que o professor doutor Ivan Proença tece diversos elogios à autora, mas, ao final de seu discurso, diz

que não considera seu trabalho como literatura, que o que ela faz poderia até ser um diário, mas que não considerava sua arte como válida, pensando literatura como arte, é claro. Cabe destacar que Carolina de Jesus é uma escritora que, infelizmente, tem maior fama internacionalmente do que Brasil. Seu livro *Quarto de despejo* foi traduzido em 24 países e, mesmo tendo sido publicado em 1960, agora foi questionado sobre ser ou não literatura. Sendo assim, a presença e as falas desses dois artistas ganham um sentido muito forte dentro do não dito, pois isso significa que “você podem ouvir isso, porque o Caetano está falando que é bom, a Vanessa da Mata está falando que é bom, se eles aprovam, sendo brancos, músicos da mais sofisticada música brasileira, deve ser porque é bom mesmo, então podem ouvir”, ou seja, eles dão validade àquela obra. Por outro lado, está subentendido que, se eles não tivessem aparecido, não valeria a pena escutar as músicas do *rapper*, seu trabalho seria considerado uma arte inferior ou não seria reconhecido como arte; poderiam até achá-lo bom, mas poderia não ser considerado música, assim como aconteceu com o livro de Carolina Maria de Jesus.

Isso se torna ainda mais evidente quando se percebe que esses dois artistas com participações no álbum de Emicida foram os únicos que tiveram sua opinião mencionada em toda a reportagem, apesar do álbum contar ainda com a participação de J. Ghetto, na música “Boa esperança”, Marcelino Freire, em “Trabalhadores do Brasil”, e Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphao Alaafin, na música “Mandume”. Com exceção de Marcelino Freire, que teve participação no álbum com uma poesia composta por ele mesmo – a música “Trabalhadores do Brasil” é uma poesia recitada sozinho à capela pelo próprio Marcelino –, todos os outros artistas são negros e nenhum deles foi chamado para falar sobre sua participação no álbum ou sobre o talento de

Emicida. Intensifica-se essa exclusão quando percebemos que essas duas músicas com participação de artistas negros falam diretamente sobre racismo, exclusão da cultura negra e de empoderamento negro na sociedade; que as músicas fazem um chamado de levante do povo negro, para que recuperem suas forças, continuem a lutar e ocupem todos os lugares que lhes é de direito e que almejam, sem baixar a cabeça para ninguém.

2.3 – 3ª Análise: a estrutura

Por fim, a estrutura escolhida para o desenvolvimento da reportagem reforça toda a argumentação. Dentro do jornalismo, existe uma estrutura que há muito tempo foi institucionalizada para a escrita de notícias e reportagens, denominada pirâmide invertida. A técnica da pirâmide invertida

Consiste em um relato que prioriza não a sequência cronológica dos acontecimentos, mas escala em ordem decrescente dos elementos mais importantes, na verdade, os essenciais, em uma montagem que os hierarquiza de modo a apresentar inicialmente os mais atraentes, terminando por aqueles de menor apelo (PENA, 2005, p. 48)

Sendo assim, o jornalista irá hierarquizar os fatos que ele quer narrar e os organizará na ordem do mais importante para o menos importante. Nessa estrutura, em concordância com PENA (2005, p. 48), o último parágrafo pode ser excluído sem qualquer prejuízo para o entendimento da matéria.

Na reportagem que analisamos, a escolha para os últimos parágrafos foram os seguintes trechos:

Trecho da revista *Conexão África-Brasil*:

Viagem ao continente inspirou novo disco do rapper

“*Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*, segundo álbum cheio de Emicida, é o resultado de uma inspirada viagem

de cerca de 15 dias por Luanda, em Angola, e por Praia, capital de Cabo Verde. As ideias floresceram também de um Réveillon na paradisíaca ilha de Madagascar, no sudoeste africano. O nome do álbum é a síntese do que mais marcou o MC durante esse período. A alegria das crianças dos locais visitados foi um dos fatores que chamaram a atenção de Emicida, que inclusive adicionou vozes infantis ao refrão de ‘Casa’. O termo “quadris” veio da passagem por Cabo Verde. ‘Nós fomos ao terreiro dos órgãos e, quando chegamos lá, as mulheres estavam rebolando. Cantando e rebolando. Só que foi a primeira vez na minha vida que eu olhei pra umas minas rebolando e não achei sexista, não era o rebolado pra entreter um cara. Parecia uma oração, eu vi uma igreja ali. O ‘pesadelo’ é a realidade em que vivem muitos africanos, principalmente em Luanda. Quando olhei aquelas quebradas pobres pra caralho, desiguais, violentas, eu falei: ‘Mano, meus parceiros vivem um pesadelo aqui’. Só que mesmo no meio desse pesadelo está cada um cuidando de sua família, cuidando de seus amigos, fazendo um mufete [prato de comemoração típico de Angola feito à base de peixe e comido comunitariamente]’. A ‘lição de casa’ é não só o disco, mas o legado de amadurecimento pessoal que a viagem rendeu ao artista. Emicida é categórico ao avaliar a visita a Angola e Cabo Verde: ‘Eu voltei da África mais humano’”.

Nos dois últimos parágrafos da reportagem, que deveriam ser, de acordo com a estrutura, os menos importantes, os parágrafos descartáveis caso houvesse alguma necessidade, está o relato do *rapper* sobre a experiência de sua viagem, sobre o quanto sua vida e visão de mundo mudaram e o legado desse contato com a cultura africana. Para além disso, neste último parágrafo ele explica o porquê da escolha do nome do álbum, passo a passo, deixando claro o que o inspirou a escolher cada detalhe presente no título. Por fim, fala sobre a desigualdade

social nos lugares por onde passou, sobre as periferias onde esteve e pessoas iguais a ele em uma situação degradante.

Neste sentido, a escolha desses dois parágrafos como passíveis de serem descartados traz a percepção de que, na reportagem, nunca houve o intuito de falar sobre a cultura negra, nunca houve a vontade de falar sobre racismo, mas sim de perpetuar a mesma estrutura social e mostrar que Emicida, apesar de ser negro, apesar de ser da periferia, apesar de cantar *rap*, conseguiu alcançar o patamar dos brancos. Lutou sozinho, por seus próprios meios, sem depender de ninguém e saiu do lugar de onde ninguém acreditava que sairia, chegando onde todos almejavam, sendo agora validado como artista por grandes nomes da música brasileira e, assim, aceito no meio artístico no Brasil.

Podemos dizer que esse discurso de engrandecimento de Emicida, como alguém que saiu da periferia e conseguiu chegar no mesmo patamar dos outros artistas nacionais, sejam eles brancos ou negros, e de meritocracia, que afirma que todos os outros podem conseguir, que têm as mesmas condições e não precisam obter privilégios e facilidades para isso, bastando-lhes força de vontade, visa, indiretamente, minimizar as lutas dos negros e favelados brasileiros por condições dignas de vida.

3. Considerações finais

O *hip hop* demonstra realizar um trabalho de grande poder frente à cultura negra e periférica brasileira, tomando para si a responsabilidade de dar voz àqueles que são excluídos e mostrar a eles próprios como são bonitos, poderosos e capazes pelo que são, ou seja, deixando claro que eles devem ter amor pela sua própria cor e pelas suas raízes culturais.

Entretanto, o pensamento eurocêntrico ainda se encontra enraizado, ideologicamente, na sociedade brasileira. É

perceptível, através das análises, que o racismo, mesmo que indiretamente, ainda está presente nas relações sociais e nas instituições de poderes e formação de opiniões no país, mantendo um pensamento que coloca a cultura provinda dos negros ou da periferia como inferior e que necessita de uma validação para que seja introduzida na cultura hegemônica de forma aceitável e consumível.

Todavia, é perceptível que o discurso do *rap*, assim como de todos os movimentos sociais em prol desta causa, tem reverberado e ganhado mais visibilidade na sociedade brasileira, fazendo com que manifestações culturais periféricas como o *rap* e o *funk* ganhem projeções nacionais e até internacionais com os seus produtos culturais.

Sendo assim, como toda pesquisa da área das ciências humanas, sem qualquer pretensão de dar um fim ou uma resposta conclusiva aos questionamentos, mas sim trazê-los à tona e mostrar uma possibilidade de pensamento, deixando espaço para que outros debates possam ser desenvolvidos, o presente trabalho conclui que, por mais complexa e profunda que seja a relação da sociedade brasileira com o discurso excludente do negro e do periférico e a resistência a mudanças, as portas demonstram estar se abrindo, seja por bem ou “à força”, para que os pretos e favelados possam falar e ser ouvidos, reivindicando seus direitos e demonstrando sua força para lutar pelo seu lugar na sociedade como cidadãos.

Referências bibliográficas

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

FREITAS, Antônio F. *Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso*. BOCC. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 1999.

É COISA DE PRETO: Uma análise da reportagem “Força Negra” realizada pela...

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalistico.pdf>> Acesso em: 10 out. 2017.

GOMES, W. S. Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico. *Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, v. 29, p. 63-83, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2ed. Campinas: Pontes Editora. 1999. 100p.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto. 2005. 237p.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2012. 130p.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

La batalla de ideas: El nacimiento del neoliberalismo en Viena

Johannes Maerk¹

Instituto Ideaz (Viena, Austria)

Resumo

Este artigo analisa a batalha de idéias entre as propostas (neoliberalas) do economista e filósofo austríaco Friedrich von Hayek e as políticas públicas específicas dos austromarxistas em Viena. Ambas as propostas tentaram alcançar a hegemonia no nível da sociedade no estilo de Antonio Gramsci. Enquanto o neoliberalismo se comportava como uma embarcação comunicante com regiões fora da Europa Central (primeiro no Chile de Pinochet e depois no mundo anglo-saxão de Thatcher e Reagan), a contraproposta Austromarxista foi desenvolvida na chamada Viena Rioja ("Rotes Wien").

Palavras-chave: Austromarxismo, Neoliberalismo, Viena.

Resumen

En este artículo se analiza la batalla de ideas entre las propuestas (neo)liberales del economista y filósofo austriaco Friedrich von Hayek y las políticas públicas concretas de los austromarxistas en Viena. Ambas propuestas trataron de lograr hegemonía a nivel de sociedad al estilo de Antonio Gramsci. Mientras el neoliberalismo se comportó como un vaso comunicante con regiones fuera de Europa Central (primeramente en Chile de Pinochet y después en el mundo anglosajón de Thatcher y Reagan), la contrapropuesta austromarxista se desarrolló en la llamada Viena Rioja ("Rotes Wien").

¹Email: office@ideaz-institute.com

Palabras claves: Austromarxismo, Neoliberalismo, Viena.

Abstract

This article analyzes the battle of ideas between the (neo) liberal proposals of the Austrian economist and philosopher Friedrich von Hayek and the specific public policies of the Austromarxists in Vienna. Both proposals tried to achieve hegemony at the level of society in the style of Antonio Gramsci. While neoliberalism behaved like a communicating vessel with regions outside Central Europe (first in Pinochet's Chile and then in the Anglo-Saxon world of Thatcher and Reagan), the Austromarxist counterproposal was developed in the so-called Red Vienna ("Rotes Wien").

Keywords: Austromarxism, Neoliberalism, Vienna.

El neoliberalismo y sus raíces austriacas

Contrariamente a que se piensa, el neoliberalismo no es un producto "Made in USA". Una de sus raíces principales se remonta a una discusión intelectual durante los años 20 en Viena, Austria entre la llamada escuela austriaca de economía y el austromarxismo. Mientras Viena se puede considerarse como una de las cunas del neoliberalismo, esta filosofía económica no tiene su juventud (ni mucho menos su madurez) en su país de origen, sino en EE.UU. Inglaterra y también en América Latina. Uno de los actores principales de la difusión del pensamiento neoliberal fue Friedrich August von Hayek, un participante del seminario de Ludwig von Mises² entonces. Una

² Von Mises (1881-1973) fue desde 1913 a 1934 profesor no remunerado en la Universidad de Viena, mientras trabajaba como economista en la Cámara de Comercio de Viena. Para huir de la influencia nazi en Austria, en 1934 Mises empezó a trabajar en Ginebra (Suiza), donde fue profesor en el Instituto Universitario de Altos Estudios Internacionales, hasta que emigró a Nueva York en 1940. Fue profesor en la Universidad de Nueva York desde 1945 hasta su jubilación en 1969. Su autobiografía Ludwig von Mises:

Ideología radical de mercado y un radical anti-socialismo fueron las señas de identidad del liberalismo que fue enseñado y discutido en el seminario de Mises. Mientras en Viena sus ideas en contra el papel rector del estado en la sociedad y la planificación racional de las políticas públicas no pudieron sentar bases debido a la fuerte presencia de la izquierda, Hayek abandonó Austria en 1931 para aceptar una Cátedra de Economía en la London School of Economics (LSE). A finales de la segunda guerra Mundial, Hayek publicó el libro *Camino hacia la servidumbre*³ donde argumentó que con el desmantelamiento del mercado libre se empezó la destrucción de toda libertad económica y política. El ataque del libro se dirigió en contra del Partido Laborista de Inglaterra y de las propuestas de un estado intervencionista Keynes en Cambridge. Sobre todo la planificación del economía, sea en su vertiente soviético como en su vertiente socialdemócrata, llevó – según Hayek - a la humanidad hacia un camino de la servidumbre. En cambio, el libre mercado es el motor del progreso humano: “Fue la sumisión de los hombres a las fuerzas impersonales del mercado lo que en el pasado hizo posible el desarrollo de una civilización que de otra forma no se habría alcanzado. Sometiéndonos así, hemos contribuido día tras día a construir algo que es más grande de lo que cualquiera de nosotros puede comprender plenamente.” (HAYEK, 1944, p.177).

Memoirs, Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2009 es disponible en el internet.

³ Perry Anderson llama este libro publicado por primera vez en 1944, la carta de fundación del neoliberalismo “, ANDERSON (s/f).

Contrapunteo: la Viena Roja y el Austromarxismo

En su país natal Hayek se enfrentó a una establecida oposición a sus ideas: el austromarxismo⁴ que tuvo un impacto decisivo en el gobierno local de Viena desde 1919 hasta 1934, año en el cual la socialdemocracia austriaca fue derrotada por la derecha nacionalista y muchos de sus miembros fueron encarcelados o tuvieron que abandonar el país). El primer “round” de esta competencia de ideas ganaron los austromarxistas quienes desarrollan en los años veinte y treinta un programa completa de remodelación de la sociedad basada en el concepto de la hegemonía gramsciana. El mismo Antonio Gramsci define esa hegemonía como aquel momento histórico “en que se logra la conciencia de que los propios intereses corporativos, en su desarrollo actual y futuro, superan los límites de la corporación de grupo puramente económico y pueden y deben convertirse en los intereses de otros grupos subordinados. Esta es la fase más estrictamente política, que señala el neto pasaje de la estructura a la esfera de las superestructuras complejas. Es la fase en la cual las ideologías ya existentes se transforman en partido, se confrontan y entran en la lucha hasta que una sola de ellas, o al menos una sola combinación de ellas, tiende a prevalecer, a imponerse, a difundirse por todo el área social, determinando además de la unidad de los fines económicos y políticos, la unidad intelectual y moral, planteando todas las cuestiones en torno a las cuales hierve la lucha no sobre un plano corporativo sino sobre un plano universal y creando así la hegemonía de un

⁴ El término “Austro-Marxismo” fue creado en 1914 por el socialista estadounidense Louis Boudin. Los miembros de esta escuela de pensamiento también se autodenominaron austromarxistas (KOLAKOWSKI, 1978, p. 240). Los austromarxistas más destacados fueron Max Adler Otto Bauer y Rudolf Hilferding.

grupo social fundamental sobre una serie de grupos subordinados” (GRAMSCI, 1995, pp. 57-58).

El mismo Hayek fue consciente de la importancia de la difusión de las ideas que pueden convertirse en una fuerza potente de la política. Así para Hayek el carácter del proceso por el cual las opiniones de los intelectuales influyen en la política es mucho más que un interés académico (HAYEK, 1949, pp. 417-418)⁵

Y las ideas austromarxistas ganaron la batalla en Austria contra las ideas liberales de Hayek en el mercado de las ideas: en elecciones libres. Los austromarxistas – contrariamente a los marxistas-lenistas – tenían una plena confianza en la conquista del poder a través de una democracia representativa (liberal). Así el partido austromarxista “Sozialdemokratische Arbeiterpartei (SDAP)” (Partido del Trabajo Socialdemócrata) participó y ganó todas las elecciones entre 1919 y 1934 en Viena.

En vez de la (ciega) confianza en las fuerzas del libre mercado al estilo de Hayek, el austromarxismo impulsó un programa social con una fuerte participación del estado. Eje central para el gasto público fue la recaudación de impuestos directos y municipales llamados “*Breitner Steuern*” (“impuestos de Breitner”). Después de la victoria electoral de los socialdemócratas en Viena en 1919, el ex director de un banco,

⁵ La cita en original es: “Experience suggests that once this phase has been reached it is merely a question of time until the views now held by the intellectuals become the governing force of politics. The character of the process by which the views of the intellectuals influence the politics of tomorrow is therefore of much more than academic interest. Whether we merely wish to foresee or attempt to influence the course of events, it is a factor of much greater importance than is generally understood. What to the contemporary observer appears as the battle of conflicting interests has indeed often been decided long before in a clash of ideas confined to narrow circles.”

Hugo Breitner, se hizo cargo de la oficina financiera del ayuntamiento. Mientras los impuestos sobre el consumo popular (sobre todo de los alimentos básicos) y los impuestos sobre el alquiler fueron abolidos, Breitner introdujo nuevos impuestos sobre cosas que él consideraba un lujo⁶: Los que tenían más de un ayudante del hogar tenían que pagar este impuesto. Quién pude darse el lujo de apostar en carreras de caballos financiaba con este impuesto *kindergarten* (jardines infantiles) para la clase obrera. Además alimentos de lujo como ostras, caviar, trufas, langostas, patés, vinos extranjeros etc. estuvieron gravados al siete por ciento. Así por el ejemplo en el año de 1927 el impuesto Breitner casi recaudó 65 millones de chelines lo que correspondió a un 36% de los ingresos fiscales de Viena⁷.

Otra fuente importante para las construcciones de nuevas viviendas públicas (*Gemeindebauten*) fue el “impuesto sobre las viviendas” (*Wohnbausteuer*) que gravó la propiedad de viviendas. Aunque este impuesto afectó a todos los dueños de las viviendas particulares, sin embargo fue muy progresiva: el 82% de todos los contratos de arrendamiento particulares aportaron sólo el 22% del ingreso total mediante este impuesto, mientras el 0,5% de las viviendas de lujo aportaron el 45%. Este nuevo impuesto aportó un tercio de los costos para la construcción de nuevas viviendas públicas⁸. En muchas de las viviendas públicas de Viena hoy en día todavía – en grandes letras rojas – se puede leer “*Erbaut aus den Mitteln der Wohnbausteuer*”

⁶ Otros impuestos fueron sobre automóviles, caballos, clubs nocturnos y cuartos a rentar.

⁷ Estos datos vienen de la página de web oficial del Partido Socialdemócrata que tiene una sección extensa sobre la Viena Roja entre las dos guerras mundiales: <http://www.dasrotewien.at/kommunaler-wohnbau.html>

⁸ Las cifras pueden consultarse en <http://www.dasrotewien.at/breitner-hugo.html>.

(“construido con los fondos procedentes del impuesto sobre las viviendas”).

Esta política fiscal permitió al municipio vienés de llevar a cabo una impresionante integración social de las personas económicamente pobres durante el período de entreguerras. Con los impuestos arriba mencionados entre 1923 y 1933 unos 64 000 viviendas publicas fueron construidas: “Concretamente fueron 61.175 pisos (*Wohnungen*) en 348 grandes bloques residenciales (*Wohnhausanlagen*) y 5.257 casas unifamiliares (*Siedlerhäuser*) en 42 colonias (*Siedlungsgruppen*). También 2.155 locales comerciales de negocio (*Geschäftslokale*). Con este programa de vivienda se consiguió que en 1934 una décima parte de la población vienesa residiera en viviendas sociales públicas.”⁹

A partir de los fondos de los impuestos Breitner se impulsó un sistema de transporte público (por ejemplo se electrificó la tranvía) y nuevos espacios públicos como parques, alberques y balnearios a largo del Danubio. Además se invirtió con la ayuda de este impuesto en la salud pública: jardines de infancia, clínicas dentales escolares, paquetes de ropa para niños. Otro elemento importante fue la colocación de los Gemeindebauten en todas partes de la ciudad (asi tambien los barrios burgueses y de la clase alta recibieron). Cuadro 1 muestra Karl-Marx Hof que cuenta con 1272 viviendas y una superficie total de 156000 metros cuadrados.

Una parte importante del esfuerzo de propaganda socialdemócrata también se dedicó a la presentación positiva del impuesto Breitner hacia la población vienesa – uno de los

⁹ Los datos vienen de la página web *Urban Networks* que dedica una sección completa a la vivienda publica (Gemeindebauten o Höfe) como utopía social. Disponible en español: <http://urban-networks.blogspot.co.at/2012/04/la-viena-roja-y-la-vivienda-como-utopia.html>

medios favoritos fue la representación gráfica del artista Viktor Th. Slama (cuadro 2):

Con el establecimiento de una dictadura de la derecha bajo el liderazgo de Dollfuss en 1934 y la anexión de Austria (*Anschluss*) por parte de Alemania nazi en 1938 la Viena roja (y el país en general) desapareció y durante los años siguientes Austria fue parte del Tercer Reich.

En 1945 – una vez liberado del yugo nazi – Austria fue reestablecido como estado e igual a otros países europeos empezó la reestructuración de la sociedad a través del modelo de estado benefactor inspirado por las ideas de Keynes. En Viena, el partido socialdemócrata volvió al poder en ha ganado todas las elecciones desde el fin de la segunda guerra mundial hasta la fecha.

La fundación del neoliberalismo: la Sociedad Mont Perlin (SMP)

Hayek y sus ideas fueron marginadas después de la segunda guerra mundial debido a la influencia que ejercían las ideas de Keynes.

Sin embargo, bajo el liderazgo del empresario suizo Albert Hunold y de Friedrich August von Hayek, se reunieron intelectuales¹⁰ de Europa y Estados Unidos en abril de 1947 en el Hotel du Parc en Mont Pèlerin, un pueblo cerca del lago de Ginebra. Este encuentro fue posible gracias al apoyo de varias fundaciones estadounidenses como por ejemplo la *Foundation for Economic Education*, Nueva York cuyo empleado fue Ludwig von Mises. El Schweizerische Kreditanstalt (hoy conocido como *Credit Swiss*) pagó casi todos los costos de la conferencia-

¹⁰ Entre los participantes de la primera reunión de la SMP se encuentran Milton Friedman, Friedrich August von Hayek, Frank Knight, Ludwig von Mises y Karl Popper.

18, 062,08 francos suizos (MIROWSKI & PLEHWE, 2009, p. 15). Participaron profesores universitarios pero también empresarios y periodistas (entre ellos de los Estados Unidos de las publicaciones *Fortune*, *Newsweek* y *The Reader's Digest*). Al final de la primera reunión de la SMP una declaración final fue publicada. Entre los puntos mas relevantes versan¹¹:

El análisis y la exploración de la naturaleza de la presente crisis así como explicar a otros su origen moral y económico (nota JM: en el original se lee “as to bring home to others” – aquí ya se ve claramente la idea de difusión de las ideas de la Sociedad hacia otros)

Redefinición de las funciones del Estado para poder distinguir más claramente entre el totalitarismo y un orden liberal. (nota JM: el totalitarismo para Hayek y su seguidores es muy amplio: abarca tanto el facismo nazi como el estalinismo, pero también posturas socialdemocratas).

· Definir métodos para restablecer el imperio de la ley y para asegurar su desarrollo de tal manera que los individuos y los grupos no puedan violar la libertad de otros y que los derechos privados no puedan convertirse en la base del poder depredador.

· La posibilidad de establecer reglas mínimas a través de medios no hostiles a la iniciativa y al funcionamiento del mercado.

· Definir métodos para combatir el uso indebido de la historia al servicio de credos hostiles a la libertad (nota JM: esto un claro ataque contra las ideas marxistas inspiradas por el libro de Karl Popper “La sociedad abierta y sus enemigos” publicado por primera vez en 1945).

¹¹ Hay una página oficial de la Sociedad Mont Pelerin donde se encuentra el texto completo de la declaración final: <https://www.montpelerin.org/montpelerin/mpsGoals.html>.

Después de la fundación de la Sociedad de Mont Pélerin – descrita por Perry Anderson como una suerte de “franco-masonería neoliberal” - se realizaron reuniones generales cada dos años hasta la fecha (entre ellas en 2006 en Guatemala). Hayek y sus aliados utilizaron los siguientes años para avanzar en promover su ideología neoliberal como visión del mundo (*Weltanschauung*). Uno de los vehiculos más importantes fue el trabajo en universidades¹² y los llamados *thinktanks*. Hayek se trasladó en 1950 a la Universidad de Chicago donde obtuvo una cátedra de Ciencias Sociales y Morales. Ahi se encontró de nuevo con Milton Friedman quien participó muy joven en la primera reunión de la SMP.

La hora neoliberal

Hasta principio del los años 1970, el neoliberalismo quedó marginalizado en los países occidentales. Con la crisis petrolera y el fin del sistema Bretton Woods, el modelo keynesiano se enfrentó una severa crisis con un auge de la inflación y del desempleo. Las ideas de Hayek empezaron a tener.

En América Latina la hora neoliberal empezó con el golpe de estado en Chile por parte del General Augusto Pinochet y de la CIA derrocando al democráticamente legitimado presidente Salvador Allende. Con un grupo de economistas chilenos educados en la ya mencionada Universidad de Chicago, los llamados “Chicago boys” impulsaron un proyecto de privatización de las industrias estatales y los servicios públicos así como la imitación de las prácticas del sector privado en la burocracia estatal¹³.

¹²Como una de las primeras universidades inspiradas en el espíritu neoliberal fue la Universidad Francisco Marroquín en la Ciudad de Guatemala, fundada en 1971.

¹³ Un buen análisis de los “chicago boys” hace VALDES, 1995.

También los dos padres del neoliberalismo visitaron el “Nuevo Mecca de la Sociedad Mont Pelerin” – Santiago de Chile: Milton Friedman, cobrando 30000 dólares por sus ponencias en varias universidades e instituciones chilenas durante su visita en 1975 formuló su fase celebre: “terapia de choque (es decir la privatización de todos los sectores de la economía estatal) o el paciente se muere.”¹⁴ Y Friedrich von Hayek respondió a un periodista chileno en 1981: “Un dictador puede gobernar de manera liberal, así como es posible que una democracia gobierne sin el menor liberalismo. Mi preferencia personal es una dictadura liberal y no un gobierno democrático donde todo liberalismo está ausente” (TOUSSAINT, 2012).

En 1974, el Premio Nobel de Economía fue otorgado en iguales a Friedrich von Hayek y el socialdemócrata Gunnar Myrdal “por su trabajo pionero en la teoría del dinero y de las fluctuaciones económicas y por su análisis de la interdependencia de los fenómenos económicos, sociales e institucionales.”¹⁵ Dos años más tarde Milton Friedman fue ganador del mismo premio quien utilizó el prestigio del premio para promover de manera efectiva las ideas neoliberales. Una palanca importante fue la promoción de los llamados think tanks a nivel global: “Los think tanks proporcionan una infraestructura vital y un reservorio de competencias profesionales para sus clientelas de clase. En tal sentido, estas instituciones pueden ser estudiadas como nodos a fin de observar los intrínsecos - dos procesos de formación (trans)nacional de clases y sociedad civil. Con fines empíricos,

¹⁴La información viene de la revista *Der Spiegel* <http://www.spiegel.de/wirtschaft/30-jahre-pinochet-das-maerchen-von-den-chicago-boys-a-264362.html>

¹⁵http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economicsciences/laureates/1974/press.html. La cita original: “for their pioneering work in the theory of money and economic fluctuations and for their penetrating analysis of the interdependence of economic, social and institutional phenomena.”

definimos los think tanks como unidades que combinan módulos de conocimiento experto, consulta, lobby o apoyo activo.” (FISCHER & PLEHWE, 2013, p.74). Sobre todo con el apoyo con la fundación Atlas creada en 1981 por el emprendedor de think tanks Antony Fisher el mensaje de neoliberalismo fue difundido y articulado por todo el mundo. Atlas se entiende como una red de redes y “la cantidad de miembros de la red Atlas ha crecido rápidamente desde la década de 1980: el directorio global de la fundación incluye actualmente (es decir 2013, JM) 448 instituciones repartidas por todo el mundo (incluidos 79 think tanks latinoamericanos)” (FISCHER & PLEHWE, 2013, p.77).

El “lobbying” de los thinktanks sirvió como vasos comunicantes para el neoliberalismo entre Chile y el mundo anglosajón - en Inglaterra a partir de 1979 bajo el liderazgo de Margreth Thatcher y en los Estados Unidos a partir del 1980 en la era de Ronald Reagan. Durante esa época otros países latinoamericanos como México siguieron la corriente neoliberal. Una nueva ola neoliberal surgió con los programas de choque en los países europeos ex-socialistas después de la caída del muro de Berlín.

Conclusiones

Las ideas de Friedrich Hayek, desarrolladas en los años veinte en Viena, tenían su mayor impacto fuera de su lugar de origen. Mientras en Austria el neoliberalismo encontró una resistencia organizada predominantemente por la socialdemocracia, a partir de 1973 se estableció como una ideología política y económica a partir del golpe de estado en Chile en América Latina. Creo vale la pena de revisar el debate de los años veinte y treinta en Viena tomando en cuenta las políticas públicas de la llamada Viena roja.

Bibliografía

ANDERSON, Perry. "Historia y lecciones del neoliberalismo", Revista Deslinde, disponible en: http://www.deslinde.org.co/IMG/pdf/Historia_y_lecciones_del_neoliberalismo-_Por_Perry_Anderson.pdf

FISCHER, Karin & PLEHWE, Dieter. "Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina", Nueva Sociedad No 245, mayo-junio de 2013, p.74.

GRAMSCI, Antonio. Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y el estado moderno, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995

HAYEK, Friedrich August von. Camino hacia la servidumbre, 1944, disponible en: <http://www.elcato.org/files/camino-de-servidumbre-libro-electronico.pdf>

HAYEK, Friedrich August von. "The Intellectuals and Socialism", The University of Chicago Law Review, 1949, Vol. 16, No. 3, pp. 417-418.

KOLAKOWSKI, Lesek. Currents of Marxism : Its Origin, Growth and Dissolution, Oxford Clarendon Press, 1978.

MIROWSKI, Philip & PLEHWE, Dieter editors. The road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective, Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 2009.

MISES, Ludwig von Mises. Memoirs, Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2009.

PLEHWE, Dieter & WALPEN, Bernhard. "Wissenschaftspolitische Produktionsweisen im Neoliberalismus", Berlin: Revista Prokla, Zeitschrift für Kritische Sozialwissenschaft, Número 115, 1999, pp. 203-236.

POPPER, Karl. La sociedad abierta y sus enemigos, Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

TOUSSAINT, Eric Neoliberalismo. “Breve historia del infierno”, *Le Monde diplomatique*, Edición Número 160 - Noviembre de 2012, disponible en: <http://www.eldiplo.org/biblioteca/neo/>

VALDES, Juan Gabriel Valdés. *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

Territórios Marginalizados, Direito à Moradia e o Comum

Júlia Rezende Toribio Dantas¹
PUC/RJ

Orientador: Adriano Pilatti

Introdução

As dinâmicas da cidade refletem as desigualdades sociais e reforçam estruturas que são excludentes. Assim, há territórios que são historicamente marginalizados, sendo alvos de uma tentativa de apagamento e de processos de desterritorialização. A cidade, enquanto bem comum, é produto e produtor social, comportando dinâmicas de resistência às diversas formas de pilhagem, ou seja, da predação do comum pelo Estado e a iniciativa privada.

Na cidade do Rio de Janeiro esse processo é intensificado pelo discurso da segurança pública, alinhando uma política de higienização, através das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) e das operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem)², com a crescente tentativa de criminalização dos movimentos sociais pelo direito à moradia. A aprovação da lei nº 13.260/2016, a Lei Antiterrorismo², em conjunto com a

¹Email: julia.rtdantas@gmail.com

² As UPPs e GLOs são formas de intervenção estatal nos territórios que, por serem excluídos da cidade formal, são marginalizados. Essas intervenções são formas de controle militarizado, que são tentativas do Estado de "manutenção da ordem" e de afirmação de poder estatal sobre a organização biopolítica local. ² A Lei Antiterrorismo foi aprovada ainda no governo Dilma como forma de caracterizar as reivindicações populares como terrorismo, criminalizando movimentos sociais e manifestações populares. Há, atualmente, uma repercussão em torno da lei decorrente dos projetos de lei que visam sua alteração e da recente condenação dos 23 manifestantes que foram presos no contexto das jornadas de junho de 2013.

crescente militarização dos territórios, são evidentes métodos de controle. A Intervenção Federal Militar e os projetos de lei que visam a alteração da Lei Antiterrorismo são resultados dessas políticas.

Levando em consideração as dinâmicas do mercado imobiliário e o déficit habitacional da cidade do Rio de Janeiro, é nítido o papel e o interesse do Estado e do mercado nesse processo de desterritorialização. Há uma disputa política pela função social da propriedade. Assim, entram em confronto duas concepções ideológicas, opondo o direito “fundamental” à propriedade privada e o direito à moradia.

É importante reforçar que o direito à moradia foi incorporado à Constituição Federal de 1988, nos Direitos e Garantias Fundamentais como um Direito Social universal³. Assim, este direito seria a função social da propriedade urbana. O direito à moradia é transversal aos direitos na cidade, sendo sua disputa, uma disputa por existência. Assim, há um processo de resistência inerente ao processo de desterritorialização, que é pela permanência. Os espaços são modificados e ressignificados pela resistência.

Objetivos

Diante do que se apresenta, é necessário um debate sobre a organização da cidade e as intervenções estatais e empresariais no espaço. A cidade é produto e produtor social, mas há uma grande disparidade no poder de intervenção dos espaços, sendo cada vez mais evidente quem pensa a cidade e para quem. Isto posto, sendo os territórios vulneráveis cada vez mais

³ A Emenda Constitucional n. 26/2000 incorporou o direito à moradia no texto constitucional, no Art. 6o da Constituição Federal de 1988.

militarizados, surge uma possibilidade de análise das intervenções nestes espaços e suas motivações.

O objetivo do presente trabalho é analisar os processos de resistência a um modelo de cidade mercantilizado e militarizado. Assim, busca-se compreender uma outra concepção de cidade, que busca a implementação dos direitos fundamentais, em confronto à realidade imposta aos habitantes destes territórios.

Metodologia

Inicialmente, será trabalhado o conceito de cidade como bem comum, a fim de compreender este espaço como produto e produtor social. Para isto, será necessário entender o conceito de direito à cidade e os direitos na cidade. Com esta contextualização, serão estudadas as dinâmicas de territórios específicos.

Os territórios estudados se encaixam no conceito de vulnerabilidade, definido na Política Nacional de Assistência Social⁴. Aqui será delineado um perfil comum de territórios que são alvos de políticas de controle, e assim, são confrontados com esse processo de desterritorialização. Cabe ainda definir o que é desterritorialização e seus efeitos, buscando nas brechas os processos de resistência.

Finalmente, para analisar os processos de desterritorialização e resistência, serão utilizados os autores

⁴ BRASIL, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 – DOU dia 28 de outubro de 2004. *POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS*. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>.

Antonio Negri e Michael Hardt⁵, bem como Pierre Dardot e Christian Laval⁶, que trabalham os conceitos de comum, comuns, bem comum e bens comuns. Estes conceitos serão utilizados como base teórica para compreender como e por que estes processos ocorrem e como insurge a resistência pela permanência.

Para ilustrar o que aqui se busca, será apresentado o caso da comunidade Vila União, que foi parcialmente removida. Será ainda examinado o caso da comunidade Vila Canoas, que foi declarada Área de Especial Interesse Social (AEIS). São dois exemplos que tiveram processos diferentes, permitindo uma análise concreta da atuação do estado e da iniciativa privada e seus efeitos e consequências para a comunidade local. Direito à Cidade

No contexto atual, predomina a problemática urbana da busca de soluções para questões inerentes à sociedade urbana. Partindo do pressuposto da urbanização completa da sociedade, Henri Lefebvre⁷ delinea o processo de implosão-explosão⁸, que culmina numa sociedade onde determinados grupos vivem em situações de exclusão, enquanto outros grupos têm acesso aos direitos e garantias da cidade.

⁵ NEGRI, A; HARDT, M. *Commonwealth*. Paperback. Harvard University Press, 2011. 434p.

⁶ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p.

⁷ LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

⁸ O processo de implosão-explosão vem do contexto da "implosão" das cidades, que passaram a receber cada vez mais pessoas decorrente do processo de êxodo resultante dos cercamentos. Nesse contexto, houve uma concentração de pessoas, atividades, riquezas e instrumentos, que culminaram na dispersão para periferias, subúrbios, que reproduzem o "centro". Houve uma higienização, excluindo alguns grupos das cidades, e permeando o urbano em espaços e zonas cada vez mais distantes do centro.

Para Lefebvre, a cidade possui três fases: (i) política, (ii) comercial e (iii) a industrial antecedem a sociedade urbana. Em cada uma das fases por ele destacadas, a posterior absorve as características da anterior, de modo a reorganizar o espaço de acordo com o interesse predominante do capital. Assim, a sociedade urbana é produto do processo de implosão-explosão, no qual estas três fases se confrontam, através da Revolução Urbana.

A Revolução urbana é o conjunto de transformações que visam a superação das problemáticas inerentes ao urbano. Aqui, se pensa na segregação, na exploração, nas desigualdades e nos interesses público-privados. E este processo de implosão-explosão se trata justamente disso. Implosão é a capacidade cada vez maior da cidade de aglutinar fluxos, seja de pessoas, de capital ou de mercadoria. Já a explosão, trata-se do alcance cada vez maior das dinâmicas da cidade, alcançando espaços cada vez mais longe dos centros urbanos.

Para o autor, o espaço exprime as relações sociais ao mesmo tempo que reage sobre elas. Assim, o espaço é produzido socialmente, ao mesmo tempo que é produto social. Dialogando com Milton Santos⁹, se o espaço é produzido com intencionalidade, ele reage com a sociedade, porque é produzido para cumprir determinadas funções, que atuam sobre as pessoas e são redefinidas por elas ao longo do tempo. Aqui, ressaltam sua preferência pelo termo urbano para destacar que o espaço está em constante movimento, em contínua (re)construção. Esses movimentos podem ser tanto de ordem próxima, ou seja, dos grupos locais, ou de ordem distante, geralmente o poder estatal e empresarial, que atuam a cidade de forma dialética.

⁹ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. Nobel, São Paulo, 1985

O Direito à Cidade é uma forma oposta à ideologia do consumo, que se sustenta na garantia dos direitos fundamentais e sociais, no direito à vida urbana, na rua como lugar de encontro, no direito à liberdade, ao habitat e ao habitar, a apropriar-se do espaço, ao direito de imaginar e construir a cidade. Para o autor, é necessária uma revolução econômica, política e cultural permanente, que "desmonopolize" o poder de intervir no espaço e de se apropriar dos espaços. A este processo de apropriação, Rogério Haesbaert¹⁰ se refere como territorialização.

Para Haesbaert, a distinção dos territórios é definida por quem o constrói, sejam indivíduos, grupos sociais ou culturais, empresas ou instituições, como o Estado e a Igreja. O território aqui é dotado de valor de uso, em uma dominação simbólica, e valor de troca, em contexto de dominação funcional do espaço. Em uma sociedade de segurança, predominam os processos de desterritorialização e segregação e privatização do espaço.

Haesbaert entende que grupos sociais podem estar desterritorializados sem necessariamente haver um deslocamento espacial, por estar em condições de extrema precarização da vida em que lhes é negada qualquer expressão sócio-cultural. O autor traz o conceito dos aglomerados de exclusão, que são caracterizados como fora de controle e em processos de exclusão social e insegurança, que são frutos do processo de desterritorialização extrema. São estes territórios que por sua condição de vulnerabilidade são marginalizados e controlados. Segundo o autor, vivem em estado de exceção,

¹⁰HAESBAERT, R. *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

submetidos ao discurso da in-segurança, onde a vida humana é "matável e insacrificável", dialogando aqui com Agamben¹¹.

É possível, nesse contexto, uma (re)territorialização, que tira esses grupos do estado de aglomerados, redefinindo as possibilidades de identificação, enraizamento e introversão, que permitem uma distinção do espaço com relação aos aglomerados.¹² As redes são responsáveis por interligar os aglomerados e os territórios e os processos de desterritorialização e (re)territorialização. No contexto do Rio de Janeiro, é possível identificar os processos aqui destacados. Na realidade de uma cidade desigual, o espaço é segregado e segregador e os direitos se tornam privilégios.

No Rio de Janeiro, os aglomerados são historicamente presentes na paisagem. O espaço está em constante movimento, sendo explícito, na última década, a influência de ordem distante, ou seja, do Estado em conjunto com o mercado, no espaço. Assim, há uma camada de excluídos da dinâmica formal da cidade, sendo a eles renegados os direitos mais essenciais à existência, quais sejam, o direito à moradia, o direito ao lazer, o direito de transitar na cidade, o direito à saúde, à educação e à própria segurança. Os excluídos da dinâmica formal da cidade formam estes aglomerados, que são territórios extremamente vulneráveis e marginalizados. No Rio, estes territórios são formalmente militarizados, desde a instauração das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) e das operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Há um forte controle dos limites e do acesso, e o direito à própria vida é posto em cheque dentro dessa estrutura. Outrossim, há uma

¹¹ AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. 12FUINI, L. L. *O Território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações*. Geografia, Ensino e Pesquisa v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

crescente tentativa de criminalização dos movimentos de resistência, sendo os alvos principais os movimentos sociais pelo direito à moradia. Harvey escreve, em *Cidades Rebeldes*, que

O fato, por exemplo, de que a estranha convergência de neoliberalização e democratização no Brasil na década de 1990 tenha resultado em artigos na Constituição brasileira de 2001¹² que garantem o direito à cidade tem de ser atribuído ao poder e à importância dos movimentos sociais urbanos, particularmente no que diz respeito ao direito à moradia, na promoção da democratização.¹³

Por isso, relevante destacar o interesse do Estado e do mercado em impedir a organização destes movimentos. O debate sobre a função social da propriedade urbana se apresenta como mecanismo de proteção e tentativa de garantia do direito à moradia, uma das estratégias de permanência e (re)territorialização. Dentro do contexto das garantias constitucionais, se opõem o direito à propriedade e o direito à moradia. Assim, a função social se apresenta como parâmetro, ou seja, se a posse com função social se sobrepõe à propriedade sem função social.

No debate sobre o Direito à Cidade, importante ressaltar o conceito de Direitos da Cidade, que, nas palavras de Daniel Almeida Oliveira, se caracteriza

justamente por querer não apenas regular situações jurídicas para *resguardar interesses*, mas principalmente *induzir* relações jurídicas e sociais, bem como atividades sociais(...) [assim,] fica dependente de outros conhecimentos humanos, de

¹² Trata-se da Constituição Federal de 1988, referência à aprovação da Emenda Constitucional n° 26/2000

¹³ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 2014. (p. 14)

outras ciências humanas, como a economia, sociologia e política. (...) Nota-se, já aqui, que no Direito da Cidade, indubitavelmente, num contexto globalizado, o Estado perde, em larga escala, o seu poder de veto, tendo que, muitas vezes, tornar-se um mediador ou um indutor.¹⁴

O jurista, em seu trabalho, destaca a importância da interdisciplinaridade do Direito da Cidade, diante dos desafios inerentes à compreensão da complexidade da organização do espaço urbano. Outrossim, para ele “o Modelo do Direito da Cidade é aquele que se preocupa com a integração sócio-espacial (enxerga a cidade como um bem coletivo e, portanto, um direito difuso de seus habitantes).”¹⁵

A jurista compreende que os indivíduos, ao abrir mão de liberdades, têm direitos subjetivos de garantia de efetivação dos direitos fundamentais e direitos humanos. Assim, o Direito na Cidade deve ser utilizado como instrumento para garantir a efetividade destes direitos subjetivos.

O Rio de Janeiro, no entanto, comporta dinâmicas territoriais complexas, sendo os processos de desterritorialização e reterritorialização evidentes dentro de um contexto de pilhagem, de predação dos comuns. A (re)territorialização é resistência, e assim, potência do comum.

¹⁴ OLIVEIRA, D. A. *O Direito da Cidade no Direito e nas Questões Sociais: Limites, Possibilidades e In:___ Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

¹⁵ OLIVEIRA, D. A. *O Direito da Cidade no Direito e nas Questões Sociais: Limites, Possibilidades e In:___ Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. (p. 79)

I – O Comum e os Territórios

Para os fins do presente trabalho, é importante ressaltar que há algumas contextualizações necessárias sobre os conceitos de comum, comuns e bem(ns) comum(ns).

o comum, ao menos no sentido de obrigação que todos impõem a si mesmos, não pode ser nem postulado como *origem que deve ser restaurada*, nem *dado imediatamente* no processo de produção, nem *imposto de fora*, do alto. É importante, acima de tudo, atentar para a última parte desta conclusão: a pretensa 'realização' do comum na forma de propriedade do Estado só pode ser a destruição do comum pelo Estado. Consequentemente, se, apesar de tudo, alguma coisa do comum sobreviveu nos subterrâneos da sociedade, foi às custas da resistência a este apoderamento pelo Estado.(...) o termo 'comuns' ou a expressão 'bem(ns) comum(ns)' servem para traduzir lutas, práticas, direitos e formas de viver que se apresentam como contrários aos processos de privatização e formas de mercantilização que se desenvolveram a partir dos anos 1980. A palavra 'comum', como adjetivo ou substantivo, no singular ou no plural, começou a funcionar como bandeira de mobilização, palavra de ordem da resistência, fio condutor da alternativa.¹⁶

Assim vale destacar alguns pontos. Pilhagem é um conceito de Laura Nader e Ugo Mattei¹⁷, aplicado à prática

¹⁶ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo:

Boitempo, 2017. 647p. (p. 100-101).

¹⁷ MATTEI, Ugo e NADER, Laura. *Pilhagem: Quando o Estado de Direito é ilegal*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 1ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 2013, pg. 17. Ugo Mattei, Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della occupazione”. Disponível em: <http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/>. O encontro alegre de Antonio Negri, ou Spinoza.

predatória realizada em conjunto pelo Estado e o poder do capital. O comum então se apresenta como a resistência a este processo, sendo os comuns os alvos desta predação. Para Dardot e Laval a ideia de comuns compreende recursos e ao mesmo tempo atividades e práticas que dizem respeito às populações. "O que dá sentido à junção desses diferentes aspectos dos comuns numa designação única é a exigência de uma nova forma, mais responsável, duradoura e justa de gestão."¹⁸

Para os autores, o Estado age em conjunto com as empresas de forma ativa na construção de mercados. Essa ação conjunta dá origem à "governança", que carrega um novo conceito de poder, superando a diferenciação entre propriedade pública e privada. Nesse contexto, ocorre um "segundo movimento de cercamento dos comuns".

O paradigma dos comuns define-se expressamente *contra* a expansão da lógica proprietária e mercantil com a qual o neoliberalismo é usualmente identificado. A acreditarmos em David Bollier essa 'pilhagem silenciosa' diz respeito a todos os comuns (...), entre os quais se encontram, ao lado dos recursos naturais e dos espaços públicos, o patrimônio cultural, as instituições educacionais e a comunicação. Esse movimento geral de cercamento seria comandado pelas grandes empresas, com apoio de governos submissos à lógica do mercado."¹⁹

Com relação aos espaços públicos, é importante destacar que há uma diferença conceitual entre bens e espaços públicos e o comum. David Harvey descreve, em *Cidades Rebeldes*, que

¹⁸ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p. (p. 103)

¹⁹ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p. (p. 106)

os espaços e bens públicos²⁰ não constituem um comum, necessariamente. Para ele, "embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades."²¹

Esta diferenciação é feita com base no entendimento de que os produtos das relações sociais, ou seja, as práticas sociais integram os comuns. Nas palavras de Negri e Hardt fica explícito o que o conceito contempla. Vejamos.

By 'the common' we mean, first of all, the common wealth of the material world - the air, the water, the fruits of the soil and all nature's bounty(...). We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, and so forth.²²

Ainda, seguindo esta linha de pensamento,

²⁰ Aqui, importante destacar a relevância das práticas sociais. São elas que diferenciam o urbano da cidade, por exemplo. O urbano são as práticas sociais desenvolvidas no espaço proporcionado pela estrutura da cidade. Assim, o espaço público apropriado pela prática social é um comum. Sem a prática, é apenas um espaço, não é um território, nem comum.

²¹ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana...* MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 2014. (p. 14)

²² NEGRI, A; HARDT, M. *Commonwealth*. Paperback. Harvard University Press, 2011. 434p. (p. viii) ²⁴ BUROCCO, L. A cultura e a cidade como bem comum: os casos italianos do Teatro Valle Occupato em Roma e M[^]C[^]O em Milão. Lugar Comum, n. 43, p. 129-147. Disponível em: <http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/142646181900A%20cultura%20e%20a%20cidade%20como%20bem%20comum,%20os%20casos%20italianos%20-%20Laura%20Burocco.pdf>. Ela faz referência a Ugo Mattei, em "Soggetto politico nuovo - Forza Costituente della ocupação". Disponível em: [http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/.](http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/)

A ocupação, configurando uma ação da conquista física do espaço, define uma noção intimamente jurídica porque a posse, como situação de facto corresponde à propriedade, é o principal elemento justificativo da mesma. Desta forma a ocupação se capad de afirmar a soberania física, se torna uma força constituinte capaz de subverter a ordem estabelecida. Assim, a conquista física do espaço requer a utilização do próprio corpo que remete não apenas à fisicidade, mas também à singularidade de cada um, criando uma multidão feita de muitas individualidades cujas diferenças têm a capacidade de gerar uma potência²⁴

Assim, a ocupação do espaço, para Negri e Hardt, é uma forma de afirmar a soberania dos corpos, ressaltando a importância da subjetividade para a criação da multidão, e afirmando a potência dos corpos. Dardot e Laval criticam os autores, visto que Negri e Hardt, na visão daqueles, criam uma tese “espontaneísta” e “*sem a mediação* constituída pela disciplina e pelo controle capitalista.”²³²⁴ Para Dardot e Laval,

Na realidade, não existe expropriação de um comum inerente a uma ‘produção biopolítica’ fundamentalmente criadora, como se a cooperação no trabalho cognitivo e afeto estivesse inscrita em novas formas de produção que teriam se tornado autônomas em relação a um capital puramente parasitário. A organização da produção, do conhecimento, e da vida pelo capital nunca foi tão direta, tão minuciosa e tão abrangente. O que ocorre é uma subsunção real do trabalho intelectual, que substitui as formas já ultrapassadas – por serem “artesanais”, irregulares e descontínuas – de expropriação do patrimônio cultural e do trabalho intelectual. (...) Hardt e

²³ Michael Hardt e Antonio Negri, *Déclaration: ceci n'est pas un manifeste*. Paris, Raisons d'Agir,

²⁴ . (p. 23)

Negri se esquivam da questão fundamental de saber por quais formas concretas o comum se reproduz hoje²⁵

Para os autores, não podemos pressupor que o comum nasce “naturalmente”. Para eles, as práticas sociais e mobilizações coletivas não são apenas resistências, mas “fontes de instituição e direito”²⁶, eles pensam na instituição do comum. Nesse sentido, cabe ressaltar as resistências como formas de instituição do comum.

A cidade, no escopo da globalização e da metropolização do espaço, é tida como mercadoria, ou seja, como bem. Assim, sendo alvo da pilhagem, é um bem comum. É produto e produtor social, como já abordado no capítulo anterior, comportando dinâmicas de resistência às diversas formas de pilhagem. O processo de predação da cidade se reflete na organização de seus territórios.

Assim, como produtos de práticas sociais e alvos diretos de tentativas de pilhagem, serão estudados os territórios que são marginalizados, buscando, através do conceito de comum, analisar como se dá esse processo de resistência à desterritorialização, dentro do contexto do Rio de Janeiro.

Como já mencionado, há uma camada de excluídos da cidade, em nível territorial e mesmo existencial, ao passo que seus direitos são diariamente negados. “Em ‘Favela’, o que se cuida, numa percepção evidentemente carioca, é justamente aquela área urbana reivindicada para moradia, porque

²⁵ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p. (p. 238-239)

²⁶ DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p. (p. 240)

justamente lá ninguém resolveu morar." ²⁷ Assim, cabe destacar o conceito de vulnerabilidade da Política Nacional de Assistência Social, que é uma forma de controle, que tem como justificativa a contenção dessas desigualdades criadas no processo de predação da cidade.

A Política Nacional de Assistência Social reconhece que há uma parcela da sociedade a que se refere quando se fala em privação de direitos. Dessa forma,

produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida (...), [sendo destinada] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) ²⁸

²⁷ WERNECK, A. *Função Social da Cidade. Plano Diretor e Favelas. A Regulação Setorial nas Comunidades Populares e a Gestão Democrática da Cidade*. In: _____ *Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. (p.123)

²⁸ BRASIL, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 – DOU dia 28 de outubro de 2004. *POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS*. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/No_rmativas/PNAS2004.pdf>.

O Estatuto da Cidade²⁹, por sua vez, cria os institutos das Zonas e Áreas de Especial Interesse Social, no seu Art. 4o, V, f. Augusto Werneck³⁰ aponta seu potencial e críticas:

a regulação setorial em zonas ou áreas de especial interesse social, realizada nos termos da gestão democrática da cidade, faria surgir a prática democrática permanente de conselhos eleitos para decidir o uso e a ocupação do solo e a formulação do zoneamento, o licenciamento de atividades econômicas e a prioridade nas intervenções do poder público na região, dinamizando o instituto das ZEIS ou AEIS (...). [há] problemas pragmáticos na adoção do sistema, como o controle centralizado dos ordenamentos setoriais e os limites de delegação legislativa toleráveis. Outra preocupação é de dotar-se de meios orçamentários e financeiros para a organização dos espaços e elevação dos níveis gerais de desenvolvimento humano e a coordenação das políticas públicas que venham a ser efetivadas naquela ZEIS ou AEIS. Aqui, cabe destacar toda a tradição de pesquisas e trabalhos científicos (...) que trazem a perspectiva da *autonomia* das comunidades populares."

Werneck aponta ainda que o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade podem atribuir às favelas, aos loteamentos clandestinos e irregulares a possibilidade de participação como prerrogativa. Apesar desse potencial, no entanto, há uma nítida estigmatização desses territórios que impede que os direitos sejam efetivados. A função social da propriedade urbana, em teoria, privilegiaria o direito à moradia. No entanto, o que ele

²⁹ BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

³⁰ WERNECK, A. *Função Social da Cidade. Plano Diretor e Favelas. A Regulação Setorial nas Comunidades Populares e a Gestão Democrática da Cidade*. In: _____ *Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

destaca é que "(...) o fenômeno da *funcionalização dos direitos*, cuja aplicação mais notável foi, sem dúvida, ao direito de propriedade."³¹ Apesar das lutas populares pela incorporação do direito à moradia e da função social da cidade ao texto constitucional, ainda é limitada sua aplicação.

Os territórios que insurgem da desterritorialização extrema são parte desse contexto de marginalização, sendo extremamente vulneráveis, ao mesmo tempo que são potências imensuráveis do comum. As práticas sociais e a ideia de "fazer o direito"³² constituem esses territórios como potências, ao passo que há um processo de apropriação do espaço "público"³³ em nome do direito à moradia.

Como bem coloca Miguel Baldez:

A produção capitalista da cidade, portanto, que tem na propriedade um dos fatores de sua lucratividade, marginalizou o trabalhador, empurrando-o para as faixas desurbanizadas das áreas urbanas, encurralando-o nos cortiços, (...) submetendo-o ao uso das palafitas em zonas

³¹ WERNECK, A. *Função Social da Cidade. Plano Diretor e Favelas. A Regulação Setorial nas Comunidades Populares e a Gestão Democrática da Cidade*. In: _____ *Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. (p. 123124)

³² Joaquim Falcão e Boaventura de Sousa Santos trazem perspectivas empíricas para o debate dos territórios. Dentro de suas experiências, ouviram de uma mulher a concepção de "criar um direito", visto que os direitos são diariamente renegados a grupos excluídos da cidade formal. Eles destacam a importância das mulheres nessa luta por direitos, por serem as principais lideranças, de forma recorrente. Eles destacam que nos territórios estudados por eles, que são os mesmos delineados neste relatório, há uma concepção de direito em que é necessário "fazer o direito", já que as normas jurídicas não contemplam as complexidades e nem vigoram nestes territórios.

³³ Aqui se coloca a palavra "público" entre aspas para destacar que apesar de titularidade pública, são espaços privados, justamente por sua titularidade. Esta concepção se baseia na teoria de Negri e Hardt.

alagadas. Não tendo, em suma, acesso à habitação, que a ditadura da burguesia, através de suas leis e agentes, (...) lhe corta, embora tenha inscrito na Constituição o princípio da função social da propriedade.³⁴

Baldez traduz em seu texto, em síntese, o processo de exclusão orquestrado pelo Estado, demonstrando como o interesse do mercado é garantido através de uma interpretação da lei que renega direitos. A propriedade é mercadoria antes de moradia, ao passo que tem valor de troca, sendo evidente então a atuação do Estado em garantir a manutenção de uma estrutura imobiliária excludente, porém lucrativa.

II – Territórios Marginalizados

Os territórios que compõem os *aglomerados de exclusão*, por serem excluídos da cidade formal, são marginalizados. Assim, como mencionado, há intervenções no espaço como método de controle, que são tentativas do Estado de "manutenção da ordem"³⁵ e de afirmação de poder estatal sobre a organização biopolítica local.

No contexto do Rio de Janeiro, se destaca a militarização do espaço, bem como a truculência do Estado nos processos de remoção. Historicamente há processos de higienização, desde a Revolta da Vacina e as políticas de Pereira Passos. A propriedade privada do pobre nunca existiu, e nunca foi reconhecida pelo Estado. Nas favelas, é recorrente a invasão das

³⁴ Baldez, Miguel Lanzelotti. *Solo urbano. Reforma, propostas para a Constituinte*. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Vol. 38. 1986, p. 108

³⁵ Aqui há o uso de aspas para destacar o tom pejorativo do termo, considerando a concepção de ordem do Estado, que utiliza metodologias de controle que ignoram as formas de organização local

casas durante as operações policiais arbitrárias. A violência é a mais forte presença do Estado nesses territórios.

Como casos emblemáticos, se destacam o Horto e a Vila Autódromo. O Horto, por ser localizado na Zona Sul, influencia a dinâmica imobiliária, sendo desde 1980 alvo de remoção por parte da União. Já a Vila Autódromo, foi quase totalmente removida durante o contexto dos megaeventos, ainda dentro desta lógica do mercado imobiliário. Ainda, como alvos intensos da violência do Estado, se destacam a Maré, a Rocinha e o Complexo do Alemão, Acari e Vila Kennedy, Cidade de Deus, Providência e todas as outras favelas, que são alvos diários de operações das Unidades de Polícia Pacificadora e das Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Para os fins deste relatório, no entanto, cabe destacar os casos das comunidades de Vila União e de Vila Canoas, ambas situadas na Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro, e ambas alvo de intervenção estatal. As duas comunidades são focos de tentativas de remoção por parte do Estado e se desencadeiam de modos diversos.

A comunidade de Vila União é localizada na região de Curicica, em Jacarepaguá. A comunidade existe há mais de trinta anos, sendo composta por mais de mil famílias. Desde 1993, muitas famílias tiveram sua posse reconhecida no programa "Meu pé no chão", que propõe a regularização fundiária do local pela via administrativa. Outrossim, através do programa Morar Carioca, o próprio município reconhece a consolidação do local, visto tratar-se de programa de regularização fundiária.

Não obstante, durante os megaeventos, foi elaborado o plano de construção da via transolímpica, que liga a Zona Oeste à Avenida Brasil. No plano inicial, seriam removidas novecentas residências. Após muita mobilização local, além da via legislativa, o plano foi alterado, reduzindo o número de

famílias removidas. Não houve um diálogo com a comunidade, sendo o plano elaborado exclusivamente pela iniciativa privada, com garantia de implementação pelo Estado. A via foi construída, removendo quase duzentas famílias de seus territórios.

A comunidade Vila Canoas, por sua vez, é uma ocupação informal de um espaço público. A comunidade existe desde 1977, sendo localizada em São Conrado, na Estrada das Canoas. O Município do Rio de Janeiro alega que a área ocupada seria destinada a uma escola, bem como parte da mesma se encontra em área de reserva florestal, o que impeliu o Município a entrar com demanda contra a comunidade.

A comunidade, no entanto, por conta de sua localização, foi reconhecida pelo Decreto Municipal n. 30.400/2009, que pretende modificar os padrões urbanísticos e instituir os preceitos de uso e ocupação do solo do local. A área foi declarada AEIS, demonstrando o interesse de regularização fundiária.

Os dois casos são exemplos concretos da (des)organização territorial no Rio de Janeiro. É explícito em ambos os casos a atuação do estado na garantia dos interesses do mercado. Na Vila União, as pessoas foram removidas em prol da construção de uma via expressa que atendia objetivos exclusivamente ligados à realização das olimpíadas. Já no caso da Vila Canoas, é observado que o estado manifesta o interesse de regularizar a área com o objetivo de valorizar o bairro. Os dois casos demonstram a predação dos territórios e a vulnerabilidade destes espaços, que têm sua população despida da efetivação de seus direitos.

No entanto, destacam-se, nos dois casos, a resistência das comunidades. Em ambos os casos observa-se o reconhecimento da consolidação dos territórios como áreas urbanas informais. É importante reconhecer aqui que as dinâmicas territoriais, a

construção e manutenção do espaço e as relações ali criadas são resultados - e resultantes - de práticas sociais.

Nos dois casos apresentados os espaços públicos foram ocupados e apropriados por grupos de pessoas que formam partes dos *aglomerados de exclusão*. São os desreterritorializados. Este constante processo de produção do espaço é a potência pela permanência.

Conclusão

A partir do estudo sobre os territórios vulneráveis e marginalizados, é nítido o papel do Estado em garantir a manutenção da estrutura desigual do mercado imobiliário. O Interesse Público é usado como justificativa para remoções arbitrárias e o direito à propriedade se sobrepõe ao direito à moradia.

No entanto, vale destacar que a resistência através da luta pelo direito à moradia se apresenta como forma de existência na sociedade e de implementação de direitos. Diante da potência desta forma de resistência, vêm surgindo diversas investidas, como a militarização dos territórios no Rio de Janeiro e as tentativas de criminalização dos movimentos sociais pelo direito à moradia.

Destarte, torna-se cada vez mais importante a disputa pela função social da propriedade urbana, bem como o fortalecimento dos poderes locais. A disputa pela cidade é constante, sendo a resistência e a constante produção de subjetividades, as potências do comum.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

Baldez, Miguel Lanzelotti. *Solo urbano. Reforma, propostas para a Constituinte*. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Vol. 38. 1986

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição

BRASIL, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 – DOU dia 28 de outubro de 2004. *POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS*. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>

BUROCCO, L. *A cultura e a cidade como bem comum: os casos italianos do Teatro Valle Occupato em Roma e M[^]C[^]O em Milão*. *Lugar Comum*, n. 43, p. 129-147. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/142646181900A%20cultura%20e%20a%20cidade%20como%20bem%20comum,%20os%20casos%20italianos%20-%20Laura%20Burocco.pdf>

CASTELS, Manuel. *A questão urbana*. trad. bras. 1a reimpressão. Ed. Paz e Terra, 2000.

DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 647p.

Falcão, Joaquim. *Invasões urbanas, conflitos de direito de propriedade*. Revista Forense, n. 300, 1987.

FUINI, L. L. *O Território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações*. Geografia, Ensino e Pesquisa v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GUIMARÃES, V. T. *Direito à cidade, comuns urbanos e privatização de espaços públicos na Cidade do Rio de Janeiro: Os casos da Marina da Glória e do Campo de Golfe Olímpico*. 2016. Tese (Doutorado) – PUC-Rio

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 2014.

HAESBAERT, R. *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MADDALENA, Paolo, *I beni comuni nel codice civile, nella tradizione romanistica e nella Costituzione della Repubblica italiana*, disponível em: <<http://www.eurasia-rivista.org/ibeni-comuni-nel-codice-civile-nella-tradizioneromanistica-e-nella-constitucao-dellarepubblica-italiana/11508/>>

MATTEI, Ugo e NADER, Laura. *Pilhagem: Quando o Estado de Direito é ilegal*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 1ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 2013, pg. 17.

MATTEI, Ugo. *Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della occupação*. Disponível em: <<http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/>>.

NABACK, C. P. de A. *Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado) – PUC-Rio

NEGRI, A; HARDT, M. *Commonwealth*. Paperback. Harvard University Press, 2011. 434p.

NEGRI, A; HARDT, M. *Déclaration: ceci n'est pas un manifeste*. Paris, Raisons d'Agir, 2013. (p. 23)

OLIVEIRA, D. A. *O Direito da Cidade no Direito e nas Questões Sociais: Limites, Possibilidades e In:___ Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

WERNECK, A. *Função Social da Cidade. Plano Diretor e Favelas. A Regulação Setorial nas Comunidades Populares e a Gestão Democrática da Cidade*. In:___ *Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

RODOTÀ, Stefano, *Il terribile diritto: Studi sulla proprietà privata e i beni comuni*, 3.ed. Bologna, Società editrice il Mulino, 2013

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pósmodernidade*. 9a ed., Cortez Editora, 2003.

Recebido em: Abril de 2019.
Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

Das Revoluções Industriais ao Desenvolvimento Tecnológico: Contributo Histórico-Econômico ao Caso da América Latina

Manoel Gonçalves Rodrigues¹

UNESA

Fernando José Pereira da Costa²

Pesquisador Autônomo

Resumo

Os países que se integram à economia-mundo de forma periférica/semiperiférica necessitam de promover os seus respetivos processos de industrialização, de modo a capacitarem-se tecnologicamente e galgarem níveis mais elevados face ao seu posicionamento hierárquico no seio da economia mundial capitalista. Tal se torna premente no atual estágio do capitalismo-mundo, comumente denominado de globalização. Entretanto, este processo pode vir a mostrar-se bastante adverso para os países periféricos/semiperiféricos, que correm o risco de ver desmantelado o seu arcabouço de indução/promoção à indústria. Contudo, a experiência histórica mostra que foi nos momentos de intensa industrialização, marcados pela ocorrência dos projetos revolucionário-industriais que marcaram a evolução histórica do capitalismo, que alguns países apresentaram grandes avanços a nível da inovação e do progresso tecnológico.

Palavras-Chave: Revoluções Industriais, Industrialização, Tecnologia.

¹ Email: - manoel.grodrigues@gmail.com

² Email: fefe.jm@ig.com.br

Resumen

Los países que forman parte de la economía mundial de una manera periférica / semiperiférica necesitan promover sus respectivos procesos de industrialización para tener poder tecnológico y alcanzar niveles más altos en vista de su posición jerárquica dentro de la economía mundial capitalista. Esto se vuelve urgente en la etapa actual del capitalismo mundial, comúnmente llamada globalización. Sin embargo, este proceso puede resultar muy adverso para los países periféricos / semiperiféricos, que están en peligro de dismantlar su marco de inducción / promoción para la industria. Sin embargo, la experiencia histórica muestra que fue en momentos de intensa industrialización, marcada por la ocurrencia de proyectos revolucionarios-industriales que marcaron la evolución histórica del capitalismo, que algunos países hicieron grandes avances en términos de innovación y progreso tecnológico.

Palabras clave: revoluciones industriales, industrialización, tecnología.

Abstract

Countries that are part of the world economy in a peripheral / semi-peripheral way need to promote their respective industrialization processes in order to be technologically empowered and to reach higher levels in view of their hierarchical position within the capitalist world economy. This becomes urgent at the present stage of world capitalism, commonly called globalization. However, this process may prove to be very adverse for peripheral / semi-peripheral countries, which are in danger of dismantling their induction / promotion framework for industry. However, historical experience shows that it was at times of intense industrialization, marked by the occurrence of revolutionary-industrial projects that marked the historical

evolution of capitalism, that some countries made great advances in terms of innovation and technological progress.

Keywords: Industrial Revolutions, Industrialization, Technology.

Introdução

No caso dos países periféricos/semiperiféricos, a questão da tecnologia e do progresso tecnológico assume importância crucial no seu desenvolvimento e na tentativa dos mesmos em alcançar um melhor posicionamento relativo (a nível hierárquico) no contexto da economia-mundo. Este aspecto vê-se profundamente agravado/dificultado em razão da globalização, processo de elevada complexidade a se constituir no atual estágio do capitalismo-mundo. De fato, ao promover a desregulação dos mercados e economias, a globalização conduz ao desmantelamento dos aparelhos, produtivos/industriais, bem como de toda a base tecnológica afeta à Periferia/Semiperiferia, aspecto que vem a se constituir em fator de grande preocupação, bem como em elemento de fundo para os países inseridos nesse grupo, em particular os da América Latina. Assim sendo, a desindustrialização das economias latino-americanas (com destaque para o caso brasileiro) conduz ao esbatimento e à desmontagem do suporte tecnológico já aí edificado. Com isso, a base técnico-produtiva dos países latino-americanos tende a desmoronar-se, de modo a caracterizar a adoção de um posicionamento cada vez mais periférico e subordinado face aos atuais delineamentos assumidos pela economia sistema-mundo.

Por seu lado, a abordagem de certos aspectos relativos à tecnologia e ao desenvolvimento tecnológico torna-se fundamental para a abordagem da questão, mormente no que diz respeito à relação interativa «Indústria/Tecnologia». Esta,

por seu lado, deve ser analisada do ponto de vista histórico-econômico, mormente no que se refere aos processos revolucionário-industrializadores que marcaram (e marcam) a evolução do capitalismo (capitalismo industrial), a saber: a Primeira Revolução Industrial (PRI), a Segunda Revolução Industrial (SRI) e a Terceira Revolução Industrial ou Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (TRI/TRIT). A partir da ocorrência desses processos, identifica-se a intensa relação entre os movimentos industrializadores e o avanço tecnológico, com as inovações (mormente as de caráter tecnológico) a desempenhar um papel fundamental. Efetivamente, o que as experiências históricas comprovam é que no contexto dos processos de industrialização configura-se o trinômio interativo «Indústria-Tecnologia-Inovação». Com isso, os processos de industrialização, no seu alavancar, avanço e perpetuação no tempo, constituem-se em base para o desenvolvimento tecnológico.

Tecnologia: Algumas Considerações

De acordo com o que registra Cassiolato (1999, p. 164), a década de 80 assinala uma significativa mudança a nível do cenário tecnológico mundial. Verifica-se a difusão de uma grande variedade de inovações por toda a economia. Em paralelo, torna-se cada vez mais evidente a ocorrência de uma mudança de paradigma, isto é, das tecnologias intensivas em capital e energia e de produção inflexível e de massa (baseadas em energia e materiais baratos) para as tecnologias intensivas em informação, dotadas de maior flexibilidade e computarizadas. Com isso, os setores industriais tidos como tecnologicamente maduros nas décadas de 1960/1970 ganharam fôlego novo em razão de transformações tecnológicas profundas e pela intensificação de formas que

possibilitassem/viabilizassem a ocorrência de mudanças crescentes/cumulativas. Assim sendo, as linhas de produção afetas ao modelo taylorista-fordista passam a incorporar o novo arcabouço tecnológico. Nesse sentido, as plantas industriais automobilísticas passam a ser robotizadas.

Segundo Cassiolato (1999, p. 164), em simultâneo a todas essas acentuadas mudanças de carácter tecnológico, emergiria uma ampla gama de novas indústrias, que se converteria na base do desenvolvimento tecnológico, da produção e do comércio internacional. No bojo desse processo de transformação identifica-se um pequeno número de certas áreas que passam a se caracterizar por um acelerado desenvolvimento tecnológico, a saber: microeletrônica, melhorias acentuadas em velhos materiais, desenvolvimento de novos materiais e aceleração de desenvolvimentos em biologia molecular. Cabe reter a idéia de que as mencionadas inovações desdobram-se, de modo a revelar a diversidade/intensidade do processo de mutação tecnológica em curso em todo o setor industrial, na maior parte das atividades e a nível das tecnologias envolvidas. Logo, o avanço tecnológico mostra-se quantitativa (elevado número de inovações tecnológicas) e qualitativamente (alto grau de mutação tecnológica) intenso, incorporando-se à indústria e demais atividades, de modo a reconfigurar o próprio perfil das economias/sociedades nas quais se introduzia.

Ciência e Técnica

Por seu lado, Cotta (1971, pp. 41-43) registra que o alicerçar da civilização e da sociedade contemporânea na atividade produtiva se tornou possível devido à união da mesma com a ciência e a técnica. É a união interativa «Ciência-Técnica-Produção» que permite que a produção seja orientada

pela ciência e tornada eficiente pela técnica. Se assim não fosse, a produção seria incapaz de satisfazer o próprio critério regulador (a rentabilidade) e o seu escopo próprio (a satisfação das necessidades humanas). Assim, é do aparelho produtivo que partem apelos à inventividade humana. Logo, daqui em diante, não se poderá mais conceber uma ciência restrita à pesquisa puramente cognoscitiva. De fato, os resultados da pesquisa irão se traduzir, quase que de forma imediata, em aplicações práticas (técnicas operativas).

Além do mais, consoante o que é apontado por Cotta (1971, pp. 41-43), para se desenvolver, a ciência necessita da técnica. É a técnica que fornece à ciência instrumentos mais adequados, para além de condições de trabalho mais funcionais e eficientes. Por outro lado, será a técnica que porá (de forma quase automática) à disposição da produção os instrumentos que criou para possibilitar o desenvolvimento científico. É a atividade produtiva, potencializada pela ciência e pela técnica, que estimula os consumos. Desse modo, a atividade produtiva gera novas demandas e, portanto, estimula a inventividade da técnica e da ciência. Consequentemente, estabelece-se uma relação contínua de interação propulsora a nível do trinômio «Ciência-Técnica-Produção» (configurado nos primórdios da PRI), a qual se desenvolve em espiral progressiva, que evidencia o caráter indivisível da união das três forças em questão. Essa indivisibilidade independe dos desejos das principais categorias intervenientes (cientistas, técnicos e produtores), principalmente se a união entre as mesmas for consciente ou intencional.

Desse modo, conforme é registrado por Cotta (1971, pp. 43-47), o cientista puro pode não dar importância às aplicações técnicas ou produtivas de suas teorias. Por outro lado, o técnico (principalmente) ou o produtor (de forma bem menos frequente) podem se mostrar completamente desinteressados

das questões teóricas e conceituais (afetas ao cientista). No entanto, apesar disso, as atividades e produtos dos três componentes do já referido trinômio se comunicam e interagem para além dos intentos pessoais de cada um deles. A interação «Ciência-Técnica-Produção» é objetiva, constituindo-se não somente numa resultante mecânica, mas antes numa síntese indestrutível, não sendo possível imaginar, em razão disso, um desenvolvimento separado da ciência, da técnica e da produção, sob pena de tais atividades sofrerem um processo de total regressão.

De acordo com Cotta (1971, pp. 43-47), o que existe, na verdade, é uma força organizacional e propulsora (simultaneamente tripla e una), a qual se poderia denominar de energia tecnológica, que converte a antiga exigência humana de atividade em civilização da atividade (essa conversão surge como fruto da industrialização). Em razão da energia tecnológica (com suas imensas possibilidades cognoscitivas, inventivas e produtivas) é que as necessidades dos homens tendem a ser orientadas, determinadas e satisfeitas pela decisão racional e calculada. Assim sendo, o conceito de energia tecnológica encontra-se totalmente integrado à vida social, convertendo-se em instrumento fundamental da idade contemporânea (embora configurado na idade moderna) e definindo o modo existencial de importância dominante, baseado no cálculo, na conjectura e na preferência, fatores que, por seu lado, orientam, de forma racional, o processo de decisão. A racionalidade orienta também a organização funcional e a integração homem-máquina e o referido modo se exprime no binômio «Pesquisa/Operacionalidade», em razão de uma visão global e racional orientada, de forma dinâmica, para o progresso, o desenvolvimento e o futuro.

Tecnologia: Conceito e Aspectos Pertinentes

De acordo com Ribault et al. (1995, p. 13), a tecnologia (de uma forma mais precisa) compreende um conjunto complexo de conhecimentos, de meios e de *know-how*, que se encontra organizado tendo em vista uma produção. Já para Carneiro (1995, p. 11), o termo tecnologia admite diversas perspectivas de leitura, o que dificulta a compreensão imediata do conceito e exige uma análise profunda das várias implicações, notadamente a nível da relação entre ciência e tecnologia, a qual, por seu lado, deve-se à organização do conhecimento e à utilização de técnicas necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento, sendo necessário precisar, com rigor, como faz João Caraça, citado por Carneiro (1995, p. 11) os conceitos de descobertas científicas (conjunto organizado de conhecimentos obtidos a partir do estudo objetivo dos fenômenos empíricos) e de tecnologia (conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicados à produção ou aperfeiçoamento de bens ou serviços).

Por outro lado, Uranga y otros (1992, pp.12 e 13) afirmam que a tecnologia, sem qualquer sombra de dúvida, é algo que nos está próximo e, simultaneamente, algo de grande complexidade, devendo ser compreendida entre o conjunto físico das leis da natureza e o conjunto de relações socioeconômicas. Na verdade, ainda que se desenvolva no contexto das suas próprias leis internas, a tecnologia só ganha sentido quando se incorpora a um determinado sistema. Assim sendo, para se incorporar o progresso técnico como “variável endógena”, há que explicar a geração de tecnologia em termos econômicos, assim como avaliar os possíveis caminhos pelos quais se pode transitar ao longo de um determinado projeto de desenvolvimento. Por fim, por esta visão, a tecnologia pode ser concebida como uma forma de conhecimento fundamentada

tanto na ciência quanto em outros tipos mais comuns de conhecimentos e saberes.

Contudo, o resultado não é a aplicação de um conhecimento já elaborado, mas sim a transformação em um sistema de pensamento próprio.

De outro modo, recorrendo ao que Deza (1992, p. 67) aponta como o *approach* predominante na literatura afeta à mudança tecnológica, tem-se centrado sua atenção nas relações entre tecnologia e produção, destacando, sobretudo, a problemática das mudanças ocorridas nos processos de produção, considerados como transformação material. Tanto no caso da inovação de processos, como no de produtos, a relação causal privilegiada é a que vai desde o campo da inovação e da tecnologia até o campo do econômico, tentando estabelecer e medir suas consequências a nível das variáveis mais relevantes e mesmo quando se busca inverter o objeto da análise, isto é, procurando explicar a indução às inovações, as mesmas são analisadas sob uma ótica funcionalista. Assim sendo, de acordo com esta abordagem, são relativamente menos numerosas as percepções teórico-analíticas que tratem das relações entre economia e pesquisa científica e técnica e muito mais escassas as que buscam abordar as características e modos do processo de produção de resultados científicos.

Inovação Tecnológica

De acordo com Schumpeter (1976, p. 98), é necessário distinguir a liderança econômica da invenção. As invenções carecem de importância econômica até o momento de sua aplicação na prática. Desse modo, qualquer melhoria que venha a correr, na prática, como consequência da aplicação de uma invenção requer, para fins de análise, uma atitude completamente distinta. Na verdade, se os empresários podem

ser inventores e capitalistas, o são, em realidade, por coincidência e não por natureza (e vice-versa). Além disso, as inovações levadas a cabo por empresários, de modo algum necessitam ser invenções. Logo, ao contrário do que mostra uma certa literatura, não é aconselhável dar importância demasiada às invenções. Assim sendo, a análise schumpeteriana concede caráter prioritário à inovação. De fato, de acordo com a abordagem schumpeteriana, o invento só passa a assumir o caráter de inovação quando incorporado ao processo técnico de produção, enquanto muitas inovações de cunho produtivo (de caráter técnico-industrial, orgânico-gerencial ou gestor-organizacional) a serem introduzidas pelo empresário (empresário inovador) são introduzidas e não necessariamente inventadas pelo mesmo.

Consoante se encontra registrado em Finep (2007, s/p.), sendo observado por Ashton (1995, p. 81) e destacado em Nuplitech (2005, s/p.), uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou que venha a ser significativamente melhorado. O conceito de inovação aplica-se também a um processo, a um novo método de negócio ou a um novo método organizacional a nível das práticas de negócios, da organização do local de trabalho ou das relações externas. Um aspecto geral concernente a uma inovação é que a mesma, ao contrário da descoberta ou da invenção, deve ser implementada. Cabe observar que uma das características mais marcantes da inovação é que esta apresenta efeitos em cadeia, isto é, impactos cumulativos que se transferem, de forma dinâmica, ao longo de toda a cadeia tecnológico-produtiva. De fato, a inovação é um processo que uma vez iniciado tende a se acelerar. Entretanto, por descoberta entende-se a revelação ou identificação de algo (ou de algum fenômeno) até então ignorado, mas já existente na natureza, através da capacidade de observação do homem. Já por invenção (invenção

patenteável) compreende-se toda solução técnica até então desconhecida, não incluída no estado da técnica (estado da arte da técnica), que possa a ser aproveitada industrialmente.

Nesse sentido, cabe observar que enquanto o inventor divulga a inovação técnica de forma completa, a sociedade lhe propicia direito exclusivo durante um tempo limitado, constituindo-se a patente no documento que protege as inovações técnicas. Desse modo, diz-se que um produto novo (ou mesmo melhorado ou quiçá aperfeiçoado) é implementado quando se vê efetivamente introduzido no mercado. Da mesma forma, novos métodos de negócio e novos métodos organizacionais são implementados quando passam a ser utilizados de forma efetiva a nível das operações das empresas. De acordo com o que se encontra assinalado em Finep (2007, s/p.), quando se está a referir à inovação tecnológica, cabe observar que a mesma se apresenta a nível de quatro possibilidades, a saber: produto, processo, forma de negócio e forma de organização. Além disso, a inovação tecnológica pode ser classificada como incremental ou radical. Por inovação tecnológica incremental, compreende-se a melhoria de algo já existente ou a reconfiguração de uma tecnologia que já se faça presente para outros propósitos. Por inovação tecnológica radical, entende-se algo cujas características, atributos ou uso difira, significativamente, quando comparado aos já existentes. Este conceito envolve tecnologias radicalmente novas ou que se venham a basear na combinação de tecnologias existentes para novas utilizações.

Assim sendo, conforme é encontrado em Finep (2007, s/p.), a inovação tecnológica engloba produtos e processos tecnologicamente novos (inovação tecnológica radical) ou que venham a apresentar melhorias tecnológicas significativas (inovação tecnológica incremental). Por seu lado, a inovação não-tecnológica refere-se a mudanças de mercado, serviço,

design ou organização, enquanto as atividades inovadoras das empresas não se limitam às atividades de inovação tecnológica. Desse modo, cabe assinalar que enquanto as inovações tecnológicas radicais têm o potencial de modificar a base competitiva em favor do inovador, os projetos a elas afetos mostram um maior grau de risco e levam mais tempo para atingir resultados tangíveis. Por outro lado, as inovações tecnológicas incrementais são mais seguras e baratas, possibilitando um retorno em um período de tempo razoável. A introdução de uma inovação (inovação tecnológica) por parte do empresário dito schumpeteriano moderniza/sofistica o processo produtivo e se manifesta a nível do produto e da produtividade, de modo a configurar a estratégia tecnológica.

A estratégia tecnológica só faz sentido quando acoplada a uma estratégia competitiva. De fato, a estratégia competitiva, quando acompanhada de uma estratégia tecnológica, tende a ser mais sólida, pois gera barreiras à entrada para os possíveis (ou efetivos) concorrentes. Na verdade, quando se parte desse princípio, pode-se concluir que numa mesma empresa, ao longo do tempo, coexistem ou se sucedem diversas estratégias. Portanto, assim sendo, no âmbito da inovação e da estratégia empresarial, podem-se identificar as seguintes estratégias: ofensiva (desenvolve); defensiva (aprimora ou adquire); imitativa (copia com custo menor); dependente (depende do líder para inovar); tradicional (apenas incremental) e oportunista (janela de oportunidade). Efetivamente, a estratégia tecnológica de uma empresa/organização relaciona-se à capacidade competitiva da mesma. Esta competitividade pode traduzir-se por novos produtos, bens de consumo melhorados/modificados, processos mais eficientes de laboração/produção e métodos de organização/gestão da produção e do trabalho com maior eficácia e a menores custos (Finep, 2007, s/p.).

Dessa forma, tomando como exemplo o surgimento do tear mecânico, Schumpeter (1976, pp. 136-141) observa que o mesmo foi introduzido no processo de produção pelos novos inventores, conduzindo a uma nova relação entre custos e preços, levando-se a cabo uma reorganização completa da indústria (aumentos de produção, concorrência, desaparecimento dos negócios antiquados, despedimento de trabalhadores, etc.), relacionando-a com a obtenção e emprego de novas combinações em nível do processo produtivo e da estrutura técnico-organizacional e com a sua introdução/utilização pelos novos empresários, ou seja, pelos pouco empreendedores que viram no processo de inovação a perspectiva de propor novas soluções às expectativas do mercado (os empresários inovadores).

De acordo com o que é assinalado por Andreassi (2007, p. 5), havia muito que a questão tecnológica vinha despertando a atenção dos estudiosos, com Adam Smith, já no século XVIII, apontando a relação entre acumulação de capital e tecnologia de manufatura e implementando o estudo dos conceitos ligados à mudança tecnológica, divisão do trabalho e competição, enquanto David Ricardo, por seu lado, estudou as consequências da mecanização na composição do capital e no nível de trabalho. Os estudos desenvolvidos a partir do século XVIII não pretendiam buscar o entendimento profundo quanto à dinâmica do processo de mudança tecnológica. No século XX, a tecnologia passaria a ser analisada de forma mais detalhada, com base nas teorias de desenvolvimento econômico. A partir daí, com Schumpeter (1976, pp. 75-101), deu-se à inovação tecnológica o papel de destaque na economia do século XX, concentrando-se nos efeitos positivos das inovações de processo e produto no desenvolvimento econômico e se analisando também o papel da empresa e dos empreendedores.

Isto posto, Andreassi (2007, p. 6), a partir de Schumpeter (1976, p. 77), aponta para cinco tipos de inovação, a saber: 1 – introdução de um novo bem (com o qual os consumidores ainda não estejam familiarizados) ou de uma nova qualidade de um bem; 2 – introdução de um novo método de produção, ou seja, de um método que ainda não tenha sido testado em determinada área da indústria e que tenha sido gerado a partir de uma nova descoberta científica ou ainda de um novo método de abordagem comercial de mercadorias; 3 – abertura de um novo mercado, no qual uma área específica da indústria ainda não tenha penetrado, independentemente do fato do mercado existir ou não; 4 – a conquista de uma nova fonte de matéria-prima ou de bens parcialmente manufaturados, independentemente dessa fonte ou desses bens já existirem ou não e 5 – o aparecimento de uma nova estrutura de organização em um setor, como a criação de uma posição de monopólio ou a quebra de um monopólio existente.

Desse modo, partindo do *approach* schumpeteriano, Andreassi (2007, p. 8) observa que no que diz respeito à dimensão do impacto causado pela inovação, quando Schumpeter refere-se à inovação, ele, na verdade, está a se reportar a inovações radicais, ou seja, aquelas que conduzem a um grande impacto econômico ou mercadológico, deixando para um plano secundário as inovações ditas de ordem incremental, ou seja, os aprimoramentos técnicos de base contínua, que também são importantes para o entendimento do processo de inovação. Contudo, apesar dessa limitação, a análise schumpeteriana teve uma enorme influência a nível do estudo/avaliação de toda a atividade e esforço inovador, seja de ordem radical ou incremental. Na realidade, o roteiro teórico-metodológico definido pela abordagem schumpeteriana constitui-se num filtro qualitativo a uma clara definição do conceito de inovação, a partir do momento que destaca a

interação «Inovação/Economia» e os seus impactos, que semostram mais evidentes a nível do mercado.

As inovações tecnológicas ocorridas a partir dos anos 70 e 80 do século XX consubstanciam-se no contexto da TRI/TRIT, afetando a maior parte da indústria e incrementando-lhe significativamente os níveis de produtividade. Essas inovações reconfiguram completamente a atividade industrial, muito embora não consigam acelerar o ritmo de crescimento da mesma, em razão do *mainstream* neoliberal e das políticas/práticas contracionistas afetas ao mesmo (a obsessão pelo déficit, a contenção da demanda efetiva, o alargamento do leque salarial e os elevados níveis de concentração de renda), o que contrasta com outros momentos de viragem do capitalismo industrial. Nestes, as inovações tecnológicas propiciariam, para além do avanço técnico, o arrastamento positivo da economia, de modo a promover-lhe o crescimento. Contudo, o que se verifica hoje é que as novas tecnologias possibilitaram um enorme crescimento nos níveis de produtividade sem que tal conduzisse à recuperação/expansão econômica.

O Papel da Inovação

É Mathias (1996, p. 24), que ao tentar analisar o que teria levado ao arranco da PRI, enumera alguns aspectos, dentre os quais as inovações tecnológicas, registrando que a introdução de inovações tecnológicas a nível do processo produtivo, possibilitou o incremento da produtividade, com a conseqüente baixa dos preços. Assim sendo, fechase o círculo que iria tornar-se num processo autônomo e autossuficiente, de modo a conter, em si mesmo, novas forças capazes de desenvolver e criar mais inovações. Desse modo, quando aqui, neste trabalho, se refere a inovações (notadamente às inovações

tecnológicas), a questão tem início com a introdução de técnicas e inventos no contexto do processo de produção, o que conduz a uma maior produtividade, com a consequente redução dos custos de produção, a qual viabiliza a diminuição dos preços dos produtos finais, conduzindo, assim, ao alargamento do mercado consumidor até se chegar ao consumo de massas propriamente dito.

Portanto, as inovações (mormente as inovações de cunho tecnológico) estão na base da origem e avanço do capitalismo industrial, constituindo-se em elemento de suma importância para lhe caracterizar e lhe explicar a própria dinâmica. Dessa forma, qualquer processo de industrialização, que ocorra no bojo de uma qualquer revolução industrial, implica em transformações de cunho tecnológico, as quais não se ficam por inovações no contexto do processo produtivo, mas também pelo desenvolvimento de um setor produtor de máquinas e equipamentos (máquinas que elaboram máquinas), que torne autônomo o processo de acumulação.

Em outras palavras, o processo de industrialização (quando ocorre no âmbito de uma efetiva Revolução Industrial) só se realiza, na sua plenitude, quando o aparelho produtivo, por si só, for capaz de gerar, de forma autônoma e sustentada, as invenções técnicas que se converterão, ao se inserirem no contexto do processo de produção, em inovações técnicas ou inovações tecnológicas (máquinas, equipamentos, técnicas e processos) que garantirão a continuidade, reprodução e expansão do processo de acumulação. Isto implica que a introdução de inovações (inovações tecnológicas) no bojo do aparelho produtivo acabe por gerar outras inovações (inovações tecnológicas), num verdadeiro e virtuoso encadeamento extremamente benéfico à geração e difusão do progresso técnico, de modo a moldar um efetivo sistema técnico-econômico-produtivo.

Revoluções Industriais e Tecnológicas

Portanto, seguindo-se a proposta teórico-conceitual de Cazadero (1995, pp. 10 e 11), uma Revolução Industrial deve ser concebida como uma totalidade indissolúvel (totalidade sistêmica) que compreende três grandes conjuntos. Em primeiro lugar, tem-se o conjunto das inovações tecnológicas, que constituem uma estrutura, a qual não se limita a uma justaposição de elementos, antes estabelecendo nexos vinculativos/interativos entre o escopo produtivo-industrial, a estrutura técnico-produtiva, a base produtivo-tecnológica e o tecido sociotécnico. Por sua vez, o conjunto das inovações tecnológicas surgidas no bojo de uma Revolução Industrial, para além de implicarem, via ganhos de escala a nível do suporte produtivo, na alteração das diversas funções de produção da estrutura económico-produtiva, configura uma relação/interação sistémico-transformadora com os demais elementos afetos a qualquer Revolução Industrial.

De fato, conforme aquilo que assinala Beauchamp (1998, p. 44) ao analisar a ruptura energética, produtiva e tecnológica gerada pela Revolução Industrial inglesa, também conhecida como PRI, a mesma leva à aceleração do crescimento e conduz o sistema produtivo a se superar a si próprio. Contudo, a ruptura não se opera em todos os segmentos, bastando mencionar que antes da constituição da rede ferroviária, os custos de transporte continuavam a ser elevados. Em todo esse movimento acelerado de mudança, apenas um ou dois dos setores de atividade tidos como dinâmicos se mostrarão incapazes de poder sustentar o processo de crescimento contínuo, em razão das limitações apresentadas pelas próprias inovações técnicas. Além do mais, os filões de pesquisa científica e técnica podem ficar inexplorados durante muito

tempo. Isto ocorreria em razão da insuficiência de demanda (dependente do aumento e diversificação dos rendimentos) sem uma redução clara do tempo e custos dos transportes. Entretanto, um conjunto de fatores econômicos e sociais complexos e variáveis permitirá que as inovações técnicas se sustentem e avancem.

Segundo o que é destacado por Singer (1987, p. 20), a partir da PRI, tendo como ponto de partida a Inglaterra, o capitalismo passa a dominar a economia de mercado e esta passa a abarcar a maioria das atividades econômicas. Os elementos que fomentam a atividade capitalista são o desenvolvimento das forças produtivas e a eliminação das barreiras institucionais à livre concorrência. O capitalismo industrial acelera o desenvolvimento das forças produtivas através do progresso científico (mormente das ciências físicas) e da sistemática aplicação dos resultados do mesmo em nível da atividade produtiva. A pesquisa científica passa a se realizar, em escala crescente, em universidades e instituições públicas e privadas. A pesquisa científica conta com amplo financiamento, oriundo, em parte, do orçamento governamental e, na sua maior parte, através de doações privadas, as quais, por sua vez, são geralmente incentivadas por generosas isenções fiscais. Assim, é praticada tanto a pesquisa pura (ligada ao conhecimento propriamente dito) quanto à pesquisa aplicada, destinada à obtenção de conhecimentos relacionados ao aperfeiçoamento de processos produtivos ou ao desenvolvimento de novos produtos.

Entretanto, a nível da ciência e das inovações, Mathias (1996, p. 20) observa que aos recursos econômicos deve juntar-se o espírito inventivo, a ciência aplicada, a importação de idéias ou técnicas e um afluxo de inovações tecnológicas, o que se refletirá, de forma altamente positiva, a nível do crescimento da produção e da produtividade. Com relação à ciência

aplicada, cabe registrar que, no século XVIII, é fato indubitável a existência de um interesse ativo e generalizado pela experimentação, pela inovação, assim como pela tentativa em descobrir e desenvolver novos processos de fabricação. Nessa época, o que se verifica é a ocorrência de um tradicional experimentalismo científico, que surge como um aspecto do contexto geral, cuja manifestação ocorre através de um empirismo em que se contava tão-somente com a inteligência e a habilidade manual do indivíduo. O fato é que a relação «Inovação/Descoberta Científica» esteve bem aquém à registrada no período posterior a 1850. Há que adicionar ao processo o engenho empresarial, capaz de organizar grupos empresariais, os quais, por sua vez, impulsionaram o desenvolvimento de novos setores, tornando as novas invenções produtivas do ponto de vista econômico e atuando como elementos básicos da própria transformação econômica.

Conforme é observado por Dobb (1977, pp. 327 e 328), a Revolução Industrial inglesa (ou seja, a PRI) não deve ser vista única e exclusivamente como uma série contínua de transformações que ultrapassariam o século XIX, uma vez que isto implicaria em considerá-la como uma revolução puramente técnica (modificação técnica como processo contínuo). Assim sendo, as invenções não se constituíram em casos fortuitos, desconectados com a situação econômica no bojo da qual floresceram. Logo, as invenções industriais constituem-se em produtos sociais, moldados pelas circunstâncias/necessidades econômicas da época. Em simultâneo, apesar do fato do estado da indústria de então vir a restringir os tipos de invenções, as condições existentes nessa mesma indústria estimulavam/orientavam os projetos a delinear/implementar. Na verdade, a modificação técnica em um certo nível crucial, traria como consequência as

transformações ocorridas a nível da estrutura da indústria e das relações sociais de produção.

Portanto, enxergar a PRI (e qualquer outro movimento industrializador de caráter profundamente transformador e revolucionário) como uma revolução puramente técnica (série contínua de transformações técnico-produtivas) implica em mascarar/minimizar as transformações sociais e industrial-organizativas. Qualquer processo industrializador implica em profundas transformações de ordem socioeconômica, sociopolítica e político-institucional, para além de câmbios extremamente importantes a nível da base técnico-produtiva e do escopo orgânico-tecnológico, que passam a moldar a formação e o crescimento de verdadeiros sistemas sociotécnicos a confirmar a interação entre a técnica (a técnico-mecânico-produção) e os diversos entornos (econômico, político e social) com os quais a mesma interage. A verdade é que, desse modo, não se consegue superar a visão de revolução puramente técnica. Desta, pode se considerar a concepção de Basalla (1991, p. 45), que vê como elemento central, a nível da tecnologia e da mudança tecnológica, não o conhecimento científico ou os fatores sociais e econômicos, mas antes o próprio artefato (o engenho como produto final da atividade tecnológica inovadora).

O fato é que a PRI, assim como qualquer outro processo industrializador a implicar em profundas transformações a nível técnico-produtivo-organizacional, deve ser vista/analizada de forma sistêmica, ou seja, não são as transformações técnicas que comandam o processo, mas que antes que se visualize a sua interação com a esfera técnico-produtiva, com as relações sociais de produção e com o processo históricopolítico-social. Só deste modo se conseguirá ultrapassar a abordagem da revolução puramente técnica, assim como a visão (de caráter um tanto ou quanto

determinista) da modificação técnica conduzir a transformações a nível da estrutura da indústria e das relações sociais de produção, como ainda a total descontextualização entre o progresso técnico e as componentes econômicas, políticas, institucionais, históricas e sociais afetas à dinâmica capitalista. Na verdade, consoante é apontado por Dobb (1977, pp. 30 e 31), com a PRI, o capitalismo, tomando como base a transformação técnica, atingiria o seu processo específico de produção, a ter como suporte técnico de laboração a unidade de produção em larga escala e produtiva da fábrica (unidade fabril), promovendo a separação final e definitiva entre o produtor e os meios de produção e estabelecendo uma relação simples/direta entre o capitalista e os assalariados.

Na verdade, conforme é assinalado por Carneiro (1995, p. 15), a PRI provocou um fluxo de inovações tecnológicas, sendo o progresso tecnológico aceito como fator de desenvolvimento econômico-social, registrando-se mudanças a nível da mentalidade do produtor (utilização de equipamentos e processos inovadores), do contexto de mercado (incentivo a utilização das inovações devido a maiores capacidades econômicas e melhores perspectivas de vendas) e do aumento do fluxo de invenções e idéias para serem transformadas em inovações tecnológicas dos processos produtivos. De fato, a PRI ocorreria num contexto de grandes alterações tecnológicas, as quais, por sua vez, possibilitaram a transformação dos recursos naturais (minas de carvão, mananciais de minério de ferro e vias de transporte fluvial) em fatores de desenvolvimento, com aspectos evolutivos extremamente importantes em termos setoriais (agricultura, têxtil, siderurgia, maquinaria e construção civil). A tecnologia, a partir desse momento, busca o saber científico para promover o aperfeiçoamento de seus processos. Assim, fazem-se surgir/aplicar, na esfera da produção e da organização, novas

tecnologias, que aliadas à acumulação financeira, à disponibilidade de mão-de-obra e à existência de mercados, viriam a se constituir em condições básicas para o crescimento.

A nova base produtivo-industrial define novos padrões/delineamentos tecnológicoorganizacionais e técnico-gestionários a nível do processo de produção, que passam a caracterizar a nova unidade industrial da grande escala como elemento de carácter eminentemente equipo-mecânico-fábril. Por outro lado, à maior magnitude assumida pelos novos setores industriais de larga escala, fruto das dimensões assumidas pelo escopo tecnológico-produtivo, pela base organizativo-gestionária e pelo perfil orgânicotécnico afetos à SRI, corresponde a necessidade de grandes massas de capitais de modo a alavancar os investimentos de grande porte necessários à implantação/operacionalização das gigantescas plantas relacionadas às indústrias da grande escala. Essas gigantescas plantas industriais constituem-se em unidades técnicofábricas a operar com elevadas (e muito elevadas) escalas de produção, servindo de base técnico-produtiva ao consumo de massas, base mercadológica/sociológica do modelo produtivo/organizacional que marcaria a SRI.

Assim sendo, Beauchamp (1998, pp. 96-99), ao abordar a industrialização do século XIX, que se caracterizou pela ocorrência de processos retardatário-industrializadores de base nacional, não somente a relaciona à inovação/capacitação tecnológica, como ainda registra o carácter contínuo da inovação enquanto imperativo, principalmente a nível da base industrial (metalurgia e mecânica) e também em termos da simbiose «Ciência/Técnica». No que diz respeito à transformação/modernização da base da indústria há a considerar a produção do aço, a indústria de máquinas-ferramentas e o alumínio. Quanto à interação simbiótica entre as áreas afetas à ciência e os vetores técnicos, tem-se a destacar

a química e a eletricidade. Os segmentos técnico-inovadores afetos à SRI (as invenções e avanços, os novos materiais e as novas fontes energéticas) encontram-se intimamente relacionados à pesquisa científica, consubstanciando-se nos esforços de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a serem levados a cabo pelas novas organizações industriais.

Conforme é apontado por Oliveira (2003, p. 236), a SRI implicaria num novo padrão tecnológico, a ser configurado com o surgimento de novos setores produtivos, atividades e processos (aço, eletricidade, motor a combustão interna, química pesada, etc.). Assim sendo, a nova tecnologia afeta à SRI, ao contrário daquela relacionada à PRI, já não é mais a tecnologia produzida/difundida por homens práticos/inventivos, mas a tecnologia resultante da aplicação consciente/sistemática de conhecimentos científicos no contexto dos processos produtivos. Em função disso, o que ocorre com a SRI é que a pesquisa tecnológica começa a ser desenvolvida no interior das grandes empresas que passam a entrar em cena, com o grande capital provendo o assalariamento de técnicos/cientistas, buscando, de forma deliberada, a obtenção de inovações. Portanto, enquanto no âmbito da PRI a inovação tecnológica surgia como produto da ação individual, no contexto da SRI a inovação tecnológica aparece como resultado do binômio interativo «Planejamento/Pesquisa».

Já o progresso técnico, no contexto da SRI e consoante é destacado por Cazadero (1995, pp. 77 e 78), mostrou-se claramente decisivo para o elevado dinamismo alcançado pela indústria. A estreita interação entre o avanço tecnológico e a industrialização alemã mede-se pela vincada tendência do setor produtivo-industrial em incorporar a tecnologia mais avançada. De forma mais clara, pode-se mesmo afirmar que o fato da industrialização alemã ter assumido um carácter

claramente tardio (atraso *face to face* à PRI), o que *a priori* representaria uma séria desvantagem, acabaria por se converter em aspecto altamente favorável, uma vez que isto possibilitaria à Alemanha dispor da tecnologia mais avançada. Esta, na fase inicial do processo de industrialização, foi importada para, numa etapa posterior, ser desenvolvida internamente em fábricas e laboratórios.

Há que observar que os processos afetos às industrializações tardias do século XIX (em especial a alemã e a norte-americana), em razão das suas próprias características, apresentavam, como um de seus motores, a instalação do setor produtor de bens de produção, ou, no dizer de Kalecki (1980, pp. 53 e 54), do departamento I (departamento produtor de bens de investimento), dinâmico, ligado a setores industriais novos e tecnologicamente avançados. Além do mais, por diversas formas, esse segmento, tal como os demais setores industriais, gozavam de proteção direta e/ou indireta. Isto, talvez bem mais do que o denominado liberalismo inglês a nível do comércio exterior, explique o bom desempenho das exportações de máquinas e equipamentos (bases impulsionadoras da moderna produção industrial e que apontavam para uma efetiva capacitação tecnológica) das economias de industrialização tardia do século XIX para a Inglaterra, podendo servir de justificativa para o desempenho pouco auspicioso das exportações inglesas de máquinas e equipamentos para esses países.

Por outro lado, como é registrado por Singer (1998, pp. 173 e 174), a ocorrência da TRI/TRIT coincide com a entrada em cena da implementação do projeto neoliberal (ou contra-revolução neoliberal). Em outras palavras, a TRI/TRIT começa a dar os seus primeiros passos em inícios/meados da década de 70. É nessa época que se aperfeiçoa o microcomputador, barateando a computação e tornando-a mais acessível aos

negócios e a maior parte dos consumidores. Houve, a partir daí, uma expansão/difusão acelerada da tecnologia digital a todo o tipo de trabalho industrial, nos serviços e nas atividades agrícolas, o que proporcionaria a obtenção de elevados e crescentes ganhos de produtividade do trabalho.

De acordo com o que é assinalado por Singer (1998, pp. 173 e 174), a automação, através do aperfeiçoamento dos robôs (robótica) deu saltos gigantescos, viabilizando a substituição da força humana de trabalho até mesmo em atividades a exigir inteligência elementar. Assim sendo, seria de se esperar que a TRI/TRIT, enquanto revolução infraestrutural, levasse à aceleração do crescimento da economia capitalista mundial. Contudo, tal não se verificaria, uma vez que a desaceleração do crescimento, por parte das economias capitalistas centrais, do início dos anos 60 a meados da década de 90, mostrou-se algo verdadeiramente impressionante. De fato, na primeira metade dos anos 90, a taxa de crescimento anual das economias capitalistas centrais representou cerca de 1/5 do valor registrado na década de 60.

Portanto, Singer (1998, p. 174 e 175) observa que existe um claro descompasso entre a aceleração do progresso tecnológico e a desaceleração do crescimento econômico, uma vez que este último irá depender muito mais da evolução da demanda efetiva do que do avanço da tecnologia. Na verdade, o que ocorre é que as atividades econômicas, em diferentes momentos, valem-se de tecnologias oriundas de vários estágios geracionais, enquanto somente uma determinada fração da produção surge como resultado da utilização de tecnologias mais recentes, resultantes do processo de inovação. O que ocorre é que a coexistência de diferentes estágios tecnológicos implica em diferentes produtividades e custos de produção e isto pode ser explicado por diversos fatores. Há que considerar que os mercados dos produtos não são perfeitos e que a mesma

mercadoria pode ser posta a venda, em mercados distintos, por preços diferentes, com o grau de acessibilidade, por exemplo, influenciando o nível de preços.

Assim sendo, de acordo com o que é registrado por Santos (1983, pp. 39 e 40), a computação industrial cria recursos tecnológicos consideráveis e a utilização dos mesmos se constitui em resposta às necessidades do capital e dos processos de acumulação e reprodução deste último, o que faz com que as tarefas de gestão sejam aquelas sobre as quais recaem as principais atenções da computação. Deste modo, embora as empresas monopolistas busquem exercer o controle crescente das atividades englobadas pela computação, elas não poderão controlar todas as consequências (econômicas, sociais e políticas) da aplicação da automatização. A automação/computação aplicam-se à produção (indústria aeronáutica e espacial), à gestão da produção, ao *design*, à gestão empresarial, aos sistemas de controle produtivogerenciais, etc.

Com relação à conceituação econômica do processo de inovação tecnológica, tido como a causa principal de desenvolvimento econômico a longo prazo, recorre-se a Rosenberg (1979, pp. 73-78 e p. 120), que observa existir uma relação entre mudança tecnológica e modificação da função de produção, uma vez que avanços de peso a nível dos conhecimentos científicos trarão novos campos de combinações de fator relativamente mais eficientes quanto à produção de uma determinada mercadoria ou quanto à elaboração de um dado bem. Isto explica, em parte, a existência do binômio interativo «Indústria-Tecnologia», deixando transparecer a relação biunívoca entre o processo de industrialização e o processo de inovação tecnológica, assim como o duplo sentido a relacionar os movimentos industrializadores e o progresso técnico. As sociedades que alcançaram elevados níveis de industrialização conseguiriam

adquirir habilidades pouco usuais para a resolução de certos tipos problemas que exijam capacidade criativa e a compreensão desta última é fundamental para entender o processo de crescimento/desenvolvimento. Portanto, pode se chegar à conclusão de que níveis mais elevados de industrialização tornam uma economia mais suscetível a se capacitar tecnologicamente e de conduzir (muito provavelmente) a sociedade a níveis mais elevados de qualificação e *expertise*.

Ao abordar a questão do progresso técnico, Rosenberg (1993, pp. 17 e 18) assinala que o mesmo aparece sob múltiplas e diversas formas, que se poderiam sintetizar na necessidade de se obter um maior volume total de produção e uma produção superior em termos qualitativos a partir de uma determinada quantidade de recursos. Em outras palavras, a abordagem do progresso técnico parece resumir-se à introdução de novos processos de redução do custo de produção de um mesmo produto. Contudo, o progresso técnico, viabilizado pelas inovações tecnológicas (e a viabilizar as mesmas), implica não somente em aspectos econômico-quantitativos, mas também qualitativos, tais como melhorias qualitativas dos produtos, bem-estar social e evolução da sociedade. Um crescimento rápido continuado irá requerer o desenvolvimento de novos produtos e de novas indústrias. Este aspecto reveste-se de fundamental importância ao se buscar estabelecer pontos de interligação entre o progresso tecnológico e os processos industrializadores, mormente no caso das três Revoluções Industriais. Mais especificamente, a ocorrência de um processo *revolucionário-industrializador* significará um salto tecnológico, com o surgimento de novos produtos, a completa reconversão de setores produtivos com os respetivos impactos técnico-organizacionais (a robotização da indústria automobilística, por exemplo) e o surgimento de segmentos novos da indústria

(com elevado nível de incorporação tecnológica, alto valor acrescentado e mais *soft* em termos técnico-produtivos).

Comentários Finais

Da relação interativa «Ciência/Técnica» aos conceitos de tecnologia, inovação e progresso tecnológico, constata-se a importância da variável tecnológica para a promoção do desenvolvimento. Isto parece claro no caso da Periferia/Semiperiferia do capitalismo-mundo, uma vez que o avanço tecnológico constitui-se em variável fundamental na promoção do *upgrade* das economias periféricas/semiperiféricas. Tal parece ser historicamente apontado pelos processos de intensa industrialização por que passaram (e passam) inúmeras economias, mormente aquelas que viriam a constituir o espaço orgânico-central, configurando-se a relação interativa «Indústria/Tecnologia». Desse modo, os três processos revolucionário-industrializadores que marcaram (e ainda marcam) o sistema capitalista (PRI, SRI e TRI/TRIT) na sua etapa industrial foram períodos de introdução em força de tecnologias e inovações, vindo a constituir-se em nítidos elementos afetos ao progresso técnico.

Assim sendo, quer a nível da PRI, quer em termos da SRI, quer ainda (e principalmente) quanto à TRI/TRIT, ressalta-se a importância histórica do binômio interativo «Indústria/Tecnologia», bem como da relação integrativo-trinômica «IndústriaTecnologia-Inovação», uma vez que a componente inovação (de processos, produtos, organização, gestão e principalmente em termos tecnológicos) surge no bojo do movimento industrializador, retroalimentando-o e o acelerando, de modo a configurar a interação dinâmico-sistêmica «Inovação/Desenvolvimento Tecnológico», simultaneamente fruto e indutor/acelerador dos movimentos

industrializadores. Desse modo, a inovação (em especial a inovação tecnológica) surge tanto como elemento derivado da indústria e da sua expansão/modernização, como também enquanto fator de impulso/estímulo à mesma. Logo, o elemento inovação é básico para o desenvolvimento industrial/tecnológico, muito embora surgindo em simultâneo no bojo do próprio aparato industrial, bem como da modernização, diversificação e expansão do mesmo.

Portanto, há que assinalar que a indústria e os movimentos industrializadores (como foram a PRI, SRI e TRI/TRIT) constituem-se em focos dinamizadores/incentivadores do progresso tecnológico, vindo a inovação (com destaque para a inovação tecnológica) a se posicionar como consequência da presença/atividade da indústria e como elemento indutor da modernização e sofisticação da mesma. Isto corrobora o fato de que os países da Periferia/Semiperiferia necessitam de fazer avançar a sua industrialização, de modo a instalar (em suas economias) setores mais integrados, intensivos em capital e relativamente mais avançados/sofisticados (segmentos a adicionar mais valor). Contudo, o processo de globalização (aqui visto como o estágio atual da economia mundo) coloca, em razão do movimento anti-regulação afeto ao mesmo (o desmantelamento da base industrial conseguida, do seu escopo e liames tecnológicoproductivos e da sua capacidade inovadora), sérios condicionamentos, constrangimentos e restrições ao avanço da indústria, ao desenvolvimento tecnológico e à otimização da interação «Indústria/Tecnologia» no contexto dos países periféricos/semiperiféricos, em particular no caso da América Latina.

Bibliografia

ANDREASSI, T. (2007): *Gestão da Inovação Tecnológica*. São Paulo. Thomson Learning.

ASHTON, T. S. (1995): *A Revolução Industrial*. Sintra. Europa - América.

BASALLA, G. (1991): *La evolución de la tecnología*. Barcelona. Crítica.

BEAUCHAMP, C. (1998): *Revolução Industrial e Crescimento Económico no Século XIX*. Lisboa. Edições 70.

CARNEIRO, A. (1995): *Inovação - Estratégia e Competitividade*. Lisboa. Texto.

CASSIOLATO, (199): *A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas* in LASTRES, H. e ALBAZI, S. (orgs.): *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro. Campus, 1999, 314 pp., pp. 180 - 186.

CAZADERO, M. (1995): *Las revoluciones industriales*. México. FCE.

COTTA, S. (1971): *O Desafio Tecnológico*. Coimbra. Arménio Amado.

DESA, X. V. (1992): «Tendencias y contradicciones en las relaciones entre ciência y producción» in Uranga, M. G. y otros (1992): *El cambio tecnológico hacia el nuevo milénio: Debates y nuevas teorías*. Barcelona/Madrid. Icaria/Fuhen.

DOBB, M. (1977): *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro. Zahar.

FINEP (2007): *Prêmio Finep de Inovação Tecnológica* [Em Linha]. Disponível em «www.finep.org.br/premio/index.asp» [consultado em 26/03/2008]. Brasília. FINEP.

KALECKI, M (1980): «Economias Capitalistas» in Miglioli, J.(org.) (1980): *Kalecki*. São Paulo. Ática.

MATHIAS, P. (1996): *A Primeira Nação Industrial: Uma História Económica da Inglaterra - 1700-1914*. Lisboa. Assírio & Alvim.

NUPLITEC (2005): *Proteção de Patente na área bio-médica e o Nuplitec* [Em Linha]. Disponível em:

«http://lapimo.sel.eesc.usp.br/lapimo/SIIM2005/PalestrasMinistradas/Nuplitec_Bergam_o.pdf» [consultado em 26/03/2008]. São Carlos. EESC/USP.

OLIVEIRA, C. A. B. (2003): *Processo de Industrialização: Do Capitalismo Originário ao Atrasado*. São Paulo/Campinas. UNESP/UNICAMP.

RIBAULT, J. M. ET AL (1995): *A Gestão das Tecnologias*. Lisboa. Dom Quixote.

ROSENBERG, N. (1979): *Tecnología y Economía*. Barcelona. Gustavo Gili.

ROSENBERG, N. (1993): *Dentro de la caja negra: tecnologia y economia*. Barcelona. Hogar del Libro.

SANTOS, T. (1983): *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*. Petrópolis. Vozes.

SCHUMPETER, J. A. (1976): *Teoria del desenvolvimiento económico: Una investigación sobre ganancias, capital, crédito, interés y ciclo económico*. México. FCE.

SINGER, P. (1987): *O Capitalismo: Sua Evolução, Sua Lógica e Sua Dinâmica*. São Paulo. Moderna.

SINGER, P. (1998): *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis. Vozes.

URANGA, M. G. Y OTROS (1992): «Introducción» *in* Uranga, M. G. y otros (1992): *El cambio tecnológico hacia el nuevo milénio: Debates y nuevas teorías*. Barcelona/Madrid. Icaria/Fuhen.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

Latinidade

Um olhar sobre o pensamento intelectual Brasileiro: o nacionalismo iseiano

Manuela de Carvalho Meireles¹

UERJ

Mariana Imbelloni Braga Albuquerque²

PUC-Rio

Ana Carolina Brito Brandão³

PUC-Rio

Élida de Oliveira Lauris dos Santos⁴

Universidade de Coimbra

Carolina Câmara Pires Santos⁵

UFF

Caroline Rocha dos Santos⁶

UERJ

Resumo

Este artigo pretende analisar a influencia que o ISEB exerceu nos intelectuais Brasileiros na definição de planos e estratégias políticas do período democrático ao processo de abertura política do Brasil no final dos anos 70, quando o nacional desenvolvimentismo é retomado como projeto base dos partidos políticos. Sobretudo os de esquerda na proposição de um novo projeto de Estado Nação.

Palavras-chaves: Intelectuais, ISEB, política.

¹ Email: manueladecarvalhomeireles@gmail.com

² Email: mariana.imbelloni@gmail.com

³ Email: anacarolina.bbrandao@gmail.com

⁴ Email: elidalauris@gmail.com

⁵ Email: carolpiresproject@gmail.com

⁶ Email: carolrocha.santos@gmail.com

Resumen

Este documento tiene como objetivo analizar la influencia que ISEB tuvo en los intelectuales brasileños en la definición de planes y estrategias políticas desde el período democrático hasta el proceso de apertura política de Brasil a fines de la década de 1970, cuando el desarrollismo nacional se reanuda como el proyecto básico de los partidos políticos. Especialmente los de la izquierda en la propuesta de un nuevo proyecto de estado nación.

Palabras clave: intelectuales, ISEB, política.

Abstract

This article analyzes the influence that the “ISEB” thought exerted on the Brazilian intellectuals in the definition of plans and political strategies on the democratic period until the process of political opening of Brazil in the late '70s, when the national development is taken as the base project of political parties. Especially those on the left in proposing a new project of nation-state.

Keywords: “ISEB”, Intellectuals, political.

Introdução

O papel do intelectual na sociedade sempre é muito debatido, mas até pouco tempo ele não figurava entre os objetos de pesquisa da História, foi a partir da renovação da História Política, no final dos anos 1970, que ele se tornou um campo de estudo dos historiadores. A reabilitação da história Política colocou a história dos intelectuais no centro das novas pesquisas historiográficas, tornando-a um importante objeto de estudo. Outro fator que contribuiu para a reabilitação da história dos intelectuais foi à ampliação desse grupo social ao longo século XX. O fato de este não ser mais um grupo social

limitado o tornou importante nas representações coletivas. Entre os intelectuais a identidade coletiva pode surgir em espaços como a redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. No entanto, para Sirinelli, esses espaços vão além de um espaço de circulação de ideias. Eles são, muitas vezes, espaços de *sociabilidade* dos meios intelectuais. A construção do campo intelectual como é conhecido hoje vai surgir de um fato ocorrido na França no final do século XIX, que ficou conhecido como caso Dreyfus. Dreyfus era um oficial de artilharia do exercito francês de origem judaica que em função de falsa documentação foi acusado de traição por espionagem, originando em um dos maiores casos de preconceito e xenofobia da História Contemporânea, em que ao perceberem o erro da acusação tentaram encobri-lo condenando-o ao degredo perpetuo na ilha do Diabo na Guiana Francesa. A partir deste fato um grupo de homens letrados como literatos, professores universitários, artistas e cientistas decidem fundar uma liga para a defesa dos Direitos do Homem surgia assim o conceito moderno de intelectual que fora definido como os pensadores de tendência à esquerda, que se colocavam a serviço da sociedade em defesa dos princípios universais dos direitos do homem tais como a liberdade, a igualdade de direitos como a defesa da ‘verdade’ e da ‘justiça’.

Neste ensaio o conceito de intelectual será entendido dentro da perspectiva do engajamento político da intelectualidade brasileira a partir da sua práxis política. Priorizando o fato de a História Intelectual ser um campo aberto que se situa ao mesmo tempo na História política, cultural e social de acordo com Sirinelli (1996). A proposta deste ensaio é apreender alguns momentos da trajetória intelectual brasileira desde a década de 1950 até o final dos anos 1970 buscando compreender o desenvolvimento da

cultura política⁷ da esquerda brasileira ao longo deste período, objetivando assim entender os pressupostos ideológicos que influenciaram os intelectuais que atuaram na Revista Encontros com a Civilização Brasileira (1978-82).

O engajamento político nas décadas de 50 e 60: uma trajetória.

Entre as décadas de 1950 e 1960 os intelectuais Brasileiros estavam influenciados pela égide do nacionalismo desenvolvimentista, em que os processos políticos e sociais estavam balizados pelo desenvolvimento econômico do país. Neste período se desenvolverá teses e projetos acadêmicos que serão marcados pelas idéias de “cultura brasileira”, “consciência nacional”, “cultura nacional”, ou seja, pela idéia de desenvolvimento da nação brasileira. A intelectualidade brasileira nesta época era formada por organizações de matizes diferenciados como sindicatos, instituições estudantis, universidades, partidos políticos e os mais diversos movimentos sociais e culturais.

A cultura política deste período era influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia uma tese nacional-reformista que tinha por objetivo:

(...) realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semi-feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento econômico da nação brasileira. Dessa

⁷ Cultura Política entendida na definição de Berstein que a difine como “uma espécie de códigos e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.”

forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora⁸.

A proximidade com o Estado e a defesa de suas políticas públicas também marcaram a cultura política da intelectualidade brasileira neste período. Muitas das teses desta época foram produzidas e difundidas por um Instituto criado, em 1955, pelo presidente Café Filho “(...) como um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário”⁹. Surgia assim o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que apesar de ser ligado ao Ministério da Educação detinha autonomia administrativa e na sua produção intelectual. O ISEB era composto de economistas, filósofos, sociólogos que ajudaram na formulação e divulgação da ideologia nacional-desenvolvimentista, que influenciou a política brasileira desde a morte de Getúlio Vargas até a queda de João Goulart em 1964. O grupo que teve influência de Instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG) e se aproximou da sociedade civil e dos militares. As atividades do grupo se estruturavam em:

Cursos regulares normalmente ministrados pelos departamentos acadêmicos, voltados para os representantes do Estado da Federação com duração de um ano letivo;

Conferências;

⁸ RIDENTI, MARCELO *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da televisão*. Rio de Janeiro, Record, 2000.p. 23

⁹ ABREU, Alzira Alves, *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964) V.2.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.p.409.

Cursos extraordinários voltado para um público mais amplo podendo ser ministrados na própria Instituição ou fora dela;

Publicações que abrangiam produções e traduções que ajudassem no desenvolvimento do Brasil bem como a publicação das melhores teses produzidas pelos estagiários. O ISEB buscava debater e produzir teses que buscassem solução para a supressão do subdesenvolvimento da sociedade Brasileira. O *desenvolvimento* era condição essencial para se chegar à igualdade da condição Humana. Ele implicava na tomada de uma consciência social para a solução dos problemas brasileiros. O *nacionalismo* era fundamental para a criação de um Estado autônomo, uma vez que a economia se encontrava nas mãos dos países desenvolvidos:

Segundo Vieira Pinto, a nação subdesenvolvida não detinha comando de sua economia, que permanecia fora, nas mãos das nações desenvolvidas. E, como não controlava a economia, a nação subdesenvolvida não tinha meios de comandar seu destino. Logo, para se reintegrar na posse de si mesma, ela teria que praticar uma política nacionalista, ou seja, adquirir a 'essência da nação'.¹⁰

A intervenção do Estado na sociedade era essencial para a supressão das mazelas sociais que não eram atendidas pela iniciativa privada. Atividades como comércio, indústria e produção agrícola ficariam a cargo dos empresários nacionais. Sendo assim a gestão capitalista era, segundo o ISEB, condição fundamental para o desenvolvimento da nação brasileira. O ISEB, a partir de 1958, sofre uma ruptura na sua estrutura interna quando um grupo de intelectuais comandados por Guerreiro Ramos defende uma atuação mais política da Instituição, ou seja, o seu engajamento na mobilização da

¹⁰ IBID.p.421.

massa popular. Enquanto Helio Jaguaribe defendia a permanência da Instituição como produtora de teses essencialmente acadêmicas. Os intelectuais do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)* redefinem o conceito de cultura concebendo-o como instrumento de transformação social. O pensamento *isebiano* se estruturou em dois conceitos básicos; o de alienação e o de situação colonial onde eles nortearam os estudos sobre a sociedade brasileira desenvolvidos pelos intelectuais *isebianos*. Era no pensamento do jovem Marx, de Hegel, de Sartre e Balandier que eles encontravam as suas fontes de inspiração intelectual. O conceito de Alienação teve como base os pensamentos de Hegel e de Marx que reelaborou o conceito hegeliano aplicando-o à compreensão da luta de classes. O conceito de situação colonial foi desenvolvido por Balandier que o concebe como fenômeno social total. O pensamento desenvolvido pelo *ISEB* penetrou o imaginário social dos setores progressistas e da esquerda marxista do país onde conceitos como “cultura alienada” e “colonialismo” passaram a fazer parte do vocabulário desses setores sociais. No entanto foi na esfera cultural que os *isebianos* exerceram a sua maior influência. Os conceitos desenvolvidos por eles se constituíram em categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira, e foi através de dois movimentos político-culturais do início dos anos 60 os ideais políticos do *ISEB* se realizaram. O primeiro foi o *Movimento Popular de Cultura* do Recife, que teve como base de sustentação o *Movimento Alfabetização Solidária* desenvolvido pelo educador Paulo Freire. O segundo foi o *Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*, que teve como propósito político transformar a arte em um instrumento de transformação social.

A partir dos anos 1960 o *ISEB* se engaja totalmente na política Brasileira ao começar a defender as Reformas Base

propostas pelo presidente João Goulart. Esse período também é marcado pelo florescimento cultural brasileiro que vai defender a criação de uma arte politicamente engajada na busca pela verdadeira cultura nacional e popular.

Os Movimentos Culturais e o Renascimento Político da Década de 60 no Brasil.

A década de 60 foi marcada por uma efervescência político-cultural no país. O acirramento entre esquerda e direita foram sentidos por toda a década tanto no campo da política, quanto no da arte. A revolução cubana desencadeada em 1959 despertou na esquerda brasileira a esperança de que também era possível fazer uma revolução no Brasil nos moldes das revoluções cubana e soviética¹¹.

A idéia de romper com a “arte tradicional” e instalar uma arte engajada, que servisse como instrumento de conscientização do povo, era um dos principais projetos políticos da esquerda para o país. Essa nova concepção de arte procurava trabalhar com a idéia de construção de um movimento artístico genuinamente nacional e que buscasse através da edificação do *novo homem* resgatar a verdadeira cultura brasileira. Para isso seria necessário descobrir o verdadeiro homem brasileiro que, segundo os intelectuais de esquerda, se encontrava no campo.

O homem do campo passou a ser visto como o guardião da verdadeira cultura brasileira justamente por viver isolado dos grandes centros urbanos. O fato dele, teoricamente, não manter contato com as modernidades do capitalismo o fazia conservar uma pureza que já não se encontrava mais numa

¹¹ RIDENTI, Marcelo *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da televisão.*

sociedade capitalista. Esse *Romantismo Revolucionário* permeava o ideário das esquerdas nos anos 60. O desejo de romper com o capitalismo e criar uma sociedade baseada na vida no campo perpassava o imaginário desse período. essa idéia era defendida pelos artistas-intelectuais do *CPC da UNE*, que desejavam criar uma arte genuinamente nacional-popular.

A ideologia nacionalista que caracterizou os movimentos políticos e culturais dos anos 60 teve seu apogeu na década de 50, com o projeto nacional desenvolvimentista da Era Vargas. A política de industrialização de Vargas visava substituir as importações de artigos estrangeiros por artigos de fabricação nacional. O período compreendido entre o fim do Estado Novo 1945 e o golpe civil-militar será caracterizado pela disputa entre dois projetos, os nacionalistas que eram inspirados na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e os entreguistas que se apoiavam na ideologia defendida pela Escola Superior de Guerra (ESG), no liberalismo econômico e na agenda de segurança defendida pelos Estados Unidos.

O governo Juscelino Kubitschek, que dá continuidade ao nacional desenvolvimentismo de Vargas, foi marcado por diversas realizações administrativas. Juscelino criou o *plano de metas* um minucioso programa de governo que priorizava cinco setores *energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação*. Contudo, o grande número de obras realizadas pelo governo Juscelino fez-se à custa de empréstimos e investimentos estrangeiros. Através dessa política o governo internacionalizou a economia e aumentou a dívida externa brasileira permitindo que grandes empresas multinacionais instalassem suas filiais no país e controlassem importantes setores industriais como eletrodomésticos e automóveis. Os nacionalistas diziam que a política econômica de Juscelino tinha a vantagem de ser *modernizadora*, mas o defeito de ser *desnacionalizadora*. O projeto de nação de Juscelino passou a ser

difundido pelo ISEB (*Instituto Superior de Estudos Brasileiros*), que passou a funcionar como uma espécie de instituição legitimadora do pensamento desenvolvimentista do governo. Os intelectuais do ISEB procuraram "(...) '*fabricar*' um ideário nacionalista para se diagnosticar os problemas nacionais"¹².

A cultura brasileira sofreu na década de 40 uma grande influência da cultura americana. A política da boa vizinhança desenvolvida pelos Estados Unidos no final da segunda guerra mundial trouxe para o país os filmes americanos que passaram a vender moda e comportamento e que influenciaram, sobretudo, os estratos médios da sociedade brasileira. A imagem dos Estados Unidos como modo civilizatório influenciou a sociedade brasileira convencendo-a de que eles eram um modelo a ser seguido e foi em nome da modernidade brasileira que o "American Way of life" dominou tanto culturalmente- modo de andar, de comer de falar e de se vestir- quanto politicamente- pan-americanismo, know how militar. No entanto as áreas que foram vitais para a penetração da ideologia americana no país foram os meios de comunicação, a área da saúde e a alimentação. Na parte da comunicação- imprensa, cinema, rádio, análises de opinião pública e ciência / educação – é que ocorreria a maior difusão e divulgação da ideologia e da cultura americana. Na área da saúde estavam grandes projetos de combate à malária, melhorias no saneamento básico e na troca de tecnologia- recursos materiais e humanos- onde haveria parcerias com o ministério da saúde e da educação. Eles implementavam os projetos que teriam continuidade pelo ministério brasileiro. Na área alimentar também ocorreria algo semelhante com a área da saúde, segundo Gerson Moura em seu livro *Tio Sam chega ao Brasil*

¹² ORTIZ, Renato *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 2001.p.47.

(1984, p. 55) a super comissão da área alimentar em ação conjunta com representantes do Brasil e dos Estados Unidos pretendia

(...) (a) prestar assistência ao Brasil nos problemas de suprimento de alimentos decorrente da guerra; (b) dar ao Brasil os benefícios das técnicas norte-americanas na abordagem, a longo prazo, dos problemas agrícolas e nutricionais do país; (c) fortalecer o espírito da boa vontade entre Brasil e Estados Unidos por meio do programa agrícola operativo.

Essa influência impulsionou o surgimento de uma ideologia nacionalista no país na década de 50 que teve como símbolo a defesa do petróleo nacional. Essa campanha que foi iniciada pelo literato Monteiro Lobato ficou conhecida como o “petróleo é nosso”. O governo Vargas encampou essa campanha e criou a Petrobrás. Contudo, no fator econômico e cultural os Estados Unidos continuaram exercendo a sua influência tanto no governo de Vargas quanto no de JQ.

A efervescência da política nacional desenvolvimentista da década de 50 começou a colher seus frutos na década de 60. A ideologia nacionalista passou a influenciar todos os movimentos políticos e culturais. O nacionalismo impulsionou o amadurecimento político dos sindicatos, o que foi sentido quando os seus líderes resolveram criar a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) objetivando fortalecer o seu poder de reivindicação. A semilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro) agitou a esquerda que também se organizou em torno da ideologia nacionalista. O governo Goulart aos poucos ia se tornando um instrumento de representação dos setores progressistas que defendiam uma política nacionalista. Os setores conservadores, por defenderem uma política internacionalista eram chamados, como já foi dito, de entreguistas pela esquerda brasileira. Esse

embate ideológico fez parte do cenário político do país na década de 60. O nacionalismo foi a ideologia da esquerda brasileira no final da década de 50 e início da de 60. Os movimentos de esquerda do país propunham o surgimento de uma nova sociedade, que teve como princípio a expansão dos direitos civis para toda a população brasileira.

Os movimentos de esquerda dos anos 60 estiveram presentes em diversas manifestações culturais. A ideologia nacionalista passou a ser vista, por exemplo, nas peças de teatro, nos filmes, nas músicas e na literatura da época. No entanto a idéia de democratização da arte não foi defendida apenas pelos artistas dos anos 60. Essa ideologia construtivista começou a ser delineada nas décadas de 30,40 e 50. Na década de 30 ela foi percebida na criação da moderna arquitetura brasileira, na década de 40 foram as artes plásticas e nos anos 50 na poesia. Foram nessas décadas que os artistas se comprometeram com o projeto democrático em termos políticos e sociais. Os artistas Brasileiros dos anos 20 e 30 “(...) em nome de um projeto de unificação nacional abriram mão de suas propostas de renovação formal em troca de uma estética conteudística que apontasse os traços da identidade brasileira.” (NAVES in DELGADO E FERREIRA, 2003 p278). Nos anos 1940 e 1950, segundo Naves, a preocupação com a identidade brasileira e com a integração nacional foi substituída por projetos de cunho socialista.

No final dos anos 50 surgiu em São Paulo o grupo de teatro coordenado por Oduvaldo Viana Filho, O Vianinha, chamado *Teatro de Arena*, que encenou a peça do Gianfrancesco Guarnieri intitulada *Eles não usam Black tie*. Esse grupo teatral surgiu como uma alternativa ao importante *Teatro de Comédia* que procurava encenar textos estrangeiros através de superproduções e com grandes elencos. O *Teatro de Arena* inaugurava assim uma nova concepção cultural que procurava,

através da arte, tratar dos grandes problemas sociais que atingiam o país. Os cenários eram mais simples e o público alvo passou a ser o povo. Muitas vezes as peças eram encenadas em locais afastados do grande centro, sob a alegação de que o seu público alvo não tinha dinheiro nem para a passagem.

No cinema surgia o *Cinema Novo* que, com uma câmera na mão e uma idéia na cabeça, procurava retratar as mazelas da miséria brasileira. Os seus integrantes também estavam na busca do verdadeiro homem brasileiro. Através de uma ideologia de esquerda nacionalista, eles objetivavam desalienar as consciências da massa popular. Os primeiros filmes do Cinema Novo foram produzidos dentro do CPC como o famoso *Cinco vezes favela* que através de cinco episódios reproduziu o cotidiano da favela.

A efervescência política dos anos 60 exerceu influência sobre os jovens de classe média que sensibilizados com os problemas sociais do país ingressaram nos movimentos culturais da época. Essa efervescência política e cultural também esteve relacionada à expansão das matrículas universitárias aos setores médios da sociedade nos anos 50. A entrada desses jovens de classe média na universidade iniciou um processo de transformação do movimento estudantil, que até esse período não era dominado pela ideologia da esquerda. A esquerda universitária era, nos anos 50, composta pelos movimentos progressistas da Igreja Católica. No entanto foi nos anos 60 que a ideologia comunista foi predominante no movimento estudantil.

Na década de 60 surgiram duas novas correntes de esquerda que se colocaram como alternativas à política dominante do PCB. A AP (Ação Popular) e a POLOP, também conhecida como ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária). A POLOP surgiu reunindo pequenas tendências dissidentes do PCB em 1961. Ela tinha

uma boa inserção nos meios universitários. A sua orientação política era baseada na luta armada como forma de se alcançar o socialismo, e a sua ideologia era contrária a do PCB que era mais reformista.

A AP surgiu no seio do movimento estudantil em 1962 como um movimento autônomo, onde dominou a diretoria da UNE (União Nacional dos Estudantes). A AP é originária da JUC (Juventude Universitária Católica) movimento surgido em meados dos anos 50.

Além desses dois movimentos é importante mencionar as *Ligas Camponesas*, que surgiram no final dos anos 50. As Ligas eram compostas por lavradores, intelectuais e estudantes que defendiam a implementação da reforma agrária no país. As Ligas atuavam mais na região do Nordeste. O principal nome do movimento era o de Francisco Julião renomado advogado que depois foi eleito Deputado Federal, e ficou conhecido pela sua atuação em prol da reforma agrária. As *Ligas Camponesas* foram uma das principais fontes de influência dos movimentos políticos e culturais da década de 60, sobretudo pelo fato do homem do campo ter sido eleito o verdadeiro detentor da cultura nacional.

A classificação desses movimentos político-culturais dos anos 60 de românticos revolucionários pode ser considerada polêmica pela perspectiva de alguns estudiosos e até mesmo por parte dos participantes desses movimentos, uma vez que eles pretendiam ser modernos e, sobretudo, realistas. Contudo o fato deles serem nacionalistas e terem uma utopia autenticamente brasileira que colocou a arte a serviço das causas de contestação da ordem vigente demonstra que eles criaram um movimento que transita entre o realismo e o romantismo revolucionário. Embora tentando superar essas perspectivas é possível provar que ao buscar no passado os elementos para a construção de uma nova nação baseada na

verdadeira cultura popular brasileira eles acabaram mergulhando na utopia do romantismo revolucionário.

A Encontros com a Civilização Brasileira: a reconstrução do campo intelectual nos anos 70.

A editora *Civilização Brasileira* se constituiu, durante as décadas de 60 e 70, em uma das principais redes de sociabilidade do campo intelectual do país. A ditadura civil-militar deflagrada em abril de 1964 sufocou, num primeiro momento, os movimentos sociais mais organizados deixando os campos da produção científica e cultural relativamente livres. O grupo denominado “Grupo Civilização”¹³ pelo sociólogo Luiz Renato Vieira reunia intelectuais remanescentes do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), do *Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes* (CPC da UNE) e do *Comando de Trabalhadores Intelectuais* (CTI) além de intelectuais ligados ao *Partido Comunista do Brasil* e ao periódico *Correio da Manhã*. Em 1965 Ênio Silveira, intelectual e proprietário da Editora *Civilização Brasileira*, lançou um dos principais instrumentos de resistência à ditadura militar; a *Revista Civilização Brasileira* (RCB). Nesse periódico, intelectuais de diversas correntes políticas se reuniram em torno de um ideal: a luta pela restauração da democracia no país.

Em 1978, dez anos após a publicação da última *Revista Civilização Brasileira* (RCB), Ênio Silveira decide retomar este periódico alterando o nome para *Encontros com a Civilização Brasileira*. Aproveitando o sucesso obtido pela sua precursora ele buscou reconstruir o rico ambiente de debates do período 1964-1968. Esse novo periódico circulou até 1982 tendo sido lançados 29 volumes contendo antigos colaboradores da

¹³ VIEIRA, Luiz Renato *Consagrados e Malditos. Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, ed. Thesaurus, 1998.

editora, englobando-se nessa nova publicação a Escola de Sociologia da USP. A *Encontros com a Civilização Brasileira* conservava um caráter mais acadêmico, o que a diferenciava da RCB. Como nos afirma Ênio Silveira no primeiro volume da revista:

Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública, que lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de idéias essencial ao progresso cultural do país. (...) Com esse espírito e dedicada a tal propósito surge *Encontros com a Civilização Brasileira*, uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências, que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo.¹⁴

Em meados da década de 1970 o regime militar é redirecionado rumo a liberalização política pelo projeto de *distensão política* planejado pelo presidente Geisel que propunha uma abertura “lenta, gradual e segura”, em que o país seria reconduzido ao seu Estado de direito, mas sem a participação da sociedade civil organizada. Este projeto foi criticado por amplos setores da esquerda que o avaliaram como uma tentativa do governo de promover uma “transição por cima” e a uma “democracia de fachada”. Este período é marcado pelo processo de desestruturação do regime militar e o de reestruturação dos movimentos sociais no país. Através desse processo de abertura surgia uma nova esquerda dita mais pragmática e atuante nos movimentos sociais tais como sindicatos, associações de bairros e pastorais da Igreja Católica.

¹⁴ SILVEIRA, Ênio *Por quê e para quê? In Revista Encontros Com a Civilização Brasileira V.1.*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.p.07.

Estes movimentos podem ser definidos como de *resistência e luta democrática* contra o regime militar. Nesse processo o partido Comunista deixava de ser a grande referência de esquerda perdendo espaço para a nova esquerda.

O final da década de 1970 também significou uma mudança estrutural no meio artístico e intelectual. O regime ditatorial brasileiro, que anteriormente os havia perseguido, agora os englobava em suas estruturas através dos meios de comunicação como a Embratel (estatal) e rede Globo (que era privada, mas contava com incentivo governamental) além dos órgãos culturais estatais tais como a Embrafilme, a Funarte e o Serviço Nacional do Teatro, dentre outros. A indústria cultural também floresceu no campo fonográfico e no mercado editorial com a publicação de livros, revistas e jornais vendidos em bancas de jornal. O intelectual não era mais o engajado como no pré-64 onde ele ansiava pela transformação do país através da eliminação do capitalismo e da implementação do socialismo. Este havia direcionado o seu campo de ação dos meios sociais para os partidos políticos, um dos principais instrumentos de ação política da democracia (eleições diretas).

Parte do grupo de intelectuais atuantes na Civilização Brasileira representava uma continuidade daquela esquerda do período pré-64 que se empenhava em construir a transformação da sociedade e da supressão das suas mazelas. Entretanto, segundo alguns setores dos movimentos sociais, a sociedade não seria alcançada através da revolução socialista e sim da organização dos movimentos sociais e da participação popular nos processos decisórios do país.

A esta continuidade podemos citar a permanência da ideologia nacional desenvolvimentista no discurso dos intelectuais que atuaram na *Encontros com a Civilização Brasileira*. Hipótese que será desenvolvida na minha tese de doutorado que está em sua fase inicial.

A publicação da Revista se faz num momento político em que as próprias contradições do regime militar começaram a esfregar o governo obrigando-o a promover uma abertura política no país. As greves do ABC paulista e a anistia que gerou a volta dos músicos, políticos e intelectuais ao país criaram um ambiente propício à exposição de uma revista como esta que buscou, através de seus artigos, influenciar, orientar o debate político de um grupo de intelectuais de esquerda.

Conclusão

Apesar de o governo militar ter decretado o fim do ISEB com o decreto nº. 53.884 de 13 de abril de 1964 por ser identificado com o governo Goulart e de ser acusado de difundir a ideologia marxista, a ideologia isebiana permaneceu no discurso das esquerdas no final dos anos 1970, sobretudo no processo de formulação dos projetos políticos dos partidos. Este ensaio teve por propósito difundir uma discussão que será aprofundada na minha tese de Doutorado sobre a Revista Encontros com a Civilização e os intelectuais que nela atuaram e se engajaram na luta pela redemocratização brasileira.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento *Lutas democráticas contra a ditadura*, In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia, 1964...*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 332.

BERSTEIN, Serge *A Cultura Política* In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François *Para uma História Cultural*_Lisboa, Estampa,1998. p.349-363.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira, *Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano- O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*._Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p.243-282.

ÊNIO, Silveira *Por Que Para Quê* In *Encontros Com a Civilização Brasileira, v.1* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, P.-8.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) Rio de Janeiro, *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____ *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia, 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

KUCINSKI, Bernardo *O Fim da Ditadura Militar*. Coleção Repensando a História; São Paulo, Contexto, 2001.

MARTINHO, Carlos Palamones (org.) *Democracia e Ditadura no Brasil*. Coleção Comenius; Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª edição, São Paulo, Ática, 1978.

MOTTA, Luiz Eduardo P. da *A Época de Ouro dos Intelectuais Vermelhos: uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962- 1968*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1994.

MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo, FERRANTES, Vera B. (orgs) *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MOURA, Gerson *Tio Sam Chega ao Brasil. Penetração Cultural Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

RÉMOND, René (org.) – *Por uma História Política*. 2ª edição, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

RIDENTE, Marcelo - *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SIRINELLI, Jean-François *Os Intelectuais* In RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*; 2ª edição, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

VIEIRA, Luiz Renato *Consagrados e Malditos. Os Intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, Thesaurus, 1998.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

Deuda externa y derechos humanos: acumulación capitalista por desposesión de derechos

María Teresa Piñero¹

Universidad Nacional de Córdoba

Resumo

Este trabalho concentra-se na ligação entre a dívida externa e os direitos humanos, particularmente na Argentina, enquanto nos últimos anos a dívida se tornou o guia para um modelo nacional de desenvolvimento. Há alguns anos tem havido uma forte ligação entre dívida, como um dispositivo do poder do capitalismo e direitos humanos, uma vez que o refinanciamento permanente da dívida externa através de mecanismos disciplinares de poder os constituiu como instrumentos de controle e submissão tanto econômico quanto social. Isso está produzindo a desapropriação dos recursos que devem ser usados para enfrentar as condições de extrema desigualdade que a Argentina e os países da América Latina estão passando.

Palavras chave: Dívida Externa; Direitos Humanos; Argentina.

Resumen

Este trabajo enfoca el vínculo entre deuda externa y derechos humanos, particularmente en Argentina, en tanto en estos últimos años, la deuda se ha convertido en el orientador de un modelo de desarrollo nacional. Desde hace unos años existe una fuerte vinculación entre deuda, como dispositivo del poder del capitalismo, y derechos humanos, ya que el permanente refinanciamiento de la deuda externa a través de mecanismos disciplinadores de poder los han constituido en

¹ mariateresapinero@outlook.com.ar

instrumentos de control y de sometimiento tanto político como económico. Esto está produciendo la desposesión de los recursos que debieran ser utilizados para enfrentar las condiciones de extrema desigualdad por la que atraviesa tanto Argentina como los países latinoamericanos.

Palabras claves: Deuda externa-Derechos humanos-Argentina.

Abstract

This work focuses on the link between external debt and human rights, particularly in Argentina, while in recent years, debt has become the guide for a national development model. For a few years there has been a strong link between debt, as a device of the power of capitalism, and human rights, since the permanent refinancing of the external debt through disciplinary mechanisms of power have constituted them as instruments of control and submission both politically as economical This is producing the dispossession of the resources that should be used to face the conditions of extreme inequality that Argentina and Latin American countries are going through.

Keywords: External debt; Human rights; Argentina.

Deuda y derechos humanos

En 2015 la Asamblea de las Naciones Unidas aprobó, por 136 votos a favor y solo 6 en contra, una resolución que establece los principios básicos para los procesos de reestructuración de deuda soberana. La resolución, fruto de un gran esfuerzo del gobierno argentino basado en su propia experiencia, tiene el objetivo de poner en evidencia el efecto

devastador que implica dejar librado los procesos de reestructuración de deuda a la libertad de los acreedores².

Esta resolución nació como respuesta a las múltiples demandas de los Estados fuera del bloque de los poderosos que utilizan o consienten que los procesos de endeudamiento y refinanciación se conviertan en un mecanismo muy eficaz para aumentar la dependencia y extraer rentas de los países deudores.

Este rol de la deuda como mecanismo de desposesión de derechos, siguiendo a David Harvey (2004) no es algo exclusivo de los países en desarrollo. De hecho, son los países centrales los que concentran una cantidad de deuda mayor (pública y privada) tanto en valor absoluto como en proporción a su producción (Sassen, 2015). La deuda es un elemento consustancial al funcionamiento de la economía capitalista y en la última etapa de financiarización global ha adquirido una importancia mucho mayor, afianzando su rol de mecanismo por el cual todos los Estados, desarrollados o no, pierden soberanía frente al sector financiero y se convierte así, en el instrumento de una economía capitalista de “expulsión” como desarrolla Sassen (2015). La deuda externa vulnera derechos en materia de nivel de vida, empleo y soberanía, entendida como el derecho de cada pueblo a decidir su propio destino, al producirse una reducción sustancial de la satisfacción de las necesidades básicas. Asimismo, el alto porcentaje de los ingresos por exportaciones que se destinan al pago de la deuda, la baja del ingreso por habitante, la disminución de los presupuestos sociales en materia de salud, educación, vivienda,

² Procesos de Reestructuración de la Deuda Soberana, aprobados el 10 de septiembre de 2015 mediante la Resolución N° A/RES/69/319 de la Asamblea General de las Naciones Unidas en su sexagésimo noveno período de sesiones.

atentan contra la opción de una política de desarrollo soberana y al servicio de las mayorías.

Estos reclamos se pusieron de manifiesto en la Declaración de Santa Cruz de la Sierra de 2014, aprobada por el G-77 + China, en la que se afirmó que las crisis de deuda y los procesos de renegociación mayoritariamente se llevan a cabo en situaciones de una gran asimetría de poder a favor los fondos financieros especulativos en su papel como acreedores.

La declaración de las Naciones Unidas recoge estas demandas y, aunque la resolución de la asamblea no es vinculante, reconoce internacionalmente la necesidad de condicionar el derecho de cobro de los acreedores con el de desarrollo socioeconómico de los países deudores y el respeto a los derechos humanos.

Esto recoge lo que desde hace dos décadas es una de las principales preocupaciones del Comité de Derechos Económicos Sociales y Culturales de Naciones Unidas; el efecto negativo de la carga de la deuda y de las medidas consiguientes de ajuste sobre esos derechos en muchos países. Por otra parte, en los últimos años, tanto el Consejo de Derechos Humanos de ONU como la Asamblea General de la ONU señalaron que los Estados deben garantizar que los derechos y las obligaciones originados en un acuerdo sobre la deuda externa no sean incompatibles con sus obligaciones de satisfacer los niveles básicos de reconocimiento de los derechos humanos.

Ya en 2012, el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas aprobó los Principios rectores sobre la deuda externa y los derechos humanos. El principio 6 establece que los Estados deben asegurar que las actividades estatales relacionadas con "las decisiones acerca de la concesión y solicitud de préstamos, las de las instituciones internacionales o nacionales, públicas o privadas a las que pertenezcan o en las que tengan intereses, la negociación y aplicación de acuerdos

sobre préstamos y otros instrumentos de deuda, la utilización de los fondos, los pagos de deuda, la renegociación y reestructuración de la deuda externa, y, en su caso, el alivio de la deuda" no vayan en detrimento del "deber de respetar, proteger y realizar los derechos humanos". El principio 8 agrega que "toda estrategia de deuda externa debe concebirse de forma que no obstaculice el mejoramiento de las condiciones que garantizan el disfrute de los derechos humanos y debe estar destinada, entre otras cosas, a garantizar que los Estados deudores alcancen un nivel de crecimiento adecuado para satisfacer sus necesidades sociales, económicas y de desarrollo, así como cumplir sus obligaciones en materia de derechos humanos".³

Desde el año 2012 al 2015 se dieron los movimientos más productivos en las Comisiones de la ONU sobre la temática, así como una proliferación de informes y solicitudes de estudios para abordar el tema en los foros multilaterales. Esto se instaló en un momento en que los Estados de la región sudamericana se encontraban en un proceso de integración política de envergadura, con fuerte convergencia en asuntos de debate común y férrea voluntad de instalar la problemática de la deuda externa en estos espacios de discusión, teniendo en cuenta que en estos países la deuda es parte consustancial a las problemáticas de dependencia histórica. Así se cumplía con aquella máxima en relaciones internacionales que sostiene que los países más vulnerables deben actuar en base a estrategias de acorralamiento a los países por medio de presiones en organismos multilaterales para "atarlos" a considerar la posibilidad de cambiar las arquitecturas de los organismos, a

³https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session20/A-HRC-20-23_sp.pdf

fin de que accedan a producir transformaciones en orden al reclamo de sus posiciones desiguales.

No obstante Olmos Gaona, especialista en deudas externas ha marcado el carácter relativo e incompleto de estos procesos, no sólo porque carecen de fuerza vinculante, sino porque no atacan las verdaderas cuestiones que serían capaces de alterar el poder absoluto que tienen los acreedores internacionales sobre los países periféricos.

Así indica, que en relación al principio de la ONU sobre el tema: “El principio de sostenibilidad significa que las reestructuraciones de la deuda soberana deben realizarse de manera oportuna y eficiente y crear una situación de endeudamiento estable en el Estado deudor, preservando desde el inicio el derecho de los acreedores y a la vez promoviendo el crecimiento económico sostenido e inclusivo y el desarrollo sostenible, minimizando los costos económicos y sociales, garantizando la estabilidad del sistema financiero internacional y respetando los derechos humanos” y esto ratifica el derecho de los acreedores sin cuestionar en absoluto si lo que reclaman y piden se corresponde con el orden jurídico nacional e internacional, fantaseando sobre el desarrollo sostenible y minimizando los costos económicos y sociales. Indudablemente esto supone una contradicción flagrante, ya que el sistema de la deuda es incompatible con el respeto a los derechos humanos y al crecimiento”⁴.

Pero sobre todo introduce un punto interesante cuando sostiene que en todas estas resoluciones, siempre se preserva el derecho de los acreedores, pero no el de las naciones soberanas.

Esto nos lleva a preguntarnos si realmente sería posible pensar un derecho humano a “vivir sin deuda”, o es que esta es una cuestión de naciones o Estados y entonces ya no sería

⁴ <http://www.cadtm.org/La-Deuda-Externa-y-las-Naciones>

objeto de reclamos individuales sino colectivos. ¿Es posible realmente pensar la relación deuda externa-derechos humanos? Cuál es el colectivo de afectados por la deuda externa?

Argentina y la deuda

En Argentina es donde está adquiriendo verdadero sentido la posibilidad de articular ambos tópicos; deuda-derechos humanos a partir de la manera en que diversos movimientos sociales están equivalenciando otras demandas ciudadanas con un “derecho al desendeudamiento”, así por ejemplo el lema “vivas, libres y desendeudadas”⁵ recoge el clamor de un movimiento feminista de lucha contra la sociedad patriarcal que abarca varias demandas conexas; lucha contra el femicidio, por la ampliación de derechos políticos en la participación en los espacios electorales, y sobre todo a la despenalización del aborto o su legalización, que ya tiene media sanción en diputados y se está debatiendo en la Cámara de Senadores.

Se han hecho converger las demandas con la cuestión acotencial y dramática de la firma con el FMI que ha realizado el actual gobierno de Macri profundizando el endeudamiento que ya viene desde 2016 y que ha adquirido ribetes extraordinarios en la actualidad.

Este acuerdo se hace a cambio de un ajuste exigido por el FMI y consentido por el Gobierno para financiar los déficits producidos hasta ahora por efecto de la gestión expoliadora y monstruosa que ha llevado este gobierno desde su inicio.

Porque no debemos olvidar que el permanente refinanciamiento de las deudas externas latinoamericanas a través de estos mecanismos se han constituido en

⁵ <http://www.marcha.org.ar/vivas-libres-y-desendeudadas-nos-queremos/>

instrumentos de control y de sometimiento tanto político como económico, produciendo la desposesión de los recursos que debieran ser utilizados para enfrentar las condiciones de extrema desigualdad por la que atraviesan los países latinoamericanos. Así afirma Harvey (2004) que vemos surgir es una alianza entre poderes estatales y afán predador del capital financiero para crear una especie de «capitalismo buitre» que, por un lado, impulsa prácticas caníbales (economías de desposesión) y devaluaciones forzadas mientras que, por otro, pretende alcanzar un desarrollo global armonioso. Esto porque el capital sobrevive no solo mediante una serie de fijaciones/soluciones provisionales espacio-temporales que absorben los excedentes del capital de forma productiva constructiva, sino también mediante la devaluación y destrucción administradas como correctivo a quienes no consiguen mantener el ritmo y dejan de pagar sus deudas.

El tema de la deuda pública se enlaza para los países periféricos, a las mismas condiciones de acumulación, reproducción y distribución de su capitalismo. Un capitalismo que a la par que producía su matriz originaria dependiente de los ciclos del de los países centrales, instituía a la deuda pública como su principal mecanismo de sujeción. En 1968 los enfoques políticos más críticos, advertían ya entonces que el tema de la deuda pública era una muralla secreta para los gobiernos (Wionzex, 1968) pues implicaba un mecanismo de manejo nacional de las políticas internas, un motor de acumulación interno cortoplacista, pero estabilizador de insanos ciclos de desajustes fiscales y monetarios coyunturales.

La dictadura militar de Argentina de 1976 contrajo la mayor deuda externa; hasta entonces era relativamente pequeña- 7.800 millones de dólares-. En 1983, había ascendido a 45.100 millones, transformándose a partir de ese momento en totalmente impagable. Produciéndose incluso la

estatización de las deudas privadas de grandes corporaciones empresariales argentinas.

En la década de los 80 cuando los países latinoamericanos transitan del autoritarismo a la democratización, a nivel internacional, al mismo tiempo que comienza a instalarse el discurso globalizador, se enanca en una nueva fase de la dependencia para la periferia, en condiciones dramáticas por los efectos de la deuda externa. Así se destaca la “reaparición de las tendencias neocolonialistas” (French Davis, 1985) formada por las tendencias perversas de condicionalidades en las relaciones que las potencias industriales del norte, la banca internacional y los organismos multilaterales de financiamiento comienzan a establecer con los países periféricos⁶.

Es durante los años ochenta que las democracias constituyen su sentido fundacional en una correlación con el ajuste económico exigido para el pago de su deuda externa. “La crisis de la deuda externa demostró muy claramente nuestra debilidad y nuestra condición de exportadores de excedentes para los países centrales. Este hecho fue reconocido en todos los análisis internacionales de la crisis de la deuda en la década de los ochenta” (Dos Santos, 2002: 120). Los efectos del modelo de desarrollo de los sesenta-setenta se veían en esta década con la caída del empleo industrial por efecto de automatización, en el que la periferia se insertó en la trampa de crecimiento económico sin empleo por efecto de su imposibilidad de incorporar tecnología para el desarrollo y las limitaciones a nivel de productividad del desarrollo asociado, el crecimiento de la pobreza y la polarización económica se

⁶ A través de los “Programas de Ajuste Estructural” que establece el FMI en los años 80 como contrapartida al plan de ayuda para el pago de la deuda externa, que implicó un ajuste monetario en balanza de pagos de los países deudores como primera condicionalidad en ese momento.

acentúa en un contexto de crisis para la periferia, a tal punto que fue llamada la “década perdida”.

Las políticas impuestas requerían disminución del gasto público para el pago de la deuda. De esta forma se cambió deuda externa por deuda interna, reduciendo el gasto que debería atender las necesidades sociales. Sin embargo cada vez se exigía más ajuste fiscal, como resultado los Estados democráticos se deslegitimaban y la economía se desarticulaba y desorganizaba, ahogándose en la recesión y la depresión (Dos Santos, 2002:128 y sgtes.)

Pero además este ciclo de ajuste económico proveniente del exterior comienza a ser leído desde una necesaria inserción de los países en desarrollo, para salir de la “crisis” en los designados “nuevos parámetros del orden internacional”, que constituye el nuevo paradigma de la modernización, como lo fue para los sesenta la industrialización avanzada como estrategia de desarrollo.

En los años 90 el modelo de desarrollo estaba pensado como “modernización por internacionalización” En este marco, la modernización articulada a la internacionalización se puede resumir como la “integración a la economía mundial, combinada con la emulación de las pautas económicas, políticas y culturales prevalecientes en los países capitalistas avanzados” (Przeworski, 1998:22). La aceptación de este modelo estuvo legitimada, en el caso argentino, por una vasta circulación de discursos que prometían con esta estrategia la inserción en el primer mundo. Orientada a la imitación de la producción y el consumo, conforme a los modelos y prácticas de los mercados internacionales, consideró que la integración a los mercados internacionales abría oportunidades para la producción orientada a la exportación y que la apertura de los mercados internos, impulsaría una distribución más eficiente de los recursos.

Pero según sostiene Przeworski (1998: 31), “la internacionalización es, por definición, una estrategia competitiva...es inevitable que con esta estrategia haya ganadores y perdedores”. Esta cuestión alcanzó una fuerte constatación regional, ya que produjo un agudo aumento de la desigualdad económica, regional, sectorial y social entre los Estados y en su interior, que generó un crecimiento de tensiones, políticas y sociales.

Particularmente para los países del cono sur latinoamericano, el período 2003 – 2015 marca el inicio de una etapa postneoliberal de reconfiguración en las modalidades de relacionamiento estratégico (Simonoff, 2012) regional e internacional. En este contexto, las formas y los sentidos de la vinculación con los agentes, organismos y países que habían sido centrales durante los 90s son redefinidas al ritmo de las transformaciones democráticas internas. Se trata de estrategias de continuidad y/o adaptación, modificaciones y/o de rupturas en relación con el neoliberalismo que se definen en virtud de la naturaleza del bloque de poder, el grado de constitución, autonomía y protagonismo de los movimientos sociales, la orientación político ideológica de las fuerzas políticas gobernantes y las modalidades de inserción en el orden internacional de cada Estado (Leiva Letelier, 2011).

En este sentido, Argentina desarrolló, desde el año 2003 un conjunto de estrategias de vinculación internacional orientadas a asegurar que las distorsiones creadas por la acumulación de capital (en su modo histórico) y que configuran el orden internacional, se mantengan dentro de los parámetros compatibles con el rol de un Estado nacional para renegociar ámbitos de acción del capital productivo nacional y profundizar el mercado interno, reorientando la apropiación y distribución del excedente.

En este contexto las medidas de política internacional que van desde el desendeudamiento, el debate y posición sobre los fondos buitres, las vinculaciones con países considerados estratégicos, la jerarquización de vínculos y acciones con Sudamérica, la permanente presencia “confrontacionista” en los organismos internacionales, el posicionamiento en negociaciones de gran relevancia como las de cambio climático, puede pensarse que se articulan a una posición de relacionamiento estratégico que enfatiza la búsqueda de posiciones propias que derivan en un juego de aceptación y negación de los condicionamientos externos. De igual manera la participación decidida en el G20 y el trabajo para su aceptación en los BRICS, la negativa al ALCA y el cuestionamiento a la Alianza del Pacífico, son opciones ideológicas que se enmarcan en la elección de participación en foros de coordinación que reflejan una nueva concepción del multilateralismo capaces de alterar la distribución global de poder luego de la crisis financiera del 2008 (Gobbi, 2013, Busso, 2014).

Finalmente cabe sostener que atravesamos una nueva etapa desde la asunción de Macri marcada por el acuerdo con los fondos buitres que permitió la colocación masiva de deuda, tanto del sector público nacional, como el provincial y privado. Esos dólares financieros fueron indispensables para estabilizar el mercado cambiario dejando atrás las regulaciones a la compra de divisas. También para levantar las trabas administrativas a las importaciones, tanto las de insumos y maquinarias necesarias para la producción nacional, como las de bienes finales de consumo utilizadas junto a la estabilidad del dólar, como una herramienta para disciplinar a los formadores de precios e, indirectamente, a los reclamos salariales de sus trabajadores.

La deuda aparece como condición de posibilidad de desarrollo nacional e inscrita en un esquema neoliberal en el que su restructuración se ata a la lógica del mercado financiero, invirtiéndose así el pacto de lectura de la memoria argentina sobre la deuda pública, de tragedia como fue durante toda la historia a farsa como se instala en la actualidad en Argentina.

En este contexto pensamos las representaciones de los legisladores sobre la deuda argentina en ocasión de la primera ley tratada en el Congreso con la nueva gestión Macri. Ley que cierra una etapa en el tratamiento de la deuda pública argentina y que instauro un nuevo ciclo inscripto en una lógica que podemos sintetizar como *de reestructuración de la deuda pública por mecanismos de mercado*.

El proceso de reestructurar deuda soberana por medio de atracción de inversiones extranjeras cuyas condiciones de mercado se definen en el escenario de la política monetaria de la Argentina, como dijimos se inscribe en un proceso de políticas de desarrollo nacional por endeudamiento internacional. Macri acaba de colocar bonos, por decreto, de la deuda pública a 100 años con una tasa de interés del 7% (cuando los países están pagando entre el 3 y 4%). Esto supone que durante 86 años Argentina pagará intereses, continuando, de esta manera lo que es una nota de la nueva administración: por año el Gobierno está aumentando en 35.000.000 millones de dólares según datos del Ministerio de Hacienda de la Nación, la deuda pública y más del 70% está contraída en dólares, y durante este año lo que más ha aumentado en el gasto público ha sido la carga de intereses de la misma.

Este proceso se instala como política desde enero del 2016 cuando el Banco Central y la Comisión Nacional de Valores autorizan a inversores extranjeros a comprar títulos de la deuda que emite la autoridad monetaria, Lebac y Nobac, que marcan

referencias de tasas de interés en el mercado.⁷⁸ Y se va completando con la desregulación del sistema financiero a través de comunicados del Banco Central que eliminan controles a la financiarización, se va consolidando como mecanismo de estabilización de políticas públicas en el ciclo inflacionario y se argumenta, desde sus inicios, como motor de un cambio en el modelo de desarrollo de la Argentina.

La reestructuración de deuda soberana sujeta al mercado implica que el mercado de la deuda internacional fija sus condiciones, y esto está ligado tanto los cambios experimentados en los últimos años en esa lógica como a la decisión ideológica de adecuarse a ella.

En los años ochenta los países deudores- que siempre son los emergentes- negociaban de forma directa con sus acreedores, en general un número reducido, institucionalizado a través de bancos extranjeros en su mayoría ordenados por un número limitado de organismos internacionales. Las deudas soberanas se contraían con esos bancos y bajo ese régimen no era común que los Estados fueses demandados por falta de pago ya que “Las entidades acreedoras no buscaban la rentabilidad a corto plazo, era un típico negocio bancario, dentro del cual, también, se especulaba con continuar desarrollando actividades comerciales con países endeudados” (Tussie, 2015: 210).

⁷ Como parte de la política de seducción a los fondos especulativos realizada en Argentina desde que asume Macri incluye levantamiento de la obligación de retener los bonos del Estado nacional por 72 hs. que se utilizan para el contado con liquidación, además de eliminar la obligación del encaje del 30% que debían constituir inversores extranjeros durante un año si querían invertir en el país, además de otras medidas de desregulación de los mercados financieros.

⁸ Comunicaciones del Banco Central “A” 5865 de 2015 de *Eliminación de restricciones a su tenencia y negociación. Derogación de la Comunicación “A”.5206 y su reemplazo por una nueva normativa*

El mercado de los títulos de deuda de los países latinoamericanos endeudados adquirió una alta liquidez a partir de los llamados “Bonos Brady” de 1989 que fueron nuevos instrumentos titularizados emergentes del plan Brady y que surgen de la forma de reestructurar la deuda iniciada en los años 80. Estos planes de “ayuda” comenzando con el Baker actuaron, al decir de Tussie, como zanahorias para cada país latinoamericano, ya que por las facilidades ofrecidas precipitaron el abandono de las pretensiones de renegociar la deuda en bloque, tal como había propiciado Argentina en esa década democrática. En efecto y acordando con Tussie la historia de los planes para reestructurar deuda pública en Latinoamérica está atado a la defección que hace la región los años 80 de negociar la deuda como bloque, y en ese contexto el poder creciente del FMI, el BM y el bloque de acreedores formado por bancos privados aparece con reglas homogéneas para todos los deudores, con los que se negociaría de forma individual quebrando así el poder de resistencia y condicionalidad de la deuda.

Esto cambia en los años noventa cuando la base inversora se atomiza y se diversifica y los instrumentos de deuda son emitidos bajo diferentes legislaciones y monedas. La financiación se hizo preponderantemente por la emisión directa de bonos con un gran número de tenedores de todo el mundo totalmente heterogéneos. Esta diversificación traerá problemas jurídicos laterales, como el establecimiento de las condiciones de los contratos con los inversionistas que incluye la famosa delimitación de la jurisdicción, lo que se inaugura para Latinoamérica con los bonos Brady al imponer la jurisdicción de la ciudad de NY ante eventuales litigios. La aparición del negocio de la deuda incluirá un shopping de derechos para el arreglo de los litigios.

A partir de este momento la deuda se convierte en un entramado complejo cuyo manejo se articula a las lógicas del mercado de capitales que se enlaza a su vez con las formas de política nacional de financiar su déficit. Ya no somos deudores de grandes bancos u organismos internacionales o clubes sino de miles de inversionistas privados, que pueden comprar los bonos de la deuda con los excedentes de sus ingresos por jubilación.

A su vez esta transformación aparece como un enmascaramiento a la cuestión del *riesgo moral* del manejo de la deuda. La deuda siempre es socialmente ruinoso, pero es más difícil comprender su impacto cuando se enmascaran sus riesgos políticos y sociales bajo la fachada de la lógica de los beneficios de las inversiones privadas extranjeras, que se guían por el funcionamiento de la lógica del mercado internacional. En efecto, frente al discurso del peligro del endeudamiento como motor del desarrollo, de la irresponsabilidad política de comprometer deuda a los próximos gobiernos, de trasladar sus costos a los ciudadanos, ya por vía impositiva, ya por costo social u otros, la equivalencia endeudamiento=inversión extranjera parece generar aceptación o complacencia.

La segunda mirada tiene que ver con la decisión ideológica política sobre la forma de posicionarse frente a la deuda, y entonces su consideración como *sujeta a posibles reestructuraciones soberanas por medio de acuerdos multilaterales*, aparece otra lógica. Aquí los países periféricos endeudados toman la opción de ir a los foros internacionales e interpelar el cambio de normas internacionales como estrategia de presión frente a los Estados más poderosos. Se intenta modificar el contexto normativo de sus relaciones con el adversario, como una vía para forzarlo a cambiar su comportamiento al mismo tiempo que se establece una alianza implícita con los otros Estados, igualmente vulnerables en la materia de que se trata

con lo cual se sellan alianzas. Esto es lo que hicieron los países latinoamericanos en el periodo 2003-2015 por medio de alianzas y estrategias comunes integracionistas y defensivas que los llevaron a plantear posiciones confrontacionistas, existía una convergencia ideológica y una apuesta regional decidida.

Desde la llegada de Macri al poder en Argentina, la decisión ha sido abandonar todo intento de reestructurar los campos de poder en espacios multilaterales, evitando participar de los públicos estatales, y manifestando la voluntad de estar en los comerciales-empresariales. Por ello Argentina es sede de un acontecimiento central en nuestro país en términos de construcción neoliberal; la dinámica de negociaciones que tienen lugar en el ámbito del G 20, tradicional grupo empresarial. En el mismo orden el ingreso a la OCDE que promulga el país hizo que durante el primer año de gobierno, se recibieran seis misiones de la OCDE, buscando acelerar este proceso de admisión. En Junio de 2016, el presidente Macri asistió a la Cumbre de Presidentes de la Alianza del Pacífico celebrada en Puerto Varas, Chile, y solicitó formalmente la condición de país “observador”, manifestando así la plena ilusión de formar parte de las nuevas alianzas de poder en un decidido intento de dar un brusco giro a las políticas exteriores del anterior gobierno.

Así entramos a la segunda fase en términos de reestructurar deuda pública, contrayendo más a cambio de la dirección del FMI. En efecto el gobierno en un contexto de endeudamiento extraordinario tuvo que recurrir al FMI como en los años 90 por un crédito stand-by por hasta 50.000 millones de dólares durante tres años, que implica una política de ajuste para los ciudadanos tal como se confirma en este momento al conocerse el paquete de documentos donde los técnicos del organismo multilateral ofrecen detalles hasta

ahora desconocidos del acuerdo que habilitó el préstamo. Los lineamientos fiscales que guiarán la política económica hacia un ajuste de 500.000 millones de pesos a lo largo de los próximos tres años estarán acompañados por profundos cambios en el esquema de política monetaria y cambiaria. Entre los elementos del ajuste ciudadano identificados figura “la reducción del salario real de los trabajadores públicos” fijando un techo nominal para los incrementos del 8 por ciento hasta junio de 2019. “Reducir la nómina salarial ajustando el empleo público a través del recorte sostenido de empleados no prioritarios en 2018 y congelando las contrataciones en la administración federal”, sostiene el informe interno elaborado por el staff del organismo multilateral que fue remitido un mes atrás a las autoridades del FMI. Con esa evaluación de las medidas propuestas por Argentina, los miembros del directorio aprobaron el préstamo extraordinario que solicitó el gobierno de Mauricio Macri para intentar frenar la crisis. La publicación del documento se postergó al punto que excedió los plazos previstos en la política de transparencia del Fondo.

Resulta interesante que el propio acreedor advierte sobre la vulnerabilidad en que se coloca la Argentina al seguir contrayendo más deuda, así advierten los técnicos del organismo: “Persisten riesgos considerables para la sustentabilidad de la deuda”, Entre los elementos que destaca el FMI figura “la gran participación de la deuda en moneda extranjera (lo que hace que la dinámica de la deuda de Argentina sea susceptible a un debilitamiento sostenido del tipo de cambio real) y las grandes necesidades de financiamiento externo que, según la experiencia internacional, ha demostrado ser un fuerte predictor de una crisis de deuda”.

La historia se repite, Argentina se muerde su cola, que es ya pura deuda. La diferencia con los años anteriores es que la

deuda “está en la calle”. Es objeto de reclamos, manifestaciones sociales, marchas y articulación con otras luchas. Esto marca un horizonte de posibilidades para que “vivir sin deuda” sea activado realmente como un derecho humano.

Bibliografía:

Busso, Anabela (2015) “Los vaivenes de la política exterior argentina re- democratizada (1983 – 2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos”, en Estudios Internacionales Nro. 177, pp. 9 – 33.

Dos Santos, Theotonio (2002) *La teoría de la dependencia. Balances y Perspectivas*, Plaza & Janés S.A, México.

French Davis, Ricardo (1985) América Latina frente a la Internacional Monetaria, en: Revista Nueva Sociedad: 30 años de Nueva Sociedad. 180-181. Venezuela. 2002

Gobbi Hernán. (2013) “La nueva gobernanza económica internacional”, en: Revista de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de La Plata. Año 22-Nº 45.

Harvey, David. (2004) *El Nuevo Imperialismo*, Madrid, AKAL

Leiva Letelier, Francisco. (2011/05/31). *Sesión 1: El postneoliberalismo en América Latina*. Del seminario El postneoliberalismo y sus contradicciones, de la Secretaría de Investigación y Estudios de Posgrado de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), México. Recuperado de <https://posneoliberalismo.wordpress.com/2011/06/02/sesion-1-el-posneoliberalismo-en-america-latina-presentacion/>

Nudelsman, Susana: “¿Es posible mejorar la reestructuración de las deudas soberanas?” en: Revista *Problemas del desarrollo*, 184 (47), enero-marzo 2016.

Przeworsky, Adam. (1998) "Antecedentes: Modernización vía Internacionalización" en: PRZEWORSKI, A. (comp.) *Democracia Sustentable*, Paidós, Bs.As.

Simonoff, Andrés. (2012) *Teorías en movimiento. Los orígenes disciplinares de la política exterior y sus interpretaciones históricas*. Prehistoria ed. Rosario.

Sassen, Saskia (2015). *Expulsiones. Brutalidad y Complejidad en la economía global*. Katz Editores, Buenos Aires, Argentina.

Tussie, Diana, (2015), *La concertación de deudores: las negociaciones financieras en América Latina*. *Análisis*, No. 20, Enero-abril 2015, pp. 197-215

Wionczek, Miguel (1969) *El endeudamiento público externo y los cambios sectoriales en la inversión privada extranjera de América Latina*. En: Jaguaribe, Ferrer y otros. *La Dependencia Político-económica de América Latina*. Siglo XXI Editores, México.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019

A arte dos saberes e dos sabores da culinária da Candelária no Morro da Mangueira¹

Mônica Neustadt²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

Resumo

A proposta do artigo é apresentar a importância da comida no cotidiano dos moradores da Candelária, localidade que pertence ao complexo de favelas da Mangueira, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A ideia é abordá-la em uma perspectiva cultural, como mediadora de relações entre os sujeitos, de sociabilidades, de trocas afetivas, de memórias, de lembranças, sobrepondo o aspecto funcional da alimentação. Comida cheirosa, bem temperada, de dar água na boca. Não precisa ser em dia de festa não. Ao circular pelos becos da Candelária na hora do almoço é possível sentir esse aroma de abrir o apetite até dos mais exigentes. Tradição da culinária que veio de várias partes do país, passou de geração em geração e que ainda permanece na maneira peculiar de preparar os alimentos, de combinar os ingredientes e de transformar uma simples refeição em um belo banquete.

Palavras-Chave: Saberes; Culinária; Candelária.

Resumen

El propósito del artículo es presentar la importancia de los alimentos en la vida cotidiana de los residentes de Candelária, una localidad que pertenece al complejo de favelas de Mangueira, en la Zona Norte de Río de Janeiro. La

¹ Trabalho apresentado no Simpósio CULT 10 – Comunicação, Arte e cidade: Territórios e comidas do VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ. Email: monicaneustadt@gmail.com

idea es abordarlo desde una perspectiva cultural, como mediador de relaciones entre sujetos, sociabilidad, intercambios afectivos, recuerdos, recuerdos, superponiendo el aspecto funcional de la comida. Olor, comida bien sazónada y deliciosa. No tiene que ser un día de fiesta. Mientras paseas por los callejones de Candelaria a la hora del almuerzo, puedes oler ese aroma de apetito que incluso los más exigentes. La tradición culinaria que ha venido de varias partes del país ha pasado de generación en generación y aún se mantiene en la forma peculiar de preparar alimentos, combinar ingredientes y convertir una comida sencilla en un hermoso festín.

Palabras clave: conocimiento; Cocina Candelaria

Abstract

The purpose of the article is to present the importance of food in the daily lives of the residents of Candelária, a locality that belongs to the Mangueira favela complex, in the North Zone of Rio de Janeiro. The idea is to approach it from a cultural perspective, as a mediator of relationships between subjects, sociability, affective exchanges, memories, memories, overlapping the functional aspect of food. Smelling, well-seasoned, mouth-watering food. It doesn't have to be a party day. As you stroll through Candelaria's alleys at lunchtime, you can smell that appetite-pumping aroma of even the most demanding. The culinary tradition that has come from various parts of the country has passed from generation to generation and still stands in the peculiar way of preparing food, combining ingredients and turning a simple meal into a beautiful feast.

Keywords: Knowledge; Cooking; Candelaria.

Introdução

Depois de cinco anos voltar à Candelária como pesquisadora foi um momento de muita alegria, de expectativa e, ao mesmo tempo, de lembranças. Como será que está a comunidade depois desse período? Fui de metrô e entrei na favela a pé e logo avistei moradores sentados em volta de uma TV assistindo a um jogo da Copa do Mundo. Comecei a caminhar e observar os muros das casas que possuíam marcas desbotadas de pinturas do campeonato de 2014. No terraço de uma das residências, pessoas também vibravam com a partida do Mundial de futebol.

Estava um céu cinzento, um friozinho, chuviscava em uma manhã de um sábado de Outono um tanto quanto “preguiçosa”. Sabia que alguns idosos que entrevistei ao longo do trabalho de campo para a minha dissertação tinham falecido: Dona Adineva, Seu Mangueira e Dona Selene. No entanto, a sensação de voltar à comunidade que pertence ao complexo de favelas da Mangueira, na Zona Norte do Rio de Janeiro, era bem parecida com aquela do início da minha pesquisa lá no Mestrado, em que buscava registrar na memória todos os detalhes de sons, cores, aromas, sensações, se pudesse filmava tudo com os olhos e guardava cada detalhe.

De acordo com Paul Claval (2012), a paisagem e a afetividade permitem que as sensações apareçam para o geógrafo e, nesse contexto, podemos incluir o trabalho do pesquisador. No entanto, o autor salienta que a observação é muito mais complexa do que se possa imaginar.

Com relação à minha pesquisa, a proposta é iniciar o trabalho de investigação sobre a importância da comida no cotidiano dos moradores da Candelária, como mediadora de relações entre os sujeitos, de sociabilidades, de trocas afetivas,

de memórias, de lembranças, sobrepondo o aspecto apenas funcional da alimentação.

Como metodologia desse artigo utilizaremos uma revisão bibliográfica abordando os principais conceitos tratados no trabalho bem como o referencial teórico do antropólogo Clifford Geertz (1989) que utiliza a etnografia como método de coleta e descrição densa das práticas simbólicas cotidianas. Para se compreender melhor a questão da descrição densa, o autor (1989) detalha os cuidados na realização da pesquisa de campo, já que é necessário interpretar o código socialmente estabelecido pelo grupo que, normalmente, não é “dado”. Dessa forma, o investigador, além de utilizar ferramentas técnicas como um caderno de anotações ou um gravador durante o trabalho de campo, precisa ter uma percepção aguçada para tentar compreender o grupo.

A pesquisa será de cunho qualitativo na qual utilizaremos no trabalho de campo a técnica de observação participante, como ferramenta etnográfica, com o objetivo de identificar, detalhar espaços simbólicos e sociabilidades entre os atores sociais e o objeto de estudo. Nesse contexto, serão realizadas entrevistas semiabertas em profundidade com o jovem cozinheiro Juan Fortunato, de 15 anos, e com a mãe dele, Joyce Pinto, uma doceira conhecida dentro da comunidade.

É fundamental ter em mente que durante uma pesquisa etnográfica mais do que saber perguntar é imprescindível saber ouvir, ter sensibilidade pelo relato do outro e fazer com que ele apresente os caminhos que se deve percorrer. É uma construção conjunta, não é um conceito dado, que está pronto e pretende-se comprovar. Corroboramos com o pensamento de Maffesoli (1985) quando afirma que: “a irresponsabilidade do intelectual reside em *responder* pelos outros, talvez mesmo *em responder em lugar dos outros*; o intelectual tem é de escutá-los” (1985, p. 202).

Utilizaremos como referencial teórico autores como Luce Giard (2013) no que tange à questão da prática de cozinhar, Rogerio Haesbaert (2004) para abordar o conceito de território, Doreen Massey (2004) quanto à abordagem do espaço como um produto de inter-relações,

Michel de Certeau (1994), ao trabalhar o espaço como um “lugar praticado” e Massimo Montanari (2013) quanto à perspectiva do gosto fazer parte do patrimônio cultural das sociedades.

Memórias da Cozinha

Um apaixonado por gastronomia que aprendeu a cozinhar com o avô materno.

Eu vi ele na cozinha e “tava” vendo que ele “tava” “descosta’ fazendo alguma coisa com o braço bem rápido. Quando eu vi, ele “tava” descascando camarão. Aí eu falei: - Vô, posso te ajudar? Aí ele falou: - pode, vem. Aí, ele me ensinou a limpar camarão e fritar. Aí, ele preparou um bobó de camarão” (FORTUNATO, 2018).³

O relato empolgado é de Juan Kaique Pinto Fortunato, de 15 anos, morador da Candelária. O adolescente tinha 8 para 9 anos quando foi oficialmente “iniciado” na culinária pelo falecido avô materno. Mas a vontade de aprender a cozinhar começou antes, aos seis, quando o jovem fez o primeiro bolo, de fubá com ervas doces, com o auxílio da mãe.

Compartilhamos com o pensamento de Luce Giard (2013) no que tange à questão da prática de cozinhar como lembranças de histórias miúdas.

Cozinhar é o suporte de uma prática elementar, humilde, obstinada, repetida no tempo e no espaço, com raízes na

³ Trecho da entrevista de Juan Kaique Pinto Fortunato realizada em 16 de junho de 2018.

urdidura das relações com os outros e consigo mesmo, marcada pelo “romance familiar” e pela história de cada um, solidária das lembranças de infância como ritmos e estações (GIARD, 2013, p.218,219).

Já Stengel (2014, p.39) afirma que a herança familiar como o despertar de interesses por produtos, sabores, maneiras à mesa, costumes regionais formam o nosso patrimônio ou capital cultural individual. É importante salientar que “a memória e a herança familiar desempenham um papel fundamental na construção do indivíduo ‘comedor’⁴.” (Idem, p.39). Dessa forma, nascemos em uma cultura alimentar e gastronômica, interagimos com esses valores alimentares, com a valorização desse patrimônio e atribuímos a eles símbolos sociais provenientes de raízes próximas ou distantes no tempo.

Com relação às raízes próximas ou distantes no tempo, em se tratando da família de Juan, sua avó materna veio com o irmão do Paraná para a Candelária, onde seu pai morava. Ela constituiu família e criou os filhos na comunidade. A mãe de Juan, Joyce, tem dois filhos e permanece no morro. É importante voltar um pouco na história dessa família que, diferentemente de boa parte dos moradores da Candelária que são provenientes de Minas Gerais, essas três gerações tem um amor pelo ato de cozinhar que transborda na fala e no brilho nos olhos.

Eu gosto mais de fazer a parte doce. É como se fosse uma ciência, a culinária. A gastronomia na parte salgada, é exatas, mas na parte doce, é humanas. Você pode dar seu jeitinho, seu toque. Se você colocar uma pasta americana, você colocar açúcar, vai continuar por que ela é feita de açúcar, não vai ficar muito doce, exagerado. Mas se você colocar uma pitada a mais de sal, em qualquer comida, ela vai ficar muito

⁴ A palavra comedor refere-se àquele que come, sendo uma tradução literal da autora.

salgada. Então, por isso que eu falo que a culinária, gastronomia é exatas e pâtisserie, que é o doce, é humanas (FORTUNATO, 2018).

Entrevistamos também a doceira Joyce Pinto, de 31 anos, mãe de Juan. Assim como o filho, cozinhar é um prazer, não apenas uma obrigação cotidiana em preparar as refeições para a família. O aprendizado do ritual da culinária aconteceu a partir de uma curiosidade na infância.

Uma vez minha mãe “tava” dormindo e eu cismeí que tinha que fazer um café pra ela, da manhã. Então, eu fiz um bolo solado e o café, eu coei com água gelada. Ela comeu, falou assim, filha, não tá ruim, mas quando você puder, você procura saber melhor

como faz. Aí, desde então, eu comecei a fazer. Como ela ficava muito tempo fora, eu fazia, comecei igual ao Juan, que eu ensinei também: arroz, aí com o tempo por conta da panela de pressão, eu fui aprendendo a cozinhar o feijão. Aí com o tempo, eu fui aprimorando o conhecimento (PINTO, 2018)

⁵.

Conhecimento esse que veio da avó, que não chegou a ensinar o passo a passo das atividades. Joyce aprendeu com os movimentos ágeis e habilidosos da mão da matriarca a partir da observação.

Depois quando eu tinha doze anos, eu fui morar com a minha avó, era do lado. Minha avó também cozinha muito bem. Aí, ela me ensinava a fazer as coisas, por que ela também trabalhava, eu ia pra escola, ela deixava os afazeres anotados que eu tinha que fazer e uma das partes, era a comida. Desde então, eu peguei gosto também. (PINTO, 2018)

⁵ Trecho da entrevista de Joyce Pinto realizada em 16 de junho de 2018.

De acordo com Giard (2013), “desde que alguém se interessa pela arte da culinária, pode constatar que ela exige uma memória múltipla: memória de aprendizagem, memória dos gestos vistos, das consistências” (GIARD, 2013, p. 219.)

Além disso, o ato de cozinhar permite resgatar memórias afetivas dos sujeitos por meio de sons, aromas, sabores, cores e texturas de alimentos. De acordo com Stengel (2014, p.26), “importa reabilitar no imaginário o prazer culinário cotidiano em casa, no lugar da ação alimentar da simples necessidade fisiológica. Reter a memória gastronômica de seus avós e também nossa, nos reconecta com uma via alimentar digna de uma *art de vivre*”. O autor acrescenta ainda que não apenas a maneira de cozinhar, mas até os utensílios, os objetos da mesa, o *savoir faire* são carregados de lembranças e de afetos. “O uso regular ou pontual desses objetos, como um caderno de receitas da avó, é um pouco como a nossa Madeleine proustiana”⁶ (Idem, p.26)

E por falar em caderno de receitas, Joyce está começando a organizar o dela, com medo de esquecer os “segredinhos” de sua culinária. “Por enquanto “tá” pouca por que “tá” tudo na cachola. Mas eu andei passando por que com a idade, a gente pode ir esquecendo, até os segredinhos, aí eu passei a anotar agora (PINTO, 2018).

Mas a doceira da Candelária não segue apenas a cachola na hora de elaborar uma receita diferente. Se tem alguma dúvida, pede auxílio ao *google* ou quando não “leva fé” na combinação de algum ingrediente, utiliza a criatividade e faz adaptações.

Eu vejo uma receita que alguma coisa não me agrada, então, eu adapto pra mim. Um exemplo é pão de mel. Por que o pão de mel é muita especiaria, a receita que eu peguei. Só que a minha, eu adaptei pra mim. O que eu gosto, é o que os meus

⁶ Tradução literal da autora.

cliente[sic] comi [sic]. Na minha receita, não tem muitas especiarias, só entra o que é o essencial: que é o cravo e a canela. (PINTO, 2018).

O adolescente Juan também segue os passos da mãe e gosta de inventar na cozinha, sem uma receita pronta. “Primeiro vem uma receita na mente... Será que posso juntar isso com isso? Vai ficar bom? Aí eu vou lá e pesquiso. Eu sou um curioso na gastronomia, eu adoro inventar as coisas” (FORTUNATO, 2018).

Cada cozinheira tem o seu repertório, suas grandes árias de ópera para as circunstâncias extraordinárias e suas canções simples para o público familiar, seus preconceitos e seus limites, suas preferências e sua rotina, seus sonhos e suas fobias. À medida que se adquire experiência, o estilo se afirmar, o gosto se apura, a imaginação se liberta e a receita perde sua importância para tornar-se apenas ocasião de uma invenção livre por analogia ou associação de ideias, através de um jogo sutil de substituições, de abandonos, de acréscimos ou de empréstimos (GIARD, 2013, p. 271).

No próximo item deste artigo, vamos abordar a questão da comida como anfitriã dentro da Candelária. Os moradores gostam de se reunir para celebrar seja um aniversário, uma união ou simplesmente assistir a uma partida de futebol. O importante é se encontrar e comer.

“O churrasco é a cara do morro”

O pessoal da Candelária é festeiro, se reúne em datas comemorativas como aniversários, Dia das Mães, dos Pais ou até mesmo um simples jogo de futebol na televisão já é motivo para se confraternizar e comer... Imagina em Copa do Mundo ... Esse ano, com as partidas do mundial na Rússia, não foi

diferente. Moradores se encontraram para assistir aos jogos do Brasil na Rua Graciete Matarazzo, mais conhecida como a Rua de Baixo, no topo do morro e nas residências, como aconteceu na casa de Juan.

A culinária morraica, ou seja, a arte de cozinhar na Candelária tem características bastante peculiares e interessantes de se observar. Ao serem perguntados sobre a comida que não pode faltar nas comemorações, os moradores já têm a resposta na ponta da língua: “Qualquer coisa é churrasco, churrasco. Alguém nasceu, churrasco. É aniversário, vamos fazer churrasco. É o prato principal. O churrasco é a cara do morro” (FORTUNATO, 2018).

Mas sem engana quem pensa que as confraternizações tem no cardápio apenas churrasco. Há outros acompanhamentos que fazem parte do banquete: “a macarronese e a salada de maionese, elas são complemento do churrasco. Elas não podem faltar. E a farofa também” (FORTUNATO, 2018).

Reunir amigos e parentes para um churrasco não é uma atitude exclusiva do pessoal da Candelária; o carioca e o brasileiro, de uma maneira geral, já tem esse costume. Há, no entanto, algumas adaptações e peculiaridades no cardápio da comunidade, além da carne, do pão de alho, da asa de galinha, há também fígado de boi, carne de porco e outras iguarias.

Os moradores promovem uma resignificação dos espaços dentro da favela, em que a relação entre o público e o privado se mistura, se embaralha e se entrelaça. A dicotomia entre a casa e a rua não faz parte do cotidiano da Candelária. São duas situações integradas que compõem o espaço, que, por meio da apropriação realizada pelos atores sociais, transforma-o em territórios.

Segundo Sigaud (1997, p. 44), a favela é um resumo das práticas urbanas intensivas com a produção de valores materiais e simbólicos em que usos e trocas são respeitados.

Os sujeitos selecionam a forma de se apropriar do espaço urbano, que surge a partir da criação de comunidades de sentido ou de novas formas de uso. Essas descobrem modos inéditos de experimentar o tempo, reinventando lugares e significados que modificam as antigas formas de relacionamento com o espaço.

Os espaços se tornam lugares de afetos e/ ou desafetos. Quando esses espaços são apropriados pelos homens comuns tanto em sua materialidade quanto pela sua imaterialidade surgem os territórios. O espaço é a própria cidade significada, ou seja, construída simbolicamente por seus atores sociais. (MAIA e BIANCHI, 2012, p.132).

De acordo com Haesbaert (2004, p.1), o conceito de território nasce etimologicamente com uma dupla conotação material e simbólica, sendo a primeira relacionada a *terra-territorium* e a *terreo-terror* (terror, aterrorizar), uma referência à dominação jurídico-política da terra, como também à inspiração do terror, do medo, principalmente para aqueles que ficam impedidos de entrar. Os sujeitos, porém, que têm o privilégio de usufruir de determinado território apresentam uma relação de identificação positiva e de “apropriação”. Portanto, todo o território é, ao mesmo tempo, funcional, simbólico e mítico, “pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2004, p.1).

Ainda de acordo com o autor, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ ou ‘culturalsimbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95,96).

É importante trazer a contribuição de Doreen Massey (2004) no que tange ao conceito de espaço como um produto de inter-relações, como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade.

Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Porque o espaço é o produto de relações – entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado. (MASSEY, 2004, p. 8).

Remete-se aqui também a De Certeau (1994), ao trabalhar o conceito de espaço como um “lugar praticado”, em que a rua planejada, tratando-se especificamente da Candelária, para a circulação de pedestres, bicicletas e motos é transformada em espaço de festa pelos moradores.

Essa significação simbólica carregada de marcas do “vivido” (Lefebvre, 1986), do valor de uso, encontra-se na Candelária durante a apropriação da rua como um território de comemoração, visto que os atores sociais utilizam-na como uma casa de festas, já que a comunidade não possui espaço de confraternização.

Já Oliveira (2012) enfatiza o conceito de lugar em uma perspectiva aconchegante em que “a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações” possibilitam que seja “experienciado como aconchego que levamos dentro de nós” (p. 15, grifo da autora).

De acordo com Santos (2014), o lugar não pode ser identificado como um espaço qualquer, mas um local que abriga manifestações espontâneas, criativas, está associado ao afeto, possibilitando a criação de vínculos emocionais, além de ser altamente representativo para um determinado grupo social.

Pode-se perceber que esse lugar pode ser a Rua Graciete Matarazzo, mais conhecida como Rua de Baixo, o topo do morro ou as casas da Candelária em que a comida é um dos motivos de sociabilidade (SIMMEL, 2006) em que o contato, a troca e a conversa entre atores sociais são ações descompromissadas, sem um objetivo específico. O importante é estar ali, conversar, ouvir, podemos incluir nesse contexto comer, compartilhar o tempo e o momento vivido.

Vale ressaltar que o prazer de cozinhar e de receber bem faz parte da tradição dos Candelarienses, sem direito a desfeita ou a falta de apetite. Quem chegar na hora em que a comida está pronta, é só pegar o prato e se servir.

De abrir o apetite

Comida cheirosa, bem temperada, de dar água na boca... Não precisa ser em dia de festa não. Ao circular pelos becos da Candelária na hora do almoço, é possível sentir esse aroma de abrir o apetite até dos mais exigentes.

Esse cheiro bom também vem da cozinha da Joyce que mora um pouco acima da Rua Graciete Matarazzo, nossa velha conhecida de pesquisa. A doceira afirma que cozinhar é um grande prazer, além de uma obrigação cotidiana. “Eu cozinho praticamente todos os dias. Às vezes, eu chego em casa e minha mãe “tá” cansada, vou pra cozinha.” (PINTO, 2018).

Mas de onde vem esse aroma que perfuma intensamente o beco? Joyce apresenta uma pista: “talvez seja por conta dos temperos. É alho, cebola, os desidratados (PINTO, 2018)⁷.

A moradora da Candelária tirou da lista de compras temperos industrializados, com muito sódio e optou por alternativas naturais, como os desidratados, em benefício da saúde da família. “Por que lá em casa, por a minha mãe ter problema agora de diabete[sic], colesterol, essas coisa [sic]

assim, né? Então, eu procuro usar muito tempero desidratado. A minha comida é muito temperada” (PINTO, 2018).

Conhecida pelos refogados que cheiram longe e que abrem o apetite de quem passa, Joyce não abre mão do alho e do orégano em sua cozinha.

Amo alho, cebola, aí vem os temperos desidratados: salsa, cebolinha, orégano. Orégano geralmente eu uso em carne e em frango. Não falta orégano. A minha mãe é quem briga. Ela diz que eu gasto uma cabeça de alho pra fazer um arroz. Ah mãe não é assim: é metade para o arroz e metade para o feijão (PINTO, 2018).

Segundo Le Breton (2006, p.317), o alimento é uma constelação sensorial, “a boca conjuga as diversas modalidades sensoriais: gustativa, tátil, olfativa, propioceptiva, térmica. O teste de verdade consiste no confronto dos deveres do alimento para sua interioridade que desaparece na boca e cria sabor⁷”. No entanto, o autor esclarece que o olfato acompanha constantemente o sabor, sendo um processo indissociável. Sendo assim, o que cheira bem está dentro do registro social do que é comestível, evidentemente que essa percepção ocorre em função do grupo em que se está inserido.

Com relação à influência do olfato sobre o gosto, Savarin (1995, p.50) afirma que “sem a participação do olfato não ocorre degustação completa”. O autor segue com suas reflexões e salienta que o olfato e o gosto formam um único sentido, “do qual a boca é o laboratório e o nariz a chaminé; ou para falar mais exatamente, do qual um serve para a degustação dos corpos táteis e o outro para a degustação dos gases “(Idem, p.50, 51). Ainda segundo Savarin (1995), o olfato se não como uma parte constituinte do gosto, é ao menos um acessório indispensável.

⁷ Tradução literal da autora.

Já Montanari (2013, p. 96) define que o gosto faz parte do patrimônio cultural das sociedades. Ele aprofunda a discussão e apresenta duas significações distintas do vocábulo.

Uma é entendida “como sabor, como sensação individual da língua e do palato; experiência, por definição, subjetiva, fugaz, incomunicável”. A outra remete ao gosto como saber, avaliação sensorial do que é bom ou ruim, sendo ela definida pelo cérebro antes da língua. Desta forma, o gosto não é de fato uma realidade subjetiva e incomunicável, mas coletiva e comunicada (Idem, p. 96).

Em se tratando da Candelária, a questão da comida bem temperada, cheirosa, que desperta o olfato de quem passa, com direito a muito alho, cebola, já faz parte da tradição da culinária que veio principalmente de Minas Gerais, a partir de início do século XX. Nessa época, a comunidade começou a ser habitada por migrantes daquela região que vieram em busca de oportunidades de emprego em uma fábrica de cerâmica que funcionava na Rua Visconde de Niterói, bem próxima à favela. Como não tinham aonde ficar, começaram a ocupar o morro.

Ao chegar à cidade, eles trouxeram na bagagem características culturais, religiosas e gastronômicas do estado de origem. Passaram-se décadas desde que as primeiras gerações chegaram à comunidade, mas os migrantes mineiros mantêm, com muito orgulho, suas culturas e tradições provenientes do estado de origem⁸.

Voltando à questão dos sabores dentro da comunidade, além da utilização de temperos, Joyce afirma que a mão da cozinheira no momento do preparo dos alimentos faz toda a

⁸ Não entraremos em detalhes sobre questões relacionadas às culturas e tradições provenientes de Minas Gerais, visto que não são o tema desse artigo.

diferença. “Sim. Por que cada um cozinha de uma forma” (PINTO, 2018).

Além dos temperos, da maneira de preparar os alimentos, há um outro ingrediente importante no momento do ritual da culinária, quem dá a dica é Juan:

Principalmente não é uma comida temperada, mas sim aquela comida que foi feita com um sentimento bom, com amor, com felicidade, com alegria. Um jantar para a família, não pode estar gostoso, mas vai estar gostoso por que ela fez para a família. O sentimento de união ali (FORTUNATO, 2018).

Quem corrobora com esse pensamento é a mãe dele, a doceira Joyce Pinto, que sempre fica atenta aos sentimentos antes de iniciar as atividades na cozinha.

Sim, eu ensino muito a ele (referindo-se ao Juan). Por que eu falo pra ele, que muitas das vezes, não é sempre que a gente “tá” bem. Mas eu trabalho com isso, então, eu passo pra ele, filho não pode cozinhar aborrecido, triste ou chateado com alguém, que a comida não sai boa. E é verdade. Eu procuro sempre “tá” bem comigo mesma, pra comida poder sair de uma forma que agrade a todos. Até o momento não desagradei, né? Espero continuar assim (PINTO, 2018).

Além de ficar “vigiando” os sentimentos, por que segundo Joyce, essas emoções passam para a comida, ir para cozinha é um momento de alegria para a doceira da Candelária.

Tem vezes que eu estou chateada, eu prefiro ir pra cozinha, invento alguma coisa né? Melhora, que aí eles começam a comer, dou pra vizinha. [...] Às vezes, quando eu faço coisa diferente, é lá em casa e a vizinha é a cobaia. Vê se tá bom?

- Ah, tá muito bom, faz pra vender (garante a vizinha) (PINTO, 2018)¹⁰.

Já o jovem Juan, além das obrigações com os estudos e do auxílio a mãe em encomendas de bolos e doces, afirma que é um grande prazer preparar os alimentos para a família. “Para mim, qualquer motivo é motivo de cozinhar. Acho que a gastronomia une pessoas” (FORTUNATO, 2018).

Em se tratando de união, imediatamente lembramos do pensamento de Michel Maffesoli (1998) e, no contexto de nossa pesquisa, a comida é um fenômeno comunicacional que une as pessoas e cria sociabilidades. No caso da Candelária, seja na Rua de Baixo, nas cozinhas das casas ou no topo do morro, o gostar de comer está diretamente ligado ao prazer de estar junto. Os atores sociais compartilham daquilo que Maffesoli (1998, 2014) denomina de vitalismo do lugar, associado ao estar – com indivíduos de um mesmo grupo social, a chamada tribo urbana.

Considerações finais

Esse artigo é resultado de uma pesquisa inicial sobre a importância da comida no cotidiano da Candelária, sublocalidade que pertence ao complexo de favelas da Mangueira, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A nossa ideia é descobrir e conhecer as cozinheiras da comunidade, seus temperos, a maneira que prepararam os alimentos, histórias miúdas (DOSSE, 2003) e memórias relacionadas à comida da favela e à infância dessas pessoas.

Começamos nossa investigação entrevistando a doceira Joyce Pinto, de 31 anos, nascida e criada dentro da comunidade, conhecida pelos seus belos e gostosos bolos e sua comida cheirosa, que perfuma o beco onde mora e abre o apetite dos vizinhos. Conversamos também com o filho dela, Juan Fortunato, de 15 anos, que ajuda a mãe na cozinha e é um apaixonado pela gastronomia. O adolescente aprendeu o ritual

com o falecido avô materno por meio de seus movimentos ágeis ao descascar um camarão para preparar um bobó.

São as memórias familiares que remetem à infância, como o ritual no preparo de alimentos, os barulhos que vem da cozinha, o refogado cheiroso que perfuma toda a casa, estimulando os sentidos, conforme descreve Giard (2013).

Meu olhar de criança viu e memorizou gestos, meus sentidos guardaram a lembrança dos sabores, dos odores e das cores. Já me eram familiares todos esses ruídos: o borbulhar da água fervendo, o chiar da gordura derretendo, o surdo ruído de fazer a massa com as mãos (Idem, p.213,214).

O cheiro e o sabor de um bobó de camarão possuem a força de trazer lembranças do passado para o presente. No caso de Juan, não era um prato qualquer, mas o bobó feito pelas mãos do avô. Essa perspectiva sensível é que também nos interessa investigar.

Percebemos que a comida faz parte do cotidiano desses moradores festeiros em que quase tudo é motivo para celebrar e, evidentemente, comer. No menu tem churrasco, macarroneise, maionese e agora com o tempo mais frio, os caldos também estão em alta. É o prazer de estar junto (MAFFESOLI, 1998) nessa comilança candelariense que acontece no meio da rua ou nas casas. Mas uma “coisa” é certa: quem vai à favela em dia de festa ou em dia comum mesmo, não sai de lá com fome. Isso podemos garantir!

Referências

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny.

(Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*, Volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. P. 245-276.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12^aed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DOSSE, François. *A História em Migalhas dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

LE BRETON, D. *La Saveur Du Monde: Une anthropologie des sens*. Paris: Métailié, 2006.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos.1986

MAFFESOLI, Michel. *Homo eroticus: comunhões emocionais*. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, Michel. *O Conhecimento comum*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MAIA, João, BIANCHI, Eduardo. *Réveillon de Copacabana: Territorialidades temporárias*. In: FERNANDES, Cíntia, MAIA, João,

HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Comunicações e Territorialidades: Rio de Janeiro em cena*. São Paulo: Andarco, 2012.

MASSEY, Doreen, *Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações*. Revista GEOgraphia, da UFF, Ano 6, N^o 12, 2004

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Tradução :Letícia Martins de Andrade. 2^a ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

Oliveira, L. 2012. *O Sentido de Lugar*. In: Mandarola JR., E. Holzer, W.; Oliveira, L. (orgs.). Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, p.: 3-16.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SAVARIN, Brillat. *A Fisiologia do gosto*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIGAUD, Márcia Frota. *Cidade: memória versus esquecimento*. In: Revista Logos comunicação & universidade. Ano 4, N° 7, Rio de Janeiro: FCS/UERJ, 2° semestre, 1997.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

STENGEL, K. *Hérédites alimentaires et identité gastronomique*. Paris: L`Harmattan, 2014.

Entrevistas:

Não publicada: FORTUNATO, Juan. [Entrevista]. Entrevista concedida a (Mônica Neustadt) em (16 de junho de 2018).

Não publicada: PINTO, Joyce. [Entrevista]. Entrevista concedida a (Mônica Neustadt) em (16 de junho de 2018).

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019

Uma Breve Análise da Teoria Arqueológica da Segunda Metade do Século XX

Reinaldo Bernardes Tavares¹
UFRJ

Resumo

Este *paper* faz um apanhado resumido dos principais modelos teóricos que influenciaram a ciência arqueológica na segunda metade do século XX. No texto sistematizaremos os modelos de forma simples, porém didaticamente consistente, relacionando-os de forma lógica e criando um panorama resumido que seja facilmente compreendido por estudantes de Arqueologia

Palavras-Chave: Arqueologia; Histórico-Culturalismo; Processualismo; Pós-Processualismo.

Resumen

Este *paper* resume los principales modelos teóricos que influyeron en la ciencia arqueológica en la segunda mitad del siglo XX. En el texto sistematizaremos los modelos de una manera simple pero didácticamente consistente, relacionándolos de manera lógica y creando una breve descripción que sea fácilmente comprendida por estudiantes de Arqueología.

Palabras-clave: Arqueología; Histórico-culturalismo; Procesalismo; Post-Procesalismo.

Abstract

This *paper* summarizes the main theoretical models that influenced archaeological science in the second half part of the twentieth century. In this text we will going to

¹ Arqueólogo, Professor de História, Mestre e Doutor em Arqueologia – PPGArq – Museu Nacional – UFRJ.
Email:reinaldo.arqueologia@gmail.com

systematize the models in a simple but, didactically and consistent way, relating them in a logical system and creating a brief overview that is easily understood by the Archeology students.

Keywords: Archeology; Historical-Culturalism; Proceduralism; Post-proceduralism.

Introdução

O modelo metodológico de análise arqueológica advindo do *Histórico-Culturalismo*, com suas fases e tradições, ao qual com um espírito cientificista há muito já havia superado o antigo e pernicioso *Colecionismo*, tão em voga nos séculos XVIII e XIX, foi o modelo científico dominante na primeira metade do século XX. O *Histórico-Culturalismo* organizava os grupamentos humanos em culturas de acordo com as camadas arqueológicas e as suas “peças guias” (líticos, cerâmicas e demais artefatos singulares), que conotavam tradições culturais e a sua permanência ao longo do tempo e ao longo de um determinado território. O *Histórico-Culturalismo* serviu às políticas nacionalistas dos séculos XIX e XX que viam na permanência e dispersão local de tradições culturais a gênese de povoamentos que dariam origens aos povos e culturas nacionais e “raças”. Não é de se estranhar que regimes autoritários e perniciosos utilizavam dos dados histórico-culturalistas para justificar anexações de territórios, invasões e alianças políticas. O exemplo extremo dessa atividade foi a busca pelo Nazismo de traços da cultura e raça ariana e a sua dispersão pela Europa para justificar a invasão e a anexação da Áustria e da Polônia à Alemanha Nazista, na primeira metade do século XX.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo e as Ciências Humanas passam naturalmente por uma

transformação sem precedentes. Um novo modelo de humanidade havia aflorado durante as Grandes Guerras Mundiais. Territórios e povos haviam se transformado pelo horror da Guerra e Novos Estados surgiam pela força de novas alianças políticas e por dissoluções de antigos Impérios e Estados. O ser humano teria de repensar a sua postura face às violentas transformações sociais e políticas do pós-guerra. A própria ciência havia avançado com uma rapidez sem precedentes. As ciências, em geral, tinham necessidade de uma objetividade e um dinamismo muito maior, que pudesse auxiliar na reconstrução da Europa, sem perder o seu enfoque desenvolvimentista aguçado com o aquecimento bélico e com a Guerra Fria, já a partir da década de 50 do século XX, entre as duas grandes Potências Mundiais, Estados Unidos e União Soviética.

Fazer uma análise da teoria arqueológica na segunda metade do século XX, não é só fazer uma correlação do pensamento arqueológico com os novos enfoques dados às ciências humanas e sociais no período do pós-guerra; levando em conta a ordem global segmentária que se iniciou com o período da Guerra Fria. Mas, sobretudo, de acordo com Trigger (2004), é fazer uma análise dos paradigmas particulares da disciplina com relação à objetividade. Essa busca por novos paradigmas vai ganhar corpo nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XX, contrapondo-se ao modelo *Histórico-Culturalista*, até então em voga.

A partir da década de 1951, a Arqueologia, sobretudo na América do Norte, passou da ortodoxia histórico-cultural (em que parecia comprazer-se) à inovações teóricas ambiciosas. A última delas, ao invés de inaugurar um novo consenso, levou a crescentes divergências no tocante aos

objetivos da disciplina e ao modo como esses objetivos podem ser alcançados [...].²

O impasse entre a busca por uma visão holística e a visão anterior positivista, levou a teoria arqueológica experimentar dois distintos campos de diálogo: primeiramente o interno, buscando a formulação de um corpo teórico comum; e, por último, a busca por uma relação teórica mais abrangente com as demais ciências sociais. Mas foi na década de 80 do século XX, na Inglaterra, que a Arqueologia alcançaria uma abordagem *omni direcional holística* e mais condizente com o seu papel de revelar a presença do ser humano em seu aspecto totalizante.

Para fazer uma análise desse período conturbado porém profícuo da ciência arqueológica, apresentaremos um exame de importantes obras literárias produzidas com o intuito de cristalizar o pensamento arqueológico com as tendências de vanguarda da disciplina. Neste *paper* faremos uma correlação de pontos encontrados na obras: *História do Pensamento Arqueológico*, escrito por Bruce G. Trigger (2004), em conjunto a contrapontos com as obras *Archeology - Theories Methods and Practice*, dos autores Colin Renfrew e Paul Bahn (2000); *Introduction: A review of Contemporary Theoretical Debates in Archeology* de Ian Hodder (2001) e *The History of American Archeology* de Gordon Willey e Jeremy Sabloff (1974). A correlação das obras acima nos trás um panorama seguro para construirmos um texto que possa introduzir a futuros aprofundamentos sobre a construção metodológica da Ciência Arqueológica.

Iniciaremos o nosso apontamento com a observação de uma definição introdutória de Arqueologia, que é apresentada por Trigger como uma visão tradicional, simples e concisa da

² TRIGGER, 2004. p. 1.

seguinte forma: “Tradicionalmente a Arqueologia tem sido identificada como o resgate, a análise e a interpretação de vestígios materiais do passado humano. Porém, ela sempre se estendeu para além desses limites [...]”³. Esse limite é identificado pelas ações de resgate, análise e a interpretação que são, segundo o escritor, relativas à cultura material enquanto a extensão é entendida como a relação existente entre a própria cultura material e o comportamento humano. Dentro dessa perspectiva apresentada por Trigger, devemos sempre relacionar os artefatos com quem os fabrica e os usa. Para entendemos melhor o que Trigger quer nos mostrar, vamos recorrer à Vincent La Motta e Michael Schiffer⁴, o qual identifica como fatores comportamentais observáveis de ligação existentes entre o artefato, a energia dispensada na sua fabricação e a informação que poderá ser intencionalmente transmitida, já no ato da sua utilização ou interpretada posteriormente.

É importante saber que realmente existe uma relação entre o artefato e a pessoa que o fabricou e o utilizou. Poderemos estender os estudos voltados para os campos da análise funcional, comportamental, ecológica e econômica. Desta forma, a análise da cultura material nas últimas décadas do Século XX vai deixar de ser puramente positivista e a busca por leis gerais, como nas ciências naturais e exatas, passa a ser impraticável. Em suma, epistemologicamente graças à moderna reformulação metodológica de outros campos da ciência como a História (incluindo a influência no enfoque no estudo das mentalidades e na adoção de uma visão temporal estruturada no processo de longa duração, os quais vão influenciar todas as Ciências Humanas e obviamente, ao longo

³ TRIGGER. 2004, p.361.

⁴ LAMOTTA; SCHIFFER. 2001.

do tempo, o pensamento, a metodologia e a própria prática arqueológica), a Arqueologia vai transitar com naturalidade pelos diversos campos do saber, tornando-se capaz de interagir de maneira transdisciplinar com diversas outras ciências, incluindo as Ciências Humanas, Biológicas, Exatas, Sociais e, por fim, com o campo das Artes. A Arqueologia, ao se desenvolver como ciência autônoma, segue em busca do seu objetivo maior que é o de conhecer e procurar explicar a trajetória de grupo de seres humanos no passado.

Cientes das diferenças inerentes aos métodos e às dificuldades naturais da Arqueologia, os seus pesquisadores vão metodologicamente se aproximar das demais ciências Humanas e Sociais. A partir de então haverá a busca pelo diálogo com a Antropologia, a Economia, a Sociologia, as Ciências Políticas e com a própria História, conforme descrito abaixo por Trigger:

A Arqueologia é uma ciência social no sentido que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrario dos historiadores também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos.⁵

Um olhar mais atento do texto acima, vai mostrar que naturalmente nem dentro da própria disciplina arqueológica uma igualdade metodológica será exigida ou mesmo adotada em função da formação em diferentes campos do saber dos seus pesquisadores. Sobre isso Trigger também vai se referir da

⁵ TRIGGER, 2004, p. 18.

seguinte forma: “Diferentes significativas podem ser observadas nas obras de arqueólogos profissionais, dependendo de sua formação acadêmica”⁶. Dentro dessa linha, podemos entender com que dificuldades a Arqueologia, como disciplina, compôs um campo teórico próprio dentro da segunda metade do século XX.

O objetivo da nossa introdução foi demonstrar ao leitor como a abordagem e a escolha, dentro da diversidade de campos do saber e de todos os modelos teóricos significativos, que irão compor o campo da teoria arqueológica, exigirão uma complexidade tal, que não será possível expor a totalidade nos poucos segmentos deste *paper*. Porém, abordaremos aqueles que, a nosso ver, são os mais significativos.

A influência e a importância da Arqueologia norte-americana - o início de uma Arqueologia *Processual*

Gordon R. Willey e Jeremy A. Sabloff na obra *The History of American Archaeology*⁷ nos apresenta entre os anos de 1940-60 a existência de uma nova abordagem teórica preocupada com o funcionalismo e com a contextualização através de um enfoque conjuntivo, sendo os primeiros passos para o desenvolvimento de uma prática arqueológica distante da realizada até então nas pesquisas arqueológicas (Período Histórico-Cultural). O movimento contestador que apareceu de forma tímida, em uma forma embrionária já na América do Norte no século XIX com Harlan Smith, que clamava por uma abordagem mais ampla, foi resgatada e aprimorada na Europa por Gordon Childe e Grahame Clark, e posteriormente reintroduzida nos Estados Unidos onde se desenvolveria plenamente nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, sendo batizada por J.W Bennett,

⁶ TRIGGER, 2004, p.16.

⁷ WILLEY; SABLOFF, 1974. P. 130

ainda em 1943 de “*método funcional ou sociológico de interpretação arqueológica*”⁸.

Willey e Saloff (1974) classificaram este período como uma era de transição e maturação para as modificações que ocorreriam na Arqueologia na Segunda metade do século XX: “The decades from 1940 to 1960 [...] was also a time of ferment and transition”⁹. Uma aproximação com as teorias marxistas - materialismo histórico - e com funcionalismo ambiental alargaram as bases teóricas para uma visão centrada no enfoque econômico iniciada por Gordon Childe e ampliado durante o período compreendido entre a sua visita à antiga União Soviética (1935) e posteriormente em outras viagens após a Segunda Guerra Mundial. Gordon Childe, de acordo com Trigger, insistiu que “os arqueólogos devem tratar os artefatos como expressões concretas de pensamento e ideias humanas”¹⁰ em oposição à visão *funcionalista* tradicional. Uma nova vertente de enfoque funcionalista foi iniciada por Grahame Clark em 1939, segundo o texto de Trigger, um enfoque social, sistemático e adaptativo foi proposto por Clark.

O objetivo dos arqueólogos é de determinar como os seres humanos viveram nos tempos pré-históricos, reconstruindo, tanto quanto possível, sua economia, sua organização política e social, seus sistemas de crenças e valores, e tentando entender como diferentes aspectos da cultura se inter-relacionam, uma vez que são partes de sistema funcionais. Como muitos antropólogos sociais, Clark deu destaque ao papel da cultura como um sistema adaptativo, ao tempo em que declarara ser seu objetivo documentar a vida social. Essa afirmação reflete sua convicção de que, ao influenciar o comportamento humano individual, os padrões

⁸ TRIGGER, 2004. P 266.

⁹ TRIGGER, 2004. p 253.

¹⁰ TRIGGER, 2004. p. 253.

culturalmente transmitidos facilitam a interação social de que depende a sobrevivência de indivíduos e de grupos.¹¹

Neste mesmo período era necessário escolher dois caminhos para a formulação de uma metodologia adequada para a prática da ciência arqueológica: seguia-se por imitação a epistemologia da História, apesar das diferenças de abordagens temporais naturais; ou se partia para o caminho da análise científica através de processos comparativos. Essa encruzilhada abriria o caminho para uma nova perspectiva de análise metodológica. Logo apareceria em 1943 as bases para uma Arqueologia Processualista com Walter W. Taylor através da sua tese de doutorado intitulada: *the Study of Archaeology*. Em sua obra, Taylor fundamentou as bases do enfoque conjuntivo ao criticar os arqueólogos histórico-culturais por desprezarem artefatos menos significativos para uma suposta identificação cultural, além de deixarem de registrar a distribuição dos artefatos intra-sítio e por não atribuir o sítio arqueológico como uma unidade básica de análise. De acordo com Trigger (2004), o enfoque conjuntivo de Walter W. Taylor “[...] havia de conferir um destaque especial a aspectos quantitativos e a distribuição espacial dos achados arqueológicos, assim como as suas propriedades formais do modo como eles foram produzidos e utilizados”¹². As pesquisas arqueológicas ganhavam uma metodologia que ampliava as observações para além da área do sítio pesquisado.

Podemos listar como ganhos obtidos neste período de maturação as seguintes abordagens, proposições e contribuições:

- A proposição de que artefatos são relíquias materiais da sociedade e determinados comportamentos sociais;

¹¹ TRIGGER, 2004. p. 246.

¹² TRIGGER 2004. p 267.

- A importância dos padrões de assentamentos do homem sobre a terra para se entender as adaptações sócio-econômicas e sócio-políticas organizacionais;
- A estreita relação entre a cultura e o meio ambiente;
- Introdução de uma abordagem multidisciplinar através da utilização das análises geológicas, químicas, biológicas e físicas dentro das pesquisas arqueológicas;
- Utilização da datação absoluta através dos isótopos de carbono 14;
- A autoconscientização vinda através de críticas feitas por etnólogos de que faltava à Arqueologia um campo teórico próprio;
- A Necessidade de uma abordagem científica com a formulação de hipóteses ao invés de atuar somente na descrição de artefatos e padrões culturais.

A tese de doutorado de Taylor e o enfoque processual desse período vão ser determinantes para a criação de um novo tipo de Arqueologia, voltada para o prisma das mudanças culturais só contempladas até aquele momento pelos neo-evolucionistas.

A Nova Arqueologia também ganhou notoriedade a reboque da propaganda hegemônica norte-americana e do processo econômico industrial capitalista, tornando-se o cume do enfoque processual utilizado como teoria arqueológica.

A corrida Espacial e a Guerra Fria deram um protagonismo científico aos Estados Unidos da América que nenhum outro país tinha tido até então. A ciência arqueológica seria contaminada também por essa dose de euforia acadêmica com a criação da teoria de uma “*Nova Arqueologia*” bem ao estilo entusiasta dos cientistas norte-americanos daquele período.

A Nova Arqueologia

A revista norte-americana *Science*¹³ em 1959 publicou um artigo científico escrito por Joseph Caldwell com o título: *A Nova Arqueologia Americana*. Neste artigo, o autor fazia uma resenha sobre as principais tendências de vanguarda que estavam transformando a Arqueologia nos Estados Unidos da América. Caldwell enfoca as tendências neo-evolucionistas, a qual afirmava, de forma resumida, que por trás da infinita variedade de fatos culturais e de situações históricas específicas há um número finito de processos históricos gerais que precisam ser levados em conta durante a investigação científica, mas por outro lado, a visão neo-evolucionista do autor afirma que nem todos os fatos culturais deveriam ter a mesma importância e nem o mesmo peso na linha dos acontecimentos. Bruce Tigger vai sintetizar *a Nova Arqueologia* e o papel dos arqueólogos, de acordo com o pensamento de Caldwell, na seguinte frase: “O objetivo básico dos arqueólogos deve ser explicar as mudanças das culturas arqueológicas em termos de processo cultural.”¹⁴ Não há como negar que a contribuição de Caldwell com a observação de processos culturais foi importante para a disciplina, sendo até hoje uma das bases de análise na ciência arqueológica.

A *Nova Arqueologia* rapidamente se espalhou entre os profissionais norte-americanos que tomaram cada vez mais usual as teorias neo-evolucionistas. Estas consistiam na tendência de se acreditar nas capacidades dos grupos humanos em inventar e reinventar novas formas de tecnologias,

¹³CALDWELL, Joseph R. The New American Archaeology: its changing interests are bringing new kinds of understanding and generalized view of its Problems. Edition # 3345, 6 fev, v. 129, (current problem in research). *Science – American Association for the Advancement of Science*. New York: 1959. P. 303-307

¹⁴ TRIGGER, 2004. p.286

comportamento social, valores e crenças na medida em que as evoluções dos sistemas sociais requeriam “[...] onde todo empréstimo cultural pode ser entendido como uma recorrência de causa e efeito.”¹⁵

Dentre os arqueólogos que investiram neste discurso, encontramos Lewis Binford que delineou o programa da então já conhecida Nova Arqueologia Americana em dois artigos emblemáticos: *Archaeology as Anthropology* (1962) e *Archaeological Systematics and the Study of Culture Process* (1965). Nas palavras de Bruce Trigger, Lewis Binford foi teoricamente muito além de Clark e Taylor ao argumentar que:

(...) como os artefatos tem contextos básicos em todos os subsistemas da cultura, conjuntos formais de artefatos podem oferecer um retrato sistemático e compreensível de culturas totalmente extintas. Ele afirmava que o dever básico do arqueólogo é explicar as relações existentes no registro arqueológico. Em particular, repudiou a ideia de que é por natureza mais difícil reconstruir a organização social e as crenças religiosas do que inferir o comportamento econômico.¹⁶

Binford ampliou a ação da observação científica e colocou a Arqueologia como uma ciência de base teórica antropológica, porém voltada a sociedades extintas. Apesar de delinear uma nova linha metodológica dentro da Arqueologia, algumas tendências negativas foram bastante representativas e macularam a trajetória da *Nova Arqueologia Americana*. Foram algumas delas:

- A busca por leis invariáveis através do uso de metodologia positivista;

¹⁵ TRIGGER, 2004. p.288

¹⁶ TRIGGER, 2004. p.290

- O repúdio pela apropriação e uso paralelo de fontes históricas e estudos históricos;
- O uso da relação entre a tecnologia e o ambiente como fatores-chave para a determinação dos sistemas culturais e, através deles, o comportamento humano;
- Crítica ao uso de estudos que apontassem fatores psicológicos para explicar algumas mudanças sociais e culturais;
- A busca por leis gerais de comportamento através da *Teoria dos Sistemas*;
- Uso constante de generalizações, levando, por vezes, a atos de banalização de outras escolas arqueológicas;
- A sua atuação como propaganda política da hegemonia norte-americana no período da Guerra Fria no contexto científico.

Apesar das críticas ao modelo advindo da *Nova Arqueologia Americana*, não podemos negar que ela foi determinante para a evolução da disciplina.

Quatro pontos sensíveis foram determinantes para que houvesse uma ruptura conceitual entre a Escola Processual e o modelo contemporâneo batizado de *Pós-processual*:

- A ênfase nas análises duras e a sua busca por leis gerais e invariáveis;
- A incapacidade de se atribuir um papel determinante à consciência e à vontade humana na promoção da mudança cultural;
- A ênfase na pesquisa de padrões tecnológicos e de subsistência com o abandono de outros aspectos decisivos no comportamento humano, como crenças religiosas, conhecimento tecnológico, estética e fatores psicológicos;

- Por último, a contestação feita aos modelos neo-evolucionistas que não levaram em questão a interação
- entre as culturas de populações diversas para explicar fatores culturais.

O *Modelo Processualista* com enfoque na *Nova Arqueologia* Norte Americana foi essencial para que a Arqueologia pudesse ter por fim um caráter científico próprio, fortalecendo-se como disciplina acadêmica e como ciência aplicada. A aproximação com as ciências “duras” e com a objetividade “positivista” vai dar direção e método, mas distanciá-la das Ciências Humanas. A introdução de temas ligados ao comportamento humano era visto como secundários e não passíveis de análise objetivas. A própria História dos grupos sociais era vista como caráter complementar não vinculada à pesquisa e à metodologia de pesquisa objetiva. Faltava um novo casamento com a Psicologia, Geografia, História, com o pensamento sociológico e com a Arte. Era necessário dar um passo além do *Processualismo*.

Construindo uma Escola Pós-Processualista

O modelo *processualista*, apesar de dinâmico, aos poucos foi causando o atravancamento das pesquisas arqueológicas, pois não levavam a respostas sociais totalizantes e nem a tão buscadas “leis gerais” que pudessem ser úteis para o campo das conjecturas teóricas e metodológicas da práxis Arqueológica. Eram pesquisas ricas em detalhes, precisas ao analisar artefatos, espaços e sistemas, mas não era prodigiosa ao revelar o ser humano por trás dos mesmos artefatos, espaços e sistemas.

A falta de uma definição metodológica e de resultados mais contundentes levou a busca pela reaproximação natural

com a historiografia. Ciência esta que não tem a pretensão no seu campo teórico de preencher todas as lacunas em uma só pesquisa e que utilizam de corpos teóricos e métodos já testados de outras ciências para fins científicos, através dos processos de analogia, sempre os adaptando à metodologia histórica, com bons resultados em suas pesquisas. Tal novidade vai levar os arqueólogos a utilizarem os conceitos metodológicos da *História das Mentalidades* e do conceito de longa duração das mentalidades preconizado pelo historiador francês Fernand Braudel. Outro empréstimo valioso será o das análises qualitativas e da valoração das lutas de classes reeditadas no neo-marxismo francês, que vai focar o contexto social e não mais o econômico, como anteriormente apresentado pela ortodoxia marxista praticada até então na URSS. Os estudos de Psicologia, incluindo os estudos relativos aos estados alterados de consciência serão utilizados para interpretações de pinturas rupestres, conjuntamente com a análise estética própria do estudo das Artes. A busca pelo contexto social e cultural ganhará espaço na Arqueologia com os “inconformados de Cambridge”, capitaneados por Ian Hodder e organizados na obra *Symbolic and Structural Archaeology* (1982), editado pelo próprio Hodder e publicado pela Cambridge University Press.

Trigger, ao analisar a obra de Ian Hodder na década de 80 do século XX, afirma que a escola *Pós-Processualista* vai surgir no seio da *Arqueologia Contextual* inglesa. Trigger descreve as bases interpretativas do movimento ao afirmar que:

[...] a cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que

tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais quanto para as refletir.¹⁷

Ou seja, a cultura material é utilizada como um elemento ativo na interação social e não é um paradoxo que reflete o grau de diferenciação social como apregoado pelos adeptos da Arqueologia *Processualista*. Hodder baseia as crenças no movimento *Pós-Processualista* na “convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma de suas partes.”¹⁸

Colin Renfrew e Paul Bahn em sua obra *Archaeology - Theories Methods and Practice* (2000)¹⁹ apontam outros aspectos relevantes que foram importantes na incorporação uma visão holística à Arqueologia, são elas:

- A apropriação de informações através do simbolismo e dos aspectos cognitivos das sociedades atuais para contraposição de análise com as sociedades antigas;
- O reconhecimento de que a ideologia é uma força ativa;
- A aceitação de que a cultura material é um fator ativo de construção do mundo em que vivemos;
- A afirmação de que os conflitos internos nas sociedades são problemas que têm de ser considerados conforme sempre enfatizaram os arqueólogos marxistas;
- A prescrição da utilização da teoria da longa duração de Braundel;
- A opção por uma maior liberdade de escolha da metodologia apropriada para o processo de análise;
- Levar-se em conta a criatividade individual de cada um, assim como a existência de uma metodologia própria e

¹⁷ TRIGGER, 2004. p. 338

¹⁸ TRIGGER, 2004. p. 340

¹⁹ RENFREW; BAHN, 2000. p. 49

individual, pois o homem individualmente é um agente de mudança;

- O Abandono do *Positivismo* extremado e das suas “leis gerais”, que já encontrava mais espaço dentro da Arqueologia;
- O uso de abordagens variadas em busca de uma visão holística do campo de análise.

Porém, Renfrew e Bahn (2000) vão afirmar categoricamente que a arqueologia *Pós-Processualista* carece de metodologia própria não se contrapondo nesse sentido com o *Processualismo*, devendo se identificar como um complemento.

Conclusão

A Arqueologia, nos dias de hoje e na primeira década do século XXI, ainda se encontra em plena transformação, assim como as demais ciências humanas e sociais, suas irmãs. As modificações e transformações pelas quais a ciência arqueológica passou, serviram na metade do século XX, sem dúvida, para um amadurecimento da sua metodologia e para a formulação de um corpo teórico próprio. Concordamos com Renfrew e Bahn (2000) ao afirmar que apesar do embate entre as correntes ideológicas, elas são no fundo, complementares. Todas as correntes têm ferramentas propícias para o uso na pesquisa científica e enriquecem o cabedal da Arqueologia.

A flexibilidade, que tanto a favorece e que nos faz dialogar com todos os campos da ciência, não é mais como no passado recente, um sinal de fraqueza, mas sim um aliado poderoso para enfrentar os novos desafios que virão com as novas tecnologias e com os novos tempos.

Destarte, podemos falar de forma segura que a Segunda metade do Século XX foi primordial para o desenvolvimento

conceitual da Teoria Arqueológica e de todas as ciências sociais. Fazendo uma analogia com a *Primavera dos Povos*, pós-*Revolução Francesa*, podemos afirmar que a segunda metade do século XX foi a “primavera das ciências humanas e sociais” ao delinear os traços de um novo horizonte; tal como a primavera que fixou os valores da liberdade econômica, da autonomia política e a busca por uma melhora da condição social no mundo.

Esse *paper* não esgota o assunto. Na realidade, a sua destinação se vincula aos estudos introdutórios sobre o tema.

Bibliografia Consultada

CALDWELL, Joseph R. The New American Archaeology: its changing interests are bringing new kinds of understanding and generalized view of its Problems. Edition # 3345, 6 fev, v. 129, (current problem in research). **Science – American Association for the Advancement of Science**. New York: 1959.

HOODDER, Ian. Introduction: A Review of contemporary Theoretical Debates in Archeology, In: HODDER, Ian (org). **Archeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

LAMOTTA, Vicent M; SCHIFFER, Michael B. Behavioral Archaeology Toward a New Synthesis. In: HODDER, Ian (org). **Archeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

RENFREW Colin; BAHN Paul. **Archaeology Theories Methods and Practice**. Third Edition. London: Thames & Hudson Ltd., 2000

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

WILLEY, Gordon R.; SABLUFF, Jeremy A. **The History of American Archaeology**. London: Thames & Hudson Ltd., 1974.

Agradecimento:

Agradeço à Prof^a. Esp. Munniky Müller pela revisão textual do original.

Recebido em: Abril de 2019.
Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

A segunda expansão atlântica espanhola em América Latina (1990-2010). Resistência de movimentos sociais em Chile

Samuel Alejandro Espino Rodríguez¹

Universitat Jaume I.

Resumo

Em a presente comunicação pretendemos explicar as condições histórico, políticas e económicas que favoreceram a internacionalização das empresas espanholas em o continente latino-americano a partir de a década de 1990- em o contexto das privatizações de empresas estatais e do consenso de Washinton- e as consequências tanto económicos como sociais da sua aplicação, focando em o caso de Chile. Examinaremos a actividade económica das multinacionais espanholas nesse país, e os alterações gerados nos modos de vida de populações indígenas como os Mapuche. Os movimentos de resistência Mapuche contra Endesa e dos seus projectos em da Patagônia chilena, constituirão o eixo central da nossa análise.

Palavras-chaves: internacionalização, elite empresarial e expansão.

Resumen

En este artículo pretendemos explicar las condiciones históricas, políticas y económicas que favorecieron la internacionalización de las empresas españolas en el continente latinoamericano desde la década de 1990, en el contexto de la privatización de las empresas estatales y el consenso de Washinton, y el consecuencias económicas y

¹ Email: samuel.er1993@gmail.com

sociales de su aplicación, centrándose en el caso de Chile. Examinaremos la actividad económica de las multinacionales españolas en ese país y los cambios en los estilos de vida de los pueblos indígenas como los mapuche. Los movimientos de resistencia mapuche contra Endesa y sus proyectos en la Patagonia chilena serán el eje central de nuestro análisis.

Palabras clave: internacionalización, elite empresarial y expansión.

Abstract

In this work we pretend to explain the historic, politic and economic conditions that promote the transnationalization of spanish enterprise in Latinoamerica starting at 1990-in the context to the state enterprise privatization and the Washington consensus- and the economics and socials consequences of their implementations, focusing to the Chile´s case. We examine the economics activities of the spanish enterprises in this country, and the changes made in the waylifes of the natives people as the Mapuches. The Mapuche´s resistence movements against the spanish enterprise like Endesa and their projects in the Chilean Patagonia, will constitute the central focus of our analysis.

Keyword: Internationalization, bussiness elite and expansion.

Introducción

La historiografía sobre la expansión del capital español en América Latina ha denominado a este proceso de diversas maneras, refiriéndose a este como: “conquista”², “segundo

² GREENPEACE, p. 91, 2009 y CECCHINI y ZICOLILLO, 2002.

desembarco³”, “reconquista”⁴ o “internacionalización”⁵. Con el fin de comprender este proceso, proponemos a nivel metodológico el concepto de “segunda expansión atlántica”, concepto que iremos empleando a lo largo de la comunicación.

Mientras que el término “primera expansión atlántica” haría referencia al proceso de expansión de los nacientes Estados modernos ibéricos entre los siglos XV y XVI; el concepto “segunda expansión atlántica”, haría referencia al proceso de expansión que se inicia durante los años 90 del siglo XX, a partir del cual la élite empresarial española comienza la compra y toma de control de las antiguas empresas estatales de América Latina.

El contexto histórico de la expansión

La expansión del capital español se encuentra desde la perspectiva internacional en el marco de la crisis de la deuda en América Latina en la década de los 90, que tuvo como consecuencia la aplicación del programa neoliberal, a partir del llamado “consenso de Washington”, concepto acuñado por John Williamson⁶. El endeudamiento de los países latinoamericanos con los organismos internacionales se produce a partir de 1970, para la década siguiente estalla la crisis de la deuda y las medidas del consenso de Washington se plantean como una opción, sobre todo teniendo en cuenta que la aceptación de estas medidas implicaba el acceso a unos recursos económicos que los países latinoamericanos necesitaban para sanear sus endeudadas economías⁷.

³ RAMIRO, p. 15, 2011.

⁴Ver en MALLÓ, p. 219, 2011 y De Val 2001.

⁵ CASILDA, pp. 102-103, 2002.

⁶ WILLIAMSON, pp. 251-264, 2008.

⁷ RANGEL Y REYES, p. 61, 2012.

La aplicación del programa neoliberal favoreció el desarrollo de políticas gubernamentales encaminadas a la liberalización de la economía, como modelo de modernización de los distintos países. Algunos de los “dogmas de fe” de esta época de la ortodoxia neoliberal parten de la idea de que el Estado no es eficaz en la gestión de los recursos como así lo hace la empresa privada, de ahí que el Estado se constituya en un mero facilitador de los negocios y en garante de la paz social. Asimismo, la economía debe internacionalizarse, como parte de las ventajas que aporta la globalización, permitiendo la entrada del capital extranjero⁸.

La crisis de la deuda en América Latina coincidió con la apertura de la economía en España, en el contexto de los procesos de integración europea, hecho que se consuma con la firma del tratado de adhesión a la Comunidad Económica Europea (CEE) en 1985. Los tratados de integración europea tuvieron como consencuencia la privatización de empresas estatales del periodo franquista, con el beneplácito del partido del gobierno, el partido socialista. A pesar de que estas privatizaciones se realizaron entre 1983-1996, con una media anual de 7,4 empresas privatizadas por año, lo cierto es que este proceso se produjo de forma ininterrumpida entre los gobiernos del Partido socialista y del Partido Popular⁹.

El contexto español unido a las condiciones establecidas en el “consenso de Washington” permitieron a las empresas españolas “hincar el diente a empresas latinoamericanas con una posición monopólica en la región”¹⁰. No obstante, tal y como explica Jose Luis Machinea y Álvaro Calderón, esta segunda expansión empresarial se produjo en un momento de coyuntura favorable de la bolsa, que reportó al empresariado

⁸ RANGEL Y REYES, p. 49, 2012.

⁹ JUSTE, pp. 26-27, 2017.

¹⁰ JUSTE, 2017, p. 146, 2017.

unos recursos financieros que emplearon en el salto al continente¹¹.

Así, la internacionalización empresarial española, como ya indicaría al respecto el profesor Casilda, supone el mecanismo a partir del cual la élite empresarial española buscaría para competir con sus homólogos europeos.

Revisión historiográfica

La historiografía existente sobre el tema ha trabajado el proceso de internacionalización del empresariado español en América Latina desde la ciencia política, la economía, la sociología, la antropología y el periodismo, adoleciendo por tanto de un análisis desde el punto de vista histórico.

En líneas generales se ha examinado el proceso de internacionalización subrayando los lazos culturales y lingüísticos, elementos que según algunos autores reforzaron las inversiones en la región. Dentro de estos autores, destacamos las aportaciones de Ramón Casilda¹² o Javier Santiso¹³. Además, según reconoce el propio autor, el vínculo cultural y lingüístico, no solo ha sido fundamental para el proceso de internacionalización, sino también para un mayor control de la propiedad a través de las empresas filiales.

En torno a la periodización del proceso de internacionalización del capital español en América Latina, los estudios de Ángeles Sánchez¹⁴ centran el proceso en dos fases:

El año 1994, cuando América Latina se convierte en el principal destino del capital español con un 44,5%; y el año y el año 1997, cuando España pasa de país receptor a país emisor

¹¹ CASILDA, p. 65, 2008.

¹² CASILDA, p. 25, 2005.

¹³ SANTISO, 93, 2007.

¹⁴ SÁNCHEZ, p. 54, 2002.

de capitales. En cambio otros autores como Javier Santiso¹⁵, marcan el inicio de esta dinámica para el año 1990, en en una primera fase que denomina la “latinoamericanización”; y una segunda fase que se produciría a partir del año 2000, caracterizada por una mayor internacionalización hacia Europa, Estados Unidos y en menor medida, Asia.

La internacionalización de las empresas españolas en América Latina se produjo con un fin defensivo¹⁶, evitar que las empresas españolas fuesen absorbidas por el capital europeo, a raíz de la entrada de España en la CEE. Además, esta expansión proveería a las empresas españolas de una experiencia y unos recursos necesarios para ampliar su expansión internacional¹⁷.

Las inversiones del capital español en el continente se centraron en sectores como la energía, el sector financiero y las telecomunicaciones, alcanzando a países como Argentina, Chile, Brasil y México¹⁸.

El desembarco de empresas en América Latina comienza Telefónica e Iberia, Endesa, Iberdrola y Repsol, y a partir de 1995 Santander y BBVA¹⁹.

Posteriormente, se sumarán otras compañías como Unión Fenosa, Gas natural y Aguas de Barcelona²⁰.

Una parte de la historiografía sobre este tema se ha centrado en el análisis del impacto de las empresas multinacionales españolas en la región²¹,y otros estudios más concretos que

¹⁵ SANTISO, p. 157, 2007.

¹⁶ CASILDA, p. 32, 2002.

¹⁷ CASILDA, pp. 56-59, 2008.

¹⁸ SÁNCHEZ, p. 10, 2001.

¹⁹ CASILDA, p. 297, 2007.

²⁰ CASILDA, pp. 299-300, 2007.

²¹ UHARTE, p. 12, 2014.

focalizan en las actividades de empresas como Repsol o Unión Fenosa²².

El *take off* de la élite empresarial española en Chile

La segunda expansión atlántica de la élite empresarial española en Chile es posible debido a las políticas de ajuste y a las privatizaciones de empresas estatales que se producen durante el marco de la dictadura de Pinochet (1974-1990). A este respecto, Chile se constituiría durante las siguientes décadas en el laboratorio económico de las tesis de Milton Friedman²³.

El conjunto de militares que orquestaron el Golpe de Estado contra el gobierno de la Unidad Popular en Chile en 1973 no contaba con un proyecto económico propio. Solo le motivaba “restablecer la unidad nacional y darle fuerza suficiente al Estado chileno para resistir cualquier agresión externa o interna”²⁴. A este respecto, los militares que llevaron a cabo el Golpe en términos económicos eran más cercanos a las tesis estatistas-desarrollistas, que de las tesis neoliberales que habrían de impantarse en el país chileno²⁵.

De hecho, la necesidad de cambiar el rumbo económico del país debido a la maltrecha situación de la economía nacional llevó a la irrupción de civiles y economistas cercanos a las tesis de los *Chicago Boys*, que no tenían problemas en asumir las medidas represivas y autoritarias del régimen con tal de restaurar la economía chilena²⁶. Se produce por tanto, una ruptura progresiva con los sectores militares que proponían un mayor protagonismo del Estado en la economía, que se

²² PULIDO, GONZÁLEZ Y RAMIRO, pp. 28-29,

²³ GÁRATE, p.459, 2012.

²⁴ GÁRATE, p. 183, 2012.

²⁵ VALDIVIA, pp. 28-35, 2003.

²⁶ GÁRATE, p. 187, 2012.

consume en el periodo de 1975-1982, momento en el que se implementan las medidas de corte neoliberal.

Al periodo histórico mencionado se le conoce como la política del *shock*, ya que estaba destinada a terminar con el modelo económico inmediatamente anterior a la dictadura militar²⁷ De entre las medidas que se implementaron destacan:

- La reducción drástica del gasto público.
- La fijación de un tipo de cambio nominal.
- La liberalización del sector financiero y el control de las relaciones laborales.
- La desestitización empresarial.

Sin embargo, al calor de los hechos y tal como explica el profesor Manuel Gárate: “Un paquete de reformas tan radicales no podía llevarse a cabo sin un marco represivo acorde a la profundidad y rapidez de los cambios impuestos desde el poder”²⁸. Un marco gradualista y autoritario a partir del cual se iría transformando radicalmente la estructura económica del país.

La “revolución desde arriba”²⁹ practicada por la dictadura en la estructura económica del país, favoreció la articulación y recomposición de nuevas élites económicas. Estas nuevas élites entraron como consecuencia de los cambios producidos en la propiedad empresarial, sobre todo del proceso de privatizaciones que se produjo en el país. Según Cecilia Montero³⁰, este proceso de privatizaciones favoreció a sectores de la burocracia de la dictadura que se hizo con el control de las empresas una vez privatizadas, así como a otros sectores

²⁷ GÁRATE, pp. 190-191, 2012

²⁸ GÁRATE, p. 191, 2012.

²⁹ UNDURRAGA, p. 10, 2014.

³⁰ MONTERO, p. 160-161, 1996.

emergentes realizados por familias durante la década de los años ochenta.

En términos generales se produjeron sendos procesos de privatizaciones que abarcaron los periodos de 1974-1978 y 1985-1988, algunas de las cuales se completaron en 1990³¹. A partir de esta última fase de las privatizaciones, la correspondiente a la década de 1990, se produce la entrada de grupos españoles en el reparto de la propiedad empresarial chilena. En este contexto, se producen durante esta década una serie de adquisiciones empresariales que tienen como objetivo el posicionamiento económico de la élite empresarial española en América Latina. Destacamos algunas de estas compras: Telefónica adquiere CTC-Chile en 1990; el Banco Santander adquiere el Banco Osorno y la Unión en 1996; el BBVA adquiere el Banco BHIF en 1998; y Endesa adquiere Enersis en 1999.

Para hacerse con el control del mercado las empresas españolas tomaron la estrategia de adquirir empresas clave en los sectores de las Telecomunicaciones y los servicios³².

Los movimientos de resistencia Mapuche, el caso de Endesa

El proceso de privatizaciones de empresas públicas en América Latina vendió a las poblaciones locales como la “solución” que las economías latinoamericanas necesitaban para sanear el déficit, argumentando que el origen de dicho déficit estaba en las “ineficaces empresas estatales”. Sin embargo, desde su asentamiento en el territorio se ha acusado a las empresas multinacionales españolas de eludir el pago de impuestos, de endurecer las políticas laborales, de extraer los recursos sin compensación a las comunidades locales, así como de generar un gran impacto medioambiental. A pesar de esto,

³¹ GÓNGORA, p. 134, 1981.

³² ZAPATA, p. 52, 2007.

las empresas multinacionales españolas tienen el apoyo incondicional del gobierno de España, que protege sus intereses como si fueran los del interés nacional³³.

La aplicación de las políticas neoliberales produjo una serie de resistencias y protestas que se generalizaron en todo el continente, y que se nutrieron tanto de movimientos urbanos como campesinos (indígenas). El desarrollo de estos movimientos sociales eran una conssecuencia directa del avance del neoliberalismo y de la globalización³⁴. En el contexto de estos movimientos, hablaremos de las comunidades Mapuche.

Los Mapuche son un pueblo indígena que se reparte actualmente entre Chile y Argentina, que constituye un porcentaje poblacional representativo dentro de la sociedad chilena globalizada. Según los datos a los que tenemos acceso, para el año 2000 según la Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional, Casen, la población Mapuche estaba contabilizada en torno a los 666.319 habitantes³⁵, para el mismo año algunas organizaciones indígenas contabilizan hasta algo más de un millón de habitantes. Sea como fuere, lo cierto es que las comunidades indígenas Mapuche constituyen parte de la riqueza cultural chilena.

Estas comunidades han estado sometidas históricamente a la presión que los distintos gobiernos políticos. La conflictividad social que estalla a partir de los años 90, es heredera de los cambios en la política económica que se inicia a raíz del golpe militar de 1973.

Nos referimos concretamente a la contrarreforma agraria que el régimen de Pinochet acomete contra los Mapuche devolviendo las tierras que el gobierno de la Unidad popular de

³³ GREENPEACE, p. 44, 2009.

³⁴ SEONE, pp. 85-86, 2006.

³⁵ FIDH, p. 5, 2003.

Allende había expropiado a los latifundistas chilenos³⁶. Estas actuaciones políticas fueron entendidas por parte de las comunidades indígenas Mapuche como un ataque a su tradiciones y derechos, generando así movimientos por la autonomía territorial y política del pueblo Mapuche³⁷.

Los cambios profundos en la economía y el arrebato de sus tierras provocaron la caída de los precios de los productos agrícolas y manufacturados que estas comunidades realizaban. La consecuencia de este proceso es el empobrecimiento de las comunidades Mapuche, acelerando así el proceso de migraciones a centros urbanos³⁸.

La represa hidráulica de Ralco

“Soy persona de principios, aquí en la tierra esta la querencia, resistiré para siempre en mi tierra”³⁹. Con estas palabras se expresa Nicolasa Quintreman, una de las últimas mapuche en resistir en Ralco, el lugar donde Endesa habría de construir su central hidroeléctrica. La construcción de este Megaproyecto afectaba directamente a las comunidades Mapuche-pehuenches de Ralco Lepoy y Quepulca Ralco, ya que se inundaban tierras que formaban parte de las formas de vida de las poblaciones de esta zona⁴⁰.

En 1989 el Estado chileno, aún bajo el control de Pinochet asume el compromiso con la empresa eléctrica española Endesa para la construcción de dos centrales, la de Pangue y la de Ralco⁴¹. La primera inaugurada en 1997; y la de Ralco un proyecto que acabaría en el año 2004.

³⁶ FIDH, p. 10, 2003.

³⁷ FIDH, p.11, 2003.

³⁸ FIDH, p. 11, 2003.

³⁹ FIDH, p. 36, 2003.

⁴⁰ FIDH, p. 23, 2003.

⁴¹ FIDH, p. 24, 2003.

El caso Ralco está marcado por una serie de irregularidades, entre las que cabe la aprobación ambiental del proyecto por parte de Gobierno en 1997 de forma ilegal, a pesar de la resistencia de la CONADI y de las organizaciones mapuche. La compra de la empresa por el grupo español, llevó a la construcción del proyecto⁴².

El fracaso de la vía judicial ha llevado a las comunidades Mapuches a la organización en movimientos sociales, tales como el Consejo de Todas las Tierras que nace en 1990 para dar continuidad a la movilización social de la comunidad para la recuperación de las tierras y de sus derechos. La respuesta de estos colectivos ha sido la toma pacífica de tierras o la obstaculización de los caminos por los cuales discurrían los camiones⁴³.

La respuesta del Estado ha combinado la judicialización de los colectivos, llevando a la detención de comuneros Mapuche, acusados en distintas ocasiones de delitos de “usurpación” y “asociación ilícita”, la represión policial, además de usar la criminalización pública a través de los medios de comunicación, acusando a los comuneros de “terroristas”⁴⁴.

Conclusiones

La finalización de las obras de la represa de Ralco en el año 2004 pone en evidencia el fracaso de los movimientos indígenas Mapuche por la recuperación de sus derechos sociales y políticos, pero también constata la relación de “servicio” existente entre el Estado chileno y las multinacionales españolas que merece un análisis más profundo.

⁴² TOLEDO, p. 257, 2007.

⁴³ TOLEDO, p. 225, 2007.

⁴⁴ TOLEDO, pp. 225-226, 2007.

Bibliografía

CASILDA, Ramón. *La Década dorada*. Economía e inversiones españolas en América Latina (1990-2000): Madrid: Universidad de Alcalá, Servicio de publicaciones, 2002.

CASILDA, Ramón. *Internacionalización de la banca española en América Latina*. Ekonomiaz, País Vasco: núm. 33, pp. 294-317.

CASILDA, Ramón. *La Gran Apuesta*. Globalización y Multinacionales españolas en América Latina. Análisis de los protagonistas. Barcelona: Gracia ediciones S.A: 2008.

CECCHINI, D. y ZICOLILLO, Jorge. *Los nuevos conquistadores*. El papel del gobierno y las empresas españolas en el expolio de Argentina. Madrid: Foca: 2002.

DE VAL BRESCIA, Maura. *La privatización en América Latina*. ¿Reconquista financiera y económica de España?: Madrid, Editorial Popular: 2001.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS. Chile. *Pueblo Mapuche, entre el olvido y la exclusión*, núm. 358, 2003. Recuperado de: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/cl1103e.pdf> [Última consulta el 15-07-18].

GÁRATE CHATEAU, Manuel. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado: 2012.

GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX-XX*: Chile: La Ciudad, 1981.

GREENPEACE. *Multinacionales españolas en América Latina*. Impactos económicos, sociales y medioambientales. Los nuevos conquistadores, 2009. Recuperado de: <http://archivos.greenpeace.org/espana/Global/espana/report/other/090930-03.pdf> [última consulta el 15-07-18].

JUSTE, Rubén. Ibex-35. *Una historia herética del poder en España*. Madrid, Capitán Swing Libros: 2017.

MONTERO, Cecilia. *Los empresarios en el desarrollo chileno*. Ensaio FEE, Porto Alegre: vol.17, núm. 2, pp. 152-181, 1996.

MALLÓ, Oriol. *El cartel español*. Historia crítica de la reconquista económica de México (1898-2008). Madrid: Foca, 2010.

ORTIZ DE ZÁRATE VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe*. Leigh vs. Pinochet. Chile: LOM ediciones, 2003.

RAMIRO, Pedro. *El segundo desembarco: los impactos de las multinacionales españolas en América Latina*. Convivir para perdurar. Conflictos ecosociales y sabidurías ecológicas. Barcelona: Icaria-Antrazyt, pp. 71-86, 2011.

RAMIRO, Pedro.; GONZÁLEZ, Erika y PULIDO, Alejandro. *La energía que apaga Colombia*. Los impactos de las inversiones de Repsol y Unión Fenosa. Barcelona: Icaria, 2007.

MARTÍNEZ, Rangel y SOTO, Ernesto. *El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina*. Política y Cultura, México: núm. 37, pp. 35-64, 2012.

SÁNCHEZ, Ángeles. *La internacionalización de la economía española hacia América Latina*. Los elementos determinantes en el inicio y la consolidación del proceso. Burgos: Servicio de publicaciones de la Universidad de Burgos, 2002.

SANTISO, Javier. *La transformación empresarial de España*. Política Exterior, España: vol. 21, núm. 115, pp. 157-176, 2017.

SEOANE, Julio. *Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: Resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas*. Sociedade e Estado, Brasil: vol.21, núm. 1., pp. 85-107, 2006.

TOLEDO, Víctor. Prima ratio. *Mobilización Mapuche y política penal*. Los marcos de la política indígena en Chile (1990-2007). OSAL, Argentina: núm. 22, pp. 253-293, 2007.

UHARTE, Luis Miguel. *Las Multinacionales: agentes estratégicos del capital una guía para evaluar sus impactos*. Revista castellano-manchega de Ciencias Sociales, España: núm. 18, pp. 97-111, 2014.

UHARTE, Luis Miguel. *Las Multinacionales españolas en América Latina: Impactos múltiples*. Revista Internacional de Pensamiento Político, España: (vol. 9), pp. 441-460, 2014.

UNDURRAGA, Tomás. *Rearticulación de grupos económicos y renovación ideológica del empresariado en Chile 1975–2012: la paradoja de la concentración*: pp. 1-33, 2014. Recuperado de: [file:///C:/Users/Samuel/Downloads/Undurraga2014Rearticulaciondegruposconomicosylaparadojadelaconcentracion.pdf](file:///C:/Users/Samuel/Downloads/Undurraga2014Rearticulaciondegruposeconomicosylaparadojadelaconcentracion.pdf) [última consulta el 15-07-18].

ZAPATA, Yudira. *La inversión extranjera directa en la Unión Europea hacia América Latina: El método de entrada de las principales multinacionales eléctricas*. Estudios Gerenciales, Colombia: vol. 23, núm. 105, pp. 39-55, 2007.

Recebido em: Abril de 2019.

Aprovado para publicar em: Junho de 2019.

